

Projeto Pedagógico do

Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial



DIRETOR PRESIDENTE

Wellington Lins de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

George Lins de Albuquerque

DIRETORA ACADÊMICA

Profa. MSc. Cinara da Silva Cardoso

COORDENADOR DE ENSINO

Prof. MSc. Gerson de Mendonça Nogueira
Profa. Esp. Cibelly Arianda Matos dos Santos

PROCURADOR INSTITUCIONAL

Prof. Edson Stanislau Affonso Neto

COORDENADOR DE PESQUISA

Profa. MSc. Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo

COORDENADORA DE EXTENSÃO

Profa. Esp. Jesse David Cavalcanti Bessa

COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Profa. Esp. Telma do Socorro da Silva Lopes

**COORDENADOR DO CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO
GESTÃO DA PRODUÇÃO EM PRODUÇÃO**

Prof. Dra. Ellen Cristina Costa da Silva

COMISSÃO PRÓRIA DE AVALIAÇÃO - 2017

Profa. MSc Ana Medeiros Magalhães – Presidente | Prof. Dr. Servulo Casas Furtado –
Representante Docente | Leonarda de Almeida Trovão – Representante Administrativo | Milena
Romão da Silva – Representante Discente | Cristiano Lucio Torrez Lira – Representante da
Comunidade

SUMÁRIO

CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES	09
Nome e Base legal da Mantenedora	09
Nome da Mantida e Base legal da IES	09
Perfil e Missão da IES	09
Dados Socioeconômicos e Socioambientais da Região	10
Breve Histórico da IES	11
Tabela: Evolução do IGC Contínuo da FAMETRO	12
Áreas de atuação da PÓS-GRADUAÇÃO (lato sensu)	17
SÍNTESE DA IES	17
CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	19
Nome e base legal do curso	19
Perfil e regime de trabalho do coordenador do curso	20
DIMENSÃO I: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO- PEDAGÓGICA	22
1 .1CONTEXTUO EDUCACIONAL	22
1.1.1 Demandas de natureza econômica	22
1.1.2 Demandas de natureza social.	24
1.1.3 Demandas de natureza cultural	26
1.1.4 Demandas de natureza política	26
1.1.5 Demandas de natureza ambiental	27
1.1.5.1 Política Ambiental da FAMETRO	29
1.1.5.2 Dos objetivos da política ambiental da FAMETRO	29
1.1.5.3 Dos instrumentos da política ambiental da FAMETRO	30
1.1.5.4 PROJETOS TRANSVERSAIS DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE	
DO CURSO DE DIREITO	31
1.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	32
1.2.1 Política de Ensino	32
1.2.1.1 Projetos Interdisciplinares do Curso no Último Triênio	34
1.2.1.2 Projetos Transversais do Curso no Último Triênio Étnico raciais	40
1.2.1.3 Projetos Transversais do Curso no Último Triênio: Educação Ambiental	41
1.2.1.4 Projetos de Iniciação Científica do Curso no Último Triênio	43

1.2.1.5 Projetos de Iniciação Tecnológica do Curso no Último Triênio	44
1.2.1.6 Projetos de Extensão do Curso no Último Triênio	45
1.2.1.7 Projetos de Responsabilidade Social do Curso no Último Triênio	46
1.3. OBJETIVOS DO CURSO	47
1.3.1 Objetivo Geral	47
1.3.2 Objetivos Específicos	47
1.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	48
1.4.1 Competências e Habilidades Gerais:	49
1.4.1.1 Competências e Habilidades Específicas:	49
1.5 ESTRUTURA CURRICULAR	50
1.5.1 Matriz do Curso	54
1.5.2 Ementário	55
1.6 CONTEÚDOS CURRICULARES	89
1.7 METODOLOGIA	91
1.7.1 Metodologia de Ensino	91
1.7.2 Atividades Pedagógicas	96
1.7.3 Metodologia das atividades interdisciplinares e transversais	98
1.7.4 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos	98
1.7.5 Aulas Práticas	100
1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	101
1.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO- RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	103
1.10 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO- RELAÇÃO ENTRE LICENCIANDOS, DOCENTES E SUPERVISORES DA REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.	103
1.11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA:	103
1.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	103
1.13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	104
1.14 APOIO AO DISCENTE	105
EIXO 01 - ATIVIDADES EXTRACLASSE	105
EIXO 02 – ATENDIMENTO PEDAGÓGICO; ACOPANHAMENTO	106

PSICOPEDAGÓGICO E ACESSIBILIDADE	
EIXO 03 – SERVIÇOS ACADÊMICOS	109
	139
1.15 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO	110
1.15.1 Objetivo Geral do Processo de Auto avaliação Institucional:	111
1.15.2 Objetivos Específicos:	111
1.15.3 Metodologia da avaliação institucional:	111
1.15.4 Avaliação Interna são duas	111
1.15.5 Segundo Nível: Avaliação de Curso	112
1.15.6 Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional	112
1.16 ATIVIDADES DE TUTORIA	116
1.17 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	116
1.18 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL	117
1.19 MECANISMO DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES; TUTORES E ESTUDANTES: NÃO SE APLICA A ESTE CURSO	117
1.20 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS ENSINO-APRENDIZAGEM	117
1.20.1 FORMAS DE ACESSO AO CURSO	126
1.20.1.1 Do Processo Seletivo	127
1.20.1.2 Transferência	127
1.20.1.3 Do Portador de Diploma de Curso Superior	128
1.20.1.4 Da Re-opção	128
1.20.1.5 Enem	128
1.20.1.5 Matrícula	128
1.21 NÚMERO DE VAGAS:	129
1.22 INTEGRAÇÃO COM A REDE PÚBLICA DE ENSINO: NÃO SE APLICA A ESTE CURSO	129
1.23 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE: NÃO SE APLICA A ESTE CURSO.	129
1.24 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE/SUS RELAÇÃO ALUNOS/USUÁRIOS.	129
1.25 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO: NÃO SE APLICA A ESTE CURSO.	129

1.26 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DA SAÚDE: NÃO SE APLICA A ESTE CURSO.	129
1.27 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS: NÃO SE APLICA A ESTE CURSO.	130
DIMENSÃO 2 CORPO DOCENTE	130
2.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante- NDE	130
2.2 atuação do Coordenador do Curso	131
2.3 Experiência Profissional, de Magistério e de Gestão Acadêmica do Coordenador do Curso	132
2.4 Regime de Trabalho do coordenador do curso	132
2.5 Carga Horária do Coordenador do Curso	132
2.6.Titulação e Regime de Trabalho do Corpo Docente	133
2.7 Percentual de Doutores	134
2.8 Relação entre o Número de Docentes e o Número de Vagas	134
2.9 Funcionamento do Colegiado do Curso	134
2.10. Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso	135
2.11 Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância	135
2.12 Relação Docente e Tutores – Presenciais e a Distância – por estudante	135
2.13 Responsabilidade Docente pela Supervisão da Assistência Médica	135
2.14. Responsabilidade Docente pela Supervisão da Assistência Odontológica	135
2.15 Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente	135
DIMENSÃO 3. INFRAESTRUTURA	135
3.1 Gabinete de Trabalho para Professores	135
3.2 Espaço de trabalho para coordenação de curso e serviços acadêmicos	136
3.3 Sala de Professores	137
3.4 Sala de Aula	137
3.5 Acesso dos alunos aos equipamentos de informática	137
3.6 Livros da bibliografia básica	137
3.7. Livros da Bibliografia Complementar	137
3.8 Periódicos Especializados	137
3.8.1 Periódicos impressos	137
3.8.2 Periódicos Online de Livre Acesso do Curso	138
3.9 Laboratórios e Laboratórios Didáticos Especializados: Quantidade	139
3.9.1 Laboratórios Básicos do Curso: Quantidade.	139
3.9.2 Laboratórios Didáticos Especializados: qualidade	140

3.9.3 Laboratórios Didáticos Especializados: serviços	140
3.9.4 Sistema de Controle de produção e distribuição de material didático (logístico)	141
3.9.5 Núcleo de Práticas Jurídicas	141
3.9.6 Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação	141
3.9.7 Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial conveniados	141
3.9.8 Sistema de referência e Contra referência	141
3.9.9 Biotérios	141
3.9.10 Laboratórios de ensino para a área de saúde	142
3.9.11 Laboratórios de Habilidades	142
3.9.12 Protocolos de Experimentos	142
3.9.13 Comitê de ética	142
3.9.14 Comitê de ética para Utilização de Animais (CEUA)	142
3.9.15 Biblioteca e Política de Acervo	142
3.9.16 Infraestrutura de Segurança	144
DIMENSÃO 4: REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	145
MATRIZ DE CONTEÚDO	151
PROGRAMAS INSTITUCIONAIS	178
PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	178
PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	181
PROGRAMA DE MONITORIA	183
PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO PESQUISA ENSINO E EXTENSÃO	192
PROGRAMA DE NIVELAMENTO	196
PROGRAMA DE APOIO AO DISCENTE	198
PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	203
REGULAMENTOS INSTITUCIONAIS	211
REGULAMENTO DE MONITORIA	211
REGULAMENTO DO PROGRAMA DE NIVELAMENTO	213
REGULAMENTO DO NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO À PESQUISA E INOVAÇÃO	215
REGULAMENTO DOS LABORATÓRIOS	223
REGULAMENTO DE AULAS PRÁTICAS EM LABORATÓRIO	225
REGULAMENTO DO PROJETO TRANSVERSAL	229
REGULAMENTO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR	232

REGULAMENTO DA MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO DA FAMETRO	235
REGULAMENTO DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	239
REGULAMENTO DO NAPA – NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E INCLUSÃO	243
REGULAMENTO GERAL REPRESENTANTE DISCENTE	247
REGULAMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	249
REGULAMENTO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	252
REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DA FAMETRO	255
REGULAMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	258
REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	258
	316
	319

a) Nome da Mantenedora: IME- Instituto Metropolitano de Ensino

b) Base legal da Mantenedora: Endereço: Avenida Constantino Nery, 3000- Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001.

Razão Social: Instituto Metropolitano de Ensino – IME

CNPJ 03.817.341/0001-42

Registro no Cartório: Cartório Pinheiro 3.º Ofício de Notas

Publicação no D.O.U.- Nº 84 – Seção 1, sexta-feira, 3 de maio de 2002

Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001.

Razão Social: Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO

CNPJ 03.817.341/0001-42

Registro no Cartório: Cartório Pinheiro 3.º Ofício de Notas

Publicação no D.O.U.- Nº 84 – Seção 1, sexta-feira, 3 de maio de 2002

Portaria de Recredenciamento nº 712 de 08/08/2013 Publicação no D.O.U. 08/08/2013

Categoria administrativa: Pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos- sociedade civil.

c) Nome da Mantida: FAMETRO - Faculdade Metropolitana de Manaus

d) Base legal da IES:

Endereço Unidade 1/2:

Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001.

Anexo 3:

Avenida Constantino Nery, 1937- Chapada, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001

Anexo 4:

Endereço Rua 2 n.100, Conjunto Bervelly Hills, Bairro Chapada, CEP 69050001

Anexo 5:

Endereço Avenida Constantino Nery, 3202, Bairro Chapada, CEP 69050001

Razão Social: Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO

CNPJ 03.817.341/0001-42

Registro no Cartório: Cartório Pinheiro 3.º Ofício de Notas

Publicação no D.O.U.- Nº 84 – Seção 1, sexta-feira, 3 de maio de 2002

Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob NIRE:132003884-53 e protocolo: 00/021448-5

Categoria administrativa: Pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos- sociedade civil.

Portaria de Credenciamento nº 1337, de 03/05/2002 Publicação no D.O.U. 03/05/2002
Portaria de Recredenciamento nº 712 de 08/08/2013 Publicação no D.O.U. 08/08/2013
Representante legal: Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

e) Perfil e Missão da IES:

Fametro é uma instituição de ensino superior atuante na cidade de Manaus desde 2002, hoje com 34 cursos autorizados, 29 em funcionamento a IES, conta hoje como um corpo docente (horistas, parciais e integrais) de 276 entre especialistas, mestres e doutores, corpo técnico administrativo com 213 profissionais das mais diversas áreas e com formação que vai desde o ensino médio até o doutorado, todo esse capital humano tem contribuído para que a FAMETRO possa atuar nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, nas diversas áreas do conhecimento. Instituição com IGC 3, e IGC contínuo de 2,8457 pontos, a nossa IES vem ano a ano se consolidando como uma das melhores instituições locais. Sua missão institucional é a de **“Formar profissionais no Ensino Superior, com valores éticos, humanísticos e ambientais, capazes de contribuir para o desenvolvimento da Região Norte”**.

Inclui-se na missão da Faculdade Metropolitana de Manaus o compromisso com a preservação da memória cultural e histórica do Estado do Amazonas, particularmente, com a cidade de Manaus, e com o meio ambiente. A IES reconhece a necessidade de melhorar qualitativamente o ensino na Região Norte, buscando integrar a Amazônia através de um processo educativo global e articulado, capaz de atender às transformações e desafios dos novos rumos que estão sendo delineados para o mercado de trabalho.

Neste sentido, a FAMETRO imbuída inclusive de uma política de inclusão social participa dos programas: PROUNI, BOLSA UNIVERSIDADE, QUERO BOLSA, EDUCAÇÃO, EDUCAMAIS E FIES. E oferece uma consistente estrutura física que inclui: 5 unidades, 426 salas de aula, 4 auditórios (1100 lugares), 7 áreas de convivências, bibliotecas, mais de 30 laboratórios, estacionamento para mais de 2000 mil carros, wifi, 87 gabinetes de trabalho para professores integrais nos três turnos, espaço de trabalho para as coordenações de curso, serviços acadêmicos com gabinete individual do coordenador e espaço para a funcionária, salas de professores equipadas, sala de reunião do NDE, cada unidade conta com 2 carrinhos de laboratórios de informática moveis com laptops e laboratórios fixos com terminais, softwares, acesso a internet para uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento, 7nos laboratórios há suporte técnico para assessoramento na utilização dos mesmos.

A FAMETRO tem como propósito promover ensino, focado na aprendizagem, que permita o desenvolvimento do indivíduo de modo integral, visando à auto-realização e à formação de profissionais com visão tanto generalista quanto multidisciplinar e conscientes de seu papel social de envolvimento com as mudanças. Destaque-se que a FAMETRO, na busca destes propósitos, não perde a perspectiva da visão empreendedora no sentido da consolidação

de novos negócios, sempre em um contexto de atualização contínua, proporcionando aos alunos formação acadêmica que possibilite atuação no mercado regional, sem, contudo, perder de vista os mercados nacional e internacional. A **Visão institucional** é de Ser referência de Qualidade no Ensino Superior no Estado do Amazonas, e os nossos valores são: Qualidade no ensino; Ética; Humanização; Profissionalismo.

f) Dados Socioeconômicos e Socioambientais da Região:

Em relação à maior e mais biodiversa floresta tropical que a região abriga, a Amazônia brasileira enfrenta uma série de ameaças. Dentre as ameaças, figura o desmatamento, que elimina a floresta e sua biodiversidade associada de maneira direta, sobretudo para formação de pastagens e, em alguns locais, para implantação da cultura da soja (FEARNSIDE, 2010). Essas ameaças somam-se às ameaças comuns e primárias como a especulação imobiliária, estabelecimento da posse da terra e abertura de estradas. Elas poderão dizimar rapidamente a Amazônia, a exemplo da floresta Atlântica, caso medidas efetivas não forem adotadas de maneira emergencial. Atualmente se concentra no “arco de desmatamento” ao longo das bordas sul e leste da floresta, mas estradas planejadas abririam áreas novas e extensas na Amazônia Central (FEARNSIDE, 2010) (Figura 2).

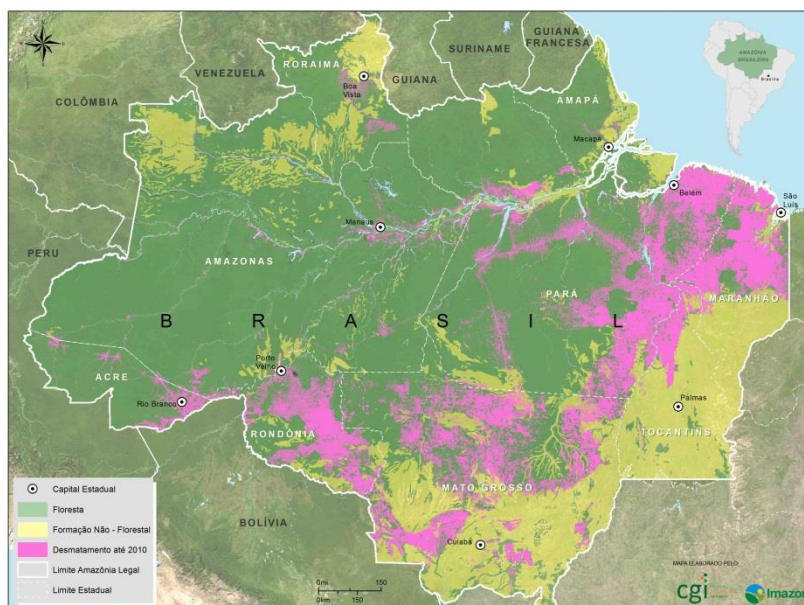


Figura 2. Desmatamento na Amazônia PRODES até 2010.

(Fonte: <<http://www.imazongeo.org.br/doc/galeriaMapas.php#>>.

Acesso: 10 out. 2014).

Diante desse cenário, a questão ambiental tem crescido nas últimas décadas e ganhado novas dimensões, inclusive em âmbito mundial. Uma determinada indústria cultural, que enxerga com clareza a inserção dessas questões nos diversos segmentos da sociedade, tem transformado as questões ambientais em mercadoria (GUERRA, 2008; LADVOCAT, 2009). Mudanças climáticas, aquecimento global e extinção de espécies, por exemplo, são temas bastante presentes em nosso cotidiano, veiculados por diferentes mídias em propagandas de

diversos produtos que consumimos no dia a dia (PEREIRA et al., 2013). Em função dessa questão, a sociedade reconhece e preocupa-se com uma crise relacionada à degradação dos ambientes naturais. Entretanto, a questão não é puramente ecológica e não se relaciona exclusivamente aos impactos antrópicos causados aos ecossistemas naturais (PEREIRA et al., 2013). Juntamente com outros temas como poluição, miséria e fome, os problemas que denominamos ambientais resultam da maneira como nos relacionamos com os demais elementos da natureza nas últimas décadas e, em especial, nos dias atuais (PEREIRA et al., 2013). Dar conta da complexidade relacional dessas questões impõe-se como um dos grandes desafios da sociedade.

O desenvolvimento mundial alcançado nas últimas três décadas explicita uma acumulação sem precedentes e um incremento do abismo entre incluídos e excluídos. Nesse contexto, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são questões cruciais que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação. É neste contexto que se insere a Política Ambiental da FAMETRO.

Ademais segundo o último censo do IBGE (2010), o Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km² com população de 3.480.937 habitantes. Sua capital, Manaus, concentra em torno de 60% dessa população o que representa um total de 1.802.525 habitantes, distribuídos em uma área de 11.458 km². Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 8ª cidade do Brasil no ranking de população, e a projeção que temos é que até 2020 seremos no Estado do Amazonas 4.477.266 habitantes.

Dados da SUFRAMA atestam que em 2012 a ZFM, contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 690 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 200 mil empregos diretos que somados aos indiretos, representam 500 mil postos de trabalho, esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

g) Breve Histórico da IES:

Neste cenário de contexto geográfico e cultural tão distinto e complexo, criar uma Instituição de Ensino Superior na Amazônia, por si só já representa um ação empreendedora de muita complexidade, e, foi assim que em 09 de outubro de 2000, aceitando este desafio, que foi fundando o Instituto Metropolitano de Manaus, Empresa de Pessoa Jurídica de Direito Privado (CNPJ 03.817.341/0001-42), com sede no município de Manaus, situada na Av. Constantino Nery, n.3000, e que tem na pessoa de Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque, sua

representante legal, dando a sua mantida a FAMETRO, as condições legais e infra-estruturais para o início das atividades da Faculdade Metropolitana de Manaus.

Credenciada pela Portaria MEC nº. 1337, de 03 de maio 2002, a FAMETRO em 14 anos de existência passou de 02 cursos para 39 cursos de graduação em 2015, sendo 35 em funcionamento nas modalidades de licenciatura, bacharelado e graduação tecnológica e ainda 50 cursos de pós-graduação lato sensu nas mais diversas áreas, se firmando como a instituição que mais cresce no Estado do Amazonas, estando em primeiro lugar entre as instituições de maior procura no Programa Bolsa Universidade da Prefeitura Municipal de Manaus. A FAMETRO acredita na sua política sócio-educacional inclusiva a qual pretende ofertar condições para que os alunos não só ingressem na IES, mas, acima de tudo, concluam seus estudos em condições excelentes de qualidade, por isso participa dos programas: PROUNI, Bolsa Universidade do Estado do Amazonas, Quero Bolsa, Educações, Educa Mais e FIES.

Tal crescimento tem sido acompanhado igualmente dos investimentos da IES em seus processos didático-pedagógicos demonstrados na evolução do IGC contínuo e faixa da FAMETRO - instituição com IGC 4, e IGC contínuo 2,98, figurando no primeiro lugar do ranking do IGC das IES públicas e privadas, tendo sido o maior IGC do Estado do Amazonas e da Capital Manaus no ano de 2015, cuja evolução do IGC observa-se na tabela a seguir:

Tabela: Evolução do IGC Contínuo da FAMETRO

2008	2008	2009	2009	2010	2010	2011	2011	2012	2012	2013	2013	2014	2014	2015	2015
IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa
1,74	2	2,36	3	2,35	3	2,37	3	2,72	3	2,84	3	2,882	3	2,9811	4

Fonte: INEP

Vale ressaltar que no biênio 2009/2010 das 33 IES privadas existentes no Estado do Amazonas, somente 4 instituições, dentre as quais a FAMETRO, alcançaram nota 3 no IGC (Fonte: INEP).

No que compete à estrutura física, a FAMETRO iniciou suas atividades em uma unidade com 39 salas de aula e atualmente conta hoje com uma estrutura que inclui: 5 unidades, 426 salas de aula, 04 auditórios (1100 lugares), 07 áreas de convivência, bibliotecas, mais de 30 laboratórios, estacionamento para mais de 2000 carros, Wi-Fi, 87 gabinetes de trabalho para professores integrais nos 3 turnos, espaço de trabalho para as coordenações de curso, serviços acadêmicos com gabinete individual do coordenador e espaço para a funcionária, sala de professores equipadas, sala de reunião do NDE, cada unidade conta com 02 carrinhos de laboratórios de informática móveis com laptops e laboratórios fixos com terminais, softwares, acesso a internet para uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento, nos laboratórios há suporte técnico para assessoramento na utilização dos mesmos.

Todo esse crescimento encontra-se alicerçado pela credibilidade da FAMETRO junto à sociedade manauara, entregando em média 600 profissionais por ano, nossa proposta educacional segue firme no propósito de ofertar não só profissionais com sólida formação profissional, mas também e, sobretudo pessoas com valores éticos e humanos, fortemente alicerçados, para ao fim contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

O PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) estabelecem ainda as políticas, diretrizes, ações e metas para a Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO) e os cursos projetados para o seu primeiro quinquênio de funcionamento.

A FAMETRO faz um trabalho contínuo de inserção social, através da democratização do acesso à educação superior favorecida por um Projeto Pedagógico Institucional (PPI) em consonância com as demandas sociais locais e as exigências do mundo do trabalho, um corpo docente altamente qualificado, estrutura de atendimento ao educando composta de unidades de ensino, pesquisa e extensão, laboratórios de aprendizagem, bibliotecas e preços competitivos, sem que haja comprometimento da qualidade dos serviços prestados.

Estes elementos constitutivos (missão, vocação, finalidades e objetivos institucionais), que garantem a articulação do PDI e do PPI, estão evidenciados nas políticas de ensino que fundamentam os projetos pedagógicos dos cursos de graduação oferecidos pela FAMETRO, bem como as ações de pesquisa e de extensão.

No que se refere às Políticas Acadêmicas, a linha dominante de ação da FAMETRO é o ensino de graduação, eixo em torno do qual a instituição atua, visando a atingir níveis significativos de qualidade, dentro dos seguintes balizamentos pedagógicos:

- Ação centrada no aluno, sobre o qual manter-se-á processo integrado de educação e de formação intelectual e profissional;
- Ação integrada por objetivos de educação e aprendizagem, a partir do projeto pedagógico de cada curso, área de conhecimento e habilitação profissional;
- Ação sobre o aluno e sobre grupos de alunos, segundo o desempenho de cada um e outros atributos (como ano de ingresso, curso etc);
- Motivação crítica, dinâmica e prática, tanto quanto possível sobre atividades extracurriculares de caráter técnico-científico, cultural, desportivo etc.

A FAMETRO entende que o desafio de uma instituição de educação superior consiste não apenas em realizar ensino, pesquisa e extensão, mas de garantir a indissociabilidade destes processos. As atividades de ensino não se restringem a preparar o indivíduo apenas para atender às necessidades da população, mas objetivam formar profissionais para atuar como agentes transformadores da sociedade, centrados em uma visão generalista e cidadã.

Neste sentido, identifica os princípios da construção coletiva, da flexibilidade curricular,

da interdisciplinaridade, transversalidade e da problematização do saber como essenciais para a aquisição de uma aprendizagem significativa, articulada pela qualidade de ensino, pelas atividades de formação e preparação técnico-científica que contribuirão para a autonomia intelectual e profissional.

A IES tem definidas as políticas acadêmicas e sociais como forma de se fazer atuante, no processo de educação e formação profissional, e sensível aos problemas da comunidade, assumindo a co-responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável local e regional. Desse modo, busca articular a qualificação técnica com a qualificação social e reafirmar sua missão na produção e na difusão do conhecimento, assim como no compromisso com o avanço e as transformações da realidade local e nacional.

A missão da Faculdade evidencia o investimento no processo de ensino-aprendizagem que capacita os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação.

Áreas de Atuação na Graduação: No contexto de criação da FAMETRO, seus objetivos são promover cursos de graduação e Pós-Graduação (*lato e stricto sensu*). Atualmente a Instituição tem 39 cursos de GRADUAÇÃO, sendo 35 em funcionamento, nas áreas de exatas, sociais e humanas e da saúde conforme a tabela abaixo:

CURSO	MODALIDADE	PORTARIA	ATO
1.Administração	Bacharelado	Portaria Nº 704 de 18/12/2013	Renovação de Reconhecimento
2. Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Portaria Nº 1093 de 14/12/2015	Renovação de Reconhecimento
3. Biomedicina	Bacharelado	Portaria Nº 206, de 22/06/2016	Reconhecimento
4.Ciências Contábeis	Bacharelado	Portaria Nº 639, de 21/10/2016	Renovação de Reconhecimento
5. Construção de Edifícios	Tecnológico	Portaria Nº 809 de 22/12/2014	Autorização
6.Design Gráfico	Tecnológico	Portaria Nº 1038 de 23/12/2015	Reconhecimento
7.Design de Interiores	Tecnológico	Portaria Nº 600 de 29/10/2014	Autorização

8.Direito	Bacharelado	Portaria Nº 639, de 21/10/2016	Renovação de Reconhecimento
9.Educação Física	Licenciatura	Portaria Nº 362 de 02/07/2014	Autorização
10. Enfermagem	Bacharelado	Portaria Nº 821 de 30/12/2014	Renovação de Reconhecimento
11.Engenharia Ambiental e Energias Renováveis	Bacharelado	Portaria Nº 169, de 13/09/2012	Autorização
12. Engenharia Civil	Bacharelado	Portaria Nº 276 de 25/11/2016	Reconhecimento
13. Engenharia da Produção	Bacharelado	Portaria Nº 694 de 17/12/ 2013	Autorização
14. Engenharia Elétrica	Bacharelado	Portaria Nº 567 de 07/11/2013	Autorização
15. Estética e Cosmética	Tecnológico	Portaria Nº 721 de 27/11/2014	Autorização
16.Farmácia	Bacharelado	Portaria Nº 266 de 27/03/2015	Autorização
17. Fisioterapia	Bacharelado	Portaria Nº 821, de 30/12/2014	Renovação de Reconhecimento
18. Fonoaudiologia	Bacharelado	Portaria Nº 198, de 04/10/2012	Autorização
19. Gastronomia	Tecnológico	Portaria Nº 876, de 12/11/ 2015	Reconhecimento
20.Gestão da Produção Industrial	Tecnológico	Portaria Nº 64 de 28/01/2015	Reconhecimento
21. Gestão da Qualidade	Tecnológico	Portaria Nº 932, de 01/12/2015	Reconhecimento
22.Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	Portaria Nº 247 de 30/06/2016	Reconhecimento
23.Hotelaria	Bacharelado	Portaria Nº 362 de 02/07/2014	Autorização
24.Jornalismo	Bacharelado	Portaria Nº 267 de	Autorização

		27/03/2015	
25.Logística	Tecnológico	Portaria Nº 820, de 29/10/2015	Reconhecimento
26.Marketing	Tecnológico	Portaria Nº 249 de 30/06/2016	Reconhecimento
27. Medicina Veterinária	Bacharelado	Portaria Nº 1041 de 23/12/2015	Autorização
28.Negócios Imobiliários	Tecnológico	Portaria Nº 539 de 23/10/2013	Autorização
29.Nutrição	Bacharelado	Portaria Nº 821 de 30/12/2014	Renovação de Reconhecimento
30. Odontologia	Bacharelado	Portaria Nº 806 de 15/12/2016	Autorização
31.Pedagogia	Licenciatura	Portaria Nº 1093 de 13/01/2015	Renovação de Reconhecimento
32.Petróleo e Gás	Tecnológico	Portaria Nº 65 de 28/01/2015	Reconhecimento
33.Psicologia	Bacharelado	Portaria Nº 704 de 19/12/2013	Renovação de Reconhecimento
34.Química	Licenciatura	Portaria Nº 1093 de 24/12/2015	Renovação de Reconhecimento
35. Radiologia	Tecnológico	Portaria Nº 401 de 29/05/2015	Autorização
36.Segurança no Trabalho	Tecnológico	Portaria Nº 66 de 28/01/2015	Reconhecimento
37. Serviço Social	Bacharelado	Portaria Nº 821 de 30/01/2014	Renovação de Reconhecimento
38. Sistemas de Informação	Bacharelado	Portaria Nº 1093 de 13/01/2016	Renovação de Reconhecimento
39.Turismo	Bacharelado	Portaria Nº 640 de 21/10/2016	Renovação de Reconhecimento

Áreas de atuação com relação à PÓS-GRADUAÇÃO (Iato sensu)

- **Ciências Sociais, Negócios e Direito:** Administração Pública; Análise de Risco e Gestão Financeira; Gestão Organizacional e Recursos Humanos; Gestão de Projetos; Arquitetura e Design de Interiores; Auditoria e Perícia Contábil; Direito Tributário; Segurança Pública e Direitos Humanos; Direito Processual Civil; Direito Educacional; Gastronomia Funcional; Gestão da Qualidade; Logística Empresarial; Logística Estratégica e Sistemas de Transporte; Logística e Cadeia de Suprimentos; Gestão de Compras e Suprimentos; Gestão, Supervisão e Orientação Educacional; Assistência Social e Família; Gerontologia e Família; Gestão em Políticas Públicas, Gestão De Eventos; Gestão de Hotelaria; Patrimônio Cultural em Centros Urbanos; Turismo e Negócios.
- **Saúde e Bem Estar Social:** Análises Clínicas; Enfermagem do Trabalho; Enfermagem em Urgência e Emergência; Enfermagem em Urologia; Enfermagem em UTI; Enfermagem Obstétrica; Reabilitação Musculoesquelética e Desportiva; Audiologia Clínica e Ocupacional; Bases Nutricionais na Atividade Física; Nutrição Clínica; Saúde Coletiva.
- **Engenharia, produção e construção:** Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental; Gestão da Construção Civil; Gestão da Produção; Engenharia de Petróleo e Gás Natural; Gestão em Refino de Petróleo; Petroquímica e Biocombustíveis.
- **Educação:** Metodologia do Ensino à Docência Superior, Psicopedagogia Clínica e Institucional, Docência na Educação Básica.
- **Humanidades e Artes:** Psicologia Jurídica; Neuropsicologia; Psicologia Hospitalar.
- **Ciências, matemática e computação:** Desenvolvimento de Sistemas para Ambiente Web, Segurança e Auditoria em Informática

SÍNTESE DA IES

Mantenedora: IME- Instituto Metropolitano de Ensino LTDA, cadastrada no CNPJ 03.817.341/0001-42, sede à Avenida Constantino Nery, 3000- Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001, com Registro no Cartório Pinheiro 3º Ofício de Notas. Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob NIRE: 132003884-53 e protocolo: 00/021448-5. Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos- sociedade civil. Possui código 1416 junto ao MEC.

Mantida: FAMETRO - Faculdade Metropolitana de Manaus, Instituição de Ensino Superior Privada- IES, sede no Endereço da unidade I e II, Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001. E demais instalações nos endereço do anexo 3: Avenida Constantino Nery, 1.937 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-000. Anexo 4: Endereço: Rua 02, n.100, Conjunto Bervely Hills, Bairro Chapada, CEP 69050001. Anexo 5: Endereço Avenida Constantino Nery, 3202, Bairro Chapada, CEP 69050001

Possui código 2147 junto ao MEC, Credenciada pela Portaria 1337, de 02/05/2002 Publicação no D.O.U. 03/05/2002, Recredenciada pela Portaria nº 712 de 08/08/2013 Publicação no D.O.U. 08/08/2013 e que tem na pessoa de Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque, sua representante legal.

Histórico, Perfil e Missão da IES: A FAMETRO tem 14 anos de existência, possui 39 cursos, sendo 35 em funcionamento, nas modalidades de licenciatura, bacharelado e graduação tecnológica, nas áreas de exatas, sociais e humanas e da saúde, possui 50 cursos de pós-graduação lato sensu distribuídos nas respectivas áreas. Em 2016 um corpo docente 276 professores (horistas, parciais e integrais) todos pós-graduados nos níveis de especialização, mestrado e doutorado. Conta com corpo técnico administrativo de 222 profissionais das mais diversas áreas e com formação desde o ensino médio até o doutorado. Todo esse capital humano tem contribuído para que a FAMETRO possa atuar nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, nas diversas áreas do conhecimento, apresentando IGC 4, e IGC contínuo de 2,98 pontos, figurando como 1ª do ranking das IES públicas e privadas no Estado e na capital e única IES com IGC 4 em 2015 e única com IGC4 em 2015 na região.

Sua **missão institucional** é a de **“Formar profissionais no Ensino Superior, com valores éticos, humanísticos e ambientais, capazes de contribuir para o desenvolvimento da Região Norte”**. A FAMETRO participa dos programas: PROUNI, Bolsa Universidade do Estado do Amazonas, Quero Bolsa, Educações, Educa Mais e FIES. No que compete à estrutura física, a FAMETRO possui um espaço de 426 salas de aula, 04 auditórios somando 1100 lugares, 07 áreas de convivência, biblioteca e mais de 30 laboratórios, estacionamento com vagas para 2000 carros, Wi Fii, 87 gabinetes para professores integrais nos 3 turnos, espaço de trabalho para a coordenação de curso, serviços acadêmicos com gabinete individual do coordenador e os

espaço da funcionária, sala de professores equipadas, sala de reunião de NDE, laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso a internet para uso de professores e alunos mediante sistema agendado e suporte de um técnico de informática, e 02 carrinhos móveis com laptops para cada unidade.

Dados socioeconômicos da Região: segundo o último censo do IBGE (2010), o Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km² com população de 3.480.937 habitantes. Sua capital, Manaus, concentra em torno de 60% dessa população o que representa um total de 1.802.525 habitantes, distribuídos em uma área de 11.458 km². Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 8ª cidade do Brasil no ranking de população, e a projeção que temos é que até 2020 seremos no Estado do Amazonas 4.477.266 habitantes.

Dados da SUFRAMA atestam que em 2012 a ZFM, contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 690 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 200 mil empregos diretos que somados aos indiretos, representam 500 mil postos de trabalho, esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

Dados socioambientais: Manaus está inserida no meio da Floresta Amazônica, a maior e mais biodiversa floresta tropical do país, a Amazônia brasileira enfrenta uma série de ameaças. Dentre as ameaças, figura o desmatamento, que elimina a floresta e sua biodiversidade e neste contexto a FAMETRO entende que as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são cruciais e que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação. E diante deste cenário que se insere a Política Ambiental da FAMETRO, inclusive definindo as políticas acadêmicas e sociais como forma de se fazer atuante, no processo de educação e formação profissional, e sensível aos problemas da comunidade, assumindo a co-responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável local e regional do Amazonas.

a) **Nome do Curso:** Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial

b) **Nome da Mantida:** Faculdade Metropolitana de Manaus

c) **Endereço de Funcionamento do Curso:**

Endereço da unidade I e III: Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001 (onde funcionam as salas de aula, o administrativo e Laboratórios Especializados do curso).

d) **Justificativa para a criação/existência do curso**

A primeira justificativa para existência do curso encontra-se fundada na relação entre o contingente populacional de Manaus, sua projeção e o contingente de egressos do ensino médio que intensificam a demanda pelo ensino superior em nosso município.

As estatísticas do último censo escolar do INEP de 2015 referente aos dados do ano de 2014 revelam um imenso contingente populacional oriundo do Ensino Médio, em busca pelo acesso ao ensino superior, pressionado os governos federal e estadual, assim como a iniciativa privada, para o atendimento desta demanda. No Brasil são 15.600.212 matriculados no Ensino Médio e EJA médio. No Amazonas são 382.038 matriculados no Ensino Médio e EJA Médio. E em Manaus 172.900 matriculados no Ensino Médio e 77.200 no EJA Médio.

Entretanto, apesar do alto contingente populacional, o Curso de Graduação em Tecnologia em Gestão da Produção Industrial é ofertado em Manaus por apenas 07 (sete) faculdades, Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Universidade Estadual do Amazonas – UEA, Universidade Nilton Lins- UNINILTON LINS, Centro Universitário do Norte -UNINORTE, Universidade Paulista – UNIP, Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica- FUCAPI (<http://emec.mec.gov.br>).

Destarte o contingente de universitários no Brasil ter aumentado significativamente, o Estado do Amazonas ainda tem um déficit de escolarização no nível superior.

Em 2000, o Brasil possuía 5,89 milhões de graduados e, no ano passado, este número chegou a 13,45 milhões. Mesmo com o aumento no número de pessoas graduadas em cursos superiores, a população do Amazonas ainda tem um dos índices mais baixos de escolaridade. O Estado possui somente 5,32% da população com formação superior completa, enquanto a média brasileira fica em 8,31% da população.

A terceira consideração diz respeito à falta de equidade na distribuição das IES e das matrículas na Educação superior no Brasil que demonstra desigualdades regionais, sobretudo uma discrepância muito grande comparando-se a Região Norte com a Região Sudeste do país.

Dados do próprio Censo/MEC apontam um déficit enorme de IES de ensino superior no Norte do país, haja vista que na distribuição das Instituições de Ensino Superior Privadas no Brasil

apenas 6,4% se concentram no Norte, enquanto o Sudeste possui 48,9% das IES, o Sul 16%, o Nordeste com 18% e o Centro-Oeste 9,9%.

Do ponto de vista econômico o fato do Estado do Amazonas e a capital Manaus, possuírem uma diversificação de investimentos locais nos mais diversos setores da economia, e o modelo de Zona Franca ampliado por mais 50 anos (vigência 2023-2073), e de agregar o 2º maior pólo industrial do país também são fatores que corroboram para a necessidade de aumentar a oferta no ensino superior.

Segundo dados do IBGE o Produto Interno Bruto- PIB- 2015 fechou em R\$ 5,904 trilhões. No período, todos os estados da região sudeste tiveram crescimento abaixo da média nacional, de 9,1%. Em sentido oposto, a região norte (13,6%) teve crescimento acima da média em todos os estados. Nordeste (10,3%), sul (10,1 %) e centro-oeste (13,6%) também cresceram acima do PIB brasileiro. O estado que mais cresceu foi Mato Grosso (21,9%), seguido do Amapá(18,3%%) e Amazonas (17,3%).

O PIM- Pólo Industrial de Manaus, formado por 1.267 unidades industriais com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 138.404 empregos diretos que somados aos indiretos, representam 500 mil postos de trabalho, aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais, haja vista que no Estado do Amazonas 31% dos empregos de nível superior ainda são ocupados por profissionais procedentes de outros estados, segundo pesquisa da FIEAM, por falta de profissionais considerados qualificados dentro da expectativa do mercado de trabalho local.

O próprio Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do estado do Amazonas (CREA-AM) demonstra uma insuficiência de profissionais ao relatar que existem cerca de pouco mais de 1000 engenheiros com registro profissional em Engenharia Elétrica. Esses dados demonstram a necessidade da expansão de cursos de graduação, dentre esses o Curso de Engenharia Elétrica.

Corrobora o fato do Estado é o 2º estado mais populoso da região Norte, com uma população distribuída em uma área de 1.559.161.814 km², e o 13º estado mais populoso do país, correspondendo a 1,9% do total da população brasileira. A projeção é que até 2020 seremos no Estado do Amazonas 4.477.266 habitantes. Considerando a Região Metropolitana o contingente populacional da capital Manaus é da ordem de 2.403.986 milhões de habitantes e tal crescimento requer investimentos em novas vagas para ao ensino superior.

As estatísticas do último censo escolar do INEP de 2015 referente aos dados do ano de 2014 revelam um imenso contingente populacional oriundo do Ensino Médio, pressionando na busca pelo acesso ao ensino superior, pressionado os governos federal e estadual, assim como a iniciativa privada, para o atendimento desta demanda. No Brasil são 15.600.212 matriculados no

Ensino Médio e EJA médio. No Amazonas são 382.038 matriculados no Ensino Médio e EJA Médio. E em Manaus 172.900 matriculados no Ensino Médio e 77.200 no EJA Médio.

Já em relação ao aspecto político da região as demandas emergem do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com o projeto “Minha Casa Minha Vida”; da chegada das grandes construtoras/incorporadoras nacionais. Do modelo da Zona Franca que impulsiona o crescimento do PIM com uma política de desenvolvimento regional sustentável determinado pela SUFRAMA necessárias a seus empreendimentos, e a política da Zona Franca Verde que prevê o uso de recursos naturais regionais. Assim como pela política de expansão e melhoria do setor elétrico do Amazonas, com o Projeto Crescer, que inclui o envolvimento de órgãos como o Ministério de Minas e Energia, Governo do Estado do Amazonas, ANEEL e BNDES, a partir da inclusão da Região Norte no sistema interligado de energia elétrica brasileiro (SIN). E o processo de construção do Linhão de Tucuruí interligando a energia produzida na hidrelétrica de Tucuruí, a Urucara, São Sebastião do Uatumã, Itapiranga, Silves, Itacoatiara e Rio Preto da Eva, Manaus (etapa já concluída), e que será estendido ao estado de Roraima e, a partir daí até a usina de Guri, na Venezuela.

E a energia produzida pela Linhão soma-se a geração de energia de uma usina termo a gás, com capacidade para 600 megawatts, abastecida pelo gasoduto Coari-Manaus que foi criado para explorar com exclusividade, os serviços de gás natural produzido na Bacia do Solimões (segunda maior reserva do país estimada em 52,8 bilhões de metros cúbicos), atuando na distribuição e comercialização do gás natural canalizado para as Usinas Geradoras de Energia Elétrica para suprir necessidades de geração na capital e na região metropolitana de Manaus.

Atualmente a matriz energética de Manaus é predominantemente o gás natural (45,7% da matriz energética da capital é gás natural, 39, 6% óleo e 14, 7% hidroelétrica). Empresas que quiserem trabalhar no estado ou ampliar seus negócios, terão garantia do suprimento de energia e o uso do gás natural na geração de energia elétrica em Manaus permite evitar a emissão de cerca de 1,2 milhão de toneladas de gás carbônico ao ano.

Além de garantir energia nos municípios, há um esforço do governo do Estado em levar energia elétrica para comunidades isoladas do estado, tendo instalado 12 mini usinas que funcionam em comunidades isoladas próximas a municípios como Autazes, Barcelos, Eirunepé, Maués e Novo Airão, por meio do Programa Luz para Todos, do governo federal. Abrindo-se um vasto leque de opções e vagas na área do setor elétrico em empresas públicas e privadas na capital e no Estado.

Considerando todas estas demandas o Curso de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial da Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO) visa contribuir para na formação de novos engenheiros eletricitistas por meio de um projeto pedagógico com os conteúdos necessários à atuação profissional em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial, disposto na Resolução No. 11, de 11 de

Março de 2002, distribuídos pelos núcleos de formação básica, profissionalizante geral, e profissionalizante específicos.

Com essa abrangência de disciplinas e um grupo de professores altamente qualificados a FAMETRO formará profissionais competentes em sua área de atuação e politicamente interessados em discussões de relevância social e com preocupações quanto ao equilíbrio ecológico, com o desenvolvimento sustentável do ambiente natural e construído, com a qualidade de vida dos habitantes, com o uso das tecnologias em respeito às necessidades sociais, com a obtenção de visão crítica das tendências sociais e de mercado e com a internalização de princípios éticos e humanísticos da sociedade.

Sintetiza-se, este, pela apresentação de preocupações e definições desta Instituição de Ensino em relação à oferta de Curso de Graduação, em uma Capital que ainda carece de boas Instituições de Ensino e Pesquisa, vide os dados do Ministério da Educação, na área do Ensino Superior. A FAMETRO pretende se constituir nesse espaço privilegiado de formação, em que a preocupação social encontra-se aliada aos nossos propósitos educacionais.

e) Relato de como se desenvolve o processo de construção/implantação/consolidação do PPC:

O PPC de Produção Industrial foi construído pelo NDE do curso observando-se as diretrizes curriculares nacionais do curso de Graduação em Tecnologia, na Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002, a qual instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia pelo Conselho Nacional de Educação, as demais diretrizes pertinentes ao ensino superior, o PDI da Fametro bem como as necessidades locais para formação do Engenheiro Eletricista. A implantação ocorre a partir da primeira turma do curso com o acompanhamento do NDE e do colegiado e a consolidação ocorre na medida que buscam-se melhorias para o curso com base na análise das avaliações internas e externas, e reuniões periódicas do NDE e colegiado, bem como, por meio da elaboração conjunta do Plano acadêmico-administrativo do curso nas Semanas Pedagógicas.

f) Relato sobre a coerência entre o PPC apresentado e os seguintes aspectos: contexto educacional e necessidades locais, missão da Instituição, DCNs e PDI e perfil do egresso:

O PPC de Produção Industrial busca coerência com o contexto educacional, necessidades locais, missão da IES, DCNs e PDI.

A profissão de Tecnólogo em Produção Industrial abrange amplo campo de atuação nas áreas sistemas de energia, eletrônica, automação e telecomunicações, em empresas públicas e

privadas, visto que o mercado de trabalho vem se expandindo, inclusive no âmbito do serviço público.

Na região Amazônica e na capital há uma prevalência da busca de engenheiros elétricos para atuarem nos setores industrial, tendo em vista o pólo industrial de Manaus, e no setor elétrico, para a geração, distribuição e transmissão de energia, considerando que este setor encontra-se em ampla expansão. Dessa forma, o PPC de Produção Industrial da FAMETRO tem essa vocação regional, sem perder de vista a formação preconizada nas DCNs do curso.

Quanto à missão da IES e a DCNs o curso visa formar o Tecnólogo em Produção Industrial com a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Capacitado a atuar, pautado em princípios éticos, e a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Em relação ao contexto educacional e as necessidades locorregionais o curso busca atendê-las por meio de uma matriz que contemple a formação de competências e habilidades que dêem conta de tais desafios, além das diversas atividades oferecidas que trazem subsídios ao futuro profissional para lidar com as relações humanas e as particularidades da região. O curso propicia o aprendizado técnico e científico embasado na teoria e na prática e em consonância com as diretrizes desenvolvendo as habilidades de iniciativa, criatividade, trabalho individual e em equipe e liderança. Assim, o engenheiro formado é preparado para ser dinâmico, adaptável e flexível às mudanças.

g) Descrição das particularidades do PPC que ressaltam a identidade do curso:

O Curso de Produção Industrial da FAMETRO investe em uma sólida formação priorizando a qualidade de ensino com um grupo de docentes qualificados. As atividades previstas no projeto pedagógico trazem embasamento matemático e físico, desenvolvendo no graduando a capacidade de abstração e raciocínio lógico. Além de desenvolver competências e habilidades para aplicar conhecimentos técnicos e científicos para criação e aperfeiçoamento de equipamentos, máquinas e processos que podem trazer benefícios à sociedade com saúde e segurança.

Vale ressaltar que na região Amazônica e na capital há uma prevalência da busca de engenheiros elétricos para atuarem nos setores industrial, tendo em vista o pólo industrial de Manaus, e no setor elétrico, para a geração, distribuição e transmissão de energia, considerando que este setor encontra-se em ampla expansão. Dessa forma, o PPC de Produção Industrial da FAMETRO tem essa vocação regional, sem perder de vista a formação preconizada nas DCNs do curso.

g) **Atos legais do curso:** Portaria de Reconhecimento Portaria Nº 64 de 28/01/2015

h) **Número de Vagas:** 240

- i) **Conceito preliminar de Curso:** CC- resultante da avaliação in loco, quando houver: Conceito Final 4
- j) **Resultado do Enade no último triênio:** O curso ainda não tem enade tendo em vista que a primeira turma data do ano de 2012 com referência ao segundo semestre.
- k) **Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência, Medidas Cautelares e Termo de Supervisão, quando houver:** Não se aplica.
- l) Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência, Medidas Cautelares e Termo de Supervisão, quando houver: Não se aplica
- m) **Turnos de Funcionamento do Curso:** Matutino e Noturno
- n) **Carga Horária Total do Curso:** 2680h
- o) **Tempo mínimo e máximo para integralização:** Tempo Mínimo = 6 semestres; Tempo Máximo = 12 semestres;
- p) **Identificação do coordenador do curso:** Rafael Lage de Farias
- q) Perfil do Coordenador do Curso**

A Coordenadora do Curso é Bacharel em Química e Licenciada em Química obtendo ambas as formações pela Universidade Federal do Amazonas (2002), Possui Mestrado, também pela Universidade Federal do Amazonas, obtendo o título em 2006. Finalizou seu Doutorado em 2012, desenvolvendo pesquisa na área de Química, investigando as Propriedades Biológicas e Químicas da Própolis de abelhas sem ferrão da Região Amazônica. Possui experiência na Docência da Educação Básica tendo atuado como Professora de Ensino Médio durante 8 anos. Possui também experiência na Docência do Ensino Superior, tendo sido professora substituta da Universidade Federal do Amazonas no período de 2001 a 2003. Em 2006, a professora ingressa na FAMETRO, ministrando aulas nos cursos da área de saúde no período de 2006 a Dez de 2016. Em 2017, a Professora assume a Coordenação do Curso de Produção Industrial, onde desenvolve atividades de gestão acadêmica desde então. O regime de trabalho da coordenadora do curso é integral e sua carga horária é de 40 horas semanais.

r) Composição, titulação, regime de trabalho e permanência sem interrupção dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante – NDE

Qde.	Componentes do NDE	Titulação	Regime Trabalho	Tempo de permanência no NDE (em meses)	Tempo de permanência na IES (em meses)
1	Profa. Dra. Ellen Cristina Costa da Silva	Doutor	Integral	5	120

2	Prof. MSc. Luiz Felipe de Araújo Costa	Mestre	Parcial	44	44	
3	Profa. Dr. José Felix da Costa Filho	Doutor	Integral	74	96	
4	Prof. Dr. Servulo Casas Furtado	Doutor	Integral	62	69	
5	Prof. Dr. Silvio Murilo Melo de Azevedo	Doutor	Integral	62	116	
				Média permanência	59,6 meses – 4,97 anos	89 meses – 7,42 anos

q) O Tempo médio de permanência do corpo docente no curso (exceto para autorização). Somar o tempo de exercício no curso de todos os docentes e dividir pelo número total de docentes no curso, incluindo o tempo do coordenador do curso.

r) Disciplinas ofertadas no curso em língua estrangeira, quando houver:

A matriz do curso possui a disciplina Língua Inglesa e a IES, mantêm convênio com Centro de idiomas para descontos aos nossos alunos de todos os cursos de graduação e pós-graduação.

s) Informações relacionadas ao quantitativo anual do corpo discente desde o último ato autorizativo anterior à avaliação *in loco*:

DISCENTES	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ingressantes	34	126	104	54	0	25
Matriculados:	34	160	264	224	192	113
Concluintes:	0	0	0	47	54	27
Estrangeiros:	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
Matriculados em Estágio supervisionado	0	0	15	47	54	0
Matriculados em Trabalho de conclusão:	0	0	0	47	54	0
Participantes de Projetos de Pesquisa	0	0	0	0	0	0
Participantes de Projetos de Extensão	0	160	264	224	192	113
Participantes de (Fundo de Financiamento Estudantil (FIES):	0	16	52	40	0	10
Participantes de PROUNI	0	32	70	20	0	5
Participantes do Bolsa Universidade	0	0	0	0	0	0

Participantes do Quero Bolsas	0	0	0	0	0	0
Participantes de Programa Ciências sem Fronteiras:	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
Participantes de Monitoria:	0	0	1	1	1	1
Participantes de PIBID	0	0	0	0	0	0
Participantes de PIBEX	0	0	0	0	0	0
Participantes de PIBIT	0	0	0	0	0	0
Participantes de PIBIC	0	0	0	0	0	0
Participantes do CAPES	0	0	0	0	0	0

s) relação de convênios vigentes do curso com outras instituições: SOUZA MOTORS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, MOTOCAR COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE TRICICLOS LTDA, BIC DA AMAZONIA S/A, NÚCLEO BRASILEIRO DE ESTÁGIOS LTDA – NUBE, CENTRO INTEGRADO EMPRESA-ESCOLA – CIEE, COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA LTDA, YAMAHA MOTOR DA AMAZÔNIA LTDA, MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA, STECK DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELÉTRICA LTDA, CITS AMAZONAS – CENTRO INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA DE SOFTWARE DO AMAZONAS, CROWN EMBALAGENS METALÚRGICAS DA AMAZONIA LTDA, INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL, METALFINO DA AMAZONIA LTDA, SIEMENS ELETROELETRÔNICA LTDA, TECHNOS DA AMAZONIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

t) Para os cursos da área da saúde, relacionar se há compartilhamento da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) entre diferentes cursos e entre diferentes instituições: Não se aplica.

DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO –PEDAGÓGICA

1.1 CONTEXTO EDUCACIONAL

A FAMETRO IES foi fundada em maio de 2002 e atualmente com 14 anos de existência na área educacional, oferta o curso de Produção Industrial. Atualmente Manaus conta com apenas 07 Instituições de ensino superior que ofertam o curso, sendo que destas 07 instituições, 02 são instituições públicas e as outras quatro são privadas não dando conta de ofertar vagas suficientes para a demanda latente.

O ensino superior privado no município de Manaus iniciou muito tardiamente, pelos idos dos anos 90 e com pouquíssimos cursos, esse início tardio, o crescimento vertiginoso da população e dos setores da nossa economia motivados pelo modelo de Zona Franca, bem como do

aumento do quantitativo de egressos do ensino médio, levaram a uma demanda crescente pelo ensino superior em Manaus.

Neste sentido a FAMETRO pretende formar Tecnólogos em Produção Industrial não só para o município, mas sobretudo para os interiores do Estado do Amazonas que sofrem pela falta de profissionais na qualidade e quantidade necessários para dar conta das necessidades da região.

Dessa forma acreditamos que o curso se justifica para atender as seguintes demandas:

1.1.1 Demandas de natureza econômica:

Quanto a pujança econômica de nosso Estado e capital, a diversificação de investimentos locais nos mais diversos setores da economia, o modelo de Zona Franca ampliado por mais 50 anos, aliado ao fato de sermos o 2º maior pólo industrial do país também são fatores que corroboram para a necessidade de aumentar a oferta no ensino superior.

Segundo dados do IBGE o Produto Interno Bruto- **PIB**- soma de todos os bens e serviços produzidos no país- teve uma queda de 3,8% em 2015, a maior desde o início da série histórica atual indicada em 1996. Em valores correntes, o PIB fechou em R\$ 5,904 trilhões. No período, **todos os estados da região sudeste tiveram crescimento abaixo da média nacional, de 9,1%**. Em sentido oposto, **a região norte (13,6%) teve crescimento acima da média em todos os estados**. Nordeste (10,3%), sul (10,1 %) e centro-oeste (13,6%) também cresceram acima do PIB brasileiro. O estado que mais cresceu foi Mato Grosso (21,9%), seguido do Amapá(18,3%) e Amazonas (17,3%).

O **PIM- Pólo Industrial de Manaus, formado por 1.267 unidades industriais** com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 138.404 empregos diretos que somados aos indiretos, representam **500 mil postos de trabalho**, esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

A SUFRAMA anunciou no Congresso Internacional Amazônia Brasileira e Pan-Amazônia realizado em 2016 que **nos próximos 20 anos (2016-2036) do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) irá implementar o projeto Zona Franca Verde incentivos extrafiscais e um pólo de bioindústrias** que vai permitir o espraiamento do desenvolvimento econômico para as Áreas de Livre Comércio, cidades localizadas em fronteiras, com a instalação de bioindústrias fabricando produtos com preponderância de matérias-primas regionais em que serão priorizadas apenas 100 espécies da biodiversidade amazônica com maior potencial de geração de bioprodutos e o secretário de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Seplan-cti), Thomaz Nogueira, salientou ações do governo do Estado voltada para dois vetores: o fortalecimento e a expansão do PIM e a diversificação da Economia do Amazonas. Investimentos na piscicultura, inclusive, dando à atividade um caráter exportador, e o

projeto “Porta Única” que visa desburocratizar o processo de abertura de empresas, por exemplo, juntando todos os processos pedidos pela Seplancti, Sefaz, Arsam.

Neste mesmo Congresso foi apresentado um resumo dos números referentes às pesquisas realizadas com dados do ano base 2013 na Pesquisa Industrial Anual- PIA daquele ano verificou-se o aumento de unidades industriais (com cinco ou mais pessoas ocupadas) que passou de 1.121 em 2010 para 1.267 unidades em 2013 (crescimento de 13,2%). No mesmo ambiente e período, o número de pessoas ocupadas passou de 117.299 para 138.404 (aumento de 18%).

Em termos gerais, em 2013, a região Sudeste era responsável por 57,4% do valor bruto da produção industrial do Brasil, enquanto a região Norte, em último, respondia por 5,9%. Já **entre os Estados do Norte, em 2013, o Amazonas detinha 56,5% do valor bruto da produção industrial**, seguido pelo Pará com 32,8%. Em último, Roraima respondia por apenas 0,1%.

O Pólo Industrial de Manaus (PIM) registrou faturamento de R\$ 28,4 bilhões entre os meses de janeiro e maio deste ano, o que representa uma diminuição de 11,36% em relação ao mesmo período de 2015 (R\$ 32 bilhões). Em dólar, o faturamento no intervalo foi de US\$ 7.6 bilhões, montante 29,85% menor que o apurado no mesmo período do ano passado (US\$ 10.9 bilhões).

Cabe ressaltar que **o modelo de Zona Franca ampliado por mais 50 anos (vigência 2023-2073)** e que o município que alavanca economicamente a região metropolitana e o Estado do Amazonas é a cidade de Manaus que detém cerca de 91% do PIB da região Norte, segundo dados da Secretaria de Planejamento do Estado do Amazonas. O município possui uma distribuição do emprego formal equilibrada e que está particularmente concentrada no setor de serviços, com 29, 5%; na Administração pública, com 26,8% e na indústria de transformação, com 23,1%, segundo dados do DIEESE de 2011.

Entretanto, apesar do crescimento econômico do município, de setores da economia bem desenvolvidos e da grande quantidade de empregos gerados isso não se traduz no preenchimento uniforme das vagas devido à **falta de profissionais considerados qualificados dentro da expectativa do mercado de trabalho local**. Contexto este que demonstra a necessidade não somente de IES que invistam em formação de novos cursos, mas principalmente na busca incessante na qualidade da formação de seus egressos.

Foi feito um levantamento com 34 empresas em parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos no Amazonas (ABRH-AM), Centro da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM) e Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) e as empresas apontaram que a carência em preencher os cargos era, no total, de 13 vagas em 2012, quando foi feito o levantamento e que nos próximos 5 anos, a demanda subiria para 29. E o Sistema Nacional de Emprego do Amazonas – SINE/AM apontou que, em 2012, das 14,7 mil vagas

oferecidas pelo Estado, apenas 7 mil conseguiram ser preenchidas por meio do órgão. Corroborado por dados da pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas-FIEAM de 2013 com empresas do PIM que revelam que da mão de obra empregada, **31% dos trabalhadores de nível superior ainda são de outros Estados.**

Os dados ora expostos demonstram a necessidade da oferta de novas vagas no ensino superior, mas, sobretudo, a necessidade de oferta de ensino de qualidade para o qual a FAMETRO está voltada e distribui todos os seus esforços.

Em relação ao curso de Produção Industrial, a região de Manaus e o estado do Amazonas ainda são carentes de profissionais da área o que justifica o curso justamente pela presença das mais de 600 empresas do pólo industrial.

1.1.2 Demandas de Natureza Social.

A relação entre o contingente populacional de Manaus, sua projeção e o contingente de egressos do ensino médio intensificam a demanda pelo ensino superior em nosso município.

A primeira consideração a se fazer diz respeito à história tardia do ensino superior privado no Estado do Amazonas tendo iniciado pelos idos da década de 1990, portanto existe uma demanda latente pelo acesso ao ensino superior.

A segunda consideração refere-se ao contingente populacional do Estado, O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulgou em 30/08/2016 as estimativas da população residente nos estados e municípios brasileiros em 2016, a população estimada do Amazonas é de 4.001.667 milhões de habitantes, sendo que o **Estado é o 2º estado mais populoso da região Norte, com uma população distribuída em uma área de 1.559.161.814 km², e o 13º estado mais populoso do país, correspondendo a 1,9% do total da população brasileira. A projeção é que até 2020 seremos no Estado do Amazonas 4.477.266 habitantes** e tal crescimento requer investimentos em novas vagas para ao ensino superior.

A **capital Manaus concentra em torno de 60% da população do Estado do Amazonas e entre os anos de 2015 e 2016**, Manaus foi o município que mais cresceu em **números absolutos de habitantes, 2.094.391 milhões**. A capital amazonense "ganhou" mais de 36 mil pessoas. E com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros Estados da federação.

Considerando a Região Metropolitana esse contingente populacional é da ordem de **2.403.986 milhões de habitantes**. Vale destacar que a região metropolitana é composta de 08 municípios: Manaus, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva (IBGE, 2016).

A terceira consideração diz respeito à falta de equidade na distribuição das IES e das matrículas na Educação superior no Brasil que demonstra desigualdades regionais, sobretudo uma discrepância muito grande comparando-se a Região Norte com a Região Sudeste do país.

Dados do próprio Censo/MEC apontam um **déficit enorme de IES de ensino superior no Norte do país, haja vista que na distribuição das Instituições de Ensino Superior Privadas no Brasil apenas 6,4% se concentram no Norte, enquanto o Sudeste possui 48,9% das IES, o Sul 16%, o Nordeste com 18% e o Centro-Oeste 9,9%.**

O mapa do ensino superior no Brasil publicado em 2015 apresenta os seguintes dados: A distribuição das matrículas da Educação Superior no Brasil: Região Sudeste é responsável por 47,2% de matrículas em cursos presenciais no ensino superior no país, seguida pelas regiões Nordeste (20,9%), Sul (15,6%), Centro-Oeste (9,4%) e Norte (6,9%).

O mapa do ensino superior brasileiro informa ainda que de 2000 a 2013, o número de instituições de ensino superior (IES) no Amazonas apresentou um crescimento de 82%, totalizando 20 IES – 17 privadas e 3 públicas em 2013, contra 11 IES – 9 privadas e 2 públicas em 2000. O Estado do Amazonas tem uma população estimada em 4.001.667 milhões e é formado por quatro mesorregiões (totalizando 62 municípios). Concentra em suas 20 instituições de ensino superior, 2,2% das matrículas em cursos presenciais, sendo que a mesorregião Centro Amazonense foi responsável por cerca de 129 mil matrículas (94%).

E que no ano de 2013, na rede privada houve um aumento de 6,3% nas matrículas, atingindo a marca de 84 mil, contra 79 mil do ano anterior. Na rede pública o índice teve um crescimento de 5,1%, totalizando 53 mil matrículas em 2013 contra 51 mil no ano anterior. O número de ingressantes (que iniciam o 1º ano) em cursos presenciais na rede privada, em 2013, aumentou apenas 0,9% (35 mil alunos em 2012 para 36 mil em 2013). Na pública houve uma redução de 21% (12 mil em 2012 para 10 mil em 2013).

Entretanto a procedência de alunos matriculados no ensino superior privado continua predominantemente de alunos do ensino médio público. Em 2013, 69,7% dos alunos ingressantes no ensino superior privado eram egressos do ensino médio público e apenas 30,3% do ensino médio privado. Considerando os 10 cursos com maior número de ingressantes nas IES privadas, é possível verificar que Serviço Social, Pedagogia e Gestão de Pessoal/RH são os cursos que apresentam maior percentual de alunos procedentes do ensino médio público, superando 80%.

As estatísticas do último censo escolar do INEP de 2015 referente aos dados do ano de 2014 revelam um imenso contingente populacional oriundo do Ensino Médio, pressionando na busca pelo acesso ao ensino superior, pressionando os governos federal e estadual, assim como a iniciativa privada, para o atendimento desta demanda. No Brasil são 15.600.212 matriculados no Ensino Médio e EJA médio. No Amazonas são 382.038 matriculados no Ensino Médio e EJA Médio. E em Manaus 172.900 matriculados no

Ensino Médio e 77.200 no EJA Médio. Dados que retratam o contingente da potencial demanda para o ensino superior.

Podemos afirmar inclusive com base no exposto que o Norte do País carece de oferta de mais vagas como forma de equalizar a distribuição da educação de nível superior existente e diminuir as desigualdades sociais, promovendo a inclusão social por meio da oferta do ensino superior.

O ritmo de crescimento da região e as exigências do mercado de trabalho além da responsabilidade social com o meio requerem um profissional habilitado para preencher uma lacuna existente e destinada ao Engenheiro Eletricista, levando-se em conta as perspectivas de exploração de fontes de energias renováveis que existem em abundância em toda a Amazônia.

Assim, com a continuidade da oferta do Curso de Graduação em Produção Industrial, a FAMETRO estará contribuindo para a ampliação das oportunidades de acesso à formação superior em área cuja atual oferta não é capaz de absorver as demandas da sociedade e do mercado de trabalho, haja vista possuímos apenas 07 IES ofertando o curso em Manaus.

1.1.3 Demandas culturais

Em Manaus, a **expansão urbana desordenada e sem planejamento gerou progresso para a cidade, mas também provocou sérias agressões ao meio ambiente e impactos devido as irregularidades.** Com o êxodo rural, as populações que antes habitavam o interior do Estado do Amazonas migraram para capital a procura de melhores perspectivas e devido à baixa renda, começaram a viver nas chamadas zonas de irregularidade. Muitas destas moradias foram construídas em áreas de fundo de vale, onde há uma grande incidência de extravio de energia. O Engenheiro Eletricista neste contexto é o profissional necessário na organização e conscientização desse hábito popular.

E mexer com a diversidade regional e sua complexidade é um dos grandes desafios do planejamento de desenvolvimento regional sustentável, principalmente em uma região com mais de 180 povos indígenas, além de ribeirinhos, caboclos, quilombolas, migrantes e imigrantes.

A formação de um profissional Produção Industrial com visão sob os aspectos e particularidades regionais é essencial para o crescimento de maneira concisa e ordenada, respeitando as limitações e especificidades do ambiente Amazônico.

1.1.4 Demandas políticas

O ritmo de crescimento e aperfeiçoamento do mercado de trabalho para o Engenheiro Eletricista em Manaus está associado ao crescimento populacional na região que por sua vez tem relação com: o Programa de Aceleração do Crescimento – **PAC, com o projeto “Minha Casa Minha Vida”**; a chegada das grandes construtoras/incorporadoras nacionais; o

modelo de Zona Franca quem impulsiona o crescimento do PIM com uma política de incentivos fiscais para promover o desenvolvimento regional sustentável determinado pela SUFRAMA necessárias a seus empreendimentos, e a política da Zona Franca Verde que prevê o uso de recursos naturais regionais. Assim como pela política de expansão e melhoria do setor elétrico do Amazonas, com o **Projeto Crescer, que inclui o envolvimento de órgãos como o Ministério de Minas e Energia, Governo do Estado do Amazonas, ANEEL e BNDES, a partir da inclusão da Região Norte no sistema interligado de energia elétrica brasileiro (SIN).**

No contexto do setor de energias do Estado foi necessário separar a atividade de distribuição e criou-se, então, uma única empresa para concentrar as atividades de Geração e Transmissão (Amazonas GT), e outra destinada apenas às atividades de Distribuição: a Amazonas Distribuição de Energia S/A que **atende um mercado de 897.041 consumidores em 62 municípios.**

Os mercados não interligados à capital Manaus são atendidos por 96 Sistemas Isolados que utilizam como fontes de energia o óleo diesel, o gás natural e a biomassa.

O projeto Crescer conta com o processo de construção do Linhão de Tucuruí interligando a energia produzida na hidrelétrica de Tucuruí, a Urucara, São Sebastião do Uatumã, Itapiranga, Silves, Itacoatiara e Rio Preto da Eva, Manaus (etapa já concluída), e que será estendido ao estado de Roraima e, a partir daí até a usina de Guri, na Venezuela.

E a energia produzida pela Linhão soma-se a geração de energia de uma usina termo a gás, com capacidade para 600 megawatts, **abastecida pelo gasoduto Coari-Manaus** que foi criado para explorar com exclusividade, os serviços de gás natural produzido na Bacia do Solimões (segunda maior reserva do país estimada em 52,8 bilhões de metros cúbicos), atuando na distribuição e comercialização do gás natural canalizado para as Usinas Geradoras de Energia Elétrica para suprir necessidades de geração na capital e na região metropolitana de Manaus.

Atualmente **a matriz energética de Manaus é predominantemente o gás natural (45,7% da matriz energética da capital é gás natural, 39, 6% óleo e 14, 7% hidroelétrica).** Empresas que quiserem trabalhar no estado ou ampliar seus negócios, terão garantia do suprimento de energia e o uso do gás natural na geração de energia elétrica em Manaus permite evitar a emissão de cerca de 1,2 milhão de toneladas de gás carbônico ao ano.

Além de garantir energia nos municípios, há um esforço do governo do Estado em levar energia elétrica para comunidades isoladas do estado, tendo instalado 12 mini usinas que funcionam em comunidades isoladas próximas a municípios como Autazes, Barcelos, Eirunepé, Maués e Novo Airão, por meio do **Programa Luz para Todos, do governo federal.** Abrindo-se um vasto leque de opções e vagas na área do setor elétrico em empresas públicas e privadas na capital e no Estado.

Já no **setor de Eletrônicos do Estado**, dados de 2015 do Conselho Regional de Economia (Corecon/AM) apontam que **uma área profissional que vem crescendo no Amazonas e no País: o setor de automação industrial.**

O setor produtivo de maior expressão no Pólo Industrial de Manaus, o pólo eletroeletrônico, com suas indústrias de ponta e cerca de **50 mil trabalhadores ativos**. O pólo industrial abriga na atualidade (2012) **cerca de 600 indústrias**, especialmente concentradas nos setores de televisão, informática e motocicletas. Nos últimos anos, o pólo recebeu um novo impulso com os incentivos fiscais para a implantação da tecnologia de TV digital no Brasil.

A isenção do imposto de importação, que permite que empresas atuem como montadoras usando tecnologia internacional; a isenção do imposto de exportação; e o desconto parcial, fornecido pelo governo estadual, no imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS); bem como a isenção por dez anos, fornecido pelo município, de IPTU, da taxa de licença para funcionamento e da taxa de serviços de limpeza e conservação pública, estimulam o crescimento no setor.

De acordo com dados da Suframa, a Superintendência da Zona Franca de Manaus, o setor de manufatura de eletrônicos é o maior empregador de mão-de-obra e o que recebe mais investimentos entre todos os segmentos. Das 234 empresas com instalações registradas no distrito industrial, 46 são responsáveis pela produção de eletrônicos, somando um total de 27 mil funcionários.

Alguns desses complexos de manufatura fornecem produtos não apenas pro mercado brasileiro mas também para outros países da América Latina, como Argentina, Venezuela e Colômbia. Estatísticas de 2010 da Suframa indicam que a exportação de eletrônicos produzidos na Zona Franca de Manaus somou US\$ 450 milhões naquele ano, e categorias como televisores, telefones celulares, equipamentos de som automotivo e eletrodomésticos foram as mais exportadas para outros países.

Atualmente, as grandes indústrias de vários setores (entre eles automobilístico, petroquímico e metalúrgico) utilizam em seu processo de produção as linhas de montagem, um meio mais rápido de produzir em série. Essas linhas são automatizadas, isto é, movidas mecanicamente por sistemas automáticos (ou “robôs”) demandando profissionais com conhecimento de automação para gerenciar, supervisionar, controlar e operacionalizar o processo produtivo.

O mercado de trabalho na área de Eletrônicos é aquecida devido a presença dos maiores fabricantes de eletrônicos da Zona Franca de Manaus que incluem dentre algumas das empresas nacionais e internacionais mais conhecidas do mercado:

Cal-Comp

A empresa Cal-Comp, com sede em Taiwan, opera duas instalações em Manaus, com um número total de mais de 900 empregados. As fábricas são responsáveis pela montagem de placas de circuito, componentes de discos rígidos e componentes de reprodutores de mídia.

CCE

A fabricante de eletrônicos brasileira CCE, subsidiária da chinesa Lenovo, opera duas instalações em Manaus, com um total de 4100 empregados. As fábricas são responsáveis pela produção de computadores portáteis, computadores de mesa, tablets, placas-mãe, módulos de memória, placas de circuito, smartphones, televisores e reprodutores de mídia.

Digitron

A fabricante de eletrônicos brasileira Digitron opera um complexo de produção em Manaus, empregando por volta de 170 colaboradores. A instalação é responsável pela produção de computadores portáteis, componentes de discos rígidos, montagem de placas de circuitos e receptores de sinais de satélites.

Flex Industries

A fabricante de eletrônicos brasileira Flex Industries opera um complexo de manufatura em Manaus, empregando mais de 1300 trabalhadores. A fábrica é responsável pela montagem de placas de circuito, componentes de computadores portáteis, componentes de eletrônicos, câmeras de vídeo, monitores de vídeo, componentes de reprodutores de mídia e receptores de sinais por satélite. A empresa fornece componentes para marcas como LG, Sony, Philips, Sky e Panasonic.

GBR Componentes

A empresa brasileira GBR Componentes opera uma instalação na cidade de Manaus, que emprega por volta de 300 colaboradores. A fábrica é responsável pela produção de computadores portáteis, montagem de placas de circuito e receptores de sinais de satélite.

Terra Amazônia

A fabricante de eletrônicos brasileira Terra Amazônia opera uma central de manufatura na cidade de Manaus com mais de 740 empregados. A instalação é responsável pela produção de computadores portáteis, computadores de mesa, montagem de placas de circuito e de componentes de reprodutores de mídia.

LG

A gigante sul-coreana do setor de eletrônicos LG opera uma fábrica no Pólo Industrial de Manaus com mais de 2800 trabalhadores registrados. A instalação é responsável pela produção de televisores, reprodutores de mídia, aparelhos de som e eletrodomésticos.

Microsoft

A empresa americana Microsoft, gigante do setor de tecnologia, opera uma central de manufatura em Manaus, com cerca de 2300 trabalhadores registrados. O complexo industrial de 8000 metros quadrados é responsável pela montagem de smartphones e de consoles de videogame.

Panasonic

A fabricante de eletrônicos japonesa Panasonic opera um complexo industrial em Manaus, com 1200 empregados. A fábrica é responsável pela montagem de placas de circuito, reprodutores de mídia, televisores, conjuntos de home theater, aparelhos de som e eletrodomésticos.

Philco

A empresa norte-americana Philco opera uma instalação na cidade de Manaus, com 700 empregados registrados. A fábrica é responsável pela montagem de computadores de mesa, computadores portáteis, tablets e televisores.

Pioneer

A fabricante de eletrônicos norte-americana opera duas instalações na cidade de Manaus, com um total de 540 empregados. As fábricas são responsáveis pela montagem de placas de circuito e pela produção de reprodutores de mídias, equipamentos de áudio automotivo e câmeras de vídeo.

Samsung

A gigante de tecnologia sul-coreana Samsung opera um complexo industrial na Zona Franca de Manaus, com um total de 2300 trabalhadores. A instalação de 10 mil metros quadrados é responsável pela produção de tablets, smartphones, reprodutores de mídia, câmeras de vídeo, monitores de computador, televisores e eletrodomésticos.

Semp Toshiba

A Semp Toshiba, fabricante de eletrônicos com sede no Japão, opera um centro de manufatura em Manaus, com mais de 1700 trabalhadores. A instalação de 18 mil metros quadrados é responsável pela produção de componentes de computadores, montagem de placas de circuito, monitores de computadores e reprodutores de mídia.

Sony

A gigante do setor de eletrônicos Sony, com sede no Japão, opera um complexo industrial em Manaus, com mais de 2100 trabalhadores. A instalação é responsável pela montagem de placas de circuito, reprodutores de mídia, equipamentos de som automotivo, televisores, conjuntos de home theater, câmeras de vídeo e consoles de videogame.

Philips

A Philips, gigante holandesa do setor de eletrônicos, opera duas fábricas em Manaus, com mais de 1500 empregados registrados. As instalações são responsáveis pela produção de reprodutores de mídia, equipamentos de áudio automotivo, equipamentos de som, conjuntos de home theater e televisores.

Assim, com a manutenção da oferta do Curso de Graduação em Produção Industrial, a FAMETRO estará contribuindo para a ampliação das oportunidades de acesso à formação superior em área cuja atual oferta não é capaz de absorver as demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

A necessidade de preparar Engenheiros continua merecendo esforços e atenção, pois os recursos humanos para a área ainda são escassos, não atendendo a demanda da região, seja no setor público, seja no setor privado, tendo em vista: a necessidade vigente quanto à interiorização de maiores e melhores padrões de qualidade de vida, como previsto pela SUFRAMA com o objetivo de irradiar desenvolvimento; bem como a importância da Produção ser exercida por pessoas plena e legalmente habilitadas. Para tanto, faz-se necessária a oferta e manutenção de cursos de Graduação em Produção industrial em instituições que apresentem recursos humanos e materiais para seu pleno desenvolvimento.

Retornando à área acadêmica, percebemos que quase todas as instituições de ensino superior que possuem o curso de Produção Industrial, há uma falta de profissionais com pós-graduação na área específica da Produção industrial, o que nos faz crer que os futuros engenheiros formados em nossa instituição, com a sua devida qualificação, poderão reingressar na academia como profissionais do ensino superior, realizando estudos e pesquisas específicas na busca pela educação contínua e permanente via pós-graduação e extensão.

Vale destacar, aqui, a importância econômica, sociocultural, política e educacional que possui o município de Manaus, a ponto de fazê-lo um dos pólos de desenvolvimento para o Norte.

O Estado oferece 07 cursos direcionados a Produção industrial, não contemplando as necessidades das mais de 600 indústrias instaladas no pólo industrial de Manaus (www.suframa.gov.br, acesso em 13 de agosto de 2016), além do crescimento populacional.

Por fim, entende-se, explica-se e, principalmente, justifica-se a proposta de reconhecimento do Curso de Produção industrial, onde a FAMETRO avança no sentido da sua vocação institucional que é formar profissionais em várias áreas de conhecimento, garantindo a interdisciplinaridade, transversalidade a educação ambiental e a valorização dos aspectos culturais e étnico-raciais na perspectiva de um trabalho em equipe da visão humanística e dos princípios éticos.

1.1.5 Demandas ambientais

A Produção Industrial é um ramo da Produção que trabalha com os estudos e aplicações da eletricidade, eletromagnetismo e eletrônica. O Tecnólogo deverá saber lidar com a geração, a transmissão e a distribuição da energia elétrica e nesse contexto deve reconhecer, interpretar e diagnosticar impactos ambientais negativos e positivos, avaliar o nível de danos ocorridos no meio ambiente e propor soluções integradas de acordo com o direito do ambiente vigente, trabalhando sempre que possível o uso de energias renováveis em prol da melhoria da qualidade de vida, na minimização de impactos ambientais e da competitividade para o desenvolvimento regional.

Voltado para o desenvolvimento econômico sustentável, a produção Industrial vem ganhando cada vez mais destaque no mercado de trabalho regional, nacional e internacional.

Promover o desenvolvimento da Amazônia sem destruir seu valioso patrimônio da humanidade é o desafio que vem sendo superado a partir do aproveitamento, economicamente viável e ambientalmente sustentável, das inúmeras potencialidades da região. Orientadas por ferramentas de gestão ambiental, atividades em áreas como agroindústria, turismo, bioindústria e piscicultura garantem produtividade e rentabilidade, evitando a devastação do meio ambiente amazônico.

A Amazônia detem 1/5 da água doce do planeta e o maior banco genético (15% de todas as espécies de plantas e animais conhecidas), e o subsolo da Amazônia, é avaliado em US\$ 7,2 trilhões, excluído o petróleo e o gás natural.

Em relação à maior e mais biodiversa floresta tropical que a região abriga, a Amazônia brasileira enfrenta uma série de ameaças. Dentre as ameaças, figura o desmatamento, que elimina a floresta e sua biodiversidade associada de maneira direta, sobretudo para formação de pastagens e, em alguns locais, para implantação da cultura da soja (FEARNSIDE, 2010). Essas ameaças somam-se às ameaças comuns e primárias como a especulação imobiliária, estabelecimento da posse da terra e abertura de estradas. Elas poderão dizimar rapidamente a Amazônia, a exemplo da floresta Atlântica, caso medidas efetivas não forem adotadas de maneira emergencial. Atualmente se concentra no “arco de desmatamento” ao longo das bordas sul e leste da floresta, mas estradas planejadas abririam áreas novas e extensas na Amazônia Central (FEARNSIDE, 2010)

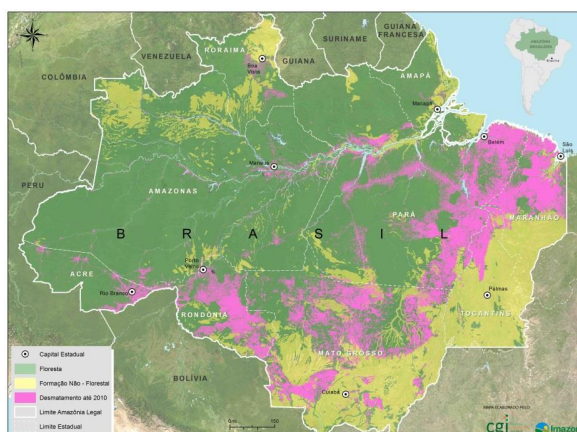


Figura 2. Desmatamento na Amazônia PRODES até 2010. (Fonte: <<http://www.imazongeo.org.br/doc/galeriaMapas.php#>>. Acesso: 10 out. 2014).

Diante desse cenário, a questão ambiental tem crescido nas últimas décadas e ganhado novas dimensões, inclusive em âmbito mundial. Uma determinada indústria cultural, que enxerga com clareza a inserção dessas questões nos diversos segmentos da sociedade, tem transformado as questões ambientais em mercadoria (GUERRA, 2008; LADVOCAT, 2009). Mudanças climáticas, aquecimento global e extinção de espécies, por exemplo, são temas bastante presentes em nosso cotidiano, veiculados por diferentes mídias em propagandas de diversos produtos que consumimos no dia a dia (PEREIRA et al., 2013). Em função dessa questão, a sociedade reconhece e preocupa-se com uma crise relacionada à degradação dos ambientes naturais. Entretanto, a questão não é puramente ecológica e não se relaciona exclusivamente aos impactos antrópicos causados aos ecossistemas naturais (PEREIRA et al., 2013).

Juntamente com outros temas como poluição, miséria e fome, os problemas que denominamos ambientais resultam da maneira como nos relacionamos com os demais elementos da natureza nas últimas décadas e, em especial, nos dias atuais (PEREIRA et al., 2013). Dar conta da complexidade relacional dessas questões impõe-se como um dos grandes desafios da sociedade.

Devido às pressões populacionais e de tecnologia, o ambiente biofísico está sendo degradado, por vezes de forma permanente. A proteção do meio ambiente é necessária devido às várias atividades humanas. A produção de resíduos, a poluição do ar e a perda de biodiversidade (resultante da introdução de espécies invasoras e da extinção de espécies) são algumas das questões relacionadas com a proteção ambiental.

A proteção ambiental é influenciada por três fatores interligados: legislação ambiental, ética e educação. Cada um desses fatores desempenha o seu papel em influenciar decisões ambientais a nível nacional e os valores e comportamentos ambientais a nível pessoal.

Nesse contexto, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são questões cruciais que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação. É neste contexto que se insere a Política Ambiental da FAMETRO.

1.1.5.1 Política Ambiental da FAMETRO

A Política Ambiental da FAMETRO, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, a Política Ambiental da FAMETRO e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, tem por objetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia qualidade de vida, visando assegurar condições para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural na região Amazônica, numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais atendidas os seguintes princípios:

- ▶ Ação institucional visando assegurar o equilíbrio do meio ambiente, necessário à sadia qualidade de vida, tendo em vista o uso coletivo;
- ▶ Planejamento e fiscalização do uso de recursos ambientais;
- ▶ Controle de atividades com potencial ou efetivamente causadoras de significativa alteração ambiental;
- ▶ Incentivo à pesquisa, ensino e extensão orientados para o uso racional dos recursos naturais, bem como compreensão da dinâmica socioambiental relacionada;
- ▶ Educação ambiental crítica em todos os segmentos acadêmicos, inclusive numa perspectiva extensionista, tendo a comunidade manauara como alvo.

1.1.5.2 Dos objetivos da política ambiental da FAMETRO

Para alcançar os princípios norteadores da presente Política Ambiental, a FAMETRO e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos visarão, cotidiana e rotineiramente:

- ▶ Compatibilizar as atividades institucionais com a manutenção do equilíbrio e da boa qualidade ambiental;
- ▶ Estabelecer critérios e padrões, normativos e procedimentais, para utilização de recursos ambientais;
- ▶ Estabelecer padrões e critérios, normativos e procedimentais, para o gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, observado o disposto no texto da Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- ▶ Desenvolver pesquisa, ensino e extensão orientados para uso racional dos recursos naturais e resolução ou mitigação de questões e conflitos socioambientais;
- ▶ Desenvolver programas e projetos de educação ambiental, numa perspectiva crítica e participativa, transversal e interdisciplinar, contínua e permanente, observado o disposto no texto da Lei no 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

1.1.5.3 Dos instrumentos da política ambiental da FAMETRO

- ▶ São Instrumentos da Política Ambiental da FAMETRO:
- ▶ O Dia Mundial do Meio Ambiente;
- ▶ A Semana da Responsabilidade Social;
- ▶ Cadastro institucional de programas e projetos de educação ambiental;
- ▶ Cursos e oficinas de educação ambiental para os atores dos diferentes setores e segmentos institucionais;
- ▶ Cursos e oficinas de educação ambiental para a comunidade manauara;
- ▶ Pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- ▶ A publicação e a divulgação científica de pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- ▶ Incentivo ao uso racional de água nos diferentes setores da instituição;
- ▶ Incentivo ao uso racional de energia nos diferentes setores da instituição;
- ▶ Uso racional da impressão em papel;
- ▶ Reutilização de papel para rascunho de documentos extraoficiais;
- ▶ A coleta seletiva dos resíduos;
- ▶ A utilização de lixeiras para coleta seletiva;
- ▶ A criação de postos de coleta de pilhas e baterias;
- ▶ A destinação e disposição final adequadas de resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- ▶ O estabelecimento de critérios e padrões, normativos e procedimentais, de atividades institucionais causadoras de dano ambiental;
- ▶ O tratamento e, quando compatível, o reuso da água.

1.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

1.2.1 Política de Ensino

A FAMETRO define os seguintes princípios que servirão como base de sua política de ensino:

- ▶ Princípio da proximidade: recomenda que o ensino e aprendizagem, sejam quais forem seus métodos e técnicas, inicie pelo conhecimento que seja o mais próximo possível da vida do aluno, partindo dos fatos mais imediatos para os mais remotos, do conhecido para o desconhecido.
- ▶ Princípio da direção: recomenda ao professor o planejamento, a previsão, a sequência lógica, estruturada, do conhecimento, a clareza de objetivos e o enfoque de questões essenciais do conteúdo, sem deter-se em questões periféricas.
- ▶ Princípio da adequação: recomenda que os métodos e técnicas sejam apropriados ao aluno, à natureza e tipo de conteúdo, ao contexto, às fases evolutivas do desenvolvimento e da aprendizagem.
- ▶ Princípio da participação: recomenda que se observem, nos alunos em formação, em todas as áreas, a atividade, o envolvimento, o estudo, a atenção, o trabalho com o conhecimento, a organização, a disposição, a conscientização do valor do estudo, da aprendizagem e seus métodos.
- ▶ Princípio da espontaneidade: recomenda preservar, em qualquer método de ensino-aprendizagem, o valor de condutas que propiciem a livre manifestação de ideias, a qualificação e acolhimento das pessoas, a confiança, a iniciativa, a criatividade e criação, o respeito às diferenças.

Nesta perspectiva se faz necessário relacionar um dos princípios que regem esta instituição, compreendendo estes como fundamentos das nossas ações de ensino, pesquisa e extensão tendo no horizonte a nossa missão que é formar profissionais para o mercado de trabalho, com princípios humanísticos e éticos. A FAMETRO estimula a permanência de seus discentes, mantendo vínculos institucionais, mediante a formação continuada, visando à sua atualização e desenvolvimento científico e profissional, e viabilizando a sua participação em diversas atividades acadêmicas, como:

a) Ensino: na FAMETRO o ensino representa um processo pedagógico interativo e intencional, no qual professores e alunos devem responsabilizar-se com as questões do processo de ensino e da aprendizagem, bem como com os valores humanos essenciais como o respeito, a solidariedade e a ética. Para atingir essa finalidade o ensino na graduação deve buscar a formação de profissionais com competência técnica e habilidades, capazes de preservar o conhecimento acumulado e de construir novos conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. O Ensino na FAMETRO é desenvolvido através de atividades acadêmicas

curriculares e extracurriculares, que constituem a base da produção de novos conhecimentos a partir de saberes já produzidos mediante conhecimento científicos elaborados pelos docentes da instituição, como com a participação de discentes dos períodos mais avançados do curso, especificamente por meio de produção de artigos e participação em programas de iniciação científicas. Privilegia-se também outros instrumentos tais como participação em eventos, congressos, seminários específicos de cada curso, culminando em produções acadêmicas. Nesta perspectiva, a política de ensino da FAMETRO, propõe que o ensino deve pautar-se nos princípios de: Flexibilização de métodos e concepções pedagógicas; Equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; Respeito à diversidade étnica ideológica, cultural; e Valorização dos profissionais envolvidos com os processos de ensino e aprendizagem. Nossa política de ensino e graduação pensa que os currículos oferecidos devem ainda demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização curricular dos cursos de graduação, a saber:

- ▶ Flexibilização: sistema integrado e flexível, articulado ao ensino, pesquisa, e ainda possibilidade do aluno traçar um perfil formativo personalizado podendo cursar disciplinas em outros cursos e aproveitar as mesmas como disciplinas optativas ou atividades complementares. A flexibilidade também é um princípio a ser adotado pela IE, no que diz respeito a acessibilidade pedagógico para os alunos portadores de deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, neste sentido são adotados critérios mais flexíveis de tempo para realização de atividades, progressão curricular para que o aluno possa ter seu tempo de aprendizagem considerado no seu percurso formativo.
- ▶ Extensão: a extensão possibilita ao acadêmico a imersão e de problematização da realidade social devendo este processo ser integrado sempre que possível com a pesquisa e com o próprio ensino.
- ▶ Problematização: processo pedagógico desenvolvido por meio de situações problemas, com vistas à elaboração de conhecimentos complexos.
- ▶ Contextualização: processo de articulação, diálogo e reflexão entre teoria e prática, incluindo a valorização do conhecimento extra escolar do aluno (práticas sociais e mundo do trabalho).
- ▶ Competência: capacidade do docente e do discente de acionar recursos cognitivos, visando resolver situações complexas.
- ▶ Interdisciplinaridade e Transversalidade: processo de intercomunicação entre os saberes e práticas necessários à compreensão da realidade ou objeto de estudo, sustentando-se na análise crítica e na problematização da realidade. Esta se desenvolve a partir de atividades e/ou aulas com conteúdos afins de diferentes disciplinas que se entrecruzam pelo viés da interdisciplinaridade, desta maneira estas ações se constituem com este enfoque.

► Educação para os Direitos Humanos: com objetivo central na formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural. Baseada nos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental. Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa.

São realizadas, portanto, atividades interdisciplinares no curso que integram e interrelacionem os conteúdos das diferentes disciplinas por período, como gincana do conhecimento, leitura casos de ensino, visitas técnicas, elaboração de papers, entre outros, envolvendo as diferentes disciplinas do período. Bem como atividades transversais que discutam os temas Étnicos Raciais e a Educação Ambiental em todo o curso por meio de ciclo de palestras, cine-fóruns entre outros.

1.2.1.1 Projetos Interdisciplinares do Curso

Semestre	Período	Projeto	Disciplinas envolvidas	Turmas envolvidas
2013/1	1º	Gincana do Conhecimento	Comunicação Empresarial, Cálculo Aplicado, Desenho Industrial, Teoria da Administração na Gestão da Produção Industrial, Processos de Fabricação.	TGPI122N01 TGPI131N01
	2º	Visita Técnica Souza Motors	Metodologia do Trabalho Científico, Sistemas de Manutenção, Gestão da Qualidade e Produtividade, Fundamentos de Marketing, Controle Metrológico de Processos de Fabricação, Ergonomia.	
2013/2	1º	Gincana do Conhecimento	Comunicação Empresarial, Cálculo Aplicado, Desenho Industrial, Teoria da Administração na Gestão da Produção Industrial, Processos de Fabricação. Metodologia do Trabalho Científico, Sistemas de	TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01

	2º	Visita Técnica Souza Motors	Manutenção, Gestão da Qualidade e Produtividade, Fundamentos de Marketing, Controle Metrológico de Processos de Fabricação, Ergonomia.	
	3º	Cine Fórum – Como as coisas são feitas e a fábrica da Coca-Cola	Custos Industriais, Estratégias da Produção I, Gestão Ambiental Industrial, Administração da Produção I, Logística e Cadeia de Suprimento e Distribuição, Projeto e Gestão da Segurança do Trabalho.	
2014/1	1º	Gincana do Conhecimento	Comunicação Empresarial, Cálculo Aplicado, Desenho Industrial, Teoria da Administração na Gestão da Produção Industrial, Processos de Fabricação.	
	2º	Visita Técnica Souza Motors	Metodologia do Trabalho Científico, Sistemas de Manutenção, Gestão da Qualidade e Produtividade, Fundamentos de Marketing, Controle Metrológico de Processos de Fabricação, Ergonomia.	TGPI141M01
	3º	Cine Fórum – Como as coisas são feitas e a fábrica da Coca-Cola	Custos Industriais, Estratégias da Produção I, Gestão Ambiental Industrial, Administração da Produção I, Logística e Cadeia de Suprimento e Distribuição, Projeto e Gestão da Segurança do Trabalho.	TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01
			AFO I, Administração da Produção II, Confiabilidade de Processos e Produtos,	

	4º	Estudo de Caso – Renault do Brasil Automóveis S/A – Estudo de Caso da Estratégia Operacional	Instrumentação e Automação Industrial, Gestão da Informação de Produção e Operações, Optativa I	
2014/2	1º	Gincana do Conhecimento	Comunicação Empresarial, Cálculo Aplicado, Desenho Industrial, Teoria da Administração na Gestão da Produção Industrial, Processos de Fabricação.	
	2º	Visita Técnica Souza Motors	Metodologia do Trabalho Científico, Sistemas de Manutenção, Gestão da Qualidade e Produtividade, Fundamentos de Marketing, Controle Metrológico de Processos de Fabricação, Ergonomia.	TGPI141M01 TGPI131M01
	3º	Cine Fórum – Como as coisas são feitas e a fábrica da Coca-Cola	Custos Industriais, Estratégias da Produção I, Gestão Ambiental Industrial, Administração da Produção I, Logística e Cadeia de Suprimento e Distribuição, Projeto e Gestão da Segurança do Trabalho.	TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01 TGPI142N01
	4º	Estudo de Caso – Renault do Brasil Automóveis S/A – Estudo de Caso da Estratégia Operacional	AFO I, Administração da Produção II, Confiabilidade de Processos e Produtos, Instrumentação e Automação Industrial, Gestão da Informação de Produção e Operações, Optativa I	
			AFO II, Legislação da Zona Franca de Manaus,	

	5º	Estudo de Caso – Artigo Publicado Abepro	Controle Estatístico de Processos, Gestão de Pessoas, Optativa II, Desenvolvimento e Projeto do Produto, Estágio Supervisionado I.	
2015/1	1º	Gincana do Conhecimento	Comunicação Empresarial, Cálculo Aplicado, Desenho Industrial, Teoria da Administração na Gestão da Produção Industrial, Processos de Fabricação.	
	2º	Estudo de Caso em empresa Regional: Dinâmica de debate, defesa e argumentação de conteúdos relacionados a pesquisa técnica.	Metodologia do Trabalho Científico, Sistemas de Manutenção, Gestão da Qualidade e Produtividade, Fundamentos de Marketing, Controle Metrológico de Processos de Fabricação, Ergonomia.	TGPI141M01 TGPI131M01
	3º	Estudo de Caso em empresa Nacional: Dinâmica de debate, defesa e argumentação de conteúdos relacionados a pesquisa técnica.	Custos Industriais, Estratégias da Produção I, Gestão Ambiental Industrial, Administração da Produção I, Logística e Cadeia de Suprimento e Distribuição, Projeto e Gestão da Segurança do Trabalho.	TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01 TGPI142N01 TGPI151N01
	4º	Estudo de Caso em empresa Multinacional: Dinâmica de debate, defesa e argumentação de conteúdos	AFO I, Administração da Produção II, Confiabilidade de Processos e Produtos, Instrumentação e Automação Industrial, Gestão da Informação de Produção e Operações, Optativa I AFO II, Legislação da Zona	

		relacionados a pesquisa técnica.	Franca de Manaus, Controle Estatístico de Processos, Gestão de Pessoas, Optativa II, Desenvolvimento e Projeto do Produto, Estágio Supervisionado I.	
	5º	Estudo de Caso em empresa Multinacional: Dinâmica de debate, defesa e argumentação de conteúdos relacionados a pesquisa técnica.	Empreendedorismo, Gestão de Projetos Industriais, Planejamento e Controle da Produção, Modelagem Análise e Simulação, Pesquisa Operacional, Estágio Supervisionado II, Trabalho de Conclusão de Curso	
	6º	Trabalho de Conclusão de Curso		
2015/2	1º	Gincana do Conhecimento	Comunicação Empresarial, Cálculo Aplicado, Desenho Industrial, Teoria da Administração na Gestão da Produção Industrial, Processos de Fabricação.	
	2º	Visita Técnica Souza Motors	Metodologia do Trabalho Científico, Sistemas de Manutenção, Gestão da Qualidade e Produtividade, Fundamentos de Marketing, Controle Metrológico de Processos de Fabricação, Ergonomia.	TGPI141M01 TGPI131M01
	3º	Cine Fórum – Como as coisas são feitas e a fábrica da Coca-Cola	Custos Industriais, Estratégias da Produção I, Gestão Ambiental Industrial, Administração da Produção I, Logística e Cadeia de Suprimento e Distribuição, Projeto e Gestão da Segurança do Trabalho.	TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01 TGPI142N01 TGPI151N01

	4º	Estudo de Caso – Renault do Brasil Automóveis S/A – Estudo de Caso da Estratégia Operacional	AFO I, Administração da Produção II, Confiabilidade de Processos e Produtos, Instrumentação e Automação Industrial, Gestão da Informação de Produção e Operações, Optativa I	
2016/1	2º	Visita Técnica Souza Motors	Metodologia do Trabalho Científico, Sistemas de Manutenção, Gestão da Qualidade e Produtividade, Fundamentos de Marketing, Controle Metrológico de Processos de Fabricação, Ergonomia. Custos Industriais, Estratégias da Produção I, Gestão Ambiental Industrial, Administração da Produção I, Logística e Cadeia de Suprimento e Distribuição, Projeto e Gestão da Segurança do Trabalho.	TGPI141M01 TGPI141N01 TGPI142N01 TGPI151N01 TGPI161N01
	3º	Cine Fórum – Como as coisas são feitas e a fábrica da Coca-Cola	AFO I, Administração da Produção II, Confiabilidade de Processos e Produtos, Instrumentação e Automação Industrial, Gestão da Informação de Produção e Operações, Optativa I	
		Estudo de Caso – Renault do Brasil		

	4º	Automóveis S/A – Estudo de Caso da Estratégia Operacional		
2016/2	2º	Visita Técnica Souza Motors	Metodologia do Trabalho Científico, Sistemas de Manutenção, Gestão da Qualidade e Produtividade, Fundamentos de Marketing, Controle Metrológico de Processos de Fabricação, Ergonomia. Custos Industriais, Estratégias da Produção I, Gestão Ambiental Industrial, Administração da Produção I, Logística e Cadeia de Suprimento e Distribuição, Projeto e Gestão da Segurança do Trabalho.	TGPI141M01 TGPI141N01 TGPI142N01 TGPI151N01
	3º	Cine Fórum – Como as coisas são feitas e a fábrica da Coca-Cola	AFO I, Administração da Produção II, Confiabilidade de Processos e Produtos, Instrumentação e Automação Industrial, Gestão da Informação de Produção e Operações, Optativa I	
	4º	Estudo de Caso – Renault do Brasil Automóveis S/A – Estudo de Caso da Estratégia Operacional		
2017/1	1º	Gincana do Conhecimento	Comunicação Empresarial, Cálculo Aplicado, Desenho Industrial, Teoria da Administração na Gestão da Produção Industrial, Processos de Fabricação. Metodologia do Trabalho Científico, Sistemas de Manutenção, Gestão da Qualidade e Produtividade, Fundamentos de	TGPI141N01 TGPI142N01 TGPI151N01 TGPI171N01
	2º	Visita Técnica Souza Motors		

			Marketing, Controle Metrológico de Processos de Fabricação, Ergonomia.	
	3º	Cine Fórum – Como as coisas são feitas e a fábrica da Coca-Cola	Custos Industriais, Estratégias da Produção I, Gestão Ambiental Industrial, Administração da Produção I, Logística e Cadeia de Suprimento e Distribuição, Projeto e Gestão da Segurança do Trabalho.	
	5º	Estudo de Caso – Renault do Brasil Automóveis S/A – Estudo de Caso da Estratégia Operacional	AFO I, Administração da Produção II, Confiabilidade de Processos e Produtos, Instrumentação e Automação Industrial, Gestão da Informação de Produção e Operações, Optativa I	

1.2.1.2 Projetos Transversais do Curso

Eixo: Educação Étnico racial

Atividades transversais étnico raciais			
Semestre	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas
2013/1	Projeto Transversal – Reflexão sobre as relações étnico-raciais.	- Ressaltar as questões étnico-raciais através de palestras educacionais voltadas ao tema em questão .	TGPI122N01 TGPI131N01
2013/2	Cine-Fórum - Invictus	- Discutir algumas questões sociais como: Ética, Meio ambiente, Saúde e Pluralidade cultural.	TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01
2014/1	Semana Tecnológica:	- Discutir amplamente sobre questões étnico-raciais e de educação	TGPI141M01

	Transversalidade Étnico-Ambiental	ambiental	TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01
2014/2	Projeto de Diagnóstico Socioambiental – Projeto Igarapés	- Identificar as estratégias utilizadas pelas indústrias da comunidade a fim de mensurar as práticas ambientais adotadas	TGPI141M01 TGPI131M01 TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01 TGPI142N01
2015/1	Cidade e Negócios Sustentáveis: Simulação de um Processo Produtivo Obedecendo aos Critérios de Sustentabilidade dentro da Cadeia Logística	- Explorar e simular um processo produtivo fincado nas práticas sustentáveis em um processo produtivo SMD – <i>Surface Mounting Device</i> ou Componente de Montagem em Superfície.	TGPI141M01 TGPI131M01 TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01 TGPI142N01 TGPI151N01
2015/2	Projeto de Diagnóstico Socioambiental – Projeto Igarapés	- Identificar as estratégias utilizadas pelas indústrias da comunidade a fim de mensurar as práticas ambientais adotadas	TGPI141M01 TGPI131M01 TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01 TGPI142N01
2016/1	Cidade e Negócios Sustentáveis: Simulação de um Processo Produtivo Obedecendo aos Critérios de Sustentabilidade	- Explorar e simular um processo produtivo fincado nas práticas sustentáveis em um processo produtivo SMD – <i>Surface Mounting Device</i> ou Componente de Montagem em Superfície.	TGPI141M01 TGPI131M01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01 TGPI142N01

	dentro da Cadeia Logística		TGPI151N01
2016/2	Projeto de Diagnóstico Socioambiental – Projeto Igarapés	- Identificar as estratégias utilizadas pelas indústrias da comunidade a fim de mensurar as práticas ambientais adotadas	TGPI141M01 TGPI132N01 TGPI141N01 TGPI142N01
2017/1	Cidade e Negócios Sustentáveis: Simulação de um Processo Produtivo Obedecendo aos Critérios de Sustentabilidade dentro da Cadeia Logística	- Explorar e simular um processo produtivo fincado nas práticas sustentáveis em um processo produtivo SMD – <i>Surface Mounting Device</i> ou Componente de Montagem em Superfície.	TGPI161N01 TGPI162N02 TGPI151N01 TGPI171N01

Eixo: Educação Ambiental

Semestre	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas
2013/1	Projeto Transversal – Reflexão sobre as relações étnico-raciais e de educação ambiental	- Ressaltar as questões étnico-raciais através de palestras educacionais voltadas ao tema em questão.	TGPI122N01 TGPI131N01
2013/2	Cine-Fórum – Invictus	- Discutir algumas questões sociais como: Ética, Meio ambiente, Saúde e Pluralidade cultural.	TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01
2014/1	Semana Tecnológica: Transversalidade Étnico-Ambiental	- Discutir amplamente sobre questões étnico-raciais e de educação ambiental	TGPI141M01 TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01

2014/2	Projeto de Diagnóstico Socioambiental – Projeto Igarapés	- Identificar as estratégias utilizadas pelas indústrias da comunidade a fim de mensurar as práticas ambientais adotadas	TGPI141M01 TGPI131M01 TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01 TGPI142N01
2015/1	Cidade e Negócios Sustentáveis: Simulação de um Processo Produtivo Obedecendo aos Critérios de Sustentabilidade dentro da Cadeia Logística	- Explorar e simular um processo produtivo fincado nas práticas sustentáveis em um processo produtivo SMD – <i>Surface Mounting Device</i> ou Componente de Montagem em Superfície.	TGPI141M01 TGPI131M01 TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01 TGPI142N01 TGPI151N01
2015/2	Projeto de Diagnóstico Socioambiental – Projeto Igarapés	- Identificar as estratégias utilizadas pelas indústrias da comunidade a fim de mensurar as práticas ambientais adotadas	TGPI141M01 TGPI131M01 TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01 TGPI142N01
2016/1	Cidade e Negócios Sustentáveis: Simulação de um Processo Produtivo Obedecendo aos Critérios de Sustentabilidade dentro da Cadeia Logística	- Explorar e simular um processo produtivo fincado nas práticas sustentáveis em um processo produtivo SMD – <i>Surface Mounting Device</i> ou Componente de Montagem em Superfície.	TGPI141M01 TGPI141N01 TGPI142N01 TGPI151N01 TGPI161N01

2016/2	Projeto de Diagnóstico Socioambiental – Projeto Igarapés	- Identificar as estratégias utilizadas pelas indústrias da comunidade a fim de mensurar as práticas ambientais adotadas	TGPI141M01 TGPI141N01 TGPI142N01 TGPI151N01 TGPI161N01 TGPI161N02
2017/1	Cidade e Negócios Sustentáveis: Simulação de um Processo Produtivo Obedecendo aos Critérios de Sustentabilidade dentro da Cadeia Logística	- Explorar e simular um processo produtivo fincado nas práticas sustentáveis em um processo produtivo SMD – <i>Surface Mounting Device</i> ou Componente de Montagem em Superfície.	TGPI151N01 TGPI161N01 TGPI161N02 TGPI171N01

b) Iniciação científica: Objetivando contribuir para a formação na área de pesquisa, oferecendo programa de iniciação científica com bolsas concedidas mediante a apresentação de projetos de pesquisa orientados por professores da área; (Cf. o manual de pesquisa). O curso estimula a iniciação científica por meio de:

- ▶ Incentivar pesquisadores produtivos a envolverem os alunos de graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa da instituição.
- ▶ Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre os alunos mediante suas participações em projetos de pesquisa
- ▶ Aprimorar o processo de formação dos alunos visando sua qualificação profissional para o setor produtivo e empreendedor.
- ▶ Estímulo à formação de estudantes do ensino superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e informação.
- ▶ Os professores e os alunos dos cursos de graduação vistos como agentes vitais das atividades de Iniciação Científica.
- ▶ As atividades de Iniciação Científica desenvolvidas sob a orientação ampla de incentivar o envolvimento de alunos e professores de graduação nas atividades de pesquisa também de natureza extracurricular.

b1) NOPI: O Núcleo de Pesquisa e Inovação é responsável pelo suporte ao desenvolvimento e estímulo de atividades de pesquisa e inovação da FAMETRO tendo com objetivo regulamentar a

pesquisa institucional e estabelecer definições, critérios de avaliação e instrumentos de apoio à pesquisa. Desta maneira, busca-se promover a pesquisa científica produzida pelo seu corpo acadêmico, baseado no saber local relevante a formação de uma sociedade sustentável com respeito aos princípios éticos e aprimoramento dos processos de ensino, aprendizagem e inovação.

b2) **Revista Científica:** A revista científica Nambiquara é um projeto editorial desenvolvido pela FAMETRO que tem como principal objetivo divulgar trabalhos originais da área de humanidades, sobretudo aqueles que tratem de problemas relacionados à realidade amazônica, além de fomentar a produção acadêmica e divulgar as pesquisas realizadas no âmbito de nossa IES. Segundo dicionário da Língua tupi significa “fala inteligente”. É neste sentido que a revista pretende se constituir, como um espaço de fala inteligente, de encontro de ideias e reflexões. Esse projeto editorial está aberto à comunidade acadêmica nacional e internacional e destina-se à publicação de trabalhos que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação e o desenvolvimento científico, além da atualização do conhecimento no campo das ciências humanas e sociais.

b3) **REVISTA JURÍDICA =** A Revista Jurídica do Curso de Direito denominada de FAMETRO JURÍDICA – REVISTA DE DIREITO teve seu primeiro número publicado no ano de 2012 e o segundo número no ano de 2013, primeiro semestre. Em 2014, os números 03 e 04 serão publicados. Essa Revista vem coroar e oportunizar novos caminhos da educação jurídica na FAMETRO apoiada no tripé ensino, pesquisa e extensão. Essa revista é aberta a publicação de pesquisas de instituições e profissionais da área jurídica e também visa privilegiar as pesquisas do corpo docente e discente do Curso de Direito da FAMETRO.

b4) Diálogos Amazônicos – Revista impressa como conteúdos temáticos da amazônia.

b5) Núcleo de Apoio a Pesquisa e Ensino do Direito - NAPED que tem como objetivo geral desenvolver pesquisas na área jurídica, publicar os resultados da pesquisa e principalmente incentivar o corpo discente e docente para desenvolverem pesquisas que irão não somente complementar o conteúdo trabalhado nas diversas disciplinas mas possibilitar que o aluno tenha um olhar interdisciplinar e holístico, conectando todo o conhecimento adquirido a uma realidade social mais ampla.

1.2.1.4 Projetos de Iniciação Científica do curso no último triênio

Atividades de Iniciação Científica

Semestre	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas ou Aluno envolvido
2013	-	-	-
2014	-	-	-
2015	Novas Tecnologias em Ferramentas Pneumáticas de Torque na Empresa Motocar Indústria e Comércio de Triciclos Ltda	Relatório Técnico desenvolvido pelo acadêmico finalista do 6º Período do Curso de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial.	Walter Cesar Lorenzini

1.2.1.5 Projetos de Iniciação Tecnológica do curso no último triênio

Atividades de Iniciação Tecnológica			
Semestre	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas ou aluno envolvido
2013	-	-	-
2014	-	-	-
2015	Cidade e Negócios Sustentáveis: Simulação de um Processo Produtivo Obedecendo aos Critérios de Sustentabilidade dentro da Cadeia Logística	- Exploração e simulação de um processo produtivo fincado nas práticas sustentáveis em um processo produtivo SMD – <i>Surface Mounting Device</i> ou Componente de Montagem em Superfície.	TGPI141M01 TGPI131M01 TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01 TGPI142N01 TGPI151N01

c) Extensão: Por meio de atividades de extensão são incentivados os trabalhos de pesquisa, investigação científica, capacitação e aperfeiçoamento e a interação entre a Instituição e a comunidade, com a participação do corpo discente. São atividades de Extensão posposta pela Faculdade: Oferta de serviço à comunidade através da Semana de Responsabilidade Social, Palestras Educativas com temas específicos em cada área entre outros (Cf. o regulamento de Extensão).

O curso realiza atividades de extensão como, por exemplo, ações de conscientização, minicursos e serviços voluntários para a comunidade entre outras. Aperfeiçoamento acadêmico: participação em seminários, palestras, congressos, conferências, encontros e defesas de monografias, dissertações e teses, concursos de monografias e outros similares. Participação ou realização de quaisquer outras atividades que guardem correlação com o curso. Visitas técnicas: atividades voltadas à oportunidade do conhecimento de empresas ou instituições da futura área de atuação do aluno. Oficinas práticas: atividades relacionadas ao desenvolvimento de habilidades voltadas às diversas técnicas e procedimentos inerentes à profissão escolhida.

1.2.1.6 Projetos de Extensão do Curso no Último Triênio

Atividades de Extensão			
Semestre	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas
2013	I Encontro da Produção Industrial	Oficinas buscando fortalecer o(a) acadêmico(a) sob três enfoques: o da capacidade de aprendizagem contínua, visão generalista das organizações e compreensão global da problemática organizacional.	TGPI131M01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI122N01
2014	Circuito de Palestras e Cursos	Cursos buscando fortalecer o(a) acadêmico(a) sob três enfoques: o da capacidade de aprendizagem contínua, visão generalista das organizações e compreensão global da problemática organizacional.	TGPI131M01 TGPI141M01 TGPI141N01 TGPI142N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI122N01
2015	Cidade e Negócios Sustentáveis: Simulação de um Processo Produtivo Obedecendo aos Critérios de Sustentabilidade dentro da Cadeia Logística	- Exploração e simulação de um processo produtivo fincado nas práticas sustentáveis em um processo produtivo SMD – <i>Surface Mounting Device</i> ou Componente de Montagem em Superfície.	TGPI141M01 TGPI131M01 TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01 TGPI142N01 TGPI151N01

2016	Circuito de Palestras e Cursos	Cursos buscando fortalecer o(a) acadêmico(a) sob três enfoques: o da capacidade de aprendizagem contínua, visão generalista das organizações e compreensão global da problemática organizacional.	TGPI131M01 TGPI141M01 TGPI141N01 TGPI142N01 TGPI151N01 TGPI161N01 TGPI162N01
2017	Simulação de um Processo Produtivo Obedecendo aos Critérios de Sustentabilidade dentro da Cadeia Logística	- Exploração e simulação de um processo produtivo fincado nas práticas sustentáveis em um processo produtivo SMD – <i>Surface Mouting Device</i> ou Componente de Montagem em Superfície.	TGPI151N01 TGPI161N01 TGPI162N01 TGPI171N01

c.1) Responsabilidade Social: Inclusão Social

Tendo em vista as Políticas de Responsabilidade Social, de Inclusão e Acessibilidade, considerando a missão institucional prevista no PDI, e ainda a Política Nacional para a Inclusão Social em consonância com o programa Nacional de Direitos Humanos, atende aos seguintes princípios que são assumidos e seguidos pela FACULDADE METROPOLITANA DE MANAUS :Desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da Sociedade Civil, de modo a assegurar a plena integração dos indivíduos de necessidades especiais de deficiência no contexto socioeconômico e Cultural; Estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das Leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico; e respeito às pessoas portadoras de necessidade especiais, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhe são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

Neste sentido A FAMETRO tem procurado exercer seu papel de empresa socialmente responsável através do estabelecimento de convênio e parcerias com as comunidades do seu entorno, tendo em vista a prestação de serviços e o apoio técnico-científico através dos nossos cursos de graduação. Destaca-se como atividade de Responsabilidade Social do Curso em Direito as atividades realizadas pelo Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, a oferta de apoio jurídico a população carente nas áreas cível, de família, trabalhista e penal.

1.2.1.7 Projetos de Responsabilidade Social do Curso no Último Triênio

Atividades de Extensão e Responsabilidade Social			
Semestre	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas
2013	Igarapés	Atendimento à comunidade Vila Amazônica por meio de cartilhas de conscientização buscando entendimento do entorno.	TGPI131M01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI122N01
2014	Igarapés	Atendimento à comunidade Vila Amazônica por meio de diagnóstico socioambiental.	TGPI131M01 TGPI141M01 TGPI141N01 TGPI142N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI122N01
2015	Igarapés	Atendimento à comunidade Vila Amazônica por meio de oficinas técnicas de elaboração de currículos para acesso as empresas do PIM.	TGPI141M01 TGPI131M01 TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01 TGPI142N01 TGPI151N01
2016	Igarapés	Atendimento à comunidade Vila Amazônica por meio de diagnóstico socioambiental.	TGPI141M01 TGPI141N01 TGPI142N01 TGPI151N01 TGPI161N01 TGPI162N01
2017	Igarapés	Atendimento à comunidade Vila Amazônica por meio de oficinas técnicas de elaboração de currículos para acesso as empresas do PIM.	TGPI151N01 TGPI161N01 TGPI162N01 TGPI171N01

1.3 Objetivos do Curso

Com o propósito de aprimorar e fortalecer os cursos superiores de tecnologia e em cumprimento ao decreto n. 5.773/06 o Ministério da Educação lança o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e estabelece os objetivos ao curso:

1.3.1 objetivo Geral

O Tecnólogo em Gestão da Produção Industrial atua nas organizações industriais, buscando a melhoria da qualidade e produtividade industrial. Dentre as atividades desempenhadas por este profissional, destacam-se a identificação e o estudo de oportunidades de negócios na área industrial, coordenação de equipes de produção, diagnóstico e otimização de fluxos de materiais e a utilização de conhecimentos da logística industrial. O domínio e aplicação das normas de segurança no trabalho e gestão ambiental são requisitos à atuação deste profissional.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Instituir condições atitudinais e técnicas para compreensão dos conceitos de Produção e Operações em empresas de manufatura e serviços;
- Possibilitar o conhecimento e a forma de utilização dos processos operacionais, gerenciais e estratégicos da organização;
- Criar condições para que o aluno conheça as tecnologias que promovem agilidade às operações, com ganhos em produtividade e minimização dos custos;
- Desenvolver no profissional o senso ético de respeito às diferenças raciais e culturais bem como o compromisso com a ética profissional e o atendimento à legislação vigente;
- Capacitar o discente para trabalhar em equipes multidisciplinares, na implementação de políticas de Gestão Integrada de Segurança, Saúde e Meio Ambiente do Trabalho;
- Capacitar para informar os trabalhadores e empregados sobre situações administrativas como: atividades insalubres, perigosas, penosas, riscos específicos, alternativas na eliminação ou neutralização dos mesmos assim como, situações socioeconômicos e do meio ambiente;
- Formar egressos para o exercício da gestão da prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, como ferramenta para atingir o desenvolvimento sustentável;
- Incentivar a auto-aprendizagem e educação continuada;
- Desenvolver nos discentes o domínio da leitura, interpretação e expressão.
- Utilizar metodologias que propicie o desenvolvimento e o domínio de técnicas computacionais;
- Promover o conhecimento da normalização pertinente à sua área de atuação;

- Desenvolver as competências profissionais do tecnólogo para a identificação, modelagem e resolução de problemas;
- Promover e divulgar a responsabilidade social como diferencial para as organizações;
- Propiciar o desenvolvimento do raciocínio crítico e a capacidade analítica do aluno, habilitando-o a implementar soluções gerenciais em diferentes tipos de organizações e em diferentes cenários;
- Propiciar o desenvolvimento de uma consciência ético – social

1.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Curso de Graduação Tecnológica em Gestão da Produção Industrial busca formar profissionais com postura de um profissional capacitado, com conhecimentos práticos cientificamente embasados, visão sistêmica e humanista, capacidade empreendedora, ético, inovador e estimulado a buscar a eficiência e a eficácia de sistemas produtivos.

É com base nesse contexto, que a FAMETRO procurou estruturar a matriz curricular do curso em ementas ágeis e flexíveis, caracterizada pela formação especializada, com estudos específicos, profundos, focados e direcionados à área de atuação profissional, capazes de responder positivamente às demandas do mundo trabalho. Com a finalidade também, de formar profissionais que busquem a interação de seus conhecimentos de forma a desenvolver e aplicar ações e práticas demandadas por um mercado com características fortemente competitivas, valorizando a reflexão, a busca de inovações e criando caminhos próprios que possam suprir as restrições das diversas áreas.

O egresso deverá ter as seguintes características como perfil:

- a) Capacidade de desenvolver produtos, processos e serviços e sua viabilidade;
- b) Desenvolver métodos e processos;
- c) Ser um profissional com sensibilidade para empreender, através da elaboração e gerencia de projetos, estratégias e planejamento empresarial;
- d) Ter competência para controlar e gerenciar custos, bem como capacidade para planejar e controlar a produção, planejamento da capacidade, sistemas de produção, arranjo físico, manutenção industrial, administração de materiais, movimentação e armazenamento de materiais;
- e) Capaz de trabalhar as ferramentas, auditoria e certificações do Sistema da Qualidade;
- f) Reconhecer a importância dos protocolos de Saúde, Segurança e Meio Ambiental no que se refere as normas reguladoras, ergonomia e ISSO 14000 e OHSAS 18000;
- g) Ser capaz de manipular instrumentos básicos do sistema de medição assim como avaliar, validar esses processos de medição;

- h) Ser um profissional capaz de liderar, treinar e coordenar equipes, bem como entender os sistemas de informações gerenciais.

1.4.1 Competências e Habilidades Gerais:

O curso de Graduação Tecnológica em Gestão da Produção Industrial pretende o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades gerais:

- Visão generalista das organizações;
- Preocupação com o papel da Gestão da Produção Industrial diante da sociedade;
- Atenção preferencial para a qualificação e motivação pessoal;
- Habilidade para negociar;
- Sensibilidade política;
- Antecipação aos problemas.

1.4.1.1 Competências e Habilidades Específicas:

Quanto o desenvolvimento de competências e habilidades específicas o Curso de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial pretende o desenvolvimento dos requisitos abaixo:

- Ação estratégica e menos rotineira;
- Capacidade de aprendizagem contínua e sensibilidade social;
- Capacidade integradora;
- Criatividade;
- Dinamismo;
- Flexibilidade;
- Iniciativa;
- Organização e sistematização;
- Senso crítico;
- Capacidade de realização;
- Capacidade de trabalho em equipe.

1.5 ESTRUTURA CURRICULAR

Fundamentada em uma perspectiva mais abrangente e dinâmica de currículo, o Curso Superior pretende uma estrutura curricular onde em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos à distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade..

A organização curricular dos cursos superiores contemplará o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético.

- ▶ Flexibilidade: Todas as matrizes dos cursos superiores da Fametro possuem disciplinas optativas ofertadas periodicamente, tendo em vista, flexibilizar o perfil de formação proporcionando ao aluno a construção de um processo formativo diferenciado. Bem como ele pode cursar as disciplinas optativas de outros cursos.
- ▶ Interdisciplinaridade: Todos os cursos da Fametro desenvolvem projetos interdisciplinares promovendo a integração das disciplinas de um mesmo período por meio da pedagogia de projetos. Esta metodologia de projeto se encontra no Regulamento Institucional de Interdisciplinaridade anexo a este documento.
- ▶ Transversalidade: Todos os cursos da Fametro desenvolvem projetos transversais promovendo a integração das disciplinas discutindo as temáticas de Educação Étnica racial e Educação Ambiental em um mesmo período em todo o curso por meio da pedagogia de projetos. Esta metodologia de projeto se encontra no Regulamento Institucional de Transversalidade anexo a este documento.
- ▶ Acessibilidade Pedagógica e Atitudinal: A Fametro promove a acessibilidade pedagógica e atitudinal por meio da utilização de metodologias e técnicas de estudo que favoreçam o aprendizado e o desenvolvimento de competências objetivando que todos possam aprender e se desenvolver, para tanto são planejadas e utilizadas metodologias de ensino com o uso de recursos tecnológicos que favoreçam a remoção de qualquer barreira ao ato de aprender. Estes processos metodológicos encontram-se normatizados em regulamentação própria e no manual de metodologia de ensino e avaliação da Fametro.
- ▶ Compatibilidade da Carga Horária Total: A carga horária dos cursos obedece ao descrito nas diretrizes curriculares nacionais no caso dos bacharelados e licenciaturas, e no caso dos tecnológicos o Catalogo Nacional de Cursos e a Resolução dos cursos tecnológicos. E a carga horária dos cursos está calculada em hora relógio.
- ▶ Articulação da Teoria com a Prática: Os cursos de graduação da Fametro prevêem em suas disciplinas carga horária teórica e prática. A depender da natureza do curso e da especificidade do componente curricular a carga horária prática poderá chegar até o percentual de vinte por cento da carga horária total da disciplina.

Consideramos ainda que a Estrutura Curricular deverá compreender as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado. Portanto, a estrutura curricular do curso é:

No 1º Período serão ministradas as seguintes disciplinas: Comunicação Empresarial 80h;

Teorias da Administração na Gestão Industrial 80h; Processos de Fabricação 80h; Cálculo Aplicado 80h; Desenho Industrial 80h.

No 2º Período serão ministradas as seguintes disciplinas: Metodologia do Trabalho Científico 80h; Gestão da Qualidade e Produtividade 80h; Ergonomia 80h; Controle Metrológico de Processos de Fabricação 80h; Fundamentos de Marketing 40h; Sistemas de Manutenção 40h.

No 3º Período serão ministradas as seguintes disciplinas: Custos Industriais 80h; Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos e Distribuição 80h; Administração da Produção I 80h; Estratégias da Produção 80h; Gestão Ambiental Industrial 40h; Projeto e Gestão da Segurança do Trabalho 40h.

No 4º Período serão ministradas as seguintes disciplinas: Administração Financeira e Orçamentária I 80h; Administração da Produção II 80h; Confiabilidade de Processos e Produtos 80h; Instrumentação e Automação Industrial 80h; Gestão da Informação de Produção e Operações 40h; Optativa I 40h.

No 5º Período serão ministradas as seguintes disciplinas: Administração Financeira e Orçamentária II 80h; Legislação da Zona Franca de Manaus 80h; Controle Estatístico de Processos 80h; Desenvolvimento e Projeto de Produto 80h; Optativa II 40h; Gestão de Pessoas 40h.

No 6º Período serão ministradas as seguintes disciplinas: Empreendedorismo 80h; Gestão de Projetos Industriais 80h; Planejamento e Controle da Produção – PCP 80h; Modelagem, Análise e Simulação 80h; Pesquisa Operacional 80h.

- ➔ Trabalho de Conclusão de Curso – 80h
- ➔ Horas Complementares – 100h
- ➔ Disciplinas Optativas – Inglês, Educação para os Direitos Humanos, Libras, Gestão da Inovação e Liderança, Manutenção Produtiva Total, Tópicos Especiais em Produção Industrial I, Tópicos Especiais em Produção Industrial II.

MATRIZ CURRICULAR

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Nº	NÚCLEO DE DISCIPLINAS	CH	CR	
1º SEMESTRE				
01	NÚCLEO COMUM	Comunicação Empresarial	80	4
02		Homem Natureza e Sociedade	40	2
03		Metodologia do Trabalho Científico	80	4
04		Matemática Básica	80	4
05		Informática Básica	40	2
06	NÚCLEO ESPECÍFICO	Teorias da Administração na Gestão Industrial	80	4
Subtotal			400	20

2º SEMESTRE				
07	NÚCLEO COMUM	Fundamentos de Economia e Empreendedorismo	80	4
08		Estatística	80	4
09	NÚCLEO ESPECÍFICO	Ergonomia	80	4
10		Fundamentos de Marketing	40	2
11		Desenho Técnico	80	4
12		Sistemas de Manutenção	40	2
Subtotal			400	20

3º SEMESTRE				
13	Gestão da Qualidade e Produtividade		80	4
14	Custos Industriais		80	4
15	Estratégias de Produção		80	4
16	Gestão Ambiental Industrial		40	2
17	Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos e Distribuição		80	4
18	Projeto e Gestão da Segurança do Trabalho		40	2
Subtotal			400	20

4º SEMESTRE				
19	Administração da Produção		80	4
20	Controle Metrológico de Processos de Fabricação		80	4
21	Confiabilidade de Processos e Produtos		80	4
22	Gestão da Informação de Produção e Operações		40	2
23	Instrumentação e Automação Industrial		80	4
24	Optativa I		40	2
Subtotal			400	20

5º SEMESTRE				
25	Administração Financeira e Orçamentária		80	4
26	Controle Estatístico de Processos		80	4
27	Desenvolvimento e Projeto de Produto		80	4
28	Gestão de Pessoas		40	2
29	Legislação da Zona Franca de Manaus		80	4
30	Optativa II		40	2
Subtotal			400	20

6º SEMESTRE			
31	Gestão da Inovação e Liderança	40	2
32	Gestão de Projetos Industriais	80	4
33	Modelagem Análise e Simulação	80	4
34	Pesquisa Operacional	80	4
35	Optativa III	40	2
36	Práticas em Gestão da Produção Industrial/TCC	80	4
Subtotal		400	20

DISCIPLINAS ELETIVAS		
Educação para os Direitos Humanos	40	2
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	40	2
Empreendedorismo	40	2
Tópicos Especiais em Gestão da Produção Industrial I	40	2
Tópicos Especiais em Gestão da Produção Industrial II	40	2
Tópicos Especiais em Gestão da Produção Industrial II	40	2
Inglês	40	2

RESUMO DO CURSO	
Disciplinas Obrigatórias	2.400 horas
Atividades Complementares	100 horas
Carga Horária Total	2.500 horas

1.5.1 Matriz do Curso

As unidades curriculares da matriz apresentam, em sua maioria, conteúdos que implicam em abordagens metodológicas teóricas e práticas. Visando alcançar os objetivos propostos no Plano de Ensino de cada disciplina, serão utilizados instrumentos pedagógicos diversificados, com o intuito de estreitar a relação entre a teoria e a prática, estimulando o aprendizado. A aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias ao profissional acontecerá de maneira gradativa e com grau de complexidade progressiva, permitindo o desenvolvimento do perfil profissional.

1.5.2 Ementário

1º PERÍODO

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL 80H

Estudo e revisão gramatical. Estrutura sintática e estruturação de frase. A comunicação: Modos da comunicação e modos de estruturação das relações individuais e sociais; Comunicação como variável estratégica; O campo da comunicação Interna: Planejamento e Política de Instrumentos. Modelos de comunicação para empresa. Produção de textos. Técnicas de redação, teoria e prática no contexto da Educação Ambiental e das relações Culturais e Étnico-Raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CHINEM, Rivaldo. Introdução à comunicação empresarial. São Paulo: Saraiva, 2010.
2. GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprenda a pensar. 23.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
3. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 18.ed. São Paulo: Nacional, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BAHIA, Benito Juarez. Introdução a comunicação empresarial. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
2. BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37.ed. São Paulo: Lucerna, 2009.
3. PIMENTA, Maria Alzira. Comunicação empresarial. 7.ed. São Paulo: Alínea, 2010.
4. TERCIOTTI, Sandra Helena; MACARENCO, Isabel. Comunicação empresarial. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

5. TAVARES, Maurício. Comunicação empresarial e planos de comunicação: integrando teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO DA GESTÃO INDUSTRIAL 80H

A Administração e suas perspectivas: conceito, campo e objetivo; ciências sociais e a Administração; antecedentes históricos da Administração. Abordagem clássica da Administração: Administração científica; teoria clássica (anatômica e estrutural). Abordagem humanística da administração: teoria das relações humanas. Abordagem estruturalista: teoria burocrática; teoria estruturalista. Abordagem neoclássica da administração: processo administrativo; administração por objetivos (APO). Abordagem comportamental: teoria comportamental; abordagem sistêmica; abordagem contingencial; modelo japonês de administração: qualidade total; modelo japonês x modelo americano. Novas tendências em administração para o terceiro milênio; visão holística; Administração Industrial empreendedora; administração virtual; administração participativa; as Organizações que aprendem; a tecnologia da informação e a administração; contribuição brasileira as teorias administrativas: pensadores, obras e contribuições; o estilo brasileiro de administrar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a teoria geral da administração. 8. ed. São Paulo: Campus, 2011.
2. FERREIRA, Ademir Antônio; REIS, Ana Carla Fonseca; PEREIRA, Maria Isabel. Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna gestão da produção industrial de empresas. São Paulo: Thomson Pioneira, 2011.
3. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DAFT, Richard L. Administração. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
2. LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. Administração: princípios e tendências. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
3. MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. Teoria geral da administração. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
4. MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Teoria geral da administração. edição compacta. São Paulo: Atlas, 2010.
5. MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 2011.

PROCESSOS DE FABRICAÇÃO 80H

Projeto Geométrico. Escolha adequada dos Processos de Fabricação. Processos de Conformação Metalúrgica - Fundição: Modelagem em areia, Molde metálico (permanente), Fundição por Centrifugação, (Coquilhas), Fundição de precisão: Em Casca (Shell molding), Cera Perdida. - Metalurgia do Pó: Sinterização. Processos de Conformação Plástica: Laminação, Estampagem, Forjamento, Extrusão, Trefilação. Processos de Conformação por Usinagem: Torneamento, Aplainamento, Furação, Alargamento, Mandrilamento, Fresamento, Serramento, Brochamento, Roscamento, Limagem, Rasquetamento, Tamboramento, Retificação, Brunimento, Lapidação, Polimento, Jateamento, Afiação, Usinagens Especiais: por Eletroerosão, por Jato de Água, a Plasma, por Ultra som. Usinagem em Altíssimas velocidades. Processos de soldagem: Soldagem a gás, Soldagem a arco elétrico (SMAW), Soldagem TIG (GTAW), Soldagem semi-automático com Arame Sólido MIG/MAG-GMAW; Soldagem semi-automática com Arame Tubular (FCAW), Soldagem a Arco Submerso, Soldagem por Resistência, Soldagem por “laser”, Soldagem por Ultra-som, Brasagem. Prototipagem Rápida.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FITZPATRIC, Michael. Introdução aos processos de usinagem. Porto Alegre: McGraw Hill/Artmed, 2013.
2. GROOVER, Mikell P. Introdução aos processos de fabricação. São Paulo: LTC, 2014.
3. KIMUNAMI, Cláudio Shyinti; CASTRO, Walman Benício de; OLIVEIRA, Marcelo Falcão. Introdução aos processos de fabricação de produtos metálicos. São Paulo: Edgard Blucher, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DIAS, Luis Andrade de Mattos. Estruturas de aço: conceitos, técnicas e linguagem. 7.ed. São Paulo: Ziguarte, 2009.
2. DINIZ, Anselmo Eduardo; MARCONDE, Francisco Carlos; COPPINI, Nivaldo Lemos. Tecnologia da usinagem dos materiais. 6.ed. São Paulo: Artliber, 2013.
3. EDITORA SENAI. Soldagem: área metalurgia. São Paulo: Senai, 2013. (Coleção Informações tecnológicas).
4. GEARY, Don; MILLER, Rex. Soldagem. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.
5. LOKENSGARD, Erik. Plásticos industriais: teoria e aplicações. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

CÁLCULO APLICADO 80H

Funções Elementares de Uma Variável: polinomiais, exponencial, logaritmo, funções trigonométricas. Limite. Limites infinitos e no infinito. Limites fundamentais. Continuidade. A derivada no ponto. Interpretação geométrica e cinemática. Função derivada. Regras de derivação. Regra da Cadeia. Taxas relacionadas. Propagação de erros e aproximação linear. Valores extremos, crescimento e decrescimento de uma função. Problemas de máximos e mínimos. Antiderivação, integral indefinida, integral definida, propriedades e Teorema Fundamental do Cálculo. Técnicas de Integração. Aplicações de integral definida. Funções de mais de uma variável, domínio, imagem e gráficos. Derivadas parciais. Regra da Cadeia. Extremos de funções de várias variáveis e problemas de otimização. Equações diferenciais separáveis. Equações diferenciais lineares. Aplicações à Física, Química e Engenharia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ÁVILA, Geraldo. Cálculo das funções de uma variável. v.1. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
2. BOYCE, Willian E.; DIPRIMA, Richard C. Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno. 9.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
3. STEWART, James. Cálculo. v.1. São Paulo: Cenagage Learning, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CALDEIRA, André Machado; SILVA, Luiza Maria Oliveira da.; MACHADO, Maria Augusta Soares [et.al.] Pré-cálculo. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
2. FLEMMING, Diva Marília. Cálculo B: funções de variáveis, integrais múltiplas, integrais curvilíneas e de superfície. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. (4 exs)
3. GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo. v.1. São Paulo: LTC, 2011.
4. IEZZI, G.; MURAKAMI, C.; MACHADO, N. J. Fundamentos de matemática elementar: limites, derivadas, noções de integradas. v.8. São Paulo: Atual, 2010.
5. STEWART, James. Cálculo. v.2. 6. ed. São Paulo: Cenagage Learning, 2012.

DESENHO INDUSTRIAL 80H

Introdução ao Desenho Técnico; Normas para o Desenho Técnico; Sistemas de representação: 1º e 3º diedros; Cotagem; Corte e Vistas Omitidas; Perspectivas axiométrica, isométrica, bimétrica e trimétrica. Perspectiva cavaleira; Interpretar e desenhar circuitos elétricos e eletrônicos (Padrões de Desenhos, Símbolos Gráficos, Esquemas e Diagramas, Contatos e

Terminais), elementos de máquinas (Parafusos, Porcas, Arruelas, Pinos, Contrapinos, Rebites, Solda, Chaveta, Eixo, Rolamento, Buchas, Mancais e Excêntrico), instalações de equipamentos (termômetros, vidrarias em geral, balanças, manômetros e bombas) e plantas industriais (tanques, trocadores de calor, caldeiras, vasos de pressão e tubulação industrial).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CRUZ, Michele David da. Desenho técnico: controle e processos industriais. São Paulo: Érica, 2014. (Série Eixo).
2. KUBBA, Sam A. A. Desenho técnico para construção. São Paulo: Bookman, 2014.
3. RIBEIRO, Antônio Clélio; PERES, Mauro Pedro; IZIDORO, Nacir. Curso de desenho técnico e Autocad. São Paulo: Pearson, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FRENCH, Thomas Ewing. Desenho técnico e tecnologia gráfica. 8.ed. São Paulo: Globo, 2009.
2. MONTENEGRO, Gildo A. A perspectiva dos profissionais. 2.ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.
3. SILVA, Arlindo; RIBEIRO, Carlos Tavares; DIAS, João; SOUSA, Luís. Desenho técnico moderno. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
4. SCHNEIDER, W. Desenho técnico industrial. São Paulo: Hemus, 2009.
5. SPECK, Henderson José; PEIXOTO, Virgílio. Manual básico de desenho técnico. 8.ed. São Carlos: UFSC, 2013.

2º PERÍODO

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO 80h

Introdução à metodologia da pesquisa científica. O método científico e suas aplicações. Reflexões sobre o ato de estudar, leitura de texto. O estudo de texto. A documentação pessoal. A técnica de redação. Diretrizes para elaboração de um seminário. Diretrizes para elaboração de um trabalho científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
2. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
3. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. 4. ed. São Paulo. Saraiva 2010.
2. FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico. 14.ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2012.
3. OLIVEIRA NETTO, Alvim Antônio de. Metodologia da pesquisa científica: guia prático para a apresentação de trabalhos acadêmicos. 3.ed. Florianópolis: Visual Books, 2008.
4. RODRIGUES, Auro de Jesus. Metodologia científica: completo essencial para vida universitária. São Paulo: Avecamp, 2009.
5. TOMASI, Carolina. Comunicação científica: normas técnicas para redação científica. São Paulo: Atlas, 2008.

SISTEMAS DE MANUTENÇÃO 40h

Manutenção industrial: introdução; conceitos e objetivos; políticas e estratégias. Planejamento e Controle da Manutenção; práticas e recomendações; planejamento da rotina e de grandes paradas; negociação com a produção. Ferramentas Gerenciais de Manutenção; Custos de Manutenção; Terceirização da Manutenção; Modalidades critérios e cuidados. Manutenção corretiva, preventiva e preditiva; técnicas de manutenção; Manutenção Preditiva Total – conceitos objetivos e fases de implantação; o papel dos estoques na manutenção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. KARDEC, Alan; NASCIF, Julio. Manutenção preditiva: fator de sucesso na gestão empresarial. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013.
2. PEREIRA, Mário Jorge. Técnicas avançadas de manutenção. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.
3. SANTOS, Valdir Aparecido dos. Manual prático manutenção industrial. 4.ed. São Paulo: Icone, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. 9.ed Nova Lima: FALCONI, 2013.
2. GIL, Branco. A organização, o planejamento e o controle da manutenção. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.
3. GEBRAN, Amaury Pessoa. Manutenção e operação de equipamentos de subestações. Porto Alegre: Bookman, 2014. (Série Tecke).
4. GONÇALVES, Edson. Manual básico para inspetor de manutenção. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2013.
5. SHIGUNOV NETO, Alexandre; SCARPIM, João Augusto. Terceirização em serviços de manutenção industrial. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

GESTÃO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE 80h

Histórico, evolução e conceitos da gestão da qualidade; As contribuições dos gurus da qualidade para a gestão; TGC e TQM e os modelos de excelência; Modelos de gestão da Qualidade Total aplicados na manufatura; Modos potenciais de falha; os custos da qualidade. A qualidade total e a estratégia da empresa; integração dos planos e sistemas da qualidade às estratégias de negócio. A Qualidade no projeto: desenvolvimento do planejamento da qualidade e plano de controle no projeto do produto. Metodologias para a melhoria do processo: metodologia de solução de problemas; as sete ferramentas básicas da Qualidade; KAISEN; 5S; PDCA; QDF; FMEA; gerenciamento da rotina diária; 6 SIGMA. As normas de gestão:breve histórico; NBR ISSO 9000;NBR ISO 9001; NBR ISO 9004; ISO TS 16949.SGQ: planejamento e implementação do SGQ; A função da alta administração no SGQ; Os objetivos de um SGQ; A Avaliação da efetividade do SGQ. Certificações: Auditoria e manutenções dos certificados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARSHALL JUNIOR, Isnard; ROCHA, Alexandre Varanda; MOTA, Edmarson Bacelar [et al.]. Gestão da qualidade e processos. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
2. PYZDEK, Thomas; KELLER, Paul. Seis sigma: guia do profissional. 3.ed. Rio de Janeiro: Altas Books, 2011.
3. VIEIRA FILHO, Geraldo. Gestão da qualidade total: uma abordagem prática. 4.ed. Campinas: Alinea, 2012. (Coleção administração e sociedade).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAMPOS, Vicente Falconi. TQC- controle da qualidade total no estilo japonês. 2 ed. Nova Lima: INDG, 2004.
2. FIGUERA, Tadeu; RAMALHO, Jorge. NBR ISO 9001-2008: Guia brasileiro para interpretação e aplicação. São Paulo: Atlas, 2012.
3. MARSHALL JUNIOR, Isnard. Gestão da qualidade. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
4. OLIVEIRA, Otávio J. Gestão da qualidade: tópicos avançados. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
5. SELEME, Robson; STADLER, Humberto. Controle da qualidade: as ferramentas essenciais - abordagem gerencial. Paraná: IBEX, 2012.

FUNDAMENTOS DE MARKETING 40h

O Conceito de Marketing: O que é Marketing; Marketing como orientação da gestão empresarial; O ambiente de Marketing: Clientes; O ambiente organizacional; O microambiente e o macroambiente; O mercado global; Elementos do composto de marketing: Produto; Preço; Praça e Promoção; Comportamento do consumidor: O consumidor; Fatores que influenciam o comportamento; O processo de decisão de compra; Inteligência de marketing: Sistema de informações de marketing; A pesquisa de marketing; Segmentação de mercado: Por que segmentar; Exigências para segmentação; Bases para segmentação; Seleção de segmentos; Monitoração da segmentação; Posicionamento: O posicionamento como estratégia de marketing; Identificação das vantagens competitivas; Comunicação das vantagens competitivas; Componentes do Plano Estratégico de Marketing.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CROCCO, Luciano; GIOIA, Ricardo M.; ROCHA, Thelma; STREHLAU, Vivian Iara [et al.] Fundamentos de marketing: conceitos básicos. v.1. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. (Coleção de Marketing).
2. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Plano de marketing para micro e pequena empresa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
3. PINHEIRO, Duda; GULLO, José. Fundamentos de marketing: suporte as estratégias de negócios das empresas. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. COBRA, Marcos. Administração de vendas. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
2. _____. Administração de marketing no Brasil. 3.ed Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
3. CROCCO, Luciano; GIOIA, Ricardo M.; ROCHA, Thelma; STREHLAU, Vivian Iara [et al.] Decisões de marketing: os 4Ps. v.2. 3.ed. 2013. (Coleção de Marketing).

4. CHIAVENATO, Idalberto. Administração de vendas: uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
5. HOOLEY, Graham; PIERCY, Nigel F.; NICOLAUD, Brigitte. Estratégia de marketing e posicionamento competitivo. 4.ed. São Paulo: Pearson, 2011.

CONTROLE METROLÓGICO DE PROCESSOS DE FABRICAÇÃO 80h

Sistemas de Medição: Métodos de Medição; Características dos Sistemas de Medição; Algarismos Significativos. Erros de Medição: Tipos de Erros; Exemplo de Erro Sistemático e Erro Aleatório. Incerteza da Medição: Função Distribuição de Probabilidade; Média Aritmética; Medidas de Dispersão; Distribuições de Probabilidade Usuais na Metrologia; Incerteza de Medição. Propagação de Incertezas: Incerteza Máxima; Incerteza Provável; Coeficiente de Sensibilidade; Exemplos de Cálculo de Incerteza nas Calibrações. Padrões, Certificados de Calibração e Faixa de Tolerância: Rastreabilidade de Padrões; Escolha do Padrão Adequado; Elaboração e Análise do Certificado de Calibração; Faixa de Tolerância. Critérios de Rejeição: Critério de Rejeição de Chauvenet; Teste de Dixon; Teste de Cochran (Homogeneidade de Variâncias); Comparação de Variâncias – F de Snedecor. Ajuste de uma Função: Ajuste por uma Reta Passando pela Origem; Ajuste por uma Reta Genérica; Ajuste com o Software Microsoft EXCEL; Incerteza Considerando o Ajuste.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. KOBAYOSHI, Marcelo. Calibração em instrumento de medição. São Paulo: SENAI, 2012. (Coleção Informações tecnológicas).
2. SANTANA, Reinaldo Gomes. Metrologia. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 2012.
3. WEISS, Almiro. Processos de fabricação mecânica. Curitiba: LT, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALBERTAZZI, Armando; SOUSA, André R. de. Fundamentos de metrologia científica e industrial. São Paulo: Manole, 2008.
2. FIALHO, Arivelto Bustamante. Instrumentação industrial. 7.ed. São Paulo: Érica, 2010.
3. MCCORMAC, Jack. Topografia. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
4. SILVA NETO, João Cirilo da Silva. Metrologia e controle dimensional. São Paulo: Elsevier, 2012.
5. TOLEDO, José Carlos de. Sistema de mediação e metrologia. Curitiba: Intersaberes, 2013.

ERGONOMIA 80h

Fundamentação conceitual de Ergonomia; Abordagem ergonômica; Aplicações da ergonomia; Custo e benefícios da ergonomia; Análise Ergonômica do Trabalho. Ergonomia e Antropometria: Antropometria medidas e diferenças individuais; Influências nas proporções corporais; Princípios para aplicação de dados antropométricos. Conceitos e Pesquisas. Medidas antropométricas e o espaço. Tabelas e padrões antropométricos. O posto de trabalho. Exigências ambientais do posto de trabalho. Posturas. Análise e crítica ergonômica de um objeto particular. Demanda em Ergonomia e Ambiente Institucional. Instrumental para Caracterização da Tarefa e Fatores de Risco. Instrumental para a Análise da Atividade. Ergonomia e Projeto. Relatório Técnico de Ergonomia

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LACOMBE, Patricia. A ergonomia do elemento humano: um novo posicionamento para o ambiente de trabalho. Curitiba: Juruá, 2012.
2. SILVA, Alexandre Pinto da. Ergonomia - interpretando NR17: manual técnico e prático para a interpretação da norma regulamentadora 17. São Paulo: Ltr, 2013. (27 exs)
3. WACHOWICZ, Marta Cristina. Segurança, saúde e ergonomia: intersaberes. Curitiba: IBPEX, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANTONALIA, Claudio. LER/DORT: Prejuízos Sociais e Fator Multiplicador do Custo Brasil: Empresa, INSS, Sindicatos, DRT e Convênios de Assistência Médica. 2.ed. São Paulo: Ltr, 2008.
2. ABRAHÃO, Julia; SILVINO, Alexandre; SZNELWAR, Laerte Idal [et al.]. Introdução a ergonomia: da prática a teoria. São Paulo: Edgard Blucher, 2009.
3. COUTO, Hudson de Araújo. Ergonomia do corpo e do cérebro no trabalho: os princípios e a aplicação prática. Belo Horizonte: ERGO, 2014.
4. MORAIS, Ana Maria de; MONT'ALVÃO, Claudia. Ergonomia: conceitos e aplicações. 4.ed. São Paulo: Zamboni, 2010.
5. MENDES, Ricardo Alves; LEITE, Neiva. Ginástica laboral: princípios e aplicações práticas. 3 ed. Barueri: Manole, 2012.

3º PERÍODO

CUSTOS INDUSTRIAIS 80h

Conceitos básicos de custos. Classificação dos custos. Custo de oportunidade; Departamentalização e rateio de custos. Centro de custos de produção. Centro de custos de apoio. Critérios de rateio. Sistema de apuração de custos por absorção. Conceito e objetivo. Sistema simplificado. Sistema de custeio por atividade - ABC. Definição de processos e

atividades. Procedimentos para a coleta de dados. Atividades que agregam e não agregam valor. Rateio convencional e direcionamento de custos. Roteiro de implantação. Custeio variável direto. Análise custo-volume-lucro; Margem de contribuição. Ponto de equilíbrio. Alavancagem. Custo e preço; Teoria das restrições. Despesas e ganhos. Restrições (gargalos) internas e externas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. COGAN, Samuel. Custos e formação de preços: análise e prática. São Paulo: Atlas, 2013.
2. COSTA, Reinaldo Pacheco da; Saraiva JUNIOR, Abraão Freires; FERREIRA, Helisson Akira. Preços, orçamentos e custos industriais. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
3. ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. Princípios de administração financeira. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BORNIA, Antônio Cezar. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
2. BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. Gestão de custos e formação de preços. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
3. OLIVEIRA, Luis Martins de; PEREZ JUNIOR, José Hernandez; COSTA, Rogério Guedes. Controladoria estratégica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
4. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de custos. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
5. PEREZ, José Hernandez. Gestão estratégica de custos. São Paulo: Atlas, 2010.

ESTRATÉGIAS DA PRODUÇÃO I 80h

Conceito de estratégica. Estratégia organizacional: Comportamento estratégico. Estratégia e competitividade. Planejamento estratégico: análise do ambiente, análise interna da empresa, missão institucional, formulação de estratégias. Estrutura organizacional e estratégia. Cultura e liderança na gestão estratégica. Desenvolvimento e controle estratégicos. A evolução da gestão estratégica da produção. Compreender o conceito de arranjo físico estratégico. Parâmetro da estrutura organizacional produtiva. Layout de produção. A estratégia da qualidade da produção. A estratégia da produtividade da produção. A estratégia da Flexibilidade da produção. A estratégia da velocidade da produção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FERNANDES, Flávia Cesar Faria; GODINHO FILHO, Moacir. Planejamento e controle da produção dos fundamentos ao essencial. São Paulo: Atlas, 2010.

2. MÜLLER, Cláudio José. Planejamento estratégico, indicadores e processos: uma integração necessária. São Atlas, 2014.
3. PEREIRA, Maurício Pereira. Planejamento estratégico: teorias, modelos e processos. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALMEIDA, Martinho Isnard R. de. Manual de planejamento estratégico. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
2. GRACIOSO, Francisco. Marketing estratégico: planejamento estratégico orientado para o mercado. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
3. MORITZ, Gilberto de Oliveira; MORITZ, Mariana Oliveria; PEREIRA, Maurício Fernandes. Planejamento por cenários prospectivos: referencial metodológico para a aplicação prática nas organizações. São Paulo: Atlas, 2012.
4. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Estratégia empresarial e vantagem competitiva: como estabelecer, implementar e avaliar. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
5. TEIXEIRA, Rafael; LACERDA, Daniel Pacheco; ANTUNES, Junico [et al.]. Estratégia de produção: 120 artigos clássicos para aumentar a competitividade da empresa. Porto Alegre: Bookman, 2014.

GESTÃO AMBIENTAL INDUSTRIAL 40h

Gestão Ambiental; Legislação Ambiental; Gestão da Responsabilidade Social; Normas de Gestão; Implementando Sistemas de Gestão. Compreender a importância de se realizar a gestão ambiental. A Crise Ambiental; Leis da Conservação da Massa e da Energia; Ecossistemas; Ciclos Biogeoquímicos; A Dinâmica das Populações; Bases do Desenvolvimento Sustentável e poluição ambiental; A Energia e o Meio Ambiente; O meio Aquático; O Meio Terrestre; O Meio Atmosférico; Desenvolvimento Sustentável. Economia e Meio Ambiente; Aspectos Legais e Institucionais; Avaliação de Impactos Ambientais; Introdução a Gestão Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FOGLIATTI, Maria Cristina. Sistema de gestão ambiental para empresas. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.
2. MILLER, G. Tyler. Ecologia e sustentabilidade. 6.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
3. RICKLEFS, Robert E. A economia da natureza. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Takeshy. Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2011.
2. DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2010.
3. MAY, Peter H., LUSTOSA, Maria Cecília, VINHA, Valéria da. (Orgs.). Economia do meio ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
4. ROCHA, Arnado Alves. Introdução à química ambiental. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
5. SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. Gestão ambiental: instrumentos esferas de ação e educação ambiental. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO I 80h

Introdução à Administração da Produção: Produção na organização. Modelo de transformação, Tipos de operações de produção, Atividades da administração da produção, Modelo de administração da produção. Papel Estratégico e Objetivo da Produção: Papel da função produção, Objetivos de desempenho. Estratégia de Produção: Definição, Estratégia de produção Conteúdo e processo da estratégia de produção e Prioridade de objetivos de desempenho. Projeto em Gestão da Produção: Definição, Aspectos do projeto, Efeito volume-variedade no projeto e Tipos de processos em manufatura e serviços. Projeto de Produtos e Serviços: Definições, Geração do conceito, Avaliação e melhoria do projeto, Prototipagem e projeto final. Projeto da Rede de Operações Produtivas: Perspectiva da rede, Localização da capacidade, Gestão da capacidade produtiva a longo prazo. Arranjo Físico e Fluxo: Procedimento de arranjo físico, Tipos básicos de arranjo físico e cálculos de localização geográfica. Natureza do Planejamento e Controle: definições e conceitos, Natureza da demanda e do fornecimento, Tarefa de planejamento e controle, Efeito volume-variedade no planejamento e controle. Planejamento e Controle de Capacidade: Planejamento e controle de capacidade, Medição da demanda e da capacidade, Políticas alternativas de capacidade, Escolha de uma abordagem de planejamento e controle de capacidade. Planejamento e Controle de Estoque: definições, Decisão de tempo e volume de ressuprimento e Sistemas de controle e análise de estoque.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARTINS, Petrônio Garcia; LAUGENI, Fernando Piero. Administração da produção. São Paulo: Saraiva, 2010.
2. ROZENFELD, Henrique; AMARAL, Daniel Capaldo; FORCELLINI, Fernando Antônio [et al.]. Gestão de desenvolvimento de produtos: uma referência para a melhoria do processo. São Paulo: Saraiva, 2012.
3. SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AZZOLINI JUNIOR, Walther; BELHOT, Renato Vairo; GUERRINI, Fábio Müller. Planejamento e controle da produção de sistemas. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2014.
2. BEZERRA, Cicero Aparecido. PPCP – Técnicas de planejamento, programação e controle da produção. [s.l.]: IBPEX, 2011.
3. JACOBS, Robert F.; CHASE, Richard B. Administração da produção e operações: o essencial. São paulo: Artmed, 2009.
4. MARTINS, Petrônio Garcia; LAUGENI, Fernando Piero. Administração da produção fácil. São Paulo: Saraiva, 2012. (Série Fácil).
5. SILVA, Orlando Roque da; VENANZI, Délvio. Gerenciamento da produção e operações. São Paulo: LTC, 2013.

LOGÍSTICA E CADEIA DE SUPRIMENTO E DISTRIBUIÇÃO 80h

Definições de cadeia de suprimentos e do gerenciamento da cadeia de suprimentos. Mapeamento da cadeia de suprimentos. Parcerias e integração na cadeia de suprimentos. A extensão da informação da demanda na cadeia de suprimentos e os impactos no seu gerenciamento. Iniciativas e práticas no gerenciamento da cadeia de suprimentos (EDI, ECR, VMI, CPFR). A função compras na organização. Tipos de Negociação. Sistemas de desenvolvimento e avaliação de Fornecedores. Planejamento logístico. Sistemas de abastecimentos. Administração dos serviços de materiais. Layout na logística Industrial. Centros de distribuição. Equipamentos de movimentação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CHING, Hong Yuh. Gestão de estoques na cadeia de logística integrada. São Paulo: Atlas, 2010.
2. GRANT, David B. Gestão de logística e cadeia de suprimentos. São Paulo; Saraiva, 2013.
3. VIVALDINI, Mauro; PIRES, Sílvio R. J. Operadores logísticos: integrando operações em cadeias de suprimentos. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHOPRA, Sunil; EMEINDL, Peter. Gerenciamento da cadeia de suprimentos: estratégia, planejamento e operação. 5.ed. Porto Alegre: Pearson, 2010.
2. GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

3. MARTEL, Alain; VIEIRA, Darli Rodrigues. Análise e projetos de redes logísticas. São Paulo: Saraiva, 2009.
4. TADEU, Hugo Ferreira Braga (Org.). Gestão de estoques: fundamentos modelos matemáticos e melhores práticas aplicadas. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
5. POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2010.

PROJETO E GESTÃO DA SEGURANÇA DO TRABALHO 80h

Considerações Gerais sobre o Trabalho. Legislação. Equipamentos de Proteção. Incêndios, Proteção e Prevenção. Sistemas e Instalações Industriais. Segurança no Transporte e Armazenamento; Introdução. Higiene e Segurança no Trabalho. Principais órgãos responsáveis pelas Políticas de saúde, higiene e segurança do trabalho. Órgãos legisladores, reguladores, normativos e fiscalizadores. Introdução a CLT e a Legislação e Normas de saúde, Higiene e Segurança do Trabalho (Lei 6.514, de 22/12/770). Introdução aos Problemas do Meio Ambiente. Introdução a Legislação e Política brasileira de Higiene e Segurança do Trabalho e de meio Ambiente. Introdução a Legislação de Saúde e sanitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de segurança e saúde no trabalho. São Paulo: LTC, 2011.
2. GOMES, Orlando. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
3. TAVARES, José da Cunha. Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho. 8.ed. São Paulo: SENAC, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARAÚJO, Edmir Netto de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2010.
2. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasil. Normas Regulamentadoras. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/legislacaonormas-regulamentadoras 1.htm>>
3. DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTC, 2012.
4. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente de trabalho, assistência social, saúde. São Paulo: Atlas, 2010.
5. OLIVEIRA, Ariste de. Manual de prática trabalhista. São Paulo: Atlas, 2011.

4º PERÍODO

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA I 80h

A função financeira: o campo, a natureza, o objetivo e a metodologia da administração financeira; Regime de Caixa *versus* Regime de Competência; Os princípios fundamentais da contabilidade na administração financeira; A importância do conhecimento contábil e da economia da administração financeira; Lucro contábil *versus* Resultado financeiro. Lucro é dinheiro?; O Sistema Financeiro Nacional; Administração de ativos circulantes: caixa, contas a receber e estoques; projeto de capital de giro; Tesouraria; Alavancagem Financeira e Operacional; Análise de Investimentos: VPL, TIR, PAYBACK; Orçamento de Capital; Análise das demonstrações financeiras: Análise Horizontal, Vertical e Por Índices (Liquidez, rentabilidade, giro de estoques)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2014.
2. PADOVEZE, Clóvis Luís. Controladoria básica. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
3. PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. Introdução à administração financeira: textos e exercícios. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GITMAN, L. F. Princípios de administração financeira. 12.ed. Prentice Hall, 2009.
2. ASSAF NETO, Alexandre. Curso de administração financeira. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
3. BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C. Administração financeira: teoria e prática. 10.ed. São Paulo: Thomson Learning, 2010.
4. SILVA, José Pereira da. Análise financeira das empresas. São Paulo: Atlas, 2010.
5. SANVICENTE, Antônio Zoratto; SANTOS, Celso da Costa. Orçamento na administração de empresas: planejamento e controle. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO II 80h

Sistema MRP - Planejamento de Necessidades Materiais: Conceito de cálculo de necessidade de materiais, algoritmo do MRP, estrutura de produtos e nível de demanda, parametrizações do sistema MRP e sistematização. Sistema MRP II (*Manufacturing Resources Planning*): Transição MRP para MRPII, principais módulos do sistema MRPII e estrutura do sistema. Gestão da Demanda: sistemática da previsão de vendas, DRP –distributionrequirementsplanning e gestão do nível de serviço ao cliente. Planejamento de Capacidade: Planejamento a longo prazo RRP (*resourcerequirementsplanning*), médio prazo RCCP (*rough CUT capacityplanning*), curto prazo CRP (*capacityrequirementsplanning*) curtíssimo prazo. Sistemas Híbridos com OMRP II/ERP: Sistemas híbridos MRP II + JIT. Sistemas ERP (*Enterprise Resources Planning*): detalhamento do sistema ERP, módulos disponíveis(financieira/contábil/fiscal, recursos humanos) e integração através do ERP. Gestão Da Cadeia de Suprimentos (*Supply Chain Management*): Conceituação,

Evolução do conceito, principais decisões logísticas, principais decisões logísticas (Serviço ao Cliente, Estratégia de Rede, Operações de Armazenagem, Operações de Transporte, Gestão de Estoques, Tecnologia, Sistemas de Controle, Estrutura Organizacional)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão da produção: uma abordagem introdutória. São Paulo: Manole, 2014.
2. GAITHER, Norman; FRAZIER, Greg. Administração da produção e operações. 8.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2002.
3. MELO, Leonel Del Rey; CHENG, Lin Chin. QFD: desdobramento da função qualidade na gestão de desenvolvimento de produtos. 2.ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento e controle da produção. São Paulo: Manole, 2008.
2. GIANESI, Irineus G. N.; CORRÊA, Henrique Luiz . Administração estratégica de serviços: operações para satisfação do cliente. São Paulo: Atlas, 2010.
3. FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, MONA J. Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
4. SELEME, Robson. Automação da produção. Curitiba: IBPEX, 2008.
5. TUBINO, Dalvio Ferrari. Planejamento e controle da produção: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CONFIABILIDADE DE PROCESSOS E PRODUTOS 80h

Introdução à Confiabilidade: medidas de confiabilidade e definições básicas. Distribuições de probabilidade: estimativas de parâmetros e tempos-até-falha. Função de risco ou taxa de falha. Análise de sistemas. FMEA (Failure mode and effect analysis) e FTA (Fault tree analysis). Manutenção center e de confiabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PELLICCIONE, André da Silva; MORAES, Milton Franco; GALVÃO, Jorge Luiz Rezende [et al.]. Análise de falhas em equipamentos de processo: mecanismos de danos e casos práticos. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.
2. RIBEIRO, José; FOGLIATO, Flávio. Confiabilidade e manutenção industrial. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

3. SCAPIN, Carlos Alberto. Análise sistêmica de falhas. 2.ed. Minas Gerais: Falconi, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRADOTTI JÚNIOR, José Wagner. A falha não é uma opção. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2013.
2. BRANCO FILHO, Gil. Dicionário de termos de manutenção, confiabilidade e qualidade. 4.ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2003.
3. GURGEL, Floriano do Amaral. Administração do produto. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
4. FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços. 18.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.
5. REZENDE, Denis Alcides. Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTRUMENTAÇÃO E AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL 80h

Fundamentos do Controle de Processos. Classificação dos Instrumentos: Instrumentos em Malhas de Controle, Instrumentos mais Comuns; Símbolos Gráficos e Identificação dos Instrumentos, Instrumentos de Pressão, Instrumentos de Temperatura, Instrumentos de Nível, Instrumentos de Vazão, Elemento Final de Controle, Controladores PID, Controlador Digital Multimalhas. Medição de Vazão e a Metrologia: Princípios do Escoamento de Fluidos; Seleção de Medidores; Definições Usadas em Metrologia Legal; Mudança de Cenário na Medição de Petróleo, Medidores de Vazão Mecânicos, Medição de Vazão por Pressão Diferencial, Medidores de Vazão Magnéticos, Medidores de Vazão Ultra-Sônicos, Medidor de Vazão Mássica Coriolis. Medições analíticas. Eletricidade básica, introdução análise circuitos elétricos, medidas elétricas, componentes eletrônicos pth e smd, circuitos clássicos. Eletrônica básica digital.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALVES, José Luiz. Instrumentação, controle e a automação de processos. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
2. BEGA, Egídio Alberto (Coord.). Instrumentação industrial. 3.ed. Rio de Janeiro: Interciência. 2011.
3. GROOVER, Mikell. Automação industrial e sistemas de manufaturas. 3.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1 AHMED, Ashfaq. Eletrônica de potência. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

- 2 MAMEDE, João. Instalações elétricas industriais. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- 3 MORAES, Rosângela Dutra de. Prazer: sofrimento no trabalho com automação: estudo em empresas japonesas no Pólo Industrial de Manaus. Manaus: EDUA, 2010.
- 4 SEDRA, Adel S SMITH, Kenneth. Microeletrônica. 5.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- 5 TORRES, Gabriel. Eletrônica: para autodidatas, estudantes e técnicos. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2012.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÕES 40h

Conceitos Gerais. Sistema Empresa. Tecnologia da Informação. Hardware/Software. Softwares de Otimização da Produção. Programas auxiliares. Conceituar Sistemas de Informação Gerencial. Identificar componentes de um Sistema de Informação. Identificar abordagem da sociedade da informação e conhecimento. O Conceito sistêmico para Sistemas de informação. Reconhecer as funções básicas de um SI. Avaliar a abordagem sócio-técnica para SI. Reconhecer a arquitetura de informações na empresa. Conhecer sistemas de informação industriais. Identificar problemas e soluções de SI. Compreender a inteligência organizacional Arquitetura de Tecnologia de Informação. Planejamento de Sistemas Informacionais. Sistemas de Informação. Informação Empresarial. Projeto de Sistemas. Planejamento Estratégico de Informações. Sistemas de Informações Executivos. Tecnologias Aplicadas a Sistemas de Informação. Marketing da Informação. Sistemas do Conhecimento. Projeto de SIG - Sistema de Informação Gerencial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CÔRTEZ, Pedro Luiz. Administração de sistemas de informação. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
2. ROSINI, Alessandro Marcos. Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
3. SORDI, José Osvaldo; MEIRELES, Manuel. Administração de sistemas de informação: uma abordagem interativa. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CRUZ, Tadeu. Sistemas de informações gerenciais: tecnologias da informação e a empresa do século XXI. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
2. MATTOS, Antônio Carlos M. Sistemas de informação: uma visão executiva. São Paulo: Saraiva, 2010.
3. O'BRIEN, James A. Sistemas de informação: e as decisões gerenciais na era da internet. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

4. STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
5. TURBAN, Efraim; LEIDNER, Dorothy; MCLEAN, Ephraim. [et al.]. Tecnologia da informação para gestão: transformando os negócios na economia digital. 6.ed Porto Alegre: Bookman, 2010.

5º PERÍODO

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA II 80h

Orçamento: princípios, processo orçamentário, sistema orçamentário. Vantagens e Desvantagens do sistema orçamentário. O orçamento e o processo administrativo: planejamento e controle. Elaboração do orçamento em seus vários tipos: orçamento de vendas com aplicação na legislação da zona franca de Manaus, orçamento de produção com aplicação na legislação da zona franca de Manaus, orçamento do consumo de materiais, orçamento de compras de materiais, orçamento dos demais custos de produção, orçamento de capital, orçamento de caixa, orçamento global. Análise orçamentária. DRE projetada e fluxo de caixa projetado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2013.
2. VIGNOLI, Francisco Humberto; FUNCIA, Francisco Rózsa. Planejamento e orçamento público. Rio de Janeiro: FGV, 2014. (Série Gestão Pública)
3. ZEIDAN, Rodrigo Mariath. Administração financeira de curto prazo. Rio de Janeiro: FGV, 2014. (Série Finanças)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
2. GIACOMONI, James. Orçamento público. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
3. GROPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan; MOREIRA, Célio Knipel. Administração financeira. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
4. LUNKES, Rogério João. Manual de orçamento. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
5. WELSCH, Glenn Albert. Orçamento empresarial. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEGISLAÇÃO DA ZONA FRANCA DE MANAUS 80h

Modelo Zona Franca de Manaus. Histórico. Incentivos. O Decreto-lei 288/67, Incentivos extrafiscais. Política tributária diferenciada. Tributos Federais Aplicados: Imposto de Importação, IPI, PIS/PASEP, IRPJ; Tributos estaduais aplicados: Crédito estímulo do ICMS. Vantagens locacionais; A indústria e sua importância no Amazonas; Desenvolvimento Regional; Área de Benefícios; As Isenções fiscais e tributárias; Aplicação dos incentivos fiscais na indústria; As isenções federais, estaduais e municipais aplicadas à indústria.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BOMFIM, Ronaldo; BOTELHO, Lissandro. Zona Franca de Manaus: condicionantes do futuro. Manaus: Valer, 2009.
2. CUNHA, Rogério de Vidal. Curso didático de Direito Tributário. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2013.
3. MENDONÇA, Maurício Brilhante de. Atividade comercial e desenvolvimento regional: o comércio varejista em Manaus. Manaus: Valer, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BENÍCIO, Sérgio Gonini. ICMS: apontamento teóricos e práticos sobre a substituição tributária. São Paulo: Saraiva, 2010.
2. BOTELHO, José. Redesenhando o projeto: Zona Franca de Manaus. Manaus: Valer, 2006.
3. CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
4. FURLAN, Valéria; RIBEIRO, Alísio Cláudio B.; QUEIROZ, Danielle Maia. [et. al.] Tributação na Zona Franca de Manaus (Comemoração aos 40 anos da ZFM). São Paulo: MP Editora, 2008.
5. GARCIA, Elvina. Modelo de desenvolvimento: Zona Franca de Manaus - histórias, conquistas e desafios. 2.ed. Manaus: Norma, 2004.

CONTROLE ESTATÍSTICO DE PROCESSOS 80h

Métodos Estatísticos para melhoria da Qualidade: Melhoria da qualidade no contexto da empresa moderna; Modelando a qualidade do processo; Inferências sobre qualidade do processo. Métodos Básicos do controle Estatístico do Processo e Análise da Capacidade: Métodos e filosofia do controle estatístico de processos; Gráficos de controle para variáveis; Gráficos de controle para atributo; Análise da capacidade de processos e sistemas de medição. Técnicas de Monitoramento e Controle Estatístico do Processo: Gráficos de controle de soma cumulativa e da média móvel; controle de processo univariado e multivariado. Amostragem:

Amostragem e aceitação de lote a lote para atributos; Amostragem e aceitação de lote a lote para processos tipo variável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LOUZADA, Francisco; DINIZ, Carlos; FERREIRA, Paulo; FERREIRA, Edil. Controle estatístico de processo: uma abordagem prática para cursos de engenharia e administração. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
2. MACHADO, José Fernando. Método estatístico: gestão da qualidade para melhoria contínua. São Paulo: Saraiva, 2010.
3. RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; ALMEIDA, Silvia dos Santos de; ARAÚJO, Adrilayne dos Reis. Controle estatístico da qualidade. Porto Alegre: Bookman, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRYAN, J. F. Manly. Métodos estatísticos multivariados: uma introdução. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.
2. MONTGOMERY, Douglas C. Estatística aplicada a engenharia. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
3. ROTONDARO, Roberto G. Seis sigma: estratégia gerencial para a melhoria de processos, produtos e serviços. São Paulo: Atlas, 2010.
4. TRIOLA, Mario F. Introdução à estatística. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
5. VIEIRA, Sônia. Elementos estatísticos. São Paulo: Atlas, 2012.

DESENVOLVIMENTO E PROJETO DO PRODUTO 80h

Desenvolvimento do produto. Metodologias. Sistemas de informações do produto. Concepção e análise de soluções. Avaliação econômica do projeto. Projeto básico. Modelagem. Otimização e ensaios. Projeto de componentes e peças. Protótipos. Certificação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BAXTER, Mike. Projeto de produto: guia prático para o design de novos produtos. 3.ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2011.
2. NISE, Norman S. Engenharia de sistema de controle. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
3. SILVA, Sérgio Luis da; SUGEND, Daniel. Inovação e desenvolvimento de produtos: práticas de gestão e casos brasileiros. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARBOSA FILHO, Antônio Nunes. Projeto e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2009.
2. BRITO, Paulo. Análise e viabilidade de projetos de investimentos. São Paulo: Atlas, 2010.
3. JUVINALL, Robert C.; MARSHEK, Kurt M. Fundamentos do projeto de componentes de máquinas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
4. MACHADO, Márcio Cardoso. Gestão do processo de desenvolvimento de produtos: uma abordagem baseada na criação de valor. São Paulo: Atlas, 2008.
5. MIGUEL, Paulo Augusto Cauchik. Implementação do QFD para o desenvolvimento de novos produtos. São Paulo: Atlas, 2008.

GESTÃO DE PESSOAS 40h

A interdisciplinaridade da Gestão da Produção Industrial de recursos humanos. O Gestor de recursos humanos. Subsistemas de recursos humanos. Desafios da gestão de pessoas. Cenário futuro de gestão de pessoas. Planejamento de recursos humanos. Recrutamento e Seleção de pessoal. Avaliação do desempenho humano. Sistema de cargos, remuneração e benefícios sociais. Higiene e segurança do trabalho. Auditoria de recursos humanos. Clima organizacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FERNANDES, Bruno Rocha. Gestão estratégica de pessoas com foco em competências. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
2. GUIMARÃES, Sebastião; CAMPOS, Jorge de Paiva; PILETTI, Cristina da Costa. Gestão estratégica de pessoas: obtendo resultado com a ISO 10015. São Paulo: Qualitymark, 2013.
3. PONTES, Benedito Rodrigues. Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal. 7.ed. São Paulo: Ltr, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CERTO, Samuel C. Administração moderna. 9.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
2. CREPALDI, Sílvio Aparecido. Auditoria contábil: teoria e prática. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
3. DUTRA, Joel Souza. Administração de carreiras: uma proposta para repensar a gestão de pessoas. São Paulo: Atlas, 2009.
4. MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira. Higiene e segurança do trabalho. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

5. PASCHOAL, Luiz. Gestão de pessoas, nas micros, pequenas e médias empresas: para empresários e dirigentes. São Paulo: Qualitymark, 2010.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I 50h

Abordar o estágio curricular e sua importância para o tecnólogo; regulamentação da profissão do gestor; atividades privativas e de campo de atuação do gestor de Produção Industrial; código de ética da profissão. Reuniões para a elaboração e avaliação do plano individual de estágio. Desenvolvimento e acompanhamento do estágio curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2011.
2. SEVERINO, Antonio Jose. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
3. VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração** – 10ª ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FURASTE, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico. Explicação das Normas da ABNT** – 23ª ed. Porto Alegre, 2012.
2. GIL, Antonio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2009.
3. ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos**. Curitiba: Juruá Editora, 2010.
4. MEDEIROS, João Bosco. **Comunicação científica - normas técnicas para redação científica**. São Paulo: Atlas, 2011.
5. RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica: completo essencial para vida universitária**. São Paulo: Avecamp, 2009.

6º PERÍODO

EMPREENDEDORISMO

Conceitos fundamentais de empreendedorismo. Características dos empreendedores. Importância dos empreendedores e da pequena empresa para o desenvolvimento. Intra-empendedor e empreendedorismo nas grandes organizações. Micro e pequenas empresas e formas associativas. Atividade empreendedora como opção de carreira. Experiência de empreendedores. Introdução ao plano de negócios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARROS NETO, João Pinheiro de; SOUZA, Gerson de (Orgs.). Manual do empreendedor de micro a pequenas empresas. São Paulo: Qualitymark, 2012.
2. HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. 9.ed. São Paulo: Mcgraw Hill, 2014.

3. ROGERS, Steven. Finanças e estratégias de negócios para empreendedores. São Paulo: Bookman, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARON, Robert A. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
2. BERNARDI, Luiz A. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2010.
3. COZZI, Afonso; JUDICI, Valéria; DOLABELA, Fernando (Orgs.) Empreendedorismo de base tecnológica: spin-off: criação de novos negócios a partir de empresas constituídas, universidades e centro de pesquisa. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
4. DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócio: como nasce um empreendedor e cria uma empresa. Rio de Janeiro: Sextane, 2008.
5. LONGENECKER, Justin G.; MOORE, Carlos W.; PETTY, J. William. [et al.]. Administração de pequenas empresas. 13.ed. São Paulo: Thompson Pioneira, 2007.

GESTÃO DE PROJETOS INDUSTRIAIS

Definição de projeto. Evolução da gerência de projetos. Estrutura analítica de projetos (EAP). Diagrama de GANTT. Diagrama de PERT/CPM. Caminho crítico. Custos. Cronogramas físicos e financeiros. Alocação de recursos humanos e financeiros. Controle do projeto. Ferramentas computacionais para gerência de projetos. Análise de gerência de projetos tecnológicos. Gerenciamento de projetos: projetos de fábricas e os projetos de produtos. Integração dos projetos de fábricas e de produtos com manufatura- processos e métodos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DINSMORE, Paul Campbell; CAVALIERI, Adriane. Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos. 4.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.
2. MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Gestão da produção industrial de projetos: como transformar idéias em resultados. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
3. TERRIBILI FILHO, Armando. Gerenciamento dos custos em projetos. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, Marly Monteiro de. Construindo competências para gerenciar projetos: teoria e casos. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
2. FONSECA, José Wladimir Freitas da. Elaboração e análise de projetos: a viabilidade econômico-financeira. São Paulo: Atlas, 2012.
3. GILDO, Jack; CLEMENTS, James P. Gestão de projetos. 3.ed São Paulo: Cengage Learning, 2011.
4. RABECHINI JUNIOR, Roque; CARVALHO, Marly Monteiro de; SOLER, Alonso Mazini (Orgs.). Gerenciamento de projetos na prática: casos brasileiros. v.2. São Paulo: Atlas, 2009.
5. VARGAS, Ricardo Viana. Gerenciamento de projetos: estabelecendo diferenciais competitivos. 7. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.

PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO – PCP

Programa de planejamento e controle da produção. Características de um PPCP. Aplicação de um programa de planejamento de produção. Programa de PPCP. Técnicas utilizadas no PPCP. Programa de planejamento da produção. Modelos de previsão. Programas MRP I e MRP II. Programa mestre. Dimensão de estoques. Previsão de demanda. Modelo de previsão. Programas auxiliares. Atendimento à solicitação do cliente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LOBO, Renato Nogueirol. Gestão de produção: TQC, planejamento, eficiência, efetividade, empresa como sistema MPT e produtividade, layout e carga de máquina. São Paulo: Érica, 2010.
2. LOBO, Renato Nogueirol; SILVA, Damião Limeira da. Planejamento e controle da produção. São Paulo: Érica, 2014. (Série Eixos: Gestão e Negócios)
3. SCHAFRANSKI, Luiz Erley; TUBINO, Dalvio Ferrari. Simulação empresarial em gestão da produção. São Paulo: Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAON, Mauro; CORRÊA, Henrique L.; GIANESE, Irineu G. N. Planejamento, programação e controle da produção. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
2. LUSTOSA, Leonardo Pacheco; MESQUITA, Marco A. Planejamento e controle da produção. Rio de Janeiro: Campus, 2008.
3. NASCIMENTO, Auter Moreira; REGINATO, Luciane (Orgs.) Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

4. PRUDENTE, Francesco. Automação industrial: PLC programação e instalação. LTC, 2010.
5. SELEME, Robson. Métodos e tempos: racionalizando a produção de bens e serviços. Curitiba: IBPEX, 2009.

MODELAGEM, ANÁLISE E SIMULAÇÃO

Princípios da Modelagem Matemática de Processos: Modelos determinístico e estocástico; a parâmetros concentrados e a parâmetros distribuídos, lineares e não lineares, em estado estacionário e em regime transiente. Introdução à simulação. Propriedades e classificação dos modelos de simulação. Revisão de conceitos: estatística, probabilidade, processos estocásticos. Exemplos de sistemas de simulação. Geração de números aleatórios. Noções básicas em teoria dos números. Geração e teste. Distribuições clássicas contínuas e discretas. Simulação de sistemas discretos e de sistemas contínuos. Verificação e validação de modelos. Técnicas estatísticas para análise de dados e de resultados de modelos de simulação. Simulação de sistemas simples de filas. Simulação de sistemas de computação. Estudos de caso. Desenvolvimento de Modelos no Estado Estacionário e Modelos Transientes; Modelos Lineares e Não Lineares; Linearização; Adimensionalização. Representação de Modelos Matemáticos no Espaço de Estados. Introdução à programação computacional científica e implementação do código computacional para simulação estacionária e dinâmica de processos industriais. Análise dos comportamentos estacionário e dinâmico de processos industriais através da simulação computacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BATEMAN, Robert E.; BOWDEN, Royce D.; GOGG, Thomas J. [et al.] Simulação de sistemas: aprimorando processos de logística, serviços e manufatura. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
2. CHWIF, Leonardo; MEDINA, Afonso Celso. Modelagem e simulação de eventos discretos: teoria e aplicações. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2013
3. CRUZ, Michele David da. Autodesk inventor 2014 profissional: teoria de projetos, simulação e práticas. São Paulo: Érica, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FREITAS FILHO, Paulo José. Introdução à modelagem e simulação de sistemas com aplicações em arena. 2.ed. Santa Catarina: Visual Books, 2008.
2. OPPENHEIM, Alan V.; WILLISKY, Alan S. Sinais e sistemas. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
3. PRADO, Darci. Teoria das filas e da simulação. v.2. 5.ed. Minas Gerais: Falconi, 2014.
4. PORTUGAL, L. S. Simulação de tráfego: conceitos e técnicas de modelagem. São Paulo: Interciência, 2005.

5. SOUZA, Antônio Carlos Zambroni de; PINHEIRO, Carlos Albert Murari. Introdução à modelagem, análise e simulação de sistemas dinâmicos. Rio de Janeiro: Interciência, 2008.

PESQUISA OPERACIONAL

Métodos estatísticos; árvores de decisão; simulações estatísticas. Programações; métodos de transporte e de designação; método simplex; análise de sensibilidade. Utilização integrada das tecnologias computacionais; a utilização isolada de ferramentas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LACHTERMACHER, Gerson. Pesquisa operacional na tomada de decisões. 4.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.
2. MOREIRA, Daniel Augusto. Pesquisa operacional: curso introdutório. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
3. SILVA, Ermes Medeiros; SILVA, Elio Medeiros da; GONÇALVES, Valter [et al.] Pesquisa operacional: para os cursos de administração e engenharia. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BELFIORI, Patrícia; FAVERO, Luiz Paulo. Pesquisa operacional para cursos de administração, contabilidade e economia. Rio de Janeiro: Campus, 2012.
2. CORRAR, Luiz J.; THEÓPHILO, Carlos Renato (Coords). Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração: contabilometria. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
3. HILLIER, Frederick S.; LIEBERMAN, Gerald J. Introdução à pesquisa operacional. 9.ed. São Paulo: McGraw Hill, 2013.
4. LONGARAY, Andre Andrade. Introdução à pesquisa operacional. São Paulo: Saraiva, 2013.
5. NASCIMENTO, Sebastião Vieira do. Pesquisa operacional e análise de investimento: suas aplicações na indústria e nos serviços. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Abordar o estágio curricular e sua importância para o tecnólogo; regulamentação da profissão do gestor; atividades privativas e de campo de atuação do gestor de Produção Industrial; código de ética da profissão. Reuniões para a elaboração e avaliação do plano individual de estágio. Desenvolvimento e acompanhamento do estágio curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
2. _____. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
3. SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 9.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). Construindo o saber: metodologia científica fundamentos e técnicas. 22.ed. Campinas: Papirus, 2010.
2. CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
3. DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2009.
4. ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. Curitiba: Juruá, 2010.
5. SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Plano de Ação elaborado a partir de um tema a ser escolhido dentro da área de atuação do Tecnólogo em Gestão da Produção Industrial. O trabalho será realizado ao longo do último semestre pelo discente sob orientação de um professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. COSTA, Maria de Fátima Barrozo da; COSTA, Marco Antonio F. Da. **Projeto de Pesquisa - Entenda e Faça**. VOZES, 2011
2. SASSI, Laurindo Moacir; CERVANTES, Onivaldo . **Manual Prático Para Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa e Teses**. SANTOS, 2011
3. SILVEIRA, Cláudia Regina. **Metodologia da pesquisa**. 2 ed. rev. e atual. Florianópolis: IF-SC, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa - 3ª Ed. ARTMED, 2010
2. FURASTÉ, P.A. Normas **técnicas para o trabalho: explicitação das normas técnicas da ABNT**. 11.ed. Porto Alegre: 2002.

3. GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
4. LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo:Atlas, 2010.
5. SANTOS, I.E. **Manual de Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica**. 6ª ed. Niterói: Impetus, 2009.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

GESTÃO DA INOVAÇÃO E LIDERANÇA

Liderança, modelos e aplicações. Líderes organizacionais: Líder orientado para produção (craftsman); líder orientado para o poder (jungle fighter); líder orientado para desafio (gamesman). Criatividade e decisões em grupo. Técnicas para estímulo da criatividade. Conceito de Inovação, suas dimensões, radar de inovação e cadeia de valor da inovação, princípios da Gestão da Inovação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GOLDSMITH, Marshall; LYONS, Laurence S.; MCARTHU, Sarah. **Coaching: o exercício da liderança**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012.
2. NICHOLSON, Nigel. **O olhar da liderança: estratégias para ver, ser e fazer**. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
3. TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ABREU, Aline Franca de; OGLIARI, André; CORAL, Eliza. **Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produto**. São Paulo: Atlas, 2009.
2. BAUTZER, Deise. **Inovação: repensando as organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.
3. CAVALCANTE, Vera Lucia. **Liderança e motivação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
4. SCHEIN, Edgar H. **Cultura organizacional e liderança**. São Paulo: Atlas, 2009.
5. SCHERER, Felipe Ost; CARLOMAGNO, Maximiliano Selistre. **Gestão da inovação na prática: como aplicar conceitos e ferramentas para alavancar a inovação**. São Paulo: Atlas, 2009.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS/LIBRAS

Introdução aos conceitos de Surdez, Surdo, Cultura Surda, Identidade Surda, Oralismo e Libras. Introdução à prática de Libras. Alfabeto manual. Parâmetros da Língua Brasileira de Sinais. Estrutura gramatical básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GÓES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, surdez e educação. São Paulo: Autores Associados, 2000.
2. LODI, Ana Cláudia B.; MELO, Ana D. Barbosa de; FERNANDES, Eulália. Letramento, bilinguismo e educação de surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012.
3. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRANDÃO, Flávia. Dicionário ilustrado de Libras: Linguagem brasileira de Sinais. São Paulo: Global, 2011.
2. CAPOVILLA, Fernando César. Novo Deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 2vs. São Paulo: EDUSP, 2009.
3. COSTA, Juliana Pellegrinelli Barbosa. A educação do surdo ontem e hoje: posição sujeito e identidade. São Paulo: Mercado de Letras, 2010.
4. LEITE, Emeli Marques Costa. Os papéis do intérprete na sala de aula inclusiva. Petrópolis: Arara Azul, 2004. (Coleção Cultura e diversidade da Arara Azul). (Livro on-line). Disponível: <<http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/livroscolecao-e-diversidade/>>
5. QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis (Orgs.). Estudos Surdos II. Petrópolis: Arara Azul, 2007. (Livro on-line) Disponível: <<http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/pesquisas-em-estudos-surdos/>>

MANUTENÇÃO PRODUTIVA TOTAL

Função e tipos de manutenção; Criticidade de equipamentos; Indicadores; Manutenção Produtiva Total; Gerenciamento de falha em equipamentos; Capacitação da equipe de manutenção; Manutenção mecânica; Manutenção elétrica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AFFONSO, Luiz Otávio Amaral. Equipamento mecânicos: análise de falhas e soluções de problemas. 3.ed. São Paulo: Qualitymark, 2012.
2. BOTELHO, Manuel Henrique Campos; BIFANO, Hércules Marcello. Operação de caldeiras: gerenciamento, controle e manutenção. São Paulo: Edgard Blucher, 2011.

3. SOUZA, Valdir Cardoso de. Organização e gerência da manutenção: planejamento, programação e controle da manutenção. 4.ed. São Paulo: All print, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BÔAS, Adriano Toledo Vilas. Gestão da manutenção produtiva total: conceitos e etapas de implementação. 2005. 64f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Controle e Automação) – Universidade Federal de Ouro Preto. Minas Gerais, 2005. Disponível: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&ved=0CFQQFjAJ&url=http%3A%2F%2Fwww.em.ufop.br%2Fcecau%2Fmonografias%2F2005%2FADRIANO%2520TOLEDO.pdf&ei=ALIU9uqAfe-sQSV_4HYDw&usg=AFQjCNF_P7k03Np-TAyZr_7k3nzZf8ks&bvm=bv.72676100,d.cWc>
2. HELMANN, Kurtt Schamne. Uma sistemática para determinação da criticidade de equipamentos em processos industriais baseada na abordagem multicritério. 2008. 95f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2008. Disponível: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.pg.utfpr.edu.br%2Fdirppg%2Fppgpe%2Fdissemtacoes%2Farquivos%2F103%2FDissertacao.pdf&ei=b_fbU536DofLsAT6sYHADA&usg=AFQjCNFBQA_fv1ryy7DZSbfD1y_8ZTYdw&bvm=bv.72197243,d.cWc>
3. MERIAM, J. L.; KRAIGE, L. G. Mecânica para engenharia estática. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
4. PEREIRA, Mário Jorge. Engenharia de manutenção: teoria e prática. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.
5. VERRI, Luiz Alberto. Sucesso em paradas de manutenção. São Paulo: qualitymark, 2008.

TÓPICOS ESPECIAIS EM PRODUÇÃO INDUSTRIAL I

Gestão de Projetos, Processos e Planejamento Estratégico. Administração da Produção: PCP, MRP, ERP, Layout de Processos Produtivos, Sistemas Produtivos. Sistemas de Manutenção: Manutenção Preventiva, Preditiva, Corretiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FRANCHI, Claiton Moro. Controle de processos industriais: princípios e aplicações. São Paulo: Érica, 2011.
2. MARTINS, Petrônio Garcia. Administração de materiais e recursos patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2012.

3. SANTOS, Luciano Miguel Moreira dos. Avaliação ambiental de processos industriais. 4.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AMATO NETO, João. Gestão de sistemas locais de produção e inovação. São Paulo: Atlas, 2009.
2. CARVALHO, Marly Monteiro de; LAURINDO, Fernando José B. Estratégia competitiva: dos conceitos à implementação. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
3. DUNN, William C.; TOFOLI, Fernando Lessa. Fundamentos de instrumentação industrial e controle de processos. Porto Alegre: Bookman, 2013.
4. QUELHAS, Oswaldo; MESQUITA, Marco A.; LUSTOSA, Leonardo. Planejamento e controle da produção. Rio de Janeiro: Campus, 2008.
5. SANTOS, Valdir Aparecido dos. Prontuário para projeto e fabricação de equipamentos industriais. São Paulo: Icone, 2010.

TÓPICOS ESPECIAIS EM PRODUÇÃO INDUSTRIAL II

Gestão da Qualidade e Produtividade: Normas ISO, Ferramentas da Qualidade. Estratégias de Produção: Definição de Projetos. Metrologia: Controle Metrológico. Logística e o Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. Custos Industriais. Gestão Ambiental Industrial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A. Administração: novo cenário competitivo. São Paulo, 2011.
2. CHRISTOPHER, Martin. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. 4.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
3. FIGUEIREDO, Peter. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento do fluxo de produtos e dos recursos. São Paulo: Atlas, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LIRA, Francisco Adval de. Metrologia na indústria. São Paulo: Érica, 2011.
2. LÜCK, Heloísa. Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
3. GUINN, Andrew; STURGEON, Timothy; ZYLBERBERG, Ezequiel. A indústria brasileira e as cadeias globais de valor. São Paulo: Elsevier, 2014.

4. SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. Sistemas de gestão ambiental (SGA – ISO 14001). São Paulo: Atlas, 2011.
5. TACHIAZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

INGLÊS

Estruturas básicas da língua – revisão geral. Desenvolvimentos de estratégias de leitura para a compreensão, interpretação, tradução e versão de textos. Estudo de textos específicos da área de turismo e de textos variados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DAVIES, Ben Parry. ABC do inglês: o passo-a-passo para iniciantes. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
2. GHOUCHE, Jihad M. Abou. Meus primeiros passos no inglês: aprenda a falar, entender e escrever. Rio de Janeiro: Disal, 2011.
3. LACHANCE, Julie. A prática leva à perfeição: inglês básico. São Paulo: Alta Books, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRUSCHINI, Ricardo. Aumente seu vocabulário em inglês: prefixos e sufixos. Disal, 2012.
2. GRAY, Loretta. A prática leva à perfeição: verbos em inglês. São Paulo: Alta Books, 2012.
3. LIMA, Denilso de. Combinando palavras em inglês. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
4. LIEFF, Camilla Dixo; POW, Elizabeth M.; NUNES, Zaina Abdalla. Descobrindo a pronúncia do inglês: São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2010.
5. YATES, Jean. A prática leva à perfeição: vocabulário da língua inglesa para estudantes de inglês. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.

EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamentada nos seguintes princípios; dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do

Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANJOS FILHO, Rogério Nunes dos. Direitos humanos e direitos fundamentais: diálogos contemporâneos. JUSPODIVM, 2013.
2. BITTAR, Carla Bianca. Educação e direitos humanos no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2014.
3. BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paulo. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? 14.ed. 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CIANCIARULLO, Tamara Iwanow; BONINI, Luci Mendes de Melo. Políticas públicas: estudos e casos. São Paulo: Ícone, 2014.
2. CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. O direito à diferença. 3.ed. Belo Horizonte: Arraes, 2009.
3. FARO, Isaiás; FARO, Ciro. Educação sócioambiental e sustentabilidade. São Paulo: Biblioteca 24horas, 2013.
4. FREITAS, Fátima Silva de. A diversidade cultural como prática na educação. Curitiba: Intersaberes/IBPEX, 2012.
5. GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa. Direitos humanos: direitos de quem? Curitiba: Juruá, 2012.

1.6 CONTEÚDOS CURRICULARES

Adotando o regime de semestralidade, a estrutura curricular compreendida como uma matriz de conhecimentos aponta para três dimensões, articuladas entre si: Conteúdos Básicos; Conteúdos Específicos e Conteúdos Profissionalizantes. Vale ressaltar que estas três dimensões e os conteúdos curriculares que as mesmas ensejam estão organizadas na perspectiva da formação de uma unidade que se consolida ao final no perfil do egresso.

Inspirados no que preconiza a RESOLUÇÃO CNE/CP 3, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002, a qual versa acerca das orientações pedagógicas e acadêmicas para os Cursos de Graduação Tecnológica, o curso de Graduação Tecnológica em Gestão da Produção Industrial se organiza a partir dos seguintes eixos estruturantes:

a) Conteúdos Básicos

As disciplinas de Conteúdos Básicos são aquelas referentes ao desenvolvimento de aprendizagens comuns aos cursos em nível de graduação. Na Graduação

Tecnológica de Gestão da Produção Industrial essas disciplinas são: Comunicação Empresarial 80h; Teorias da Administração na Gestão Industrial 80h; Cálculo Aplicado 80h; Metodologia do Trabalho Científico 80h; Fundamentos de Marketing 40h.

b) Conteúdos Específicos

As disciplinas de Conteúdos Específicos são aquelas referentes ao desenvolvimento de aprendizagens específicas da área de conhecimento que podem também fazer parte do currículo de outros cursos afins, como as engenharias e a arquitetura por exemplo, e dão suporte aos conteúdos profissionalizantes. No Curso de Graduação Tecnológica de Gestão da Produção Industrial, essas disciplinas são: Controle Metrológico de Processos de Fabricação 80h; Sistemas de Manutenção 40h; Custos Industriais 80h; Administração da Produção I; Estratégias da Produção I; Administração da Produção II 80h; Instrumentação e Automação Industrial 80h; Legislação da Zona Franca de Manaus 80h; Controle Estatístico de Processos 80h; Desenvolvimento e Projeto de Produto 80h; Gestão de Projetos Industriais 80h; Planejamento e Controle da Produção – PCP 80h; Modelagem, Análise e Simulação 80h.

c) Conteúdos Profissionalizantes:

As disciplinas do Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes são aquelas destinadas a profissionalização do egresso em questão. São específicas da formação do Tecnólogo em Gestão da Produção Industrial e consolidam o perfil do egresso. No Curso de Graduação Tecnológica em Gestão da Produção Industrial essas disciplinas são: Processos de Fabricação 80h; Desenho Industrial 80h; Gestão da Qualidade e Produtividade 80h; Ergonomia 80h; Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos e Distribuição 80h; Gestão Ambiental Industrial 40h; Projeto e Gestão da Segurança do Trabalho 40h; Administração Financeira e Orçamentária I 80h; Confiabilidade de Processos e Produtos 80h; Gestão da Informação de Produção e Operações 40h; Administração Financeira e Orçamentária II 80h; Gestão de Pessoas 40h; Empreendedorismo 80h; Pesquisa Operacional 80h.

Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

▶ A bibliografia básica e complementar presente no ementário do curso foi indicada pelos professores das respectivas disciplinas – especialistas da área, observando a pertinência da mesma e a adequada relação entre o que indica a ementa das unidades curriculares.

▶ Ressaltamos que os conteúdos curriculares de **educação ambiental, educação étnico-racial e de direitos humanos** serão abordados de maneira transversal e interdisciplinar a partir de projetos de trabalhos organizados e desenvolvidos a partir da

integração das disciplinas.

Além dos componentes curriculares obrigatórios (disciplinas, atividades complementares e práticas profissionais), são ofertadas disciplinas optativas, atendendo à parte flexível do currículo, com o objetivo de possibilitar ao estudante selecionar disciplinas que atendam a seus interesses e ampliem os conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia. Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

A bibliografia básica e complementar presente no ementário do curso foi indicada pelos professores das respectivas disciplinas – especialistas da área, observando a pertinência da mesma e a adequada relação entre o que indica a ementa das unidades curriculares. Ressaltamos que os conteúdos curriculares de educação ambiental e educação étnico-racial serão abordados de maneira transversal e interdisciplinar a partir de projetos de trabalhos organizados e desenvolvidos a partir da integração das disciplinas.

1.7 METODOLOGIA

1.7.1 Metodologia de Ensino

Quando pensamos nos aspectos metodológicos no Ensino Superior, destacamos três importantes aspectos. O primeiro diz respeito a relação entre a qualidade de ensino no ensino superior e o trabalho docente que se realiza na sala de aula, uma vez que a essência do que acontece nas instituições superiores, deriva do sucesso e da qualidade da aprendizagem dos alunos. O objetivo final da ação docente é sempre que os alunos aprendam mais e melhor.

Este aspecto nos remete a um segundo que diz respeito a essência da atividade docente. O foco nuclear da prática pedagógica é a aprendizagem do aluno, resultado de uma atividade intelectual e prática, realizada pelo aluno, a partir da mediação do professor, dos livros, do material didático dos colegas de classe. Enfim aprender não é nunca um ato solitário é sempre uma ação coletiva e multifacetada.

O terceiro aspecto se refere aos aspectos específicos da aprendizagem universitária. O ensino universitário por seu caráter distinto não pode reduzir seu propósito a apropriação de técnicas e de conceitos para um exercício profissional futuro, a própria dinâmica de um mundo em constante mudança, não nos permite pensar assim. Para além disso o ensino universitário deve acima de tudo ensinar a pensar, ensinar o aprender a aprender.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a ruptura com modelos disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, deve favorecer a aproximação desses dois pólos a

partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.

Diante disto, a metodologia não é tão somente o conjunto de técnicas de ensino, mas sim, possíveis caminhos, possíveis maneiras de conceber e construir o conhecimento, possíveis visões de aluno, de aprendizagem, de educação e de mundo.

Nesta perspectiva tal qual preconiza o PDI (Projeto de Desenvolvimento Institucional) e o PPC (Projeto Pedagógico do Curso) a metodologia adotada pela FAMETRO, apóia nos seguintes princípios:

Alunos e professores formam uma comunidade educativa de aprendentes.

A sala de aula é um espaço privilegiado de vivências e experiências de aprendizagem entre sujeitos do processo de construção de conhecimento.

O conhecimento é sempre multideterminado, portanto o ato de ensinar deve apoiar-se na interdisciplinaridade, na transversalidade e na educação para os direitos humanos.

A prática pedagógica docente deve ser sempre uma ação endereçada e interessada.

Considerando que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento, a metodologia de ensino assim delineada deve buscar:

Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;

Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa extra-classe para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;

Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;

Valer-se das Tecnologias da Informação como ferramenta de multiplicação do saber. Neste sentido a orientação metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem perpassa fundamentalmente pela superação dos modelos centrados essencialmente nas aulas expositivas, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do egresso do curso.

Neste sentido, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e as habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico possam se consolidar.

Assim está indicado que o professor assumo o conhecimento dentro de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, que incorpore técnicas e atividades variadas no dia a dia da sala de aula, que realize o planejamento e a organização de situações didáticas que privilegiem o aluno como protagonista da construção do saber e que por fim demonstre a importância do papel social de todos na construção de uma sociedade mais justa a partir de uma inserção consciente e cidadã no mundo do trabalho.

A FAMETRO adota como referência a Norma Brasil 9050, Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Atende, ainda, à Portaria MEC nº 3.284 de 07 de novembro de 2003 e o Decreto 5296/2004.

Neste sentido, no que se refere aos alunos com deficiência física, a FAMETRO apresenta as seguintes condições de acessibilidade:

Livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas);

Vagas reservadas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;

Rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeiras de rodas;

Portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;

Barras de apoio nas paredes dos banheiros;

Sinalização de atendimento prioritário.

Em relação aos alunos com deficiência auditiva, a FAMETRO está igualmente comprometida, ao proporcionar intérpretes de Língua de Sinais- LIBRAS, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado de língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade lingüística dos surdos.

Neste contexto, a FAMETRO tem atendido as condições de acesso para as pessoas com necessidades especiais, conforme preconiza o Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004.

Outro aspecto relevante no campo metodológico referente à acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da ACESSIBILIDADE. O aumento crescente de Estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que

garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Tendo como base um vasto conjunto de leis, orientações e recomendações expressas em documentos publicados pelo Governo Federal e mais especificamente pelo Ministério da Educação, o conceito de acessibilidade vem sendo ampliado fazendo com que as ações desenvolvidas pelas IES, se tornem cada vez mais variadas e por certo, também mais complexas. Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão.

Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES), publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior. Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

(...) a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a FAMETRO, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da acessibilidade atitudinal/pedagógica para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- ▶ Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos,
- ▶ Adequação nos mobiliários e equipamentos,
- ▶ Adequação de objetivos,
- ▶ Adequação de conteúdos,
- ▶ Adequação de métodos e didática,
- ▶ Adequação nas avaliações,
- ▶ Adequação de tempo,

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto nº 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.

E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004. Para a FAMETRO, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade universitária deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- ▶ Altas Habilidades e superdotação;
- ▶ Deficientes Físicos, Intelectuais, Sensoriais e Múltiplos;
- ▶ Transtornos Mentais, Distúrbios de Humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
- ▶ Transtornos Globais;
- ▶ Alterações orgânicas como insuficiências;

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando, especificamente no campo da acessibilidade pedagógica, as seguintes ações:

1) Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados.

2) Orientação aos coordenadores de cursos e professores.

3) Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas.

5) Encaminhamento de adequações de materiais didáticos.

6) Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação.

7) Trabalho colaborativo com outros profissionais.

8) Os estudantes e servidores surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS.

9) Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala.

1.7.2 Atividades Pedagógicas

Para fazer valer os princípios metodológicos aqui explicitados, indicamos como técnicas de ensino, o uso de:

- ▶ Aulas Expositivas Dialogadas: a aula expositiva dialogada deve permitir que a partir da exposição realizada o aluno possa interagir com o conteúdo sendo provocado, a partir das questões apresentadas pelo professor, mais do que expor um assunto numa perspectiva definida e acabada, o professor deve a partir do que apresenta indagar o aluno, para que a partir do que este já sabe, avançar na construção de um novo conhecimento. Neste sentido o professor deve sempre iniciar sua exposição a partir de uma pergunta problematizadora que tenha o poder de mobilizar o já sabido em direção ao não-sabido
- ▶ Aulas Expositivas dialogadas com uso de recursos audiovisuais: semelhante ao processo da aula expositiva está diferencia-se da primeira por incluir recursos audiovisuais na dinâmica da exposição. Esses recursos audiovisuais podem ser desde o uso do Datashow com projeções de imagens ou textos, até a apresentação de pequenos vídeos, ou trechos de filmes, músicas, manchetes de jornais, trechos de programas de televisão, telejornais, ou seja, as possibilidades do trabalho pedagógico são ampliadas pela quantidade significativa de informações que os professores podem acessar e apresentar, encontrando neste recurso os elementos problematizadores para a partir de então inserir os elementos teóricos necessários a reflexão.
- ▶ Atividades em grupo tais como seminário; painel integrado; grupos de observação e de verbalização: estas atividades além de favorecerem a construção do conhecimento e o aprendizado de conteúdos conceituais, são também excelentes fontes para o desenvolvimento de competências e conteúdos atitudinais, para que isso aconteça, estas devem ser muito bem preparadas, devendo ter seus objetivos e procedimentos claros e compartilhados com os alunos. Estas atividades conferem bastante dinamismo à sala de aula, além de serem excelente fonte de construção coletiva de conhecimento.
- ▶ Estudos Dirigidos: os estudos dirigidos privilegiam as habilidades destinadas fundamentalmente a capacidade de leitura e escrita, devendo também ser objeto de planejamento do professor, onde a partir de um texto ou conjunto de textos, localiza as informações pertinentes ao estudo, sinalizando onde deseja que os alunos realizem o devido aprofundamento.
- ▶ Exercícios de Fixação de Conteúdos: realização de exercícios teóricos para a fixação de conteúdos, ou treino de habilidades específicas.
- ▶ Estudos de Caso: realização de estudos como um problema que reproduz os questionamentos, as incertezas e as possibilidades de um determinado contexto mobilizando conhecimentos para a tomada de decisão. O processo de chegar a uma

decisão, por meio da análise e discussão individual e coletiva das informações expostas no estudo de caso, promove o raciocínio crítico e argumentativo dos alunos. Em função dessas características, o caso é considerado um valioso instrumento pedagógico, que desafia o aluno a raciocinar, argumentar, negociar e refletir – habilidades bastante demandantes do ponto de vista cognitivo e social.

- ▶ **Elaboração de Projetos de Ação ou de Investigação:** elaboração, desenvolvimento e aplicação de ações ou ainda realização de pesquisas acerca de temas relativos as disciplinas do currículo que por sua relevância mereçam aprofundamento.

- ▶ **Visitas Técnicas:** visitas em espaços externos que promovam a integração entre conteúdos teóricos e práticos, possibilitando ao aluno a integração entre aquilo que se sabe sobre um determinado conhecimento e aquilo que se produz a partir desse conhecimento.

- ▶ **Atividades de Extensão:** atividades que proporcionem a execução de atividades na comunidade externa a partir de conteúdos aprendidos e produzidos no transcurso da graduação favorecem a integração de conhecimentos em caráter interdisciplinar e transversa, além de proporcionar excelente articulação entre teoria e prática.

- ▶ **Atividade de Pesquisa:** atividades de pesquisa em torno de situações que mereçam aprofundamento de estudos e que possam contribuir para a o desenvolvimento do espírito científico, para a consolidação da aprendizagem e desenvolvimento das competências explicitadas no Projeto Pedagógico do curso.

- ▶ **Atividades Práticas Supervisionadas em Laboratórios ou Espaços Externos:** atividades de aplicação de conhecimentos ou de treinos de habilidades no sentido da integração entre teoria e prática que podem ser simuladas quando realizadas em laboratório, ou reais quando realizadas em espaços externos à instituição.

- ▶ **Workshops ou Oficinas Pedagógicas:** a partir de um conceito ou um problema, o professor proporciona a interação e a troca de experiências em sala de aula, tendo em vista a elaboração de um produto. Este produto pode ser desde um produto material, quando um produto conceitual. O sentido do Workshop e das Oficinas pedagógicas e o aprender fazendo, ou seja, integrando teoria e prática mediadas pelo professor com vista a alcançar um objetivo comum.

- ▶ **Jogos; Gincanas; Feiras e Exposições Temáticas:** realização das atividades em grupo que tenham como objetivo o exercício de algum conhecimento específico, o treino de uma habilidade ou a exposição do produto final de uma aprendizagem consolidada pelos alunos.

- ▶ **Minipalestras:** integração dos alunos com profissionais da área no sentido de atualização do conhecimento a partir da abordagem de temas atuais pertinentes ao

exercício da profissão. As minipalestras devem ser realizadas em sala de aula, e deve priorizar conhecimentos atuais e inovadores.

▶ **Círculo de debates ou discussões:** atividades de sala de aula, orientadas e mediadas pelo professor que deve organizá-la de modo a favorecer a participação de todos os envolvidos. Estas atividades podem ser realizadas como forma de socialização do conhecimento a partir da leitura de textos, ou de qualquer outra atividade que tenham os conceitos teóricos como fundamento. Nestas atividades os professores têm a excelente oportunidade de promover o desenvolvimento da autonomia do pensamento, da capacidade de argumentação e de negociação para a criação de consensos.

▶ **Elaboração de paper/artigos científicos; resumos, resenhas e textos escritos argumentativos ou dissertativos:** atividades que devem considerara a capacidade de integração conceitual dos alunos, além de excelentes oportunidades para o exercício da capacidade de articulação de conceitos e de treino das capacidades de leitura e escrita dos alunos.

1.7.3 Metodologia das atividades interdisciplinares e transversais

Neste cenário há ainda que se considerar o trabalho transversal necessário com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais e aquelas relativas à educação ambiental, neste sentido é previsto que a abordagem destes temas se realize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos. Isto significa afirmar que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contemplada, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam.

1.7.4 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos

Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa, cujo ementário trata dos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Direitos Humanos são, modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Direitos Humanos” resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e

político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter uma responsabilidade de enquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos direitos civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.

Frente a pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Direitos Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida crítica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema direitos humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos que contribuem para o desenvolvimento de um Estado Democrático Social de Direito.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001, p. 151)

Os Direitos Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado

para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigir-lo quando se trata de estudantes do ensino superior pois estes, em face de sua posição privilegiada na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos próprios, é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito a FAMETRO, atendendo o chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão institucional, a Educação para os Direitos Humanos será ofertada como prevê os termos legais, conforme dispõe as Diretrizes Nacionais em Direitos Humanos CNE/CP No. 08 de 06/03/2012, em formato de uma disciplina “Educação e Direitos Humanos” com carga horária de 40h em todas as matrizes curriculares dos cursos.

Ademais, a FAMETRO já vem desde 2013, trabalhando com a Temática das Relações étnico-raciais e indígenas no formato dos projetos transversais, fato que reafirma o compromisso institucional da IES com o desenvolvimento de competências atitudinais em nossos alunos como nosso contributo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para com as diferenças.

1.7.5 Aulas Práticas

O aluno dos Cursos de Graduação da FAMETRO, tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação proporciona experiências acadêmicas de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área, até aqueles referentes aos conhecimentos pertinentes ao exercício da docência, estas atividades aulas práticas são proporcionadas em espaços internos que são nossos laboratórios e estende-as as atividades de visita técnicas e oficinas pedagógicas além de estágio curricular utilizando a rede pública e privada de ensino.

As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, assim como os estágios, são atividades acadêmicas monitorada em campo por professores e/ou preceptores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades em diferentes disciplinas do currículo. Sendo, portanto assim definidas:

As Aulas Práticas: nos primeiros períodos do curso realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações da FAMETRO e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas básicas do curso. Nos laboratórios os alunos desenvolvem suas atividades acadêmicas desde as bases de teóricas e experimentais referentes aos conhecimentos específicos da área.

As Visitas Técnicas: consiste no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, aprofundar o mesmo através de estudo, análise e avaliação. A mesma não deve ser encarada como um passeio, mas sim, com uma atividade formal, a qual precisa de planejamento prévio. Durante a Visita, o registro e as anotações devem ser atividades prioritárias. As visitas devem ser realizadas com objetivos didáticos, sendo orientada e operacionalizada com técnica e discutida previamente. Os professores, na oportunidade, estarão avaliando: postura, pontualidade, conhecimento técnico e respeito com os colegas. O relatório final deverá ser elaborado e entregue para que o professor possa avaliar a efetividade da atividade na aprendizagem dos alunos.

Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

Tanto as Aulas Práticas como os Estágios, ocorrem em instituições que possuam convênio ou termo de cooperação com a IES.

1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (PRÁTICAS PROFISSIONAIS)

Atendendo os preceitos legais, as práticas são consideradas como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica subsidiando a formação profissional e devem ser: “planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano”.

A prática profissional é estabelecida para permitirão estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso. Nesse sentido, a prática profissional na FAMETRO pode ser realizada tanto no ambiente interno da Instituição, quanto na comunidade, mas de forma que estabeleça interação com essa comunidade.

Atendendo os preceitos legais, as práticas são consideradas como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica subsidiando a formação profissional e devem ser: “planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas em conformidade com os

currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano”. Denominada como Prática Profissional é estabelecida para permitirão estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso. Nesse sentido, a prática profissional na FAMETRO pode ser realizada tanto no ambiente interno da Instituição, quanto na comunidade, mas de forma que estabeleça interação com essa comunidade.

No Curso de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial deverá ser cumprido a partir do 5º período letivo do curso e findará no 6º período letivo o qual corresponderá a carga horária total de 100 horas . Deverá ser observada, por parte do estagiário, a carga horária no Termo de Compromisso, documento obrigatório (Lei nº 11.788 de 25/09/2008), firmado entre a Coordenação do Curso, Entidade Concessionária e o Estagiário, quando for o caso.

A atividade tem como objetivo principal promover o processo educativo de aprendizagem e de formação profissional mediante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante a participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizado na comunidade educacional ou junto a departamentos da instituição sob a responsabilidade e coordenação do professor da disciplina e segue a organização e valoração pelas reuniões presenciais estabelecidas entre o professor orientador e os estudantes matriculados no período vigente para discussão, produção e apresentação de projetos. A entrega pelo estudante, antes do início das atividades, dos documentos correlacionados ao termo de compromisso do discente ao professor orientador; a entrega do diagnostico como resumo expansivo e ou artigo acrescido da avaliação do professor da disciplina.

Só terá validade como atividade prática profissional, as atividades desenvolvidas pelo estudante, devidamente autorizadas pela Coordenação do Curso, sob a orientação do professor responsável pela disciplina e sob a supervisão do profissional onde irá realizar tais práticas. A atividade deve ser realizada dentro do período letivo, respeitando o calendário acadêmico da Universidade.

O relatório de avaliação específico da pratica profissional curricular deve estar acompanhada dos documentos de atividades regulamentadas a ser entregue pelo estudante ao professor orientador, acompanhado da avaliação do responsável sendo o profissional supervisor e comprovante da carga horária efetivamente cumprida resultando como critérios de avaliações divididos em quatro etapas, sendo a primeira etapa com a entrega dos documentos e termos de compromisso; a segunda etapa representa a participação semanal e produção dos projetos; a terceira etapa o relatório final de atividades; e a quarta etapa a avaliação do supervisor. O regulamento da atividade prática profissional encontra-se nos anexos do Projeto Pedagógico do Curso.

1.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO- RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Estágio Curricular Supervisionado em escolas públicas não se aplica a este curso.

1.10 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO- RELAÇÃO ENTRE LICENCIANDOS, DOCENTES E SUPERVISORES DA REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

O Estágio Curricular Supervisionado – relação entre licenciados, docentes e supervisores da rede de escolas da educação básica não se aplica a este curso.

1.11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA:

Consoante definição da Lei nº 11.788/2008, “O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”. Nesse entendimento o Estágio Supervisionado da FAMETRO objetiva o crescimento profissional dos alunos por meio de atividades que propiciem o desenvolvimento das competências e habilidades fornecendo as condições necessárias ao aprimoramento das técnicas, fomentando o desenvolvimento mais consciente das responsabilidades profissionais, permitindo assim a interrelação entre a teoria e a prática.

Assim, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial oportuniza a partir do 5º período, Estágio Supervisionado a fim de proporcionar o contato com o desempenho profissional futuro por meio de uma prática efetiva voltada ao desenvolvimento da consciência profissional futuro, por meio de uma prática efetiva voltada ao desenvolvimento da consciência profissional dos acadêmicos, oferecendo-lhe oportunidades para levantar e investigar problemas técnicos reais, sob orientação segura e cuidadosa de seus professores orientadores, sob a chancela do Coordenador do Curso.

1.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES:

As atividades complementares contam com Regulamento Institucional. Essas atividades complementares devem atender a uma carga horária mínima de 100 horas e terão por objetivo propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao Currículo Pleno, uma trajetória diversificada, autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento jurídico propiciado pelo Curso. Elas serão sempre ajustadas entre o corpo discente e a Coordenação do Curso, a qual tornará público às modalidades admitidas, de sorte a permitir a sua livre escolha pelo aluno.

As atividades complementares devem se converter em oportunidades de atualização e de enriquecimento complementando o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do

ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. O regulamento das atividades complementares se encontra disponível no site da IES à disposição dos acadêmicos, e em anexo neste Projeto Pedagógico do Curso.

1.13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório, a ser desenvolvido no Curso de Graduação Tecnológica em Gestão da Produção Industrial da FAMETRO.

Os objetivos do TCC são os de propiciar aos acadêmicos do Curso de Graduação Tecnológica a oportunidade de compreender e apreender os elementos envolvidos no processo de pesquisa, estimulando a produção de conhecimento na área em questão.

A forma de apresentação do TCC será permitida com até 3 integrantes em forma de um relatório técnico-científico, nas normas da ABNT, o qual deve tratar da experiência desenvolvida no estágio supervisionado apresentando os resultados consubstanciados no referencial teórico pertinente. O referido trabalho será realizado no transcurso do Trabalho de Conclusão de Curso, tendo a carga horária teórica de 80 horas, com a designação de um professor para fins de orientação do mesmo.

Assim, o Trabalho de Conclusão de Curso apresenta como sua maior finalidade promover a iniciação na investigação científica, como um elemento importante na formação acadêmica e profissional do futuro profissional, articulando o exercício da investigação, com o campo de atuação profissional.

O propósito dessa articulação é demonstrar ao aluno que a atividade docente e portanto a própria sala de aula pode e deve ser espaço de construção de conhecimento e a atuação do professor deve caminhar cada vez mais no sentido de compreender sua atividade profissional como fonte de estudo e de investigação. Neste sentido, espera-se contribuir para formar professores inovadores e críticos acerca do trabalho que realizam e dos resultados que obtém.

O trabalho de Conclusão de Curso possui os seguintes objetivos:

- Oportunizar aos alunos do Curso de Graduação da FAMETRO a sintetizarem o conhecimento, e desenvolverem como resultado o processo investigativo;
- Capacitar aos alunos do Curso de Graduação da FAMETRO a exercer a pesquisa de maneira crítica e criativa, levando em conta a formação com qualidade;
- Aprofundar os conhecimentos na área de interesse do futuro exercício profissional;
- Incentivar aos alunos a identificação de prática de pesquisa como elemento de desenvolvimento científico e profissional.

Para a sua operacionalização o professor-orientador estabelecerá uma carga horária semanal, com o orientando para as orientações necessárias tendo em vista o cumprimento do plano de trabalho estabelecido a execução do projeto e a elaboração do texto final do trabalho.

A avaliação do trabalho dar-se-á pela submissão do mesmo a uma comissão estabelecida pelo professor orientador do trabalho, tal comissão será constituída de professores e profissionais/docentes que analisarão o trabalho proposto, sua viabilidade e seu desenvolvimento. O Trabalho de Curso deverá ser encaminhado em quatro cópias, e entregue com quinze dias antes do processo avaliativo a ser marcado pelo professor orientador do trabalho. Para a organização e normatização do Trabalho de Conclusão de Curso, existe regulamento específico anexo ao Projeto Político Pedagógico do Curso.

A FAMETRO compreende o Trabalho de Conclusão de Curso como um espaço de articulação das práticas profissionais com os conhecimentos teórico/práticos desenvolvidos ao longo do curso com fins de alcançar os objetivos propostos para a formação.

1.14 APOIO AO DISCENTE

O Programa de Apoio ao Discente – PAD se divide em três eixos:

Eixo 01 - ATIVIDADES EXTRACLASSE

a) Academia de oratória: A Academia de Oratória Rui Barbos, proporciona aos alunos um local para aprender e treinar técnicas de oratória. O trabalho compreende a ação conjunta com a Oficina de Redação, que busca desenvolver a produção de diferentes gêneros textuais. A Academia também é itinerante, com o objetivo de levar a oratória a vários locais, sempre buscando parcerias e divulgando o trabalho da Escola.

b) Grupo Poetando: Através da escrita e declamação de textos literários, os alunos desenvolvem a criatividade, sensibilidade e expressão oral. O grupo se reúne uma vez por semana para estudar novos textos e ensaiar com o objetivo de preparar as apresentações em vários locais.

c) Grupo Voz e Vida: Atividade de Canto e Educação Vocal com a formação do Coral composto por alunos da IES.

d) Intercâmbio acadêmico: Com o objetivo de ampliar o vocabulário das línguas inglesa e espanhola e de proporcionar o contato com diferentes culturas e pessoas, a FAMETRO, busca incentivar os alunos a participarem de viagens internacionais, cursos e eventos de disseminação das línguas estrangeiras desenvolvidas em convênio com o Centro de Idiomas. Também é previsto a recepção de intercambistas de diferentes países para a convivência com os alunos. (Vide Regulamento de Intercâmbio e Ações de Internacionalização)

e) Oficina de artes: A Oficina de Artes tem como objetivo apresentar ao aluno a possibilidade criativa e artística, com o uso de materiais alternativos e reciclados, construindo uma conscientização e contribuindo com um mundo sustentável e, também, a oficina de cerâmica que é uma das artes mais antigas. As propostas têm o intuito de despertar nos alunos o interesse pelas artes visuais.

f) Oficina de teatro: A Oficina de Teatro tem como objetivo formar grupos de teatro com os alunos da FAMETRO interessados na arte da interpretação, representação e de construir uma plateia, fomentando o fazer teatral na escola e na comunidade escolar. O grupo de teatro representa a IES em diferentes eventos.

g) Orientação profissional: Escolher uma profissão é a passagem para o mundo adulto e, a decisão da escolha, marca o ingresso no caminho da construção para o trabalho e a sua independência. A Fametro, preocupada com esse momento tão especial para o jovem, coloca à disposição vários serviços para ajudá-lo em suas escolhas e no desenho de seu projeto de vida.

- ▶ Curso de Formação Profissional (20h/a), com certificação.
- ▶ Orientação Profissional em acompanhamento com o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade.
- ▶ Visitas aos cursos da Universidade.
- ▶ Palestras sobre assuntos da atualidade.
- ▶ Rodada de conversa com Profissionais

h) Escola de Líderes: Desenvolver Líderes a partir do aperfeiçoamento o conhecimento sobre liderança de equipes, dos diferentes estilos de liderança e do adequado planejamento dos processos e atividades, visando à melhoria do desempenho dos representantes de turma junto aos seus representados.

i) Diretório Acadêmico e Apoio a Representatividade discente: A FAMETRO compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.

j) Monitoria: Com objetivo de incentivar os docentes no ensino e aperfeiçoá-lo para a docência.

EIXO 02 – ATENDIMENTO PEDAGÓGICO; ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO E ACESSIBILIDADE

a) Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade: A finalidade do NAPA é orientar e realizar intervenções breves nas dimensões psicopedagógica e social para o corpo discente, docente e técnicos administrativos da faculdade. Para os casos que se fizer necessário um atendimento mais especializado, o NAPA deverá sugerir o devido encaminhamento. Seu objetivo geral é promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos

relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem do aluno e seu pleno desenvolvimento.

b) Núcleo de Orientação à Pesquisa e Inovação: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Curso (TC), como também de pesquisa.

c) Atendimento Extraclasse: O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador do Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Apoio Psicopedagógico ao Discente. A FAMETRO, também tem como política de apoio ao desenvolvimento acadêmico de seus alunos, o acompanhamento sistemático dos índices alcançados pelos mesmos nas Provas e Exames Nacionais de Desempenho. Esse acompanhamento se dá a partir da análise crítica dos resultados alcançados apresentados nos relatórios disponibilizados pela iniciativa oficial e outros relatórios internos. Esses documentos possibilitam ao corpo docente visualizar, acompanhar e intervir quando necessário no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos acadêmicos.

d) Ações de Acolhimento aos Ingressantes: O Programa de Apoio ao Discente prevê a realização de atividades de acolhimento aos Ingressantes como a Recepção de Calouros e o oferecimento de oficinas específicas na área da leitura, escrita e cálculo, através do nivelamento acadêmico.

e) Ações de Acompanhamento de Egressos: O Programa de Apoio ao Discente também prevê assistência aos alunos egressos, com a oferta de palestras para orientação de carreira e ainda com ações de promoção de empregabilidade realizadas anualmente pela instituição. Ademais os alunos egressos efetivamente cadastrados fazem parte da política de descontos na pós-graduação e eventualmente em outros cursos da instituição. A FAMETRO está implantando Programa de Acompanhamento dos Egressos, tendo como objetivo estreitar o relacionamento entre a Instituição e seus ex-alunos, desencadeando ações de aproximação, contato direto e permanente, por meio de todas as formas de comunicação possíveis e viáveis. Bem como analisar a inserção do egresso no mercado de trabalho. Para tanto, foram adotadas algumas ações, tais como:

- ▶ Criação de base dados, com informações atualizadas dos egressos;
- ▶ Criação de núcleo de ex-alunos, a fim de manter diálogo constante com os mesmos, oferecendo espaços de debates sobre sua vida profissional e atuação social;
- ▶ Disponibilização aos egressos de informações sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela FAMETRO, a fim de promover relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos;
- ▶ Aplicar pesquisa com egresso sobre inserção no mercado de trabalho.

Além disso, o Programa de Acompanhamento do Egresso, busca viabilizar uma linha permanente de estudos e análises sobre alunos egressos, a partir das informações coletadas, objetivando avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.

f) Atividades de Nivelamento: Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes no Curso da FAMETRO oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

g) Atendimento Extraclasse: O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador do Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Apoio Psicopedagógico ao Discente. A FAMETRO, também tem como política de apoio ao desenvolvimento acadêmico de seus alunos, o acompanhamento sistemático dos índices alcançados pelos mesmos nas Provas e Exames Nacionais de Desempenho. Esse acompanhamento se dá a partir da análise crítica dos resultados alcançados apresentados nos relatórios disponibilizados pela iniciativa oficial e outros relatórios internos. Esses documentos possibilitam ao corpo docente visualizar, acompanhar e intervir quando necessário no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos acadêmicos.

h) Monitoria: Com objetivo de incentivar os docentes no ensino e aperfeiçoá-lo para a docência.

i) Programas de Apoio Financeiro: Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob orientação docente. Atualmente, a Faculdade disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.

j) Bolsa de Iniciação Científica: A FAMETRO, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. O PIBIC é um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.

k) Política de Desconto: A FAMETRO mantém uma política de desconto de 15%, sendo 10% para o vencimento e 5% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 20%. Convênios Empresa por Contrato; Convênio alunos Cemetro, Cejur e Pós-Graduação.

l) Programas de Financiamento Estudantil: Fies, Prouni e Bolsa Universidade da Prefeitura Municipal de Manaus.

m) Acessibilidade (Pedagógica e atitudinal) : Considerando a necessidade de assegurar as pessoas com deficiência física e Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Espectro Autista: A FAMETRO por meio de sua clínica de psicologia possui um Programa de Atendimento ao discente com transtorno espectro autista mediado por uma equipe multidisciplinar em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.

n) Internacionalização e Mobilidade: A IES possui convênio com a Universidade Nihon Gakko e com o Programa Ciência sem Fronteiras para intercâmbio acadêmico e todas as matrizes curriculares contam com a disciplina de inglês.

EIXO 03 – SERVIÇOS ACADÊMICOS

a) Ouvidoria: A Ouvidoria é um serviço de atendimento à comunidade interna e externa, com atribuições de ouvir, encaminhar, acompanhar reclamações, denúncias, elogios, solicitações, sugestões ou esclarecer dúvidas.

b) Serviço de Atendimento ao Aluno Bolsista: espaço especialmente destinado ao atendimento ao aluno bolsista com profissionais treinados para dirimir todas as duvidas e facilitar a tramitação de processos de subvenção financeira no âmbito municipal, estadual e federal.

c) Clínicas e Serviços da IES

▶ Clínica Multidisciplinar: Espaço multidisciplinar para orientação psicológica e avaliações nutricionais, respectivamente.

▶ Clínica de Nutrição: Espaço para atendimento com enfoque multidisciplinar para orientação nutricional

▶ Clínica de Fisioterapia: Espaço para atendimento com enfoque multidisciplinar para reabilitação fisioterápica

▶ Brinquedoteca: Atendimento de primeiros socorros por enfermeira credenciada ao conselho oferecido aos acadêmicos e funcionários, sem custo financeiro adicional.

▶ Ambulatório: Atendimento aos filhos dos acadêmicos e funcionários destinados à crianças de 4 a 8 anos de idade, sem custos financeiros adicionais.

▶ Núcleo de Práticas Jurídicas: Atendimento e assistência jurídica gratuita, com proteção de serviços à comunidade Manauara.

▶ Portal Acadêmico: Disponibiliza informações e notícias sobre a faculdade, sobre o curso, demais serviços e documentos importantes para o aluno com PDI, Manual do Aluno, PPC, Regulamentos entre outros.

▶ Núcleo de Orientação à Pesquisa: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Curso (TC), como também de pesquisa.

1.15 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Programa de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional: a) conscientização e adesão voluntária, a avaliação deve ser algo conquistado e não imposta, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo; b) avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimento de todos os seus colaboradores; c) unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional; d) competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a auto-avaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características: processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados: contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional; flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos; incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante; ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e científica das comunidades interna e externa à instituição: sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

Esse cruzamento de dados realizado pela CPA dará lastro para a elaboração de um relatório unificado de auto avaliação, de onde emerge dois tipos de planejamento: Um Plano de Gestão Macro Institucional e um Plano Acadêmico Administrativo de Curso, tendo em vista o fortalecimento contínuo dos cinco eixos deste PDI (Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão; Infraestrutura).

1.15.1 Objetivo Geral do Processo de Auto avaliação Institucional:

Promover a Cultura da Auto avaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

1.15.2 Objetivos Específicos:

- ▶ Realizar auto avaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
- ▶ Realizar auto avaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
- ▶ Analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico/administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

1.15.3 Metodologia da avaliação institucional:

O processo de auto-avaliação será assumido dentro de duas dimensões. A primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco) A segunda dimensão diz respeito ao processo interno de avaliação, o qual se desdobra em dois níveis. O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica avalia os determinantes macro institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

1.15.4 Avaliação Interna são duas

a) Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

- a) Missão Institucional
- b) Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão
- c) Responsabilidade Social
- d) A Comunicação com a Sociedade
- e) Política de Pessoal
- f) Gestão Institucional
- g) Infraestrutura
- h) Planejamento e Avaliação
- i) Atendimento ao Estudante
- j) Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucionais e protagonizadas pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos e colaboradores percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela FAMETRO.

O Plano de Gestão Institucional terá como eixos de ação:

Políticas de Gestão:

1.1.1 Políticas de Pessoal

1.1.2 Organização e Gestão da Instituição

1.1.3 Sustentabilidade Financeira

2. Infraestrutura Física:

2.1.2 Melhorias das Instalações Físicas

2.1.1 Equipamentos; Máquinas

2.1.2 Plano de Manutenção

3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino

3.2 Ações de Estímulo a Extensão

3.3 Ações de Estímulo a Produção Científica e Inovação Tecnológica

3.4 Ações de Apoio ao Discente

Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna

1.15.5 Segundo Nível: Avaliação de Curso

a) A Avaliação de Curso – Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

1.15.6 Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional:

As avaliações preveem as seguintes etapas:

► Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas. Os instrumentos serão elaborados pela CPA,

mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo. Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da FAMETRO e um específico para a auto avaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa. Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física a dimensão pedagógica e administrativa.

▶ Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa:

▶ Visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo.

▶ Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: A comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.

▶ Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

▶ Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.

▶ Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.

▶ Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.

- ▶ Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

b) Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter a apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração dos Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a contínua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da FAMETRO, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

- ▶ Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidade específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e etc... As atividade extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.
- ▶ Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como principio o dialogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas

desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros. A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extra- curriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

- ▶ Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção do nosso alunos no mundo do trabalho.
- ▶ Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.
- ▶ Auto avaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.
- ▶ Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a

partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

- ▶ Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.
- ▶ Atividades de Incentivo a Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo a produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.
- ▶ Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos
- ▶ Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

1.16 ATIVIDADES DE TUTORIA

Não se aplica a este curso, pois não atendemos em modalidade a distancia ou semipresencial.

1.17 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Os atos e processos de “informar” e “comunicar” são intrínsecos a qualquer modalidade de educação e foram, durante séculos de educação formal, realizados por docentes sem outras mediações que livros, quadro-negro (ou equivalente) e giz (ou equivalente). Esta situação de estabilidade técnica do processo educacional foi alterada no último século com inovações tecnológicas no registro, organização, armazenagem e transferência da informação. O retroprojeter, as transparências, o mimeógrafo, os flanelógrafos, foram alguns dos recursos audiovisuais vistos como auxiliares de processos educacionais nas primeiras décadas do século XX em muitos países da América Latina, já então envolvidos com programas de cooperação técnica internacional. Enquanto os grandes computadores começavam a revolucionar as funções de registro, organização e armazenagem da informação em larga escala, pouco se poderia esperar de seu auxílio nos processos educacionais.

A pesquisa científica, sim, seria quase imediatamente transformada pela utilização desses equipamentos originalmente criados para atividades censitárias nos países industrializados. Em poucas décadas os retroprojetores se converteram em instrumentos arcaicos e praticamente desapareceu da literatura e práticas educacionais a referência a “meios audiovisuais”. A revolução dos microcomputadores nos anos 1980 e as inovações tecnológicas nas comunicações que avançavam rapidamente nos países da Região, finalmente permitiram que essa nova “onda de inovação” alcançasse primeiro, as universidades e, algum tempo depois, as escolas do ensino primário e secundário.

A expressão “TIC na educação” assume conteúdo bastante diversificado. O primeiro conteúdo se refere à capacitação para o uso de computadores e internet, usualmente denominada de “computação” em grande parte das instituições que a oferecem. Há ainda a referência a campos de natureza mais técnica e científica como “informática” – inclusive “informática educativa” – desenvolvimento de sistemas, engenharia da computação, ciência da computação.

A FAMETRO entende por TICs como sendo o conjunto de ferramentas e processos eletrônicos para acessar, recuperar, guardar, organizar, manipular, produzir, compartilhar e apresentar informações. As “novas” TIC incluem equipamentos e software de computação e de telecomunicações dos quais os centrais são os computadores, modems, roteadores, programas operacionais e aplicativos específicos como os multimídia, e sistemas de bases de dados.

Neste sentido, admitimos que as TICs podem ser excelentes ferramentas de apoio no processo formativo e a universidade deve abrir as suas portas para estas tecnologias, pois é através da interação e mediação nos diferentes campos do conhecimento que o acadêmico poderá ampliar sua gama de informações. Estas por sua vez serão incorporadas ao cotidiano da sala de aula, a partir do acesso dos alunos e do uso mediados das mesmas, como recurso pedagógico.

1.18 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL

Por se tratar de curso presencial este item não se aplica ao curso.

1.19 MECANISMO DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES; TUTORES E ESTUDANTES: NÃO SE APLICA A ESTE CURSO

Por se tratar de curso presencial este item não se aplica ao curso.

1.20 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS ENSINO-APRENDIZAGEM

Os processos de avaliação da aprendizagem têm se constituído na tradição pedagógica muitas vezes como um instrumento de punição que objetiva medir a capacidade do aluno, por meio de instrumentos rígidos e estereotipados como provas e trabalhos. Estes por sua vez pretendem a partir dos resultados alcançados estabelecer uma classificação do aluno em termos de aprovação ou reprovação em uma determinada disciplina.

Este entendimento tem sido alvo de severas críticas por converter o processo de avaliação em um “acerto de contas” entre o professor e o aluno, inviabilizando assim a própria dimensão pedagógica que deveria estar contida na possibilidade de que o erro seja tomado como ponto de partida para o estabelecimento de novos itinerários de aprendizagem, como nos ensina a corrente teórica da avaliação formativa e/ou contínua.

Vista desse modo, a avaliação é um momento privilegiado de aprendizagem, uma vez que a leitura correta dos erros e das dificuldades encontradas pelos alunos, em uma determinada questão, por exemplo, pode oferecer ao professor a oportunidade de rever sua prática pedagógica, promovendo ajustes na sua conduta de ensino. Outro fator que deve ainda ser considerado, reside na ideia de que a avaliação não pode mais ser tomada como um momento estanque do processo ensino-aprendizagem. Dito de outro modo o processo de avaliação deve assumir o caráter dinâmico típico da construção do conhecimento.

Assim, quando falamos de um currículo organizado para a formação de competência, onde o conteúdo de ensino é tomado em toda a sua complexidade e multidimensionalidade (conceitos, atitudes e procedimentos), tem um desafio para o professor, cabendo a substituição da lógica tradicional de avaliar, por outra racionalidade que a conceba muito mais como um instrumento de diagnóstico da aprendizagem, do que um fim em si mesma. Esta nova lógica, como já alertamos, deve, portanto, considerar o caráter dialógico e processual da aprendizagem e por extensão o caráter também dialógico e processual do próprio desenvolvimento das competências.

Therrien e Loiola (2001) afirmam que “[...] ser competente é ser capaz de utilizar e de aplicar procedimentos práticos apropriados em uma situação de trabalho concreta”. Na visão de Brandão (2009), os processos cognitivos ou a aquisição de conhecimento, habilidades e atitudes são oriundos da inserção e interação do indivíduo no meio social. Desta forma, a competência pode ser definida como desempenho profissional ou social expressa pelo sujeito, de seus conhecimentos, habilidades e atitudes, em um contexto específico (Brandão, 2009). Segundo Desaulniers (1997), a competência é inseparável da ação, e os conhecimentos teóricos são utilizados de acordo com a capacidade de executar as decisões que ela (a ação) sugere.

A competência se constrói, portanto, na articulação entre um saber e um contexto; além disso, o profissional é capaz de transpor a aprendizagem para outros contextos. Assim, ser competente é:

- a) saber agir com competência;
- b) saber mobilizar saberes e conhecimentos em um contexto profissional;
- c) saber integrar ou combinar saberes múltiplos e heterogêneos;
- d) saber transpor;
- e) saber aprender e aprender a saber; e
- f) saber envolver-se.

O profissionalismo e a competência resultam não somente de um saber agir, mas de um querer agir e de um poder agir; e, associados à competência, estão os aspectos cognitivos, afetivos e sociais inerentes à motivação humana (Le Boterf, 2000).

Avaliar competência “[...] não se trata de avaliar o indivíduo, mas seu agir profissional em um determinado contexto” (Rosa, Cortivo & Godoi, 2006, p. 82). Com base nesta proposta, o processo avaliativo da disciplina deve ser estruturado para que conhecimentos, habilidade e atitudes sejam avaliadas em equilíbrio evidenciando as competências desenvolvidas no interior de cada disciplina, no período letivo e por fim o conjunto das mesmas previstas no perfil do egresso.

Neste sentido, os cursos devem utilizar a tabela abaixo para identificar que conhecimentos, quais habilidades e quais atitudes previamente definidas serão objeto de avaliação sistemática dos professores. Esta matriz de competências deve guardar observância com os conteúdos previstos, o objetivo da disciplina e por fim o objetivo do próprio curso, devendo ainda estabelecer os instrumentos avaliativos alinhados ao que se deseja de fato avaliar, tendo em vista que a avaliação de um conhecimento de natureza conceitual é deveras distinta da avaliação de uma habilidade (ainda que reconheçamos que estes conteúdos se dão articuladamente) há de se considerar algumas distinções e especificidades para as quais os instrumentos avaliativos devem observar.

A matriz de competências para fins de avaliação é parte integrante do planejamento da disciplina.

COMPETÊNCIAS	DIRETRIZ	DISCIPLINAS
CONHECIMENTOS	I - Avaliar, por meio de prova escrita, se o estudante, após o período cursado, demonstra ter adquirido conhecimentos satisfatórios para o perfil de um Tecnólogo em Gestão da Produção Industrial; II - Verificar se o estudante apresenta competências e habilidades nos conhecimentos correlatos à profissão; III - construir uma série histórica de avaliações, visando o diagnóstico do ensino de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial e a análise do processo ensino	

	<p>aprendizagem e suas relações com fatores socioeconômicos, ambientais e culturais;</p> <p>IV - identificar as necessidades, demandas e problemas do processo de formação do Tecnólogo em Gestão da Produção Industrial, considerando-se as exigências sociais, econômicas, políticas, culturais e éticas, assim como os princípios expressos no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.</p>	
<p>HABILIDADES (Técnica ou método ou prática)</p>	<p>I - Analisar e gerenciar o processo de desenvolvimento de projetos, reconhecendo as atividades críticas;</p> <p>II - participar de equipes multidisciplinares no desenvolvimento de projetos de produtos, processos e serviços embasados em estudos de viabilidade;</p> <p>III - identificar os principais processos utilizados na produção industrial, planejando e controlando suas aplicações;</p> <p>IV - identificar os diversos tipos de sistemas de produção, bem</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Confiabilidade de Processos e Produtos - Desenvolvimento e Projeto de Produto - Gestão de Projetos Industriais - Desenvolvimento e Projeto de Produto - Empreendedorismo - Pesquisa Operacional - Planejamento e Controle da Produção - Processos de Fabricação - Modelagem Análise e Simulação - Gestão da Informação de Produção e Operações

<p>como as técnicas e atividades do planejamento e controle da produção;</p> <p>V - gerenciar o sistema produtivo, compreendendo, relacionando e promovendo a sustentabilidade, identificando os benefícios para a organização produtiva e sociedade;</p> <p>VI - intervir na logística dos sistemas de produção, considerando a redução nos custos do ponto de vista do nível de serviço e identificando sua relevância para o negócio da empresa;</p> <p>VII - interpretar e aplicar as diretrizes do planejamento estratégico;</p> <p>VIII - analisar os custos da produção visando à redução de desperdícios;</p>	<p>- Planejamento e Controle da Produção</p> <p>- Administração da Produção I</p> <p>- Administração da Produção II</p> <p>- Estratégias da Produção</p> <p>- Custos Industriais</p> <p>- Gestão Ambiental Industrial</p> <p>- Logística e Cadeia de Suprimento e Distribuição</p> <p>- Custos Industriais</p> <p>- Empreendedorismo</p> <p>- Teoria da Administração na Gestão da Produção Industrial</p> <p>- Gestão da Qualidade e Produtividade</p> <p>- Projeto e Gestão da Segurança do Trabalho</p> <p>- Confiabilidade de Processos e Produtos</p> <p>- Desenvolvimento e Projeto de Produto</p> <p>- Custos Industriais</p> <p>- Controle Estatístico de Processos</p> <p>- Planejamento e Controle da Produção</p> <p>- Controle Metrológico de Processos de Fabricação</p>
---	---

	<p>IX - conhecer os Sistemas de Gestão da Qualidade, bem como promover sua implantação e manutenção;</p> <p>X - aplicar conceitos da gestão da saúde, meio ambiente e segurança do trabalho (SMS), atendendo a legislação e normas vigentes;</p> <p>XI - aplicar técnicas de medição e ensaio para monitorar a qualidade de produtos e serviços;</p> <p>XII - aplicar as técnicas de trabalho em equipe e gestão participativa, gerenciando ou coordenando a aplicação desses conceitos;</p> <p>XIII - gerenciar o processo de manutenção industrial aplicando suas técnicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão da Qualidade e Produtividade - Sistemas de Manutenção - Processos de Fabricação - Projeto e Gestão da Segurança do Trabalho - Ergonomia - Controle Estatístico de Processos - Controle Metrológico de Processos de Fabricação - Modelagem Análise e Simulação - Gestão de Projetos Industriais - Planejamento e Controle da Produção - Sistemas de Manutenção
<p>ATITUDES (valores ou comportamentos)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de desenvolver produtos, processos e serviços e sua viabilidade; - Desenvolver métodos e processos; - Ser um profissional com sensibilidade para empreender, através da elaboração e gerencia de projetos, estratégias e planejamento empresarial; 	

	<ul style="list-style-type: none"> - Ter competência para controlar e gerenciar custos, bem como capacidade para planejar e controlar a produção, planejamento da capacidade, sistemas de produção, arranjo físico, manutenção industrial, administração de materiais, movimentação e armazenamento de materiais; - Capaz de trabalhar as ferramentas, auditoria e certificações do Sistema da Qualidade; - Reconhecer a importância dos protocolos de Saúde, Segurança e Meio Ambiental no que se refere as normas reguladoras, ergonomia e ISO 14000 e OHSAS 18000; - Ser capaz de manipular instrumentos básicos do sistema de medição assim como avaliar, validar esses processos de medição; - Ser um profissional capaz de liderar, treinar e coordenar equipes, bem como entender os sistemas de informações gerenciais. 	
--	--	--

E como podemos promover uma avaliação das competências? Primeiro é preciso retomar alguns conceitos que já indicamos na metodologia de ensino. Por competência consideramos a capacidade do aluno de mobilizar conceitos, atitudes e procedimentos para a solução ou superação de uma determinada situação. Dizemos que o sujeito é uma pessoa competente quando reconhecemos nele a capacidade de resolver situações complexas e estas

soluções serão tão mais eficazes, quando for à capacidade de articulação de conhecimentos de diferentes ordens e fontes.

É precisamente por esta razão que os processos avaliativos devem ser planejados e organizados em termos de instrumentos avaliativos ou atividades de avaliação diversificadas e integradas, auxiliando o professor e principalmente o aluno no ajuste e gerenciamento de suas aprendizagens. Outro ponto fundamental é reconhecer que determinados conteúdos requerem modelos diferenciados de avaliação, como veremos a seguir.

Não é razoável pensar que um conteúdo de natureza eminentemente prático ou procedimental possa ser avaliado da mesma maneira como avaliamos o domínio de um conceito. Ou ainda que, podemos avaliar a aquisição ou desenvolvimento de uma atitude apenas perguntando ao aluno como ele se comportaria no plano teórico a partir de uma prova fechada de perguntas e respostas, onde, frequentemente o aluno é chamado a descrever um procedimento, ou memorizar um conceito.

Convenhamos que a descrição de um procedimento, não garante que os alunos sejam capazes de realizá-lo. Ou ainda que a transcrição de um conceito em uma prova de perguntas e respostas garanta que os alunos sejam capazes de articular conceitos ou de retomá-los, quando precisarem tomar uma decisão.

Na direção de avaliar competências algumas alternativas metodológicas têm sido assumidas por professores, uma delas é a avaliação por portfólio realizada com base numa coleção organizada de trabalhos produzidos pelo aluno, visando fornecer um registro a médio/longo prazo da evolução do rendimento do aluno e da evolução das suas atitudes.

Assim, o portfólio permite uma avaliação mais concreta e fiel das competências desenvolvidas pelo aluno, ao longo de um determinado processo, porque inclui para além de testes aos seus conhecimentos de fatos, de conceitos, de teorias e de regras, outros elementos, nomeadamente, aqueles que revelam o próprio desenrolar do processo. Por outro lado, como o portfólio deve incluir um conjunto variado de realizações dos alunos, permite evidenciar que competências foram efetivamente desenvolvidas pelo aluno e os respectivos níveis de desempenho por ele alcançados.

Como instrumento de avaliação permite operacionalizar a avaliação formativa, contínua e sistemática, consignada na legislação em vigor que regulamenta o desenvolvimento curricular e a avaliação interna, permite, ainda operacionalizar não só a avaliação formativa, mas também concretizar efetivamente os efeitos de uma avaliação formativa, isto é, gerar medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens e competências a desenvolver. Assim como permite concretizar os objetivos da avaliação formativa, nomeadamente a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem. Pensando desta maneira, as avaliações

formativas e somativas devem propor avaliar a aprendizagem e o conhecimento construído a partir de uma visão interdisciplinar e transversal.

Os recursos audiovisuais tais como filmagens, fotografias, realização de pequenos vídeos e documentários, a integração das TIC's as atividades de simulações, os protocolos de observação, a auto avaliação, a resolução de problemas são poderosos aliados para avaliar procedimentos e atitudes, situações problemas podem também funcionar de forma muito eficiente na avaliação dos conceitos, e quando bem construídas podem inclusive ser um importante meio de mobilização e de integração de conteúdos atitudinais, conceituais e até mesmo procedimentais.

A auto avaliação deve ser sempre considerada como uma via pela qual o aluno possa ir gradativamente avançando na autonomia intelectual e no próprio gerenciamento de suas aprendizagens, e até mesmo os instrumentos tradicionais da avaliação como provas e trabalhos podem se converter em um momento privilegiado de aprendizagem, quando alteramos a nossa concepção de avaliação e modificamos nossa percepção sobre o lugar desta no trabalho pedagógico.

Sob essa ótica, avaliar implica no acompanhamento contínuo e contextualizado das experiências de aprendizagem apresentadas e, principalmente, o estabelecimento de estratégias educativas que sejam capazes de possibilitar a recuperação do aluno no processo, respeitando a sua individualidade e, minimizando as desigualdades da sua formação.

Assim, a avaliação das disciplinas será de natureza Formativa e Somativa.

a) Avaliação Formativa: se dará no desenvolver do processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos serão os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.

b) Avaliação Somativa; tem como objetivo conferir notas, tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanhará a avaliação formativa através da auto avaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem.

A verificação do rendimento escolar se fará ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo:

1. Apuração de frequência às atividades escolares;
2. Avaliação do aproveitamento escolar.

O rendimento escolar será aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica. A avaliação do aproveitamento escolar deve

ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver:

1. Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático-pedagógicas programadas em cada componente curricular;
2. Média aritmética das notas obtidas nos componentes curriculares, igual ou superior a 5 (cinco);

Aos componentes curriculares semestrais serão atribuídas 3 notas, as duas primeiras são no mínimo 2 atividades de avaliação e a última é uma atividade de avaliação. No final de cada semestre letivo, o aluno que obtiver média inferior a 5 (cinco) estará reprovado.

A média final em cada disciplina é obtida mediante a seguinte fórmula:

$$\frac{MN1 + MN2 + MN3}{3}$$

3

Onde:

M = Média;

N1 = corresponde a 1a nota;

N2 = corresponde a 2a nota;

N3 = corresponde a 3a nota.

Fica assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, que será regulamentado em norma específica. Terá direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, será vedado a matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram a progressão parcial.

1.20.1 Formas de Acesso ao Curso

O ingresso de alunos a qualquer curso ministrado pela FAMETRO se dá, conforme exigência da legislação em vigor, sempre através de um processo seletivo.

O ingresso em um curso de graduação se dará através de:

- a) Processo Seletivo;
- b) Transferência;
- c) Portador de Diploma de Curso Superior;
- d) Re-opção;

e) ENEM.

1.20.1.1 Do Processo Seletivo

O Processo Seletivo é um exame seletivo e classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente e que desejam ingressar em curso de graduação. O Processo Seletivo será aberto por edital e será elaborado em articulação com o ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.

A classificação dos candidatos aprovados obedece a ordem decrescente de pontos obtidos, até o preenchimento das vagas definidas para cada curso e turno da preferência do candidato registrados no ato de sua inscrição. O Processo Seletivo, com validade exclusiva para o ano ao qual se destina, será realizado antes do início de cada ano letivo, sob a responsabilidade do Diretor Acadêmico.

a) Do Processo Seletivo Contínuo

▶ O Processo Seletivo Contínuo é um processo seletivo sequenciado destinado aos estudantes que ainda estão cursando o ensino médio e que pretendem, após sua conclusão, ingressar em curso de graduação.

▶ O Processo Seletivo Contínuo, aberto por edital, só terá validade para o estudante que se submeter aos três exames correspondentes a 1^a, 2^a e 3^a ano do ensino médio e terá validade exclusiva para o ano imediatamente subsequente ao ano de conclusão do ensino médio.

▶ A média final do aluno que se submeter ao Processo Seletivo Contínuo corresponde à média aritmética dos resultados dos três exames mencionados no parágrafo anterior.

▶ A classificação dos candidatos para o preenchimento das vagas definidas pelo Conselho Maior para o Processo Seletivo Contínuo obedecerá à ordem decrescente das médias obtidas na forma do parágrafo anterior.

▶ O Processo Seletivo contínuo será planejado e coordenado pelo Diretor Acadêmico.

1.20.1.2 Transferência

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra Instituição de Ensino Superior - IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A FAMETRO, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva Guia de Transferência acompanhada da seguinte documentação:

- ▶ Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;
- ▶ Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;
- ▶ Regime ou critério de aprovação.

1.20.1.3 Do Portador de Diploma de Curso Superior

O Portador de Diploma de Curso Superior poderá ser admitido em curso de graduação da FAMETRO em vagas remanescentes do Processo Seletivo. O Conselho Maior estabelecerá os critérios para o processo seletivo dos candidatos em normas complementares.

1.20.1.4 Da Re-opção

Re-opção é transferência interna de um curso de graduação para outro da mesma área permitida a alunos regulares da FAMETRO, através de seleção. Os critérios exigidos para o deferimento do pedido de re-opção são:

- ▶ Existência de vaga no curso pretendido;
- ▶ Comprovação de regularidade de matrícula no curso de origem; e
- ▶ Comprovação de que o estudante já tenha cursado, pelo menos, dois semestres do curso de origem.

1.20.1.5 Enem

Através do resultado do ENEM, o candidato concorre às vagas sem precisar fazer o vestibular, desde que obtenha média igual ou superior a 450 (QUATROCENTOS E CINQUENTA PONTOS).

1.20.1.6 Matrícula

A primeira matrícula institucional é o cadastramento do candidato selecionado por uma das formas de admissão a um curso de graduação ou pós-graduação, tornando-se por este ato, um aluno regular vinculado ao Curso a FAMETRO.

Por ocasião do cadastramento o aluno recebe um número permanente no curso, o qual indica o ano de seu ingresso, o código da área de estudo e a sequência numérica do curso.

A matrícula institucional é feita pela secretaria Acadêmica no prazo fixado no calendário acadêmico, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pelo Conselho Superior.

A não efetivação da primeira matrícula institucional, expirados todos os prazos de chamada, implica na perda do direito a vaga.

A solicitação de matrícula institucional é feita em formulário próprio pelo acadêmico ou seu representante legal, anexando a esta, a seguinte documentação:

- I- certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;
- II- histórico escolar do ensino médio;
- III- diploma do ensino superior;
- IV- título de eleitor;
- V- comprovante de estar quites com o serviço militar, para os homens;
- VI- uma foto $\frac{3}{4}$.

Os itens I e II são exigidos para os cursos de graduação e os itens III e IV para os cursos de pós-graduação ou cursos de graduação com ingresso como portador de diploma de nível superior.

A solicitação de matrícula institucional, sem qualquer exceção só poderá ser feita à vista de toda documentação exigida. Será anulada a matrícula efetuada quando não tenham sido observadas todas as exigências legais e regimentais, o que deve ser notificado

1.21 NÚMERO DE VAGAS:

O número de vagas atende a solicitação no sistema e-MEC, portanto, pretende-se 240 vagas distribuídas da seguinte forma:

- ▶ Matutino: 120 vagas
- ▶ Noturno: 120 vagas

1.22 INTEGRAÇÃO COM A REDE PÚBLICA DE ENSINO: NÃO SE APLICA A ESTE CURSO

Por se tratar de curso tecnológico este item não se aplica ao curso.

1.23 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE: NÃO SE APLICA A ESTE CURSO.

Por se tratar de curso tecnológico este item não se aplica ao curso.

1.24 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE/SUS RELAÇÃO ALUNOS/USUÁRIOS.

Por se tratar de curso tecnológico este item não se aplica ao curso.

1.25 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO: NÃO SE APLICA A ESTE CURSO.

Por se tratar de curso tecnológico este item não se aplica ao curso.

1.26 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DA SAÚDE: NÃO SE APLICA A ESTE CURSO.

Por se tratar de curso tecnológico este item não se aplica ao curso.

1.27 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS: NÃO SE APLICA A ESTE CURSO.

Por se tratar de curso tecnológico este item não se aplica ao curso.

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE

2.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante- NDE

As normas do NDE compreendem os seguintes itens:

I. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

II. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

III. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

IV. A FAMETRO, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

V. O NDE constituído deverá se reunir no mínimo 3 vezes por semestre em reuniões ordinárias previstas em calendário acadêmico

VI. Caso haja necessidade de outras reuniões o Presidente do NDE, poderá convocar reuniões extraordinárias

VII As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser registradas em ata aprovada por

todos os membros

VIII. O presidente nato do NDE é o Coordenador de Curso de Graduação.

IX. O NDE não se constitui em instância deliberativa devendo suas propostas serem submetidas aos Colegiados de Curso.

Seguindo as novas diretrizes do MEC, em resposta ao novo instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial e a distância (maio de 2012), a Direção da FAMETRO designou os professores relacionados no quadro a seguir para, sob coordenação do curso, para constituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pela formação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso e outras atividades pertinentes ao curso, que constam em regulamento próprio.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial é formado por professores, contratados em regime integral ou parcial, que participaram efetivamente da construção do Projeto Pedagógico e juntos com o coordenador são responsáveis pela implantação do curso, os mesmos possuem formação *stricto sensu* e experiência na área. As reuniões do NDE ocorrem duas vezes ao semestre em caráter ordinário, convocadas pelo presidente do Núcleo. As demais reuniões ocorrem em caráter extraordinário, podendo também acontecer em conjunto com o colegiado de curso, devendo ser convocada pelo presidente do núcleo e o coordenador de curso.

2.2 Atuação do Coordenador de Curso

A FAMETRO entende que coordenar um curso no Ensino Superior requer responsabilidades cada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus coordenadores e por consequência as suas atribuições.

O perfil de atuação do coordenador que se deseja é de alguém que seja mais que um simples mediador entre alunos e professores, ou seja, deseja-se um gestor para promover as alterações e introduzir propostas inovadoras no ambiente universitário. Sendo capaz de transformar, diariamente, conhecimento em competência.

A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

1. Reconhecer as necessidades da área em que atua;
2. Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
3. Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
4. Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
5. Operar novas tecnologias;
6. Avaliar o trabalho dos docentes;
7. Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;

8. Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
9. Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
10. Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança.

Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivos e cognitivos.

No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Maior da Instituição, sendo ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

2.3 Experiência Profissional, de Magistério e de Gestão Acadêmica do Coordenador do Curso

A Coordenadora do Curso é Bacharel em Química e Licenciada em Química obtendo ambas as formações pela Universidade Federal do Amazonas (2002), Possui Mestrado, também pela Universidade Federal do Amazonas, obtendo o título em 2006. Finalizou seu Doutorado em 2012, desenvolvendo pesquisa na área de Química, investigando as Propriedades Biológicas e Químicas da Própolis de abelhas sem ferrão da Região Amazônica. Possui experiência na Docência da Educação Básica tendo atuado como Professora de Ensino Médio durante 8 anos. Possui também experiência na Docência do Ensino Superior, tendo sido professora substituta da Universidade Federal do Amazonas no período de 2001 a 2003. Em 2006, a professora ingressa na FAMETRO, ministrando aulas nos cursos da área de saúde no período de 2006 a Dez de 2016. Em 2017, a Professora assume a Coordenação do Curso de Produção Industrial, onde desenvolve atividades de gestão acadêmica desde então. O regime de trabalho da coordenadora do curso é integral e sua carga horária é de 40 horas semanais.

2.4 Regime de Trabalho do Coordenador de Curso

O regime de trabalho do Coordenador é integral e sua carga horária é de 40 h semanais.

2.5 Carga Horária de Coordenação de Curso

Coordenador :

- 20h de Coordenação
- 4h de Núcleo Docente Estruturante
- 8h de Carga Horária em Sala de Aula no Curso
- 8h de Carga Horária em Sala de Aula em Cursos

2.6 Titulação do Corpo Docente

O Corpo Docente é constituído por todos os professores permanentes da FAMETRO e que tenham sido admitidos conforme as normas estabelecidas pela Coordenação de Ensino.

Os professores são contratados pela Entidade Mantenedora, conforme as normas do Regulamento da Carreira Docente, aprovadas pelo Conselho Superior e referendadas pela Entidade Mantenedora, e segundo o regime das leis trabalhistas, na forma seguinte:

4. Professores Integrados no Quadro de Carreira Docente;
5. Professores Visitantes ou Colaboradores.

Os professores que atuarão no Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial foram contratados mediante a realização de processo seletivo, executado por comissão designada para esse fim, e que incluiu os seguintes passos:

- Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na "banca de currículos" da Faculdade ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
- Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- Entrevista com o candidato;
- Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

A Faculdade tem procurado contratar, preferencialmente, profissional com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos.

2.6.1 Titulação e Regime de Trabalho do Corpo Docente

No que compete ao regime de trabalho do corpo docente o percentual de parciais e integrais alcança 90% do total de professores previstos para o primeiro ano de curso equivalendo a nota 5 conforme o instrumento de Avaliação do INEP.

Ainda no que diz respeito ao percentual de professores com pós-graduação stricto sensu o curso atinge 90% de mestres e doutores equivalendo a nota 5 conforme o instrumento de avaliação do INEP.

2.7 Percentual de Doutores

O curso de Graduação Tecnológica em Gestão da Produção Industrial conta hoje no seu quadro docente com quatro professores doutores correspondendo a um percentual de 22% equivalendo a nota 4.

2.8 Relação entre o número de docentes e o número de vagas.

Dada à natureza presencial do curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial, este item não se aplica.

2.9 Funcionamento do Colegiado de Curso

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da Faculdade, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade Curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- Coordenador, que o preside;
- Corpo docente do curso;
- Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

I - Aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo Núcleo Docente Estruturante- NDE;

II - Aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE;

III - Acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;

V - Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;

VI - Articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;

VII - Exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do Núcleo Docente Estruturante, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso.

O conteúdo das reuniões é registrado em ata e os pleitos encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes as demandas do curso.

2.10 Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso

Por se tratar de Curso presencial este item não se aplica ao Curso de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial.

2.11 Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância

Por se tratar de Curso presencial este item não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial.

2.12 Relação docentes e Tutores – presenciais e a distância – por estudante

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial

2.13 Responsabilidade Docente pela Supervisão da Assistência Médica

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial.

2.14 Responsabilidade Docente pela Supervisão da Assistência Odontológica

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial.

2.15 Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente

Não se aplica ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial.

DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

3.1 Gabinete de Trabalho para Professores

O curso oferece gabinete de trabalho equipado, na proporção de um gabinete de trabalho para cada professor de tempo integral lotado na respectiva unidade acadêmica. Esses gabinetes encontram-se equipados com internet, terminais de computador para livre acesso dos docentes

e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

No ano de 2014 a IES têm 276 professores sendo 77 integrais, cujas cabines individuais são para os docentes integrais que estão distribuídas da seguinte forma: 77 gabinetes de trabalhos para os professores integrais nos turnos matutino, vespertino e noturno, envolvidos em pesquisa, NDE, extensão, planejamento e estudos.

O Curso conta ainda com:

4. 20 cabines na sala docentes unidade 1 e 2
5. 15 cabines na unidade 3
6. 10 cabines na unidade 4
7. 20 cabines na unidade 5
8. 04 cabines na sala de estudo
9. 01 sala de extensão
10. 02 sala da pesquisa
11. 03 NPJ
12. 01 Clinica de Psicologia
13. 01 Clinica de Fisioterapia
14. 01 Clinica de Nutrição
15. 01 Núcleo de Pesquisa e inovação Tecnológica
16. 01 Núcleo de Interdisciplinar de Design Gráfico e Marketing
17. 01 Brinquedoteca
18. 01 Ambulatório Médico
19. 01 Sala para o NDE
20. 01 Sala para a CPA
21. 12 Laboratórios de Informática (Sendo 6 laboratórios fixos e 6 laboratórios móveis, distribuídos da seguinte forma: 03 fixos na unidade I e II, 02 móveis na unidade I e II; 01 fixo na unidade III, 02 móveis na unidade III; 01 fixo na unidade IV, 01 móvel na unidade IV; 01 fixo na unidade V, 01 móvel na unidade V)
22. 01 Auditório
23. 01 Mini Auditório
24. 01 sala Multimeios

3.2 Espaço de trabalho para coordenação de curso e serviços acadêmicos

O gabinete individual do coordenador possui condições adequadas em termo de dimensão equipamentos e conservação para comportar o gabinete individual do coordenador e o espaço para a funcionária.

3.3 Sala de Professores

As instalações para docentes (salas de professores) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta. Existe ainda uma sala de reunião para uso do Núcleo Docente Estruturante a qual é utilizada pelo referido Núcleo mediante agendamento.

3.4 Salas de Aula

As salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta e contém uma média de 50 cadeiras estofadas com braço, um quadro branco, ar condicionado, uma mesa de professor e recursos pedagógicos a disposição.

3.5 Acesso dos alunos aos equipamentos de informática

A FAMETRO possui laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso a internet para o uso de professor e alunos mediante sistema de agendamento. Nos laboratórios os alunos contam com suporte de um técnico de informática que assessora a utilização dos mesmos.

O funcionamento dos laboratórios é de segunda a sábado 8h às 12h (manhã) 13h30min às 22h (tarde e noite), sempre com a presença de um responsável qualificado, auxiliando os usuários em suas dúvidas com as bases de dados e ferramentas de pesquisas disponíveis.

Além de que cada unidade tem 2 carrinhos moveis com laptops

3.6 Livros da bibliografia básica

Os livros da bibliografia básica (máximo 03) e complementar (máximo 05) atendem aos programas das disciplinas em quantidade suficiente, e está atualizado e tombado junto ao patrimônio da FAMETRO.

3.7. Livros da Bibliografia Complementar

Os livros da bibliografia complementar possuem cinco títulos por unidade curricular, com no mínimo dois exemplares de cada título disponíveis, estando tombados e cadastrados junto ao patrimônio da Fametro e ao sistema da biblioteca.

3.8 Periódicos Especializados

3.8.1 Periódicos impressos

Assinaturas de periódicos correntes disponibilizados na Biblioteca

1. Revista Dialética de Direito Processual

2. Revista Jurídica Consulex
3. Revista Prática Jurídica

3.8.2 Periódicos online de livre acesso do curso

1. Revista Sul-Americana de Engenharia Estrutural

<http://www.upf.br/seer/index.php/rsae>

2. Boletim Técnico Organização & Estratégia

<http://www.latec.uff.br/bt/>

3. Ciência & Tecnologia

<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cienciatecnologia/about>

4. Revista Exacta

<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/exacta>

5. Revista GEPROS: Gestão da Produção, Operações e Sistemas

<http://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros>

6. ENGEPRO: Inovação, Gestão e Produção

<http://www.ingepro.com.br/>

7. Pesquisa e desenvolvimento Engenharia da Produção

<http://www.revista-ped.unifei.edu.br/>

8. Produção On-line: revista Eletrônica de engenharia da produção

<http://www.producaoonline.org.br/rpo>

9. Product Managment & Development

<http://pmd.hostcentral.com.br/index.php>

10. Revista Produto & Produção

<http://seer.ufrgs.br/ProdutoProducao>

11. REDIGE: Revista de Design, Inovação e Gestão Estratégica

<http://www.cetiqt.senai.br/ead/redige/index.php/redige/about>

12. Revista Ação Ergonômica

<http://www.abergo.org.br/revista/index.php/ae>

13. Revista Educação & Tecnologia

<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct>

14. Revista Eletrônica Produção & Engenharia

<http://www.revistaproducaoengenharia.org/index.php>

15. Revista Gestão Industrial

<http://revistas.utfpr.edu.br/pg/index.php/revistagi>

16. Revista Produção

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&lng=pt&pid=0103-6513&nrm=iso

17. Revista Sistema & Gestão

<http://www.uff.br/sg/index.php/sg>

18. Revista Ibero Americana de Engenharia Industrial

<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/IJIE>

19. Revista O mundo da usinagem

<http://www.omundodausinagem.com.br/?cat=10>

20. Revista ABREPO da Associação Brasileira de Engenharia da Produção

<http://www.abepro.org.br> .

3.9 Laboratórios e Laboratórios Didáticos Especializados: Quantidade

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos e especializados, onde a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regulam, normatizam e conferem as normas de segurança para as atividades a serem realizadas, estão à disposição de alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

Caso tenha que haver divisão da turma, deverá simultaneamente ter docente para sala de aula e para o laboratório, devendo ser professores distintos.

3.9.1 Laboratórios Básicos do Curso: Quantidade.

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade II conta com laboratórios especializados, onde a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Especificamente para o Curso de Graduação Tecnológica em Gestão da Produção Industrial os alunos podem acessar os laboratórios específicos do curso, previstos para os primeiros anos de funcionamento conforme indica o instrumento de avaliação do INEP, são eles: Laboratório de Informática com Programa Específico e Laboratório de Simulação de Sistemas de

Produção e ainda sala de desenho. Os referidos laboratórios possuem normatização própria que as regulam, normatizam e conferem as normas de segurança para as atividades a serem realizadas, estão a disposição de alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

Caso tenha que haver divisão da turma, deverá simultaneamente ter docente para sala de aula e para o laboratório, devendo ser professores distintos.

3.9.2 Laboratórios Didáticos Especializados: Qualidade

Laboratório de Informática com Programa Específico - Este laboratório, presta serviços de ensaios tecnológicos quanto a programação da produção e controle estatístico dos processos fabris. Tem como principal objetivo habilitar o discente a fazer uso de ensaios e visualizar parâmetros de análise antes de executar qualquer operação de modelagem/mudança na produção. Envolve as seguintes disciplinas: Gestão da Qualidade e Produtividade; Estratégias da Produção I; Administração da Produção II; Instrumentação e Automação Industrial; Controle Estatístico de Processos.

Laboratório de Simulação de Sistemas de Produção - Este laboratório destina-se a simulação da produção no que tange a organização dos processos produtivos. Tem como principal objetivo mostrar ao discente as variáveis encontradas no processo produtivo e suas estratégias de escolha quanto a processo mais eficiente de funcionamento para a satisfação da demanda gerada pelo cliente.

O referido laboratório envolve a disciplina específica de Modelagem, Análise e Simulação.

Laboratório de Desenho - Este laboratório destina-se a possibilitar a prática de leitura, interpretação e execução desenho técnico aos processos de visualizar e representar formas através de projeções ortogonais e perspectivas, elaborando desenhos e dando manutenção em desenhos e projetos, seguindo as normas aplicáveis. Este laboratório será utilizado principalmente pela disciplina Desenho Técnico.

3.9.3 Laboratórios Didáticos Especializados: serviços

Os laboratórios didáticos implantados atendem de maneira excelente quando as normas de funcionamento; utilização e segurança e atendem de maneira excelente os aspectos de adequação ao currículo, acessibilidade, atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos e ainda apoio técnico, manutenção de equipamentos e atendimento à comunidade.

3.9.4 Sistema de Controle de produção e distribuição de material didático (logístico)

Por se tratar de Curso de Graduação Tecnológico Presencial este item não se aplica

3.9.5 Núcleo de Práticas Jurídicas

A Instituição possui como Laboratório o Núcleo de Práticas Jurídicas com regimento interno próprio e normas para utilização e serve para a concretização do Estágio Supervisionado onde ocorrem: prática de atividades jurídicas simuladas, visitas orientadas, prática de atividades de arbitragem, prática de atividades de negociação, conciliação e mediação, participação em atividades jurídicas reais no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica, participação em atividades jurídicas reais conveniadas (estágio curricular), elaboração de relatórios de atividades jurídicas reais, análise de autos findos, elaboração de textos legais e prática de atuação jurídica oral, atuações essas que serão acompanhadas através de mecanismos efetivos de controle do cumprimento do Estágio Supervisionado.

O Núcleo de Práticas Jurídicas da FAMETRO possui três profissionais que acompanham os alunos do Curso, sendo uma professora/advogada coordenadora com 40 horas e duas advogadas que orientam e acompanham nas ações. Funciona de segunda a sexta-feira nos turnos matutino e vespertino e atualmente está localizado em uma das principais vias de Manaus, sendo de fácil acesso a população carente.

3.9.6 Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação

Efetua-se por meio de parcerias com a Junta de Mediação e Arbitragem do Amazonas – JUMAM, Câmara de Mediação e Arbitragem – CAMAM, Tribunal de Justiça do Amazonas – TJAM, bem como cursos internos com a professora Adriana Almeida Lima.

3.9.7 Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial conveniados

Por se tratar de Curso de Graduação Superior em Gestão da Produção Industrial não se aplica.

3.9.8 Sistema de referência e Contra referência

Por se tratar de Curso de Graduação Superior em Gestão da Produção Industrial não se aplica.

3.9.9 Biotérios

Por se tratar de Curso de Graduação Superior em Gestão da Produção Industrial não se aplica.

3.9.10 Laboratórios de ensino para a área de saúde

Por se tratar de Curso de Graduação Superior em Gestão da Produção Industrial não se aplica.

3.9.11 Laboratórios de Habilidades

Por se tratar de Curso de Graduação Superior em Gestão da Produção Industrial não se aplica.

3.9.12 Protocolos de Experimentos

Por se tratar de Curso de Graduação Superior em Gestão da Produção Industrial não se aplica.

3.9.13 Comitê de ética

Por se tratar de Curso de Graduação Superior em Gestão da Produção Industrial não se aplica.

3.9.14 Comitê de ética para Utilização de Animais (CEUA)

Por se tratar de Curso de Graduação Superior em Gestão da Produção Industrial não se aplica.

3.9.15 Biblioteca e Política de Acervo

A FAMETRO possui 01 biblioteca central e 02 setoriais, adota a Classificação Decimal Universal (CDU) para a classificação de seu acervo. As obras são catalogadas segundo as Normas do Código Anglo-Americano (AACR2). São desenvolvidos os seguintes serviços: seleção e aquisição de material bibliográfico, levantamento bibliográfico, tratamento da informação, serviços técnicos, serviço de referência e disseminação da informação. A Biblioteca é informatizada e utiliza o sistema GNUTECA.

O acervo encontra-se organizado em estantes próprias de ferro. Está instalado em local com iluminação natural e artificial adequada e as condições para armazenagem, preservação e a disponibilização atendem aos padrões exigidos. Este acervo atende apropriadamente às funções de ensino, pesquisa e extensão, em livros e periódicos (assinaturas correntes). Além do acervo específico de cada curso, o Sistema de Bibliotecas da FAMETRO possui a disposição livros de referência, acervo abrangente das outras áreas de conhecimento e biblioteca eletrônica, que são utilizados nos computadores postos à disposição dos alunos e que possam contribuir para a formação científica, técnica, geral e humanística da comunidade acadêmica.

A biblioteca é informatizada, no que se refere à consulta ao acervo, aos recursos de pesquisa informatizada e ao empréstimo domiciliar. Existe representação de todo o acervo no

sistema informatizado utilizado pela Instituição. Estão disponíveis para os usuários vários microcomputadores com acesso à Internet.

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo está baseada nas necessidades dos cursos, seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção e funcionários, com base na bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos.

A aquisição do material bibliográfico ocorre de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da equipe da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.

A biblioteca solicita, semestralmente, ao corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção, e funcionários, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização e expansão do acervo. Os professores recebem um impresso com dados a serem preenchidos, indicando a bibliografia básica e complementar a ser adotada durante o semestre letivo seguinte, em conformidade com os programas previstos. A equipe da biblioteca atualiza, também, o acervo através de consultas em catálogos de editoras, sites de livrarias e editoras, visitas em livrarias e bibliotecas, com finalidade de conhecer os novos lançamentos do mercado nas diversas áreas de especialidade do acervo.

O horário de funcionamento da biblioteca funciona abrange os três turnos:

- Segunda à sexta-feira das 8h às 22h (ininterruptamente)
- Sábados das 8h às 16h (ininterruptamente)

A biblioteca disponibiliza os seguintes serviços: consulta local e empréstimo domiciliar; reserva de livros; levantamento bibliográfico e orientação quanto à normalização bibliográfica (normas ABNT).

O empréstimo domiciliar é facultado aos professores, aos alunos e aos funcionários da Instituição.

1. Alunos e funcionários poderão emprestar, até 03 (três) livros de cada vez, por um período de 05 (cinco) dias, com direito a renovação por mais 02 (dois) dias. Sujeito à multa diária no valor de R\$ 1,00 por título emprestado, ficando o usuário suspenso até a quitação de suas dependências.

2. Professores e alunos de pós-graduação poderão emprestar, até 05 (cinco) livros de cada vez, por um período de 5 (cinco) dias.

As obras são disponibilizadas no acervo de acordo com a classificação CDU e numeração respectiva de autoria (Tabela de Cutter), incluindo ainda: número de volume, número de exemplar e registro do livro no sistema, agilizando-se assim o atendimento do usuário no Serviço de Referência.

No que se refere à reserva, a mesma deve ser solicitada no balcão de atendimento, ficando à disposição do aluno para sua retirada desde o momento em que o livro retorna do

empréstimo anterior até a sexta-feira (data em que o material reservado, geralmente de consulta pode sair, com devolução agendada para a segunda-feira). Findo este prazo, a reserva perderá a sua validade.

3.9.16 Infraestrutura de Segurança

Nos prédios onde funciona a FAMETRO são atendidas as normas de segurança no tocante a pessoal e equipamentos. Os prédios foram vistoriados pelo Corpo de Bombeiros de modo que as suas condições gerais de funcionamento foram todas aprovadas. Eles estão equipados com extintores, escadas de incêndio, além de amplas áreas de circulação. Existe controle de acesso aos prédios, além de funcionários que exercem vigilância nas áreas de circulação interna e externa.

Todas as instalações físicas são limpas constantemente, estando em perfeito estado de conservadas. A manutenção e a conservação das instalações físicas, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da Instituição.

A manutenção e a conservação dos equipamentos, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da Instituição ou através de contratos com os fornecedores dos equipamentos. A atualização dos equipamentos é feita a partir de uma análise periódica dos funcionários da Instituição, os quais devem verificar a necessidade de se adquirir novos equipamentos e/ou atualizar os existentes.

Os equipamentos de informática são atualizados com base em up-grades periódicos e a substituição é realizada com base nos softwares que se apresentam mais atualizada. A aquisição de novos equipamentos é conduzida sob a orientação do técnico responsável pelos laboratórios. Os laboratórios contam com técnicos especializados nas respectivas áreas, que respondem por toda manutenção básica dos equipamentos, inclusive com suprimento e assistência. A manutenção é realizada segundo os preceitos e métodos previstos pela TPM – Total Productivity Management, observando o seguinte quadro conforme as etapas a seguir:

Tipologia	Frequência
Manutenção Corretiva	Executada conforme demanda, inicialmente com técnicos próprios e num segundo momento, através de empresas terceirizadas.
Manutenção Preventiva	A cada seis meses, todos os equipamentos sofrem manutenção preventiva, que consiste, basicamente, em limpeza e revisão.
Manutenção Preditiva	Os fornecedores de equipamentos apresentam um quadro da vida útil dos principais componentes que serão,

periodicamente, substituídos para evitar o custo do desgaste de peças.

DIMENSÃO 4: REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

	Dispositivo Legal	Justificativa
1	Diretrizes Curriculares Nacionais (Não se aplica para os cursos que não tem Diretrizes Curriculares Nacionais)	Não se aplica
2	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica	Não se aplica
3	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	Em atendimento a Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004, o curso realiza a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena por meio da pedagogia de projetos, comprovada pela regulamentação anexa neste PPC na sessão Didático-Pedagógica e nos projetos e relatórios do curso. E as atividades de Educação Étnico racial desenvolvidas constam da tabela a seguir.
4	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	Conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012, a Educação em Direitos Humanos é tratada no curso em acordo com o que preconiza o Art.7º de forma transversal, como conteúdo específico de uma das disciplinas, de forma mista ou conforme o que trata o Parágrafo único: “Outras formas de inserção da Educação em Direitos Humanos poderão ainda ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional”. Dessa forma a Educação para os Direitos Humanos no curso de Direito da FAMETRO é tratada

		com disciplina obrigatória e dos demais cursos com disciplina optativa.
5	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	Considerando a necessidade de assegurar as pessoas com deficiência física e Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Espectro Autista: A FAMETRO por meio de sua clínica de psicologia possui um Programa de Atendimento ao discente com transtorno espectro autista mediado por uma equipe multidisciplinar em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. E o NAPA- Núcleo de apoio psicopedagógico e de acessibilidade nomeado conf.Portaria nº 030/2015, possui inclusive regulamento anexo neste PPC.
6	Titulação do corpo docente	O curso avaliado não possui no seu corpo docente graduado, possui todos os docentes com titulação de no mínimo especialista, conforme preconiza o art.66 da Lei nº9.394, de 20/12/1996.
7	Núcleo Docente Estruturante	Atendendo a Resolução CONAES nº1 de 17/06/2010, que determina que o NDE deve ser constituído de no mínimo 5 docentes, sendo pelo menos 60% de seus membros com pós-graduação stricto sensu; todos em regime parcial ou integral e pelo menos 20% em tempo integral.
8	Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia	Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial
9	Carga Horária mínima, em horas- para os Cursos Superiores de Tecnologia.	2.400 horas
10	Carga Horária mínima, em horas- para Bacharelados e Licenciaturas	Não se aplica
11	Tempo de Integralização	De acordo com a Resolução CNE/CES nº 02/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos a integralização e duração dos cursos de graduação o curso avaliado possui a integralização mínima 3 anos.
12	Condições de Acessibilidade	A Fametro possui um Programa Institucional de

	para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida	<p>Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações foram retiradas e ainda no campo da acessibilidade atitudinal e pedagógica para onde convergem todos os esforços para garantir acesso ao currículo nos aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos, ▶ Adequação nos mobiliários e equipamentos, ▶ Adequação de objetivos, ▶ Adequação de conteúdos, ▶ Adequação de métodos e didática, ▶ Adequação nas avaliações, ▶ Adequação de tempo.
13	Disciplina de LIBRAS	Segundo o Decreto nº 5.626/2005, LIBRAS poderá ser ofertada como disciplina, e no caso do curso avaliado encontra-se na matriz curricular que consta no PPC.
14	Prevalência de Avaliação Presencial para EAD	Não se aplica
15	Informações Acadêmicas (Portaria nº 40)	<p>A Fametro disponibiliza todas as informações descritas na Portaria nº 40 de 12/12/2007 Art. 32. Após a autorização do curso, a instituição compromete-se a observar, no mínimo, o padrão de qualidade e as condições em que se deu a autorização, as quais serão verificadas por ocasião do reconhecimento e das renovações de reconhecimento.</p> <p>§ 1º A instituição deverá afixar em local visível junto à Secretaria de alunos, mural com as condições de oferta do curso, informando especificamente o seguinte:</p> <p>I - ato autorizativo expedido pelo MEC, com a data de publicação no Diário Oficial da União;</p> <p>II - dirigentes da instituição e coordenador de curso efetivamente em exercício;</p> <p>III - relação dos professores que integram o corpo docente do curso, com a respectiva formação, titulação</p>

		<p>e regime de trabalho;</p> <p>IV- matriz curricular do curso;</p> <p>V - resultados obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo MEC, quando houver;</p> <p>VI - valor corrente dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos, incluindo mensalidades, taxas de matrícula e respectivos reajustes e todos os ônus incidentes sobre a atividade educacional.</p> <p>§ 2º A instituição manterá em <u>página eletrônica própria</u>, e também na <u>biblioteca</u>, para consulta dos alunos ou interessados, registro oficial devidamente atualizado das informações referidas no §1º, além dos seguintes elementos:</p> <p>I - projeto pedagógico do curso e componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação;</p> <p>II - conjunto de normas que regem a vida acadêmica, incluídos o Estatuto ou Regimento que instruíram os pedidos de ato autorizativo junto ao MEC;</p> <p>III - descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionada à área do curso, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização;</p> <p>IV - descrição da infra-estrutura física destinada ao curso, incluindo laboratórios, equipamentos instalados, infra-estrutura de informática e redes de informação.</p>
16	Políticas de Educação Ambiental	<p>Conforme a Lei 9.795 de 27/04/1999 e Decreto nº 4.281 de 25/06/2002, as políticas de Educação Ambiental não são trabalhadas como disciplinas e no curso avaliado são realizadas atividades temáticas por meio da pedagogia de projetos de forma transversal, conforme regulamento anexo no PPC e nos projetos e relatórios de atividade apresentados em visita in loco. E confirmado por docentes e discentes. E as atividades transversais sobre Educação Ambiental constam da tabela a seguir.</p>
17	Diretrizes Curriculares	Não se aplica

Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.	
--	--

TABELA DAS ATIVIDADES EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL

Atividades transversais étnico raciais			
Semestre	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas
2013/1	Projeto Transversal – Reflexão sobre as relações étnico-raciais.	- Ressaltar as questões étnico-raciais através de palestras educacionais voltadas ao tema em questão .	TGPI122N01 TGPI131N01
2013/2	Cine-Fórum - Invictus	- Discutir algumas questões sociais como: Ética, Meio ambiente, Saúde e Pluralidade cultural.	TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01
2014/1	Semana Tecnológica: Transversalidade Étnico-Ambiental	- Discutir amplamente sobre questões étnico-raciais e de educação ambiental	TGPI141M01 TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01
2014/2	Projeto de Diagnóstico Socioambiental – Projeto Igarapés	- Identificar as estratégias utilizadas pelas indústrias da comunidade a fim de mensurar as práticas ambientais adotadas	TGPI141M01 TGPI131M01 TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01 TGPI142N01
2015/1	Cidade e Negócios Sustentáveis: Simulação de um Processo Produtivo	- Explorar e simular um processo produtivo fincado nas práticas sustentáveis em um processo produtivo SMD – <i>Surface Mounting Device</i> ou Componente de	TGPI141M01 TGPI131M01 TGPI122N01

	Obedecendo aos Critérios de Sustentabilidade dentro da Cadeia Logística	Montagem em Superfície.	TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01 TGPI142N01 TGPI151N01
--	---	-------------------------	--

TABELA DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Semestre	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas
2013/1	Projeto Transversal – Reflexão sobre as relações étnico-raciais e de educação ambiental	- Ressaltar as questões étnico-raciais através de palestras educacionais voltadas ao tema em questão.	TGPI122N01 TGPI131N01
2013/2	Cine-Fórum – Invictus	- Discutir algumas questões sociais como: Ética, Meio ambiente, Saúde e Pluralidade cultural.	TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01
2014/1	Semana Tecnológica: Transversalidade Étnico-Ambiental	- Discutir amplamente sobre questões étnico-raciais e de educação ambiental	TGPI141M01 TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01
2014/2	Projeto de Diagnóstico Socioambiental – Projeto Igarapés	- Identificar as estratégias utilizadas pelas indústrias da comunidade a fim de mensurar as práticas ambientais adotadas	TGPI141M01 TGPI131M01 TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01 TGPI142N01

2015/1	Cidade e Negócios Sustentáveis: Simulação de um Processo Produtivo Obedecendo aos Critérios de Sustentabilidade dentro da Cadeia Logística	- Explorar e simular um processo produtivo fincado nas práticas sustentáveis em um processo produtivo SMD – <i>Surface Mounting Device</i> ou Componente de Montagem em Superfície.	TGPI141M01 TGPI131M01 TGPI122N01 TGPI131N01 TGPI132N01 TGPI141N01 TGPI142N01 TGPI151N01
--------	---	---	--

MATRIZ DE CONTEÚDOS

1º PERÍODO

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL 80H

Estudo e revisão gramatical. Estrutura sintática e estruturação de frase. A comunicação: Modos da comunicação e modos de estruturação das relações individuais e sociais; Comunicação como variável estratégica; O campo da comunicação Interna: Planejamento e Política de Instrumentos. Modelos de comunicação para empresa. Produção de textos. Técnicas de redação, teoria e prática no contexto da Educação Ambiental e das relações Culturais e Étnico-Raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHINEM, Rivaldo. Introdução à comunicação empresarial. São Paulo: Saraiva, 2010.

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprenda a pensar. 23.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 18.ed. São Paulo: Nacional, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAHIA, Benito Juarez. Introdução a comunicação empresarial. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37.ed. São Paulo: Lucerna, 2009.

PIMENTA, Maria Alzira. Comunicação empresarial. 7.ed. São Paulo: Alínea, 2010.

TERCIOTTI, Sandra Helena; MACARENCO, Isabel. Comunicação empresarial. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

TAVARES, Maurício. Comunicação empresarial e planos de comunicação: integrando teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO DA GESTÃO INDUSTRIAL 80H

A Administração e suas perspectivas: conceito, campo e objetivo; ciências sociais e a Administração; antecedentes históricos da Administração. Abordagem clássica da Administração: Administração científica; teoria clássica (anatômica e estrutural). Abordagem humanística da administração: teoria das relações humanas. Abordagem estruturalista: teoria burocrática; teoria estruturalista. Abordagem neoclássica da administração: processo administrativo; administração por objetivos (APO). Abordagem comportamental: teoria comportamental; abordagem sistêmica; abordagem contingencial; modelo japonês de administração: qualidade total; modelo japonês x modelo americano. Novas tendências em administração para o terceiro milênio; visão holística; Administração Industrial empreendedora; administração virtual; administração participativa; as Organizações que aprendem; a tecnologia da informação e a administração; contribuição brasileira as teorias administrativas: pensadores, obras e contribuições; o estilo brasileiro de administrar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a teoria geral da administração. 8. ed. São Paulo: Campus, 2011.

FERREIRA, Ademir Antônio; REIS, Ana Carla Fonseca; PEREIRA, Maria Isabel. Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna gestão da produção industrial de empresas. São Paulo: Thomson Pioneira, 2011.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAFT, Richard L. Administração. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. Administração: princípios e tendências. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. Teoria geral da administração. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Teoria geral da administração. edição compacta. São Paulo: Atlas, 2010.

MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 2011.

PROCESSOS DE FABRICAÇÃO 80H

Projeto Geométrico. Escolha adequada dos Processos de Fabricação. Processos de Conformação Metalúrgica - Fundição: Modelagem em areia, Molde metálico (permanente), Fundição por Centrifugação, (Coquilhas), Fundição de precisão: Em Casca (Shell molding), Cera Perdida. - Metalurgia do Pó: Sinterização. Processos de Conformação Plástica: Laminação, Estampagem, Forjamento, Extrusão, Trefilação. Processos de Conformação por Usinagem: Torneamento, Aplainamento, Furação, Alargamento, Mandrilamento, Fresamento, Serramento, Brochamento, Roscamento, Limagem, Rasquetamento, Tamboramento, Retificação, Brunimento, Lapidação, Polimento, Jateamento, Afiação, Usinagens Especiais: por Eletroerosão, por Jato de Água, a Plasma, por Ultra som. Usinagem em Altíssimas velocidades. Processos de soldagem: Soldagem a gás, Soldagem a arco elétrico (SMAW), Soldagem TIG (GTAW), Soldagem semi-automático com Arame Sólido MIG/MAG-GMAW; Soldagem semi-automática com Arame Tubular (FCAW), Soldagem a Arco Submerso, Soldagem por Resistência, Soldagem por “laser”, Soldagem por Ultra-som, Brasagem. Prototipagem Rápida.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FITZPATRIC, Michael. Introdução aos processos de usinagem. Porto Alegre: McGraw Hill/Artmed, 2013.

GROOVER, Mikell P. Introdução aos processos de fabricação. São Paulo: LTC, 2014.

KIMUNAMI, Cláudio Shyinti; CASTRO, Walman Benício de; OLIVEIRA, Marcelo Falcão. Introdução aos processos de fabricação de produtos metálicos. São Paulo: Edgard Blucher, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, Luis Andrade de Mattos. Estruturas de aço: conceitos, técnicas e linguagem. 7.ed. São Paulo: Ziguarte, 2009.

DINIZ, Anselmo Eduardo; MARCONDE, Francisco Carlos; COPPINI, Nivaldo Lemos. Tecnologia da usinagem dos materiais. 6.ed. São Paulo: Artliber, 2013.

EDITORA SENAI. Soldagem: área metalurgia. São Paulo: Senai, 2013. (Coleção Informações tecnológicas).

GEARY, Don; MILLER, Rex. Soldagem. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

LOKENS GARD, Erik. Plásticos industriais: teoria e aplicações. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

CÁLCULO APLICADO 80H

Funções Elementares de Uma Variável: polinomiais, exponencial, logaritmo, funções trigonométricas. Limite. Limites infinitos e no infinito. Limites fundamentais. Continuidade. A derivada no ponto. Interpretação geométrica e cinemática. Função derivada. Regras de derivação. Regra da Cadeia. Taxas relacionadas. Propagação de erros e aproximação linear. Valores extremos, crescimento e decrescimento de uma função. Problemas de máximos e mínimos. Antiderivação, integral indefinida, integral definida, propriedades e Teorema Fundamental do Cálculo. Técnicas de Integração. Aplicações de integral definida. Funções de mais de uma variável, domínio, imagem e gráficos. Derivadas parciais. Regra da Cadeia. Extremos de funções de várias variáveis e problemas de otimização. Equações diferenciais separáveis. Equações diferenciais lineares. Aplicações à Física, Química e Engenharia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ÁVILA, Geraldo. Cálculo das funções de uma variável. v.1. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BOYCE, Willian E.; DIPRIMA, Richard C. Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno. 9.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

STEWART, James. Cálculo. v.1. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALDEIRA, André Machado; SILVA, Luiza Maria Oliveira da.; MACHADO, Maria Augusta Soares [et.al.] Pré-cálculo. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

FLEMMING, Diva Marília. Cálculo B: funções de variáveis, integrais múltiplas, integrais curvilíneas e de superfície. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. (4 exs)

GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo. v.1. São Paulo: LTC, 2011.

IEZZI, G.; MURAKAMI, C.; MACHADO, N. J. Fundamentos de matemática elementar: limites, derivadas, noções de integradas. v.8. São Paulo: Atual, 2010.

STEWART, James. Cálculo. v.2. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DESENHO INDUSTRIAL 80H

Introdução ao Desenho Técnico; Normas para o Desenho Técnico; Sistemas de representação: 1º e 3º diedros; Cotagem; Corte e Vistas Omitidas; Perspectivas axonométrica, isométrica, bimétrica e trimétrica. Perspectiva cavaleira; Interpretar e desenhar circuitos elétricos e eletrônicos (Padrões de Desenhos, Símbolos Gráficos, Esquemas e Diagramas, Contatos e Terminais), elementos de máquinas (Parafusos, Porcas, Arruelas, Pinos, Contrapinos, Rebites, Solda, Chaveta, Eixo, Rolamento, Buchas, Mancais e Excêntrico), instalações de equipamentos (termômetros, vidrarias em geral, balanças, manômetros e bombas) e plantas industriais (tanques, trocadores de calor, caldeiras, vasos de pressão e tubulação industrial).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRUZ, Michele David da. Desenho técnico: controle e processos industriais. São Paulo: Érica, 2014. (Série Eixo).

KUBBA, Sam A. A. Desenho técnico para construção. São Paulo: Bookman, 2014.

RIBEIRO, Antônio Clélio; PERES, Mauro Pedro; IZIDORO, Nacir. Curso de desenho técnico e Autocad. São Paulo: Pearson, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FRENCH, Thomas Ewing. Desenho técnico e tecnologia gráfica. 8.ed. São Paulo: Globo, 2009.

MONTENEGRO, Gildo A. A perspectiva dos profissionais. 2.ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.

SILVA, Arlindo; RIBEIRO, Carlos Tavares; DIAS, João; SOUSA, Luís. Desenho técnico moderno. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

SCHNEIDER, W. Desenho técnico industrial. São Paulo: Hemus, 2009.

SPECK, Henderson José; PEIXOTO, Virgílio. Manual básico de desenho técnico. 8.ed. São Carlos: UFSC, 2013.

2º PERÍODO

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO 80h

Introdução à metodologia da pesquisa científica. O método científico e suas aplicações. Reflexões sobre o ato de estudar, leitura de texto. O estudo de texto. A documentação pessoal. A técnica de redação. Diretrizes para elaboração de um seminário. Diretrizes para elaboração de um trabalho científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. 4. ed. São Paulo. Saraiva 2010.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico. 14.ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2012.

OLIVEIRA NETTO, Alvim Antônio de. Metodologia da pesquisa científica: guia prático para a apresentação de trabalhos acadêmicos. 3.ed. Florianópolis: Visual Books, 2008.

RODRIGUES, Auro de Jesus. Metodologia científica: completo essencial para vida universitária. São Paulo: Avecamp, 2009.

TOMASI, Carolina. Comunicação científica: normas técnicas para redação científica. São Paulo: Atlas, 2008.

SISTEMAS DE MANUTENÇÃO 40h

Manutenção industrial: introdução; conceitos e objetivos; políticas e estratégias. Planejamento e Controle da Manutenção; práticas e recomendações; planejamento da rotina e de grandes paradas; negociação com a produção. Ferramentas Gerenciais de Manutenção; Custos de Manutenção; Terceirização da Manutenção; Modalidades critérios e cuidados. Manutenção corretiva, preventiva e preditiva; técnicas de manutenção; Manutenção Preditiva Total – conceitos objetivos e fases de implantação; o papel dos estoques na manutenção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KARDEC, Alan; NASCIF, Julio. Manutenção preditiva: fator de sucesso na gestão empresarial. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013.

PEREIRA, Mário Jorge. Técnicas avançadas de manutenção. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

SANTOS, Valdir Aparecido dos. Manual prático manutenção industrial. 4.ed. São Paulo: Icone, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. 9.ed Nova Lima: FALCONI, 2013.

GIL, Branco. A organização, o planejamento e o controle da manutenção. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

GEBRAN, Amaury Pessoa. Manutenção e operação de equipamentos de subestações. Porto Alegre: Bookman, 2014. (Série Tecke).

GONÇALVES, Edson. Manual básico para inspetor de manutenção. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2013.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; SCARPIM, João Augusto. Terceirização em serviços de manutenção industrial. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

GESTÃO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE 80h

Histórico, evolução e conceitos da gestão da qualidade; As contribuições dos gurus da qualidade para a gestão; TGC e TQM e os modelos de excelência; Modelos de gestão da Qualidade Total aplicados na manufatura; Modos potenciais de falha; os custos da qualidade. A qualidade total e a estratégia da empresa; integração dos planos e sistemas da qualidade às estratégias de negócio. A Qualidade no projeto: desenvolvimento do planejamento da qualidade e plano de controle no projeto do produto. Metodologias para a melhoria do processo: metodologia de solução de problemas; as sete ferramentas básicas da Qualidade; KAISEN; 5S; PDCA; QDF; FMEA; gerenciamento da rotina diária; 6 SIGMA. As normas de gestão:breve histórico; NBR ISSO 9000;NBR ISO 9001; NBR ISO 9004; ISO TS 16949.SGQ: planejamento e implementação do SGQ; A função da alta administração no SGQ; Os objetivos de um SGQ; A Avaliação da efetividade do SGQ. Certificações: Auditoria e manutenções dos certificados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARSHALL JUNIOR, Isnard; ROCHA, Alexandre Varanda; MOTA, Edmarson Bacelar [et al.]. Gestão da qualidade e processos. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

PYZDEK, Thomas; KELLER, Paul. Seis sigma: guia do profissional. 3.ed. Rio de Janeiro: Altas Books, 2011.

VIEIRA FILHO, Geraldo. Gestão da qualidade total: uma abordagem prática. 4.ed. Campinas: Alinea, 2012. (Coleção administração e sociedade).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, Vicente Falconi. TQC- controle da qualidade total no estilo japonês. 2 ed. Nova Lima: INDG, 2004.

FIGUERA, Tadeu; RAMALHO, Jorge. NBR ISO 9001-2008: Guia brasileiro para interpretação e aplicação. São Paulo: Atlas, 2012.

MARSHALL JUNIOR, Isnard. Gestão da qualidade. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

OLIVEIRA, Otávio J. Gestão da qualidade: tópicos avançados. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SELEME, Robson; STADLER, Humberto. Controle da qualidade: as ferramentas essenciais - abordagem gerencial. Paraná: IBEX, 2012.

FUNDAMENTOS DE MARKETING 40h

O Conceito de Marketing: O que é Marketing; Marketing como orientação da gestão empresarial; O ambiente de Marketing: Clientes; O ambiente organizacional; O microambiente e o macroambiente; O mercado global; Elementos do composto de marketing: Produto; Preço; Praça e Promoção; Comportamento do consumidor: O consumidor; Fatores que influenciam o comportamento; O processo de decisão de compra; Inteligência de marketing: Sistema de informações de marketing; A pesquisa de marketing; Segmentação de mercado: Por que segmentar; Exigências para segmentação; Bases para segmentação; Seleção de segmentos; Monitoração da segmentação; Posicionamento: O posicionamento como estratégia de marketing; Identificação das vantagens competitivas; Comunicação das vantagens competitivas; Componentes do Plano Estratégico de Marketing.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CROCCO, Luciano; GIOIA, Ricardo M.; ROCHA, Thelma; STREHLAU, Vivian Iara [et al.] Fundamentos de marketing: conceitos básicos. v.1. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. (Coleção de Marketing).

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Plano de marketing para micro e pequena empresa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PINHEIRO, Duda; GULLO, José. Fundamentos de marketing: suporte as estratégias de negócios das empresas. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COBRA, Marcos. Administração de vendas. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Administração de marketing no Brasil. 3.ed Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CROCCO, Luciano; GIOIA, Ricardo M.; ROCHA, Thelma; STREHLAU, Vivian Iara [et al.] Decisões de marketing: os 4Ps. v.2. 3.ed. 2013. (Coleção de Marketing).

CHIAVENATO, Idalberto. Administração de vendas: uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HOOLEY, Graham; PIERCY, Nigel F.; NICOULAUD, Brigitte. Estratégia de marketing e posicionamento competitivo. 4.ed. São Paulo: Pearson, 2011.

CONTROLE METROLÓGICO DE PROCESSOS DE FABRICAÇÃO 80h

Sistemas de Medição: Métodos de Medição; Características dos Sistemas de Medição; Algarismos Significativos. Erros de Medição: Tipos de Erros; Exemplo de Erro Sistemático e Erro Aleatório. Incerteza da Medição: Função Distribuição de Probabilidade; Média Aritmética; Medidas de Dispersão; Distribuições de Probabilidade Usuais na Metrologia; Incerteza de Medição. Propagação de Incertezas: Incerteza Máxima; Incerteza Provável; Coeficiente de Sensibilidade; Exemplos de Cálculo de Incerteza nas Calibrações. Padrões, Certificados de Calibração e Faixa de Tolerância: Rastreabilidade de Padrões; Escolha do Padrão Adequado; Elaboração e Análise do Certificado de Calibração; Faixa de Tolerância. Critérios de Rejeição: Critério de Rejeição de Chauvenet; Teste de Dixon; Teste de Cochran (Homogeneidade de Variâncias); Comparação de Variâncias – F de Snedecor. Ajuste de uma Função: Ajuste por uma Reta Passando pela Origem; Ajuste por uma Reta Genérica; Ajuste com o Software Microsoft EXCEL; Incerteza Considerando o Ajuste.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KOBAYOSHI, Marcelo. Calibração em instrumento de medição. São Paulo: SENAI, 2012. (Coleção Informações tecnológicas).

SANTANA, Reinaldo Gomes. Metrologia. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 2012.

WEISS, Almiro. Processos de fabricação mecânica. Curitiba: LT, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTAZZI, Armando; SOUSA, André R. de. Fundamentos de metrologia científica e industrial. São Paulo: Manole, 2008.

FIALHO, Arivelto Bustamante. Instrumentação industrial. 7.ed. São Paulo: Érica, 2010.

MCCORMAC, Jack. Topografia. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

SILVA NETO, João Cirilo da Silva. Metrologia e controle dimensional. São Paulo: Elsevier, 2012.

TOLEDO, José Carlos de. Sistema de mediação e metrologia. Curitiba: Intersaberes, 2013.

ERGONOMIA 80h

Fundamentação conceitual de Ergonomia; Abordagem ergonômica; Aplicações da ergonomia; Custo e benefícios da ergonomia; Análise Ergonômica do Trabalho. Ergonomia e Antropometria: Antropometria medidas e diferenças individuais; Influências nas proporções corporais; Princípios para aplicação de dados antropométricos. Conceitos e Pesquisas. Medidas antropométricas e o

espaço. Tabelas e padrões antropométricos. O posto de trabalho. Exigências ambientais do posto de trabalho. Posturas. Análise e crítica ergonômica de um objeto particular. Demanda em Ergonomia e Ambiente Institucional. Instrumental para Caracterização da Tarefa e Fatores de Risco. Instrumental para a Análise da Atividade. Ergonomia e Projeto. Relatório Técnico de Ergonomia

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LACOMBE, Patricia. A ergonomia do elemento humano: um novo posicionamento para o ambiente de trabalho. Curitiba: Juruá, 2012.

SILVA, Alexandre Pinto da. Ergonomia - interpretando NR17: manual técnico e prático para a interpretação da norma regulamentadora 17. São Paulo: Ltr, 2013. (27 exs)

WACHOWICZ, Marta Cristina. Segurança, saúde e ergonomia: intersaberes. Curitiba: IBPEX, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTONALIA, Claudio. LER/DORT: Prejuízos Sociais e Fator Multiplicador do Custo Brasil: Empresa, INSS, Sindicatos, DRT e Convênios de Assistência Médica. 2.ed. São Paulo: Ltr, 2008.

ABRAHÃO, Julia; SILVINO, Alexandre; SZNELWAR, Laerte Idal [et al.]. Introdução a ergonomia: da prática a teoria. São Paulo: Edgard Blucher, 2009.

COUTO, Hudson de Araújo. Ergonomia do corpo e do cérebro no trabalho: os princípios e a aplicação prática. Belo Horizonte: ERGO, 2014.

MORAIS, Ana Maria de; MONT'ALVÃO, Claudia. Ergonomia: conceitos e aplicações. 4.ed. São Paulo: Zamboni, 2010.

MENDES, Ricardo Alves; LEITE, Neiva. Ginástica laboral: princípios e aplicações práticas. 3 ed. Barueri: Manole, 2012.

3º PERÍODO

CUSTOS INDUSTRIAIS 80h

Conceitos básicos de custos. Classificação dos custos. Custo de oportunidade; Departamentalização e rateio de custos. Centro de custos de produção. Centro de custos de apoio. Critérios de rateio. Sistema de apuração de custos por absorção. Conceito e objetivo. Sistema simplificado. Sistema de custeio por atividade - ABC. Definição de processos e atividades. Procedimentos para a coleta de dados. Atividades que agregam e não agregam valor. Rateio convencional e direcionamento de custos. Roteiro de implantação. Custeio variável direto. Análise custo-volume-lucro; Margem de contribuição. Ponto de equilíbrio. Alavancagem. Custo e preço; Teoria das restrições. Despesas e ganhos. Restrições (gargalos) internas e externas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COGAN, Samuel. Custos e formação de preços: análise e prática. São Paulo: Atlas, 2013.

COSTA, Reinaldo Pacheco da; Saraiva JUNIOR, Abraão Freires; FERREIRA, Helisson Akira. Preços, orçamentos e custos industriais. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. Princípios de administração financeira. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORNIA, Antônio Cezar. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. Gestão de custos e formação de preços. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Luis Martins de; PEREZ JUNIOR, José Hernandez; COSTA, Rogério Guedes. Controladoria estratégica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de custos. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PEREZ, José Hernandez. Gestão estratégica de custos. São Paulo: Atlas, 2010.

ESTRATÉGIAS DA PRODUÇÃO I 80h

Conceito de estratégica. Estratégia organizacional: Comportamento estratégico. Estratégia e competitividade. Planejamento estratégico: análise do ambiente, análise interna da empresa, missão institucional, formulação de estratégias. Estrutura organizacional e estratégia. Cultura e liderança na gestão estratégica. Desenvolvimento e controle estratégicos. A evolução da gestão estratégica da produção. Compreender o conceito de arranjo físico estratégico. Parâmetro da estrutura organizacional produtiva. Layout de produção. A estratégia da qualidade da produção. A estratégia da produtividade da produção. A estratégia da Flexibilidade da produção. A estratégia da velocidade da produção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, Flávia Cesar Faria; GODINHO FILHO, Moacir. Planejamento e controle da produção dos fundamentos ao essencial. São Paulo: Atlas, 2010.

MÜLLER, Cláudio José. Planejamento estratégico, indicadores e processos: uma integração necessária. São Atlas, 2014.

PEREIRA, Maurício Pereira. Planejamento estratégico: teorias, modelos e processos. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Martinho Isnard R. de. Manual de planejamento estratégico. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRACIOSO, Francisco. Marketing estratégico: planejamento estratégico orientado para o mercado. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORITZ, Gilberto de Oliveira; MORITZ, Mariana Oliveria; PEREIRA, Maurício Fernandes. Planejamento por cenários prospectivos: referencial metodológico para a aplicação prática nas organizações. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Estratégia empresarial e vantagem competitiva: como estabelecer, implementar e avaliar. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TEIXEIRA, Rafael; LACERDA, Daniel Pacheco; ANTUNES, Junico [et al.]. Estratégia de produção: 120 artigos clássicos para aumentar a competitividade da empresa. Porto Alegre: Bookman, 2014.

GESTÃO AMBIENTAL INDUSTRIAL 40h

Gestão Ambiental; Legislação Ambiental; Gestão da Responsabilidade Social; Normas de Gestão; Implementando Sistemas de Gestão. Compreender a importância de se realizar a gestão ambiental. A Crise Ambiental; Leis da Conservação da Massa e da Energia; Ecossistemas; Ciclos Biogeoquímicos; A Dinâmica das Populações; Bases do Desenvolvimento Sustentável e poluição ambiental; A Energia e o Meio Ambiente; O meio Aquático; O Meio Terrestre; O Meio Atmosférico; Desenvolvimento Sustentável. Economia e Meio Ambiente; Aspectos Legais e Institucionais; Avaliação de Impactos Ambientais; Introdução a Gestão Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FOGLIATTI, Maria Cristina. Sistema de gestão ambiental para empresas. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

MILLER, G. Tyler. Ecologia e sustentabilidade. 6.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

RICKLEFS, Robert E. A economia da natureza. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Takeshy. Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2011.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2010.

MAY, Peter H., LUSTOSA, Maria Cecília, VINHA, Valéria da. (Orgs.). Economia do meio ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ROCHA, Arnado Alves. Introdução à química ambiental. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. Gestão ambiental: instrumentos esferas de ação e educação ambiental. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO I 80h

Introdução à Administração da Produção: Produção na organização. Modelo de transformação, Tipos de operações de produção, Atividades da administração da produção, Modelo de administração da produção. Papel Estratégico e Objetivo da Produção: Papel da função produção, Objetivos de desempenho. Estratégia de Produção: Definição, Estratégia de produção Conteúdo e processo da estratégia de produção e Prioridade de objetivos de desempenho. Projeto em Gestão da Produção: Definição, Aspectos do projeto, Efeito volume-variedade no projeto e Tipos de processos em manufatura e serviços. Projeto de Produtos e Serviços: Definições, Geração do conceito, Avaliação e melhoria do projeto, Prototipagem e projeto final. Projeto da Rede de Operações Produtivas: Perspectiva da rede, Localização da capacidade, Gestão da capacidade produtiva a longo prazo. Arranjo Físico e Fluxo: Procedimento de arranjo físico, Tipos básicos de arranjo físico e cálculos de localização geográfica. Natureza do Planejamento e Controle: definições e conceitos, Natureza da demanda e do fornecimento, Tarefa de planejamento e controle, Efeito volume-variedade no planejamento e controle. Planejamento e Controle de Capacidade: Planejamento e controle de capacidade, Medição da demanda e da capacidade, Políticas alternativas de capacidade, Escolha de uma abordagem de planejamento e controle de capacidade. Planejamento e Controle de Estoque: definições, Decisão de tempo e volume de ressuprimento e Sistemas de controle e análise de estoque.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARTINS, Petrônio Garcia; LAUGENI, Fernando Piero. Administração da produção. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROZENFELD, Henrique; AMARAL, Daniel Capaldo; FORCELLINI, Fernando Antônio [et al.]. Gestão de desenvolvimento de produtos: uma referência para a melhoria do processo. São Paulo: Saraiva, 2012.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZZOLINI JUNIOR, Walther; BELHOT, Renato Vairo; GUERRINI, Fábio Müller. Planejamento e controle da produção de sistemas. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2014.

BEZERRA, Cicero Aparecido. PPCP – Técnicas de planejamento, programação e controle da produção. [s l.]: IBPEX, 2011.

JACOBS, Robert F.; CHASE, Richard B. Administração da produção e operações: o essencial. São paulo: Artmed, 2009.

MARTINS, Petrônio Garcia; LAUGENI, Fernando Piero. Administração da produção fácil. São Paulo: Saraiva, 2012. (Série Fácil).

SILVA, Orlando Roque da; VENANZI, Délvio. Gerenciamento da produção e operações. São Paulo: LTC, 2013.

LOGÍSTICA E CADEIA DE SUPRIMENTO E DISTRIBUIÇÃO 80h

Definições de cadeia de suprimentos e do gerenciamento da cadeia de suprimentos. Mapeamento da cadeia de suprimentos. Parcerias e integração na cadeia de suprimentos. A extensão da informação da demanda na cadeia de suprimentos e os impactos no seu gerenciamento. Iniciativas e práticas no gerenciamento da cadeia de suprimentos (EDI, ECR, VMI, CPFR). A função compras na organização. Tipos de Negociação. Sistemas de desenvolvimento e avaliação de Fornecedores. Planejamento logístico. Sistemas de abastecimentos. Administração dos serviços de materiais. Layout na logística Industrial. Centros de distribuição. Equipamentos de movimentação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHING, Hong Yuh. Gestão de estoques na cadeia de logística integrada. São Paulo: Atlas, 2010.

GRANT, David B. Gestão de logística e cadeia de suprimentos. São Paulo; Saraiva, 2013.

VIVALDINI, Mauro; PIRES, Sílvio R. J. Operadores logísticos: integrando operações em cadeias de suprimentos. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHOPRA, Sunil; EMEINDL, Peter. Gerenciamento da cadeia de suprimentos: estratégia, planejamento e operação. 5.ed. Porto Alegre: Pearson, 2010.

GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MARTEL, Alain; VIEIRA, Darli Rodrigues. Análise e projetos de redes logísticas. São Paulo: Saraiva, 2009.

TADEU, Hugo Ferreira Braga (Org.). Gestão de estoques: fundamentos modelos matemáticos e melhores práticas aplicadas. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2010.

PROJETO E GESTÃO DA SEGURANÇA DO TRABALHO 80h

Considerações Gerais sobre o Trabalho. Legislação. Equipamentos de Proteção. Incêndios, Proteção e Prevenção. Sistemas e Instalações Industriais. Segurança no Transporte e Armazenamento; Introdução. Higiene e Segurança no Trabalho. Principais órgãos responsáveis pelas Políticas de saúde, higiene e segurança do trabalho. Órgãos legisladores, reguladores, normativos e fiscalizadores. Introdução a CLT e a Legislação e Normas de saúde, Higiene e Segurança do Trabalho (Lei 6.514, de 22/12/770). Introdução aos Problemas do Meio Ambiente. Introdução a Legislação e Política brasileira de Higiene e Segurança do Trabalho e de meio Ambiente. Introdução a Legislação de Saúde e sanitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de segurança e saúde no trabalho. São Paulo: LTC, 2011.

GOMES, Orlando. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

TAVARES, José da Cunha. Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho. 8.ed. São Paulo: SENAC, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Edmir Netto de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasil. Normas Regulamentadoras. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras_1.htm

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTC, 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente de trabalho, assistência social, saúde. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Ariste de. Manual de prática trabalhista. São Paulo: Atlas, 2011.

4º PERÍODO

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA I 80h

A função financeira: o campo, a natureza, o objetivo e a metodologia da administração financeira; Regime de Caixa *versus* Regime de Competência; Os princípios fundamentais da contabilidade na administração financeira; A importância do conhecimento contábil e da economia da administração financeira; Lucro contábil *versus* Resultado financeiro. Lucro é dinheiro?; O Sistema Financeiro Nacional; Administração de ativos circulantes: caixa, contas a receber e estoques; projeto de capital de giro; Tesouraria; Alavancagem Financeira e Operacional; Análise de Investimentos: VPL, TIR, PAYBACK; Orçamento de Capital; Análise das demonstrações financeiras: Análise Horizontal, Vertical e Por Índices (Liquidez, rentabilidade, giro de estoques)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Controladoria básica. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. Introdução à administração financeira: textos e exercícios. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GITMAN, L. F. Princípios de administração financeira. 12.ed. Prentice Hall, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre. Curso de administração financeira. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C. Administração financeira: teoria e prática. 10.ed. São Paulo: Thomson Learning, 2010.

SILVA, José Pereira da. Análise financeira das empresas. São Paulo: Atlas, 2010.

SANVICENTE, Antônio Zoratto; SANTOS, Celso da Costa. Orçamento na administração de empresas: planejamento e controle. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO II 80h

Sistema MRP - Planejamento de Necessidades Materiais: Conceito de cálculo de necessidade de materiais, algoritmo do MRP, estrutura de produtos e nível de demanda, parametrizações do sistema MRP e sistematização. Sistema MRP II (*Manufacturing Resources Planning*): Transição MRP para MRPII, principais módulos do sistema MRPII e estrutura do sistema. Gestão da Demanda: sistemática da previsão de vendas, DRP –distributionrequirementsplanning e gestão do nível de serviço ao cliente. Planejamento de Capacidade: Planejamento a longo prazo RRP (*resourcerequirementsplanning*), médio prazo RCCP (*rough CUT capacityplanning*), curto prazo CRP (*capacityrequirementsplanning*) curtíssimo prazo. Sistemas Híbridos com OMRP II/ERP: Sistemas híbridos MRP II + JIT. Sistemas ERP (*Enterprise Resources Planning*): detalhamento do sistema ERP, módulos disponíveis(financieira/contábil/fiscal, recursos humanos) e integração através do ERP. Gestão Da Cadeia de Suprimentos (*Supply Chain Management*): Conceituação, Evolução do conceito, principais decisões logísticas, principais decisões logísticas (Serviço ao Cliente, Estratégia de Rede, Operações de Armazenagem, Operações de Transporte, Gestão de Estoques, Tecnologia, Sistemas de Controle, Estrutura Organizacional)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão da produção: uma abordagem introdutória. São Paulo: Manole, 2014.

GAITHER, Norman; FRAZIER, Greg. Administração da produção e operações. 8.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2002.

MELO, Leonel Del Rey; CHENG, Lin Chin. QFD: desdobramento da função qualidade na gestão de desenvolvimento de produtos. 2.ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento e controle da produção. São Paulo: Manole, 2008.

GIANESI, Irineus G. N.; CORRÊA, Henrique Luiz . Administração estratégica de serviços: operações para satisfação do cliente. São Paulo: Atlas, 2010.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, MONA J. Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

SELEME, Robson. Automação da produção. Curitiba: IBPEX, 2008.

TUBINO, Dalvio Ferrari. Planejamento e controle da produção: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CONFIABILIDADE DE PROCESSOS E PRODUTOS 80h

Introdução à Confiabilidade: medidas de confiabilidade e definições básicas. Distribuições de probabilidade: estimativas de parâmetros e tempos-até-falha. Função de risco ou taxa de falha. Análise de sistemas. FMEA (Failure mode and effect analysis) e FTA (Fault tree analysis). Manutenção center e de confiabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PELLICCIONE, André da Silva; MORAES, Milton Franco; GALVÃO, Jorge Luiz Rezende [et al.]. Análise de falhas em equipamentos de processo: mecanismos de danos e casos práticos. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

RIBEIRO, José; FOGLIATO, Flávio. Confiabilidade e manutenção industrial. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

SCAPIN, Carlos Alberto. Análise sistêmica de falhas. 2.ed. Minas Gerais: Falconi, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRADOTTI JÚNIOR, José Wagner. A falha não é uma opção. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2013.

BRANCO FILHO, Gil. Dicionário de termos de manutenção, confiabilidade e qualidade. 4.ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2003.

GURGEL, Floriano do Amaral. Administração do produto. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços. 18.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

REZENDE, Denis Alcides. Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTRUMENTAÇÃO E AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL 80h

Fundamentos do Controle de Processos. Classificação dos Instrumentos: Instrumentos em Malhas de Controle, Instrumentos mais Comuns; Símbolos Gráficos e Identificação dos Instrumentos, Instrumentos de Pressão, Instrumentos de Temperatura, Instrumentos de Nível, Instrumentos de Vazão, Elemento Final de Controle, Controladores PID, Controlador Digital Multimilhas. Medição de Vazão e a Metrologia: Princípios do Escoamento de Fluidos; Seleção de Medidores; Definições Usadas em Metrologia Legal; Mudança de Cenário na Medição de Petróleo, Medidores de Vazão Mecânicos, Medição de Vazão por Pressão Diferencial,

Medidores de Vazão Magnéticos, Medidores de Vazão Ultra-Sônicos, Medidor de Vazão Mássica Coriolis. Medições analíticas. Eletricidade básica, introdução análise circuitos elétricos, medidas elétricas, componentes eletrônicos pth e smd, circuitos clássicos. Eletrônica básica digital.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, José Luiz. Instrumentação, controle e a automação de processos. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

BEGA, Egídio Alberto (Coord.). Instrumentação industrial. 3.ed. Rio de Janeiro: Interciência. 2011.

GROOVER, Mikell. Automação industrial e sistemas de manufaturas. 3.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AHMED, Ashfaq. Eletrônica de potência. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

MAMEDE, João. Instalações elétricas industriais. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

MORAES, Rosângela Dutra de. Prazer: sofrimento no trabalho com automação: estudo em empresas japonesas no Pólo Industrial de Manaus. Manaus: EDUA, 2010.

SEDRA, Adel S SMITH, Kenneth. Microeletrônica. 5.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

TORRES, Gabriel. Eletrônica: para autodidatas, estudantes e técnicos. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2012.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÕES 40h

Conceitos Gerais. Sistema Empresa. Tecnologia da Informação. Hardware/Software. Softwares de Otimização da Produção. Programas auxiliares. Conceituar Sistemas de Informação Gerencial. Identificar componentes de um Sistema de Informação. Identificar abordagem da sociedade da informação e conhecimento. O Conceito sistêmico para Sistemas de informação. Reconhecer as funções básicas de um SI. Avaliar a abordagem sócio-técnica para SI. Reconhecer a arquitetura de informações na empresa. Conhecer sistemas de informação industriais. Identificar problemas e soluções de SI. Compreender a inteligência organizacional Arquitetura de Tecnologia de Informação. Planejamento de Sistemas Informacionais. Sistemas de Informação. Informação Empresarial. Projeto de Sistemas. Planejamento Estratégico de Informações. Sistemas de Informações Executivos. Tecnologias Aplicadas a Sistemas de Informação. Marketing da Informação. Sistemas do Conhecimento. Projeto de SIG - Sistema de Informação Gerencial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CÔRTEZ, Pedro Luiz. Administração de sistemas de informação. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ROSINI, Alessandro Marcos. Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SORDI, José Osvaldo; MEIRELES, Manuel. Administração de sistemas de informação: uma abordagem interativa. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRUZ, Tadeu. Sistemas de informações gerenciais: tecnologias da informação e a empresa do século XXI. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATTOS, Antônio Carlos M. Sistemas de informação: uma visão executiva. São Paulo: Saraiva, 2010.

O'BRIEN, James A. Sistemas de informação: e as decisões gerenciais na era da internet. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

TURBAN, Efraim; LEIDNER, Dorothy; MCLEAN, Ephraim. [et al.]. Tecnologia da informação para gestão: transformando os negócios na economia digital. 6.ed Porto Alegre: Bookman, 2010.

5º PERÍODO

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA II 80h

Orçamento: princípios, processo orçamentário, sistema orçamentário. Vantagens e Desvantagens do sistema orçamentário. O orçamento e o processo administrativo: planejamento e controle. Elaboração do orçamento em seus vários tipos: orçamento de vendas com aplicação na legislação da zona franca de Manaus, orçamento de produção com aplicação na legislação da zona franca de Manaus, orçamento do consumo de materiais, orçamento de compras de materiais, orçamento dos demais custos de produção, orçamento de capital, orçamento de caixa, orçamento global. Análise orçamentária. DRE projetada e fluxo de caixa projetado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VIGNOLI, Francisco Humberto; FUNCIA, Francisco Rózsa. Planejamento e orçamento público. Rio de Janeiro: FGV, 2014. (Série Gestão Pública)

ZEIDAN, Rodrigo Mariath. Administração financeira de curto prazo. Rio de Janeiro: FGV, 2014. (Série Finanças)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIACOMONI, James. Orçamento público. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan; MOREIRA, Célio Knipel. Administração financeira. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LUNKES, Rogério João. Manual de orçamento. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WELSCH, Glenn Albert. Orçamento empresarial. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEGISLAÇÃO DA ZONA FRANCA DE MANAUS 80h

Modelo Zona Franca de Manaus. Histórico. Incentivos. O Decreto-lei 288/67, Incentivos extrafiscais. Política tributária diferenciada. Tributos Federais Aplicados: Imposto de Importação, IPI, PIS/PASEP, IRPJ; Tributos estaduais aplicados: Crédito estímulo do ICMS. Vantagens locacionais; A indústria e sua importância no Amazonas; Desenvolvimento Regional; Área de Benefícios; As Isenções fiscais e tributárias; Aplicação dos incentivos fiscais na indústria; As isenções federais, estaduais e municipais aplicadas à indústria.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOMFIM, Ronaldo; BOTELHO, Lissandro. Zona Franca de Manaus: condicionantes do futuro. Manaus: Valer, 2009.

CUNHA, Rogério de Vidal. Curso didático de Direito Tributário. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2013.

MENDONÇA, Maurício Brilhante de. Atividade comercial e desenvolvimento regional: o comércio varejista em Manaus. Manaus: Valer, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENÍCIO, Sérgio Gonini. ICMS: apontamento teóricos e práticos sobre a substituição tributária. São Paulo: Saraiva, 2010.

BOTELHO, José. Redesenhando o projeto: Zona Franca de Manaus. Manaus: Valer, 2006.

CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FURLAN, Valéria; RIBEIRO, Alísio Cláudio B.; QUEIROZ, Danielle Maia. [et. al.] Tributação na Zona Franca de Manaus (Comemoração aos 40 anos da ZFM). São Paulo: MP Editora, 2008.

GARCIA, Elvina. Modelo de desenvolvimento: Zona Franca de Manaus - histórias, conquistas e desafios. 2.ed. Manaus: Norma, 2004.

CONTROLE ESTATÍSTICO DE PROCESSOS 80h

Métodos Estatísticos para melhoria da Qualidade: Melhoria da qualidade no contexto da empresa moderna; Modelando a qualidade do processo; Inferências sobre qualidade do processo. Métodos Básicos do controle Estatístico do Processo e Análise da Capacidade: Métodos e filosofia do controle estatístico de processos; Gráficos de controle para variáveis; Gráficos de controle para atributo; Análise da capacidade de processos e sistemas de medição. Técnicas de Monitoramento e Controle Estatístico do Processo: Gráficos de controle de soma cumulativa e da média móvel; controle de processo univariado e multivariado. Amostragem: Amostragem e aceitação de lote a lote para atributos; Amostragem e aceitação de lote a lote para processos tipo variável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOUZADA, Francisco; DINIZ, Carlos; FERREIRA, Paulo; FERREIRA, Edil. Controle estatístico de processo: uma abordagem prática para cursos de engenharia e administração. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

MACHADO, José Fernando. Método estatístico: gestão da qualidade para melhoria contínua. São Paulo: Saraiva, 2010.

RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; ALMEIDA, Silvia dos Santos de; ARAÚJO, Adrilayne dos Reis. Controle estatístico da qualidade. Porto Alegre: Bookman, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRYAN, J. F. Manly. Métodos estatísticos multivariados: uma introdução. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

MONTGOMERY, Douglas C. Estatística aplicada a engenharia. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

ROTONDARO, Roberto G. Seis sigma: estratégia gerencial para a melhoria de processos, produtos e serviços. São Paulo: Atlas, 2010.

TRIOLA, Mario F. Introdução à estatística. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

VIEIRA, Sônia. Elementos estatísticos. São Paulo: Atlas, 2012.

DESENVOLVIMENTO E PROJETO DO PRODUTO 80h

Desenvolvimento do produto. Metodologias. Sistemas de informações do produto. Concepção e análise de soluções. Avaliação econômica do projeto. Projeto básico. Modelagem. Otimização e ensaios. Projeto de componentes e peças. Protótipos. Certificação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAXTER, Mike. Projeto de produto: guia prático para o design de novos produtos. 3.ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2011.

NISE, Norman S. Engenharia de sistema de controle. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

SILVA, Sérgio Luis da; SUGEND, Daniel. Inovação e desenvolvimento de produtos: práticas de gestão e casos brasileiros. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA FILHO, Antônio Nunes. Projeto e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2009.

BRITO, Paulo. Análise e viabilidade de projetos de investimentos. São Paulo: Atlas, 2010.

JUVINALL, Robert C.; MARSHEK, Kurt M. Fundamentos do projeto de componentes de máquinas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MACHADO, Márcio Cardoso. Gestão do processo de desenvolvimento de produtos: uma abordagem baseada na criação de valor. São Paulo: Atlas, 2008.

MIGUEL, Paulo Augusto Cauchik. Implementação do QFD para o desenvolvimento de novos produtos. São Paulo: Atlas, 2008.

GESTÃO DE PESSOAS 40h

A interdisciplinaridade da Gestão da Produção Industrial de recursos humanos. O Gestor de recursos humanos. Subsistemas de recursos humanos. Desafios da gestão de pessoas. Cenário futuro de gestão de pessoas. Planejamento de recursos humanos. Recrutamento e Seleção de pessoal. Avaliação do desempenho humano. Sistema de cargos, remuneração e benefícios sociais. Higiene e segurança do trabalho. Auditoria de recursos humanos. Clima organizacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, Bruno Rocha. Gestão estratégica de pessoas com foco em competências. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

GUIMARÃES, Sebastião; CAMPOS, Jorge de Paiva; PILETTI, Cristina da Costa. Gestão estratégica de pessoas: obtendo resultado com a ISO 10015. São Paulo: Qualitymark, 2013.

PONTES, Benedito Rodrigues. Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal. 7.ed. São Paulo: Ltr, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERTO, Samuel C. Administração moderna. 9.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. Auditoria contábil: teoria e prática. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DUTRA, Joel Souza. Administração de carreiras: uma proposta para repensar a gestão de pessoas. São Paulo: Atlas, 2009.

MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira. Higiene e segurança do trabalho. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

PASCHOAL, Luiz. Gestão de pessoas, nas micros, pequenas e médias empresas: para empresários e dirigentes. São Paulo: Qualitymark, 2010.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I 50h

Abordar o estágio curricular e sua importância para o tecnólogo; regulamentação da profissão do gestor; atividades privativas e de campo de atuação do gestor de Produção Industrial; código de ética da profissão. Reuniões para a elaboração e avaliação do plano individual de estágio. Desenvolvimento e acompanhamento do estágio curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2011.

SEVERINO, Antonio Jose. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração** – 10ª ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FURASTE, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico. Explicação das Normas da ABNT** – 23ª ed. Porto Alegre, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos**. Curitiba: Juruá Editora, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Comunicação científica - normas técnicas para redação científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica: completo essencial para vida universitária**. São Paulo: Avecamp, 2009.

6º PERÍODO

EMPREENDEDORISMO

Conceitos fundamentais de empreendedorismo. Características dos empreendedores. Importância dos empreendedores e da pequena empresa para o desenvolvimento. Intra-empendedor e empreendedorismo nas grandes organizações. Micro e pequenas empresas e formas associativas. Atividade empreendedora como opção de carreira. Experiência de empreendedores. Introdução ao plano de negócios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS NETO, João Pinheiro de; SOUZA, Gerson de (Orgs.). Manual do empreendedor de micro a pequenas empresas. São Paulo: Qualitymark, 2012.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. 9.ed. São Paulo: Mcgraw Hill, 2014.

ROGERS, Steven. Finanças e estratégias de negócios para empreendedores. São Paulo: Bookman, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARON, Robert A. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

BERNARDI, Luiz A. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2010.

COZZI, Afonso; JUDICI, Valéria; DOLABELA, Fernando (Orgs.) Empreendedorismo de base tecnológica: spin-off: criação de novos negócios a partir de empresas constituídas, universidades e centro de pesquisa. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócio: como nasce um empreendedor e cria uma empresa. Rio de Janeiro: Sextane, 2008.

LONGENECKER, Justin G.; MOORE, Carlos W.; PETTY, J. William. [et al.]. Administração de pequenas empresas. 13.ed. São Paulo: Thompson Pioneira, 2007.

GESTÃO DE PROJETOS INDUSTRIAIS

Definição de projeto. Evolução da gerência de projetos. Estrutura analítica de projetos (EAP). Diagrama de GANTT. Diagrama de PERT/CPM. Caminho crítico. Custos. Cronogramas físicos e financeiros. Alocação de recursos humanos e financeiros. Controle do projeto. Ferramentas computacionais para gerência de projetos. Análise de gerência de projetos tecnológicos. Gerenciamento de projetos: projetos de fábricas e os projetos de produtos. Integração dos projetos de fábricas e de produtos com manufatura- processos e métodos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINSMORE, Paul Campbell; CAVALIERI, Adriane. Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos. 4.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Gestão da produção industrial de projetos: como transformar idéias em resultados. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TERRIBILI FILHO, Armando. Gerenciamento dos custos em projetos. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Marly Monteiro de. Construindo competências para gerenciar projetos: teoria e casos. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FONSECA, José Wladimir Freitas da. Elaboração e análise de projetos: a viabilidade econômico-financeira. São Paulo: Atlas, 2012.

GILDO, Jack; CLEMENTS, James P. Gestão de projetos. 3.ed São Paulo: Cengage Learning, 2011.

RABECHINI JUNIOR, Roque; CARVALHO, Marly Monteiro de; SOLER, Alonso Mazini (Orgs.). Gerenciamento de projetos na prática: casos brasileiros. v.2. São Paulo: Atlas, 2009.

VARGAS, Ricardo Viana. Gerenciamento de projetos: estabelecendo diferenciais competitivos. 7. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.

PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO – PCP

Programa de planejamento e controle da produção. Características de um PPCP. Aplicação de um programa de planejamento de produção. Programa de PPCP. Técnicas utilizadas no PPCP. Programa de planejamento da produção. Modelos de previsão. Programas MRP I e MRP II. Programa mestre. Dimensão de estoques. Previsão de demanda. Modelo de previsão. Programas auxiliares. Atendimento à solicitação do cliente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOBO, Renato Nogueirol. Gestão de produção: TQC, planejamento, eficiência, efetividade, empresa como sistema MPT e produtividade, layout e carga de máquina. São Paulo: Érica, 2010.

LOBO, Renato Nogueirol; SILVA, Damião Limeira da. Planejamento e controle da produção. São Paulo: Érica, 2014. (Série Eixos: Gestão e Negócios)

SCHAFRANSKI, Luiz Erley; TUBINO, Dalvio Ferrari. Simulação empresarial em gestão da produção. São Paulo: Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAON, Mauro; CORRÊA, Henrique L.; GIANESE, Irineu G. N. Planejamento, programação e controle da produção. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUSTOSA, Leonardo Pacheco; MESQUITA, Marco A. Planejamento e controle da produção. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

NASCIMENTO, Auter Moreira; REGINATO, Luciane (Orgs.) Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PRUDENTE, Francesco. Automação industrial: PLC programação e instalação. LTC, 2010.

SELEME, Robson. Métodos e tempos: racionalizando a produção de bens e serviços. Curitiba: IBPEX, 2009.

MODELAGEM, ANÁLISE E SIMULAÇÃO

Princípios da Modelagem Matemática de Processos: Modelos determinístico e estocástico; a parâmetros concentrados e a parâmetros distribuídos, lineares e não lineares, em estado estacionário e em regime transiente. Introdução à simulação. Propriedades e classificação dos modelos de simulação. Revisão de conceitos: estatística, probabilidade, processos estocásticos. Exemplos de sistemas de simulação. Geração de números aleatórios. Noções básicas em teoria dos números. Geração e teste. Distribuições clássicas contínuas e discretas. Simulação de sistemas discretos e de sistemas contínuos. Verificação e validação de modelos. Técnicas estatísticas para análise de dados e de resultados de modelos de simulação. Simulação de sistemas simples de filas. Simulação de sistemas de computação. Estudos de caso. Desenvolvimento de Modelos no Estado Estacionário e Modelos Transientes; Modelos Lineares e Não Lineares; Linearização; Adimensionalização. Representação de Modelos Matemáticos no Espaço de Estados. Introdução à programação computacional científica e implementação do código computacional para simulação estacionária e dinâmica de processos industriais. Análise dos comportamentos estacionário e dinâmico de processos industriais através da simulação computacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BATEMAN, Robert E.; BOWDEN, Royce D.; GOGG, Thomas J. [et al.] Simulação de sistemas: aprimorando processos de logística, serviços e manufatura. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

CHWIF, Leonardo; MEDINA, Afonso Celso. Modelagem e simulação de eventos discretos: teoria e aplicações. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2013

CRUZ, Michele David da. Autodesk inventor 2014 profissional: teoria de projetos, simulação e práticas. São Paulo: Érica, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREITAS FILHO, Paulo José. Introdução à modelagem e simulação de sistemas com aplicações em arena. 2.ed. Santa Catarina: Visual Books, 2008.

OPPENHEIM, Alan V.; WILLSKY, Alan S. Sinais e sistemas. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

PRADO, Darci. Teoria das filas e da simulação. v.2. 5.ed. Minas Gerais: Falconi, 2014.

PORTUGAL, L. S. Simulação de tráfego: conceitos e técnicas de modelagem. São Paulo: Interciência, 2005.

SOUZA, Antônio Carlos Zambroni de; PINHEIRO, Carlos Albert Murari. Introdução à modelagem, análise e simulação de sistemas dinâmicos. Rio de Janeiro: Interciência, 2008.

PESQUISA OPERACIONAL

Métodos estatísticos; árvores de decisão; simulações estatísticas. Programações; métodos de transporte e de designação; método simplex; análise de sensibilidade. Utilização integrada das tecnologias computacionais; a utilização isolada de ferramentas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LACHTERMACHER, Gerson. Pesquisa operacional na tomada de decisões. 4.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.

MOREIRA, Daniel Augusto. Pesquisa operacional: curso introdutório. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Ermes Medeiros; SILVA, Elio Medeiros da; GONÇALVES, Valter [et al.] Pesquisa operacional: para os cursos de administração e engenharia. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BELFIORI, Patrícia; FAVERO, Luiz Paulo. Pesquisa operacional para cursos de administração, contabilidade e economia. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

CORRAR, Luiz J.; THEÓPHILO, Carlos Renato (Coords). Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração: contabilometria. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HILLIER, Frederick S.; LIEBERMAN, Gerald J. Introdução à pesquisa operacional. 9.ed. São Paulo: McGraw Hill, 2013.

LONGARAY, Andre Andrade. Introdução à pesquisa operacional. São Paulo: Saraiva, 2013.

NASCIMENTO, Sebastião Vieira do. Pesquisa operacional e análise de investimento: suas aplicações na indústria e nos serviços. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Abordar o estágio curricular e sua importância para o tecnólogo; regulamentação da profissão do gestor; atividades privativas e de campo de atuação do gestor de Produção Industrial; código de ética da profissão. Reuniões para a elaboração e avaliação do plano individual de estágio. Desenvolvimento e acompanhamento do estágio curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 9.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). Construindo o saber: metodologia científica fundamentos e técnicas. 22.ed. Campinas: Papyrus, 2010.

CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2009.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. Curitiba: Juruá, 2010.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Plano de Ação elaborado a partir de um tema a ser escolhido dentro da área de atuação do Tecnólogo em Gestão da Produção Industrial. O trabalho será realizado ao longo do último semestre pelo discente sob orientação de um professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Maria de Fátima Barrozo da; COSTA, Marco Antonio F. Da. **Projeto de Pesquisa - Entenda e Faça**. VOZES, 2011

SASSI, Laurindo Moacir; CERVANTES, Onivaldo . **Manual Prático Para Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa e Teses**. SANTOS, 2011

SILVEIRA, Cláudia Regina. **Metodologia da pesquisa**. 2 ed. rev. e atual. Florianópolis: IF-SC, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa - 3ª Ed. ARTMED, 2010

FURASTÉ, P.A. Normas **técnicas para o trabalho: explicitação das normas técnicas da ABNT**. 11.ed. Porto Alegre: 2002.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo:Atlas, 2010.

SANTOS, I.E. **Manual de Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica**. 6ª ed. Niterói: Impetus, 2009.

PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A FAMETRO tem o compromisso com a constante valorização do ser humano por meio da educação superior na Região Amazônica, qualificando mão de obra para organizações públicas, privadas, ONGs e empreendimentos próprios. Entretanto, entendemos que nosso

compromisso vai além da formação durante a graduação, mas abrange inclusive conhecer informações sobre a inserção do nosso egresso no mercado de trabalho como forma de avaliar a contribuição de nossos cursos para este processo.

Neste contexto, a Instituição optou por adotar uma pesquisa de acompanhamento de egressos dividido em duas etapas: a primeira levantará dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levantará dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egresso. Ao comparar os dados levantados poderemos avaliar de que forma os cursos de graduação da FAMETRO estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

Este programa tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da FAMETRO como forma de demonstrar a importância da IES para a sociedade amazonense na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Os objetivos específicos do programa estão pautados em:

- a) Quantificar os egressos dos cursos da FAMETRO que estão atuando no mercado de trabalho na área em que se graduaram.
- b) Identificar a ascensão profissional do egresso em termos de carreira
- c) Identificar a ascensão profissional do egresso em termos de remuneração
- d) Avaliar a contribuição do curso para a empregabilidade do egresso

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos da FAMETRO será relevante uma vez que atenderá aos interesses do Ministério da Educação que recomenda este tipo de acompanhamento como forma de qualificar cada vez mais as IES privadas; para a própria FAMETRO que terá dados para avaliar seus cursos; para o mercado de trabalho local que poderá contar com uma IES preparando mão de obra alinhada com os requisitos atuais do mercado de trabalho e ainda; para os próprios acadêmicos que poderão ser beneficiados por meio de informações dos egressos que subsidiarão a melhoria contínua dos cursos oferecidos.

Afinal a FAMETRO entende que sua responsabilidade social é a contribuição com o desenvolvimento da região amazônica por meio não somente com a qualificação de mão de obra, mas com sua empregabilidade.

A metodologia desta atividade será baseada em uma pesquisa a ser realizada junto aos egressos dos cursos de graduação da FAMETRO. Consistirá na aplicação de formulário de pesquisa sobre os dados dos egressos em duas etapas, a saber: 1ª. Etapa – levantar a condição profissional de ingresso do aluno na IES com turmas formandas; 2ª. Etapa – levantar a ascensão

profissional das mesmas turmas na condição de egressos quanto à carreira e à remuneração para identificar as necessidades do curso na formação do aluno.

Após levantamento os dados da primeira e segunda etapa serão comparados para avaliar de que forma os cursos de graduação da FAMETRO estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

Será lançado o edital de pesquisa para alunos com interesse em participação voluntária nos projetos de acompanhamento de egressos dos respectivos cursos, na formação do banco de dados dos egressos, envio dos questionários e tabulação dos dados dos questionários devolvidos e que terão horas complementares na realização destas atividades.

Depois de aplicado o formulário de pesquisa, os dados serão tabulados pelos alunos voluntários sob a orientação de um professor que irá tratar estatisticamente os dados levantados e tabulados.

Para a sensibilização da importância da pesquisa será realizado um evento ao final de cada semestre aos pré-egressos para homenageá-los com uma Aula da Saudade ministrada por professores do curso escolhidos pelos próprios alunos, na ocasião será ministrada uma palestra sobre a importância da educação continuada para a empregabilidade dos mesmos e na oportunidade será discorrido sobre a importância da pesquisa de acompanhamento ao egresso como forma de subsídio para a melhoria contínua do curso.

Espera-se com este programa de acompanhamento dos egressos obter subsídios para a melhoria contínua dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da FAMETRO de forma a manter a relação entre a qualificação de profissionais com empregabilidade para o mercado de trabalho local.

1. Atuação Dos egressos Da IES No Ambiente Socioeconômico.

A partir do acompanhamento do trabalho realizado com o acompanhamento do egresso, esperamos que os alunos formados por nossa instituição possam se inserir no mundo do trabalho de maneira crítica e consciente com dentro de princípios éticos e humanístico, com responsabilidade social, reconhecendo o valor das entidades de classe que lhe representarão. Espera-se igualmente que a formação ofertada possa formar egressos com competências éticas, pessoais, profissionais, sócio-afetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo em que vive, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

Portanto, é requerida ao egresso a capacidade de:

- a) dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional; possuir capacidade de trabalhar em equipe;
- b) desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo;
- c) exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação;

- d) ter atitudes inovadoras e criativas;
- e) utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio;
- f) saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade;
- g) integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;
- h) atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas;
- i) compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho;
- j) compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida;
- k) desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação;
- l) atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional.

PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

DISPOSIÇÃO GERAL

O Programa de Acessibilidade e Inclusão caracteriza-se como um projeto em contínua revisão, com o objetivo de promover ações para a acessibilidade e inclusão dos acadêmicos e colaboradores com deficiência física, intelectual ou sensorial. A fim de que o acadêmico ou colaborador com deficiência possa desfrutar, com autonomia, facilidade e dignidade, dos espaços e atividades acadêmicas em geral ou laborais.

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no Artigo 101, Capítulo I, acessibilidade e inclusão *“é a condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência.”*

O trabalho psicopedagógico realizado junto aos acadêmicos para a viabilização do **direito de acesso à educação**, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) se dá por meio de uma **planificação pedagógica diferenciada** que proporciona **acesso ao currículo** e aos **elementos curriculares**. Isso, a partir das características de desenvolvimento

de cada um dos grupos das deficiências que, por sua vez, em função de suas características, apresentam **necessidades educacionais especiais** no processo pedagógico, na totalidade ou em determinados momentos deste trabalho, conforme as disposições apontadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Especial e nas recentes Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica, dentre outras.

De acordo com a Lei 10.098/00, **acessibilidade** é a possibilidade e a condição de alcance, para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, pela pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (art. 2º, inc. I). Do ponto de vista social, ela é um dos instrumentos essenciais para que as pessoas com deficiência possam exercer seus mais variados direitos na convivência com os demais cidadãos.

A IES entende que o "direito ao acesso" está diretamente relacionado ao "direito à eliminação de barreiras" que impedem as pessoas de ir e vir e de usufruir de tudo aquilo que compõem o cenário social da cidadania. De acordo com a lei mencionada, barreiras são qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas (art. 2º, inc. II).

Assim, ações são projetadas para a eliminação de barreiras. O entendimento que perpassa este trabalho psicopedagógico, atende ao **princípio da equidade**, pelo qual há o reconhecimento das diferenças entre os alunos e da respectiva necessidade de haver condições diferenciadas, reconhecendo o direito à igualdade de oportunidades de acesso ao currículo escolar aliado ao reconhecimento e respeito às singularidades.

Do ponto de vista educacional, os desafios em relação à acessibilidade são variados, pois as instituições de ensino, da educação básica à superior, terão de lidar com a eliminação de várias barreiras, desde as de caráter arquitetônico até as encontradas na comunicação e nas atitudes. Por isso o Programa trabalha, de forma crescente, com a acessibilidade viável nas áreas comunicacional, arquitetônica, programática, informacional, metodológica e atitudinal.

Resumidamente, o Programa de Acessibilidade e Inclusão propõe e gerencia a eliminação barreiras arquitetônicas, instrumentais, comunicacionais e atitudinais, tanto na sala de aula quanto nas demais dependências da IES, buscando sempre recursos e estratégias que promovam acesso e permanência dos acadêmicos e colaboradores com deficiência em todo contexto educacional e laboral.

a) Objetivo Geral

Efetivar uma política de acessibilidade e inclusão aos acadêmicos e colaboradores com deficiência, promovendo ações que garantam a acessibilidade física, pedagógica e nas comunicações e informações, na FAMETRO.

b) Objetivos Específicos

- a) Efetivar a política de inclusão das pessoas com deficiência na IES;
- b) Promover a eliminação de barreiras atitudinais, programáticas, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações.
- c) Despertar o convívio com a diferença e facilitar o convívio com a diversidade;
- d) Garantir a educação inclusiva;
- e) Adquirir e assegurar a tecnologia assistida e a comunicação alternativa;
- f) Apoiar funcionários, técnicos e corpo docente nas demandas relacionadas ao processo educativo inclusivo;
- g) Garantir a segurança e integridade física de pessoas com deficiência.

c) Das Ações do Programa

Assim o Programa supervisiona:

- a) A eliminação de barreiras físicas nas edificações;
- b) A garantia do pleno uso dos recursos de mobilidade, com o acesso e prioridade aos elevadores e rampas;
- c) A adequação dos sanitários aos cadeirantes e alunos com baixa visão;
- d) A acessibilidade aos materiais e recursos de aprendizagem como: textos digitalizados; lupa eletrônica, “Ledor” e de interprete para a língua de sinais – Libras;
- e) Mobiliário adequado nas áreas de atendimento e sala de aula.

Assim o Programa promove:

- a) A promoção de Projetos de Sensibilização,
- b) Formação e Capacitação de Professores e Funcionários da IES em Atendimento Inclusivo e que assegure a Acessibilidade.
- b) Realizar semestralmente um “Censo” de estudantes de graduação e pós-graduação, professores e funcionários técnico-administrativos com deficiência;
- c) Projetos de Comunicação e Eventos Relativos à Inclusão e Acessibilidade.

PROGRAMA DE MONITORIA

INTRODUÇÃO

O presente Programa visa proporcionar aos professores orientadores e alunos-monitores da FAMETRO – FAMETRO - informações sobre a MONITORIA, entendida como possibilidade de aprofundamento da formação acadêmica do aluno de graduação.

1- O QUE É MONITORIA

A Monitoria é a modalidade de ensino-aprendizagem, dentro das necessidades de formação acadêmica, destinada aos alunos regularmente matriculados. Objetiva despertar o interesse pela docência, mediante o desempenho de atividades ligadas ao ensino, possibilitando a experiência da vida acadêmica, por meio da participação em diversas funções da organização e desenvolvimento das disciplinas dos cursos, além de possibilitar a apropriação de habilidades em atividades didáticas, conforme as normas estabelecidas na legislação pertinente.

2- DEFINIÇÕES

Monitoria - é o treinamento para a docência e/ou a pesquisa.

Monitor - é o aluno regularmente matriculado no curso de graduação, admitido para auxiliar trabalhos de ensino, devendo estar ligado à disciplina e ao orientador.

Orientador – é o professor responsável pela disciplina, objeto da monitoria, orientando o monitor no aprofundamento dos conhecimentos específicos, consolidando estes conhecimentos à identificação do aluno com a disciplina, e a melhoria do rendimento acadêmico escolar dos envolvidos.

Função – a função da monitoria é exclusivamente auxiliadora, sendo proibido que o monitor, mesmo eventualmente, substitua o professor em atividade de magistério. Em hipótese alguma dar aulas, até porque ele ainda não tem a necessária formação para isto. **Monitor é admitido para auxiliar trabalhos de ensino e pesquisa.**

3 - MONITORIA: FORMA ALTERNATIVA DE TRABALHO PEDAGÓGICO

A prática da Monitoria no contexto educativo data de longo tempo e se define como ***processo pelo qual alunos auxiliam alunos na situação ensino-aprendizagem.*** Nos últimos anos, com o desenvolvimento do pensamento pedagógico de orientação crítico-progressista, procedimentos monitoriais vêm ganhando espaço no contexto da realidade educacional das instituições de educação superior. A monitoria, como procedimento pedagógico, tem demonstrado sua utilidade, à medida que atende às dimensões “política, técnica e humana da prática pedagógica” (CANDAU:1986, p.12-22).

4 - QUEM É O MONITOR DA FAMETRO?

É o aluno de graduação concursado para exercer, juntamente com o professor, atividades técnico-didáticas condizentes com o seu grau de conhecimento junto à determinada disciplina, já por ele cursada.

O MONITOR NÃO SUBSTITUI O PROFESSOR NA DISCIPLINA.

5 - COMPETÊNCIAS E DEVERES DO PROFESSOR – ORIENTADOR

- a)** Dar oportunidade ao aluno para que ele acompanhe as atividades didático-científicas da disciplina e/ou grupo de disciplinas, inclusive a preparação e seleção de material para aulas teórico-práticas e trabalhos escolares;
- b)** Propiciar ao aluno oportunidade de auxiliar no preparo de trabalhos práticos e experimentais, compatíveis com seu nível de conhecimento e experiência na disciplina e/ou grupo de disciplinas;
- c)** Planejar estratégias juntamente com o aluno-monitor para que o mesmo faça um efetivo acompanhamento das turmas;
- d)** Elaborar juntamente com o aluno-monitor, o plano de trabalho. Neste plano deve-se pensar em todas as atividades a serem realizadas pelo aluno-monitor e a carga horária a ser dispensada para cada uma delas;
- e)** Supervisionar as atividades realizadas pelo aluno-monitor;
- f)** Fazer o acompanhamento efetivo do aluno-monitor e auxiliá-lo sempre que lhe for solicitado; reunir-se minimamente uma hora por semana com o monitor para planejar e avaliar os atendimentos aos discentes.
- g)** Apresentar à Coordenação do Programa, ao final do semestre letivo, relatório das atividades exercidas, e assinar o formulário de acompanhamento referente às atividades em cada mês do aluno-monitor (ver modelo nos anexos).

É VETADO AO MONITOR MINISTRAR AULAS TEÓRICAS, BEM COMO,

EXECUTAR TAREFAS DE AULAS PRÁTICAS E SEMELHANTES, SEM A SUPERVISÃO DO PROFESSOR DA DISCIPLINA.

6 – INSCRIÇÕES

Poderá inscrever-se a uma vaga na monitoria, o aluno que atenda aos seguintes requisitos:

- ter cursado a disciplina objeto da seleção;
- ter sido aprovado com nota igual ou superior a oito (5.0) na disciplina em que esteja se candidatando;
- não ter sofrido qualquer tipo de penalidade, e estar quites com as obrigações financeiras perante a FAMETRO.

7 - SELEÇÃO

A seleção é realizada **anualmente**, em época estabelecida em Calendário.

8 - ATRIBUIÇÕES DO ALUNO MONITOR

- a) Interagir com professores e alunos visando um melhor desempenho da aprendizagem, e um bom relacionamento entre docentes e discentes.
- b) Participar de atividades que propiciem o aprofundamento de seus conhecimentos na disciplina objeto da monitoria, através de pesquisas, seminários, monografias, revisão de textos e resenhas bibliográficas.
- c) Exercer suas atividades em consonância com o plano de trabalho elaborado em conjunto com o professor orientador.
- d) Regularmente ou quando for solicitado, apresentar ao professor orientador relatório de suas atividades, envolvendo avaliação do seu desempenho, da orientação recebida e das condições em que se desenvolveram suas ações.
- e) Entregar mensalmente frequência e relatório assinada pelo professor-orientador a coordenação responsável pela monitoria;

f) Preencher o cadastro e assinar termo de compromisso por 06 (seis) meses, **podendo ser renovado** por mais 06 (seis) meses;

9 - ORIENTAÇÃO

O monitor exerce suas atividades sob a supervisão do professor orientador, responsável pela disciplina. Cabe ao professor orientador pronunciar-se sobre o desempenho do monitor, ao final do semestre letivo.

10 - CONTROLE

Ao término do ano letivo o professor orientador apresenta em um único relatório a avaliação da monitoria, avaliação do monitor e atividades desenvolvidas por ambos.

11 - JORNADA E EXERCÍCIO DA MONITORIA

O monitor exercerá suas atividades sem qualquer vínculo empregatício com a FAMETRO. Cumprirá a sua jornada em horário não conflitante com o de suas aulas, **60 horas semestrais**, distribuídas entre suas diversas atividades, e dentro de suas conveniências.

Ao professor orientador compete encontrar-se com o aluno monitor **1 hora por semana**, dentro de suas conveniências.

12 - CANCELAMENTO DA MONITORIA

O monitor poderá ser suspenso da monitoria quando:

- I- Sofrer suspensão de caráter disciplinar;
- II- Revelar conduta incompatível com a ordem interna;
- III- Trancar a matrícula, abandonar ou solicitar transferência de Curso;
- IV- Ficar inadimplente por mais de 90 dias.

O monitor poderá solicitar dispensa da Monitoria a qualquer momento, para tanto, comunicará seu afastamento com antecedência de 30 dias, por escrito à coordenação do curso a que pertence, e este, comunicará à coordenação do Programa para as providências cabíveis.

O monitor fica ciente que, uma vez dispensado das atividades da monitoria, não receberá nenhum tipo de certificado e/ou horas contabilizadas como monitoria.

13- CERTIFICAÇÃO DA MONITORIA

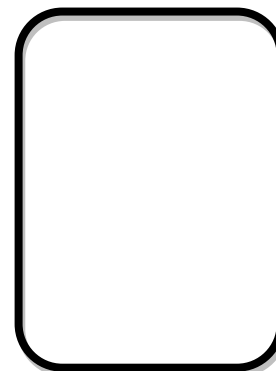
O aluno receberá, após o seu tempo de monitor, um certificado de monitoria contendo a disciplina e a carga horária da mesma, assinado pela Coordenador do Programa e pelo Diretor Geral da Instituição.

A certificação é outorgada aos discentes que possuírem avaliação de desempenho positiva.

FAMETRO
PROGRAMA DE MONITORIA
MANAUS - AM

CURSO DE

CADASTRO DO(A) MONITOR(A)



Ano do programa:

DADOS GERAIS

Curso:

Disciplina:

Nome do Aluno(a) Monitor(a):

Nº da matrícula:

Telefone:

E-mail:

Nome do(a) Professor(a) Orientador(a):

E-mail:

Telefone para contato:

Manaus – AM

FAMETRO
PROGRAMA DE MONITORIA
MANAUS - AM
TERMO DE COMPROMISSO

Nome completo do(a) Aluno(a):

Nº de Matrícula:

Curso:

Período:

Nome do(a) Professor(a) Orientador(a):

Disciplina objeto de monitoria:

Período da disciplina objeto de monitoria:

Conhecendo as normas que regem o Sistema de Monitoria da FAMETRO – FAMETRO, de acordo com o edital ou outro documento normatizador emitido pela instituição, comprometo-me a cumpri-los, e declaro-me ciente de que a participação no programa de monitoria voluntária não estabelece qualquer vínculo empregatício entre a minha pessoa e a FAMETRO.

Manaus, ____ / ____ / _____

Assinatura do(a) Monitor(a)

FAMETRO
RELATORIO MENSAL DE MONITORIA

Monitor (a)	
Orientador (a)	
Disciplina	

MÊS	ATIVIDADE/TEM DESENVOLVIDO NA MONITORIA	CH	CURSO/TURNO

Manaus, em ____ / ____ / ____

Manaus, em ____ / ____ / _____

PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO PESQUISA ENSINO E EXTENSÃO

APRESENTAÇÃO

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal. Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, igual importância e íntima unidade.

1. JUSTIFICATIVA

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade

contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, pudemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino, ou porque na pós-graduação acentuase a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência, é de que o estágio de docência na pósgraduação é uma excelente oportunidade de praticar a indissociabilidade defendida. A apresentação de nossa experiência pretende demonstrar esse argumento.

Tratar de indissociabilidade na universidade é considerar necessariamente dois vetores de um debate: de um lado, as relações entre universidade, ensino, pesquisa e extensão; e, de outro, confluindo para a formulação de uma tridimensionalidade ideal da educação superior, as relações entre o conhecimento científico e aquele produzido culturalmente pelos diferentes grupos que compõem a sociedade em geral. Cumpre, portanto, considerar brevemente esse debate para melhor entender por quê, apesar de ideal, a pretendida indissociabilidade muitas vezes não se verifica na prática. Como ressalta Silva (2000), as relações entre ensino, pesquisa e extensão decorrem dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da universidade ao longo da história. Por sua vez, Magnani (2002) indica que, nesses quase duzentos anos de ensino superior no Brasil, pouco a pouco a legislação educacional registrou o esforço por transformar o modelo de transmissão de conhecimento em um modelo de produção e transmissão do saber científico, aliando pesquisa e ensino, como decorrência das pressões por democratização do acesso às universidades. Mais recentemente ainda, a extensão surge como terceiro elemento do fazer acadêmico, resposta às críticas e pressões sofridas pela universidade, oriundas de setores e demandas sociais (Silva, 2000). Ensino, pesquisa e extensão aparecem, então, ao final do século XX, unidos pelo princípio constitucional da indissociabilidade antes citado.

A perspectiva de um conhecimento “pluriversitário” não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados,

particularmente Santos (2004), a própria universidade se renova nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária. Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece-se e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino, permitindo ao fim um diálogo que, nas palavras de Santos (2004), substitui a unilateralidade pela interatividade. O que a longo prazo trará benefícios aos acadêmicos, aos docentes, e as comunidades envolvidas.

Neste sentido, entendemos que as Clínicas que prestam serviço a Comunidade em Geral são espaços privilegiados para o desenvolvimento de projetos que trabalhem intensamente na perspectiva da interatividade expressa aqui. Além disso, a FAULDADE FAMETRO, dispõe de um Núcleo de Extensão e um Núcleo de Pesquisa e Inovação Tecnológica, os quais sobre a coordenação de ensino executam trabalhos também na dimensão da interatividade.

2. OBJETIVO

OBJETIVO GERAL: Promover a articulação entre o Ensino; Pesquisa e Extensão, na perspectiva de promover práticas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da interatividade, por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão)

3. METODOLOGIA DO PROGRAMA

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEE devem ter como princípio os seguintes princípios:

- **Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.** O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:
 - a) relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
 - b) relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico;

- **Caráter Interdisciplinar das Ações Extensionistas.** A extensão, como um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilita a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter à tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade;
- **Compromisso Social da IES na Busca de Solução dos Problemas mais urgentes da maioria da população.** A extensão constitui-se em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a IES concebida como um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo;
- **.Reconhecimento dos Saberes Tradicionais e da Grande Relevância das suas Interações com o Saber Acadêmico.** As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados. Possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação da IES. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora entre IES e sociedade;
- **Incentivo ao debate permanente em torno da realidade amazônica propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais.** O espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades ímpares de reflexão acerca da realidade sócio - ambiental da Amazônia, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades da região. Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos.

Os Projetos atenderão a Editais Específicos do PAPEE, de caráter anuais, publicados pela IES, indicando as linhas de trabalho anuais, o quantitativo de recurso disponível para as atividades, o número de participante e os critérios de avaliação das propostas encaminhadas.

PROGRAMA DE NIVELAMENTO

1. APRESENTAÇÃO

Ao ingressar em uma Instituição de Ensino Superior o aluno depara-se com uma realidade não apenas diferente, mas desafiadora, que em alguns casos termina por levá-lo a abandonar os estudos.

As dificuldades em acompanhar as disciplinas ministradas constituem-se em um dos fatores que levam o aluno a desistência pois, junto com as dificuldades surgem os sentimentos de incompetência e por conseqüência o desinteresse e a reprovação.

Entendemos que estas dificuldades resultam da baixa qualidade do ensino que a maioria dos alunos recebem desde as séries iniciais, bem como de situações como

distorção idade-série que culminam com conclusão do ensino fundamental e médio através de programas supletivos.

O que percebemos é que a formação oferecida nos ensinos fundamental e médio deixa ainda muito a desejar, sendo comuns as queixas dos docentes do ensino superior quanto às falhas de formação e ao baixo nível apresentado pelos alunos, sobretudo no início da vida acadêmica. Grande parte deles são alunos que não conseguem organizar bem as idéias por escrito, cometem muitos erros gramaticais e ortográficos e apresentam, ainda, falhas básicas no raciocínio matemático, dentre outros.

A Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO procurando lidar com esta realidade e em função disto instituiu, para seus alunos, o Projeto Institucional de Nivelamento, que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação, como aluno universitário.

O Projeto Institucional de Nivelamento da FAMETRO, faz parte do Programa de Apoio aos Discentes e tem por função propiciar ao aluno o acesso ao conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos no ensino superior.

2. OBJETIVOS

4. Contribuir para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores;
5. Ajudar os acadêmicos a realizar um curso superior de qualidade;
6. Oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos.

3. METODOLOGIA

O nivelamento será ministrado por um professor e as turmas serão preferencialmente compostas de forma a permitir que o aluno, de acordo com sua disponibilidade de tempo e horário, possa freqüentar mais de uma disciplina.

Os cursos de nivelamento serão ministrados por professores da Instituição, ou por ela contratados para este fim, com objetivo de oferecer a todos os alunos condições de acompanhar os conteúdos das disciplinas regulares dos cursos.

O programa será oferecido em caráter opcional, mediante divulgação de edital e aplicação de prova para seleção dos participantes. O aluno selecionado que não desejar participar deverá requerer sua dispensa do projeto.

4. PÚBLICO ALVO

Alunos regularmente matriculados em qualquer semestre.

5. FORMA DE INGRESSO

O aluno apresentar dificuldades em acompanhar qualquer uma das disciplinas durante o curso poderá requerer sua matrícula via requerimento interno diretamente na coordenação de seu curso.

6. AVALIAÇÃO

A Avaliação como processo acontecerá através do desempenho do aluno nas aulas de nivelamento e do acompanhamento do aluno nas disciplinas do seu curso.

PAD – PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DISCENTE

O Programa de Apoio ao Discente – PAD se divide em três eixos:

Eixo 01 - ATIVIDADES EXTRACLASSE

- a) Academia de oratória: A Academia de Oratória Rui Barbos, proporciona aos alunos um local para aprender e treinar técnicas de oratória. O trabalho compreende a ação conjunta com a Oficina de Redação, que busca desenvolver a produção de diferentes gêneros textuais. A Academia também é itinerante, com o objetivo de levar a oratória a vários locais, sempre buscando parcerias e divulgando o trabalho da Escola.
- b) Grupo Poetando: Através da escrita e declamação de textos literários, os alunos desenvolvem a criatividade, sensibilidade e expressão oral. O grupo se reúne uma vez por semana para estudar novos textos e ensaiar com o objetivo de preparar as apresentações em vários locais.
- c) Grupo Voz e Vida: Atividade de Canto e Educação Vocal com a formação do Coral composto por alunos da IES.
- d) Intercâmbio acadêmico: Com o objetivo de ampliar o vocabulário das línguas inglesa e espanhola e de proporcionar o contato com diferentes culturas e pessoas, a FAMETRO, busca incentivar os alunos a participarem de viagens internacionais, cursos e eventos de disseminação das línguas estrangeiras desenvolvidas em convênio com o Centro de Idiomas. Também é previsto a recepção de intercambistas de diferentes países para a convivência com os alunos. (Vide Regulamento de Intercâmbio e Ações de Internacionalização)
- e) Oficina de artes: A Oficina de Artes tem como objetivo apresentar ao aluno a possibilidade criativa e artística, com o uso de materiais alternativos e reciclados, construindo uma conscientização e contribuindo com um mundo sustentável e, também, a oficina de cerâmica que é uma das artes mais antigas. As propostas têm o intuito de despertar nos alunos o interesse pelas artes visuais.
- f) Oficina de teatro: A Oficina de Teatro tem como objetivo formar grupos de teatro com os alunos da FAMETRO interessados na arte da interpretação, representação e de construir uma plateia, fomentando o fazer teatral na escola e na comunidade escolar. O grupo de teatro representa a IES em diferentes eventos.
- g) Orientação profissional: Escolher uma profissão é a passagem para o mundo adulto e, a decisão da escolha, marca o ingresso no caminho da construção para o trabalho e a sua independência. A Fametro, preocupada com esse momento tão especial para o jovem, coloca à disposição vários serviços para ajudá-lo em suas escolhas e no desenho de seu projeto de vida.
 - ▶ Curso de Formação Profissional (20h/a), com certificação.

- ▶ Orientação Profissional em acompanhamento com o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade.
 - ▶ Visitas aos cursos da Universidade.
 - ▶ Palestras sobre assuntos da atualidade.
 - ▶ Rodada de conversa com Profissionais
- h) Escola de Líderes: Desenvolver Líderes a partir do aperfeiçoamento o conhecimento sobre liderança de equipes, dos diferentes estilos de liderança e do adequado planejamento dos processos e atividades, visando à melhoria do desempenho dos representantes de turma junto aos seus representados.
- i) Diretório Acadêmico e Apoio a Representatividade discente: A FAMETRO compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.
- j) Monitoria: Com objetivo de incentivar os docentes no ensino e aperfeiçoá-lo para a docência.

EIXO 02 – ATENDIMENTO PEDAGÓGICO; ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO E ACESSIBILIDADE

- a) Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade: A finalidade do NAPA é orientar e realizar intervenções breves nas dimensões psicopedagógica e social para o corpo discente, docente e técnicos administrativos da faculdade. Para os casos que se fizer necessário um atendimento mais especializado, o NAP deverá sugerir o devido encaminhamento. Seu objetivo geral é promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem do aluno e seu pleno desenvolvimento.
- b) Núcleo de Orientação à Pesquisa e Inovação: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Curso (TC), como também de pesquisa.
- c) Atendimento Extraclasse: O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador do Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Apoio Psicopedagógico ao Discente. A FAMETRO, também tem como política de apoio ao desenvolvimento acadêmico de seus alunos, o acompanhamento sistemático dos índices alcançados pelos mesmos nas Provas e Exames Nacionais de Desempenho. Esse acompanhamento se dá a partir da análise crítica dos resultados alcançados

apresentados nos relatórios disponibilizados pela iniciativa oficial e outros relatórios internos. Esses documentos possibilitam ao corpo docente visualizar, acompanhar e intervir quando necessário no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos acadêmicos.

- d) Ações de Acolhimento aos Ingressantes: O Programa de Apoio ao Discente prevê a realização de atividades de acolhimento aos Ingressantes como a Recepção de Calouros e o oferecimento de oficinas específicas na área da leitura, escrita e cálculo, através do nivelamento acadêmico.
- e) Ações de Acompanhamento de Egressos: O Programa de Apoio ao Discente também prevê assistência aos alunos egressos, com a oferta de palestras para orientação de carreira e ainda com ações de promoção de empregabilidade realizadas anualmente pela instituição. Ademais os alunos egressos efetivamente cadastrados fazem parte da política de descontos na pós-graduação e eventualmente em outros cursos da instituição. A FAMETRO está implantando Programa de Acompanhamento dos Egressos, tendo como objetivo estreitar o relacionamento entre a Instituição e seus ex-alunos, desencadeando ações de aproximação, contato direto e permanente, por meio de todas as formas de comunicação possíveis e viáveis. Bem como analisar a inserção do egresso no mercado de trabalho. Para tanto, foram adotadas algumas ações, tais como:
 - f) Criação de base dados, com informações atualizadas dos egressos;
 - g) Criação de núcleo de ex-alunos, a fim de manter diálogo constante com os mesmos, oferecendo espaços de debates sobre sua vida profissional e atuação social;
 - h) Disponibilização aos egressos de informações sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela FAMETRO, a fim de promover relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos;
 - i) Aplicar pesquisa com egresso sobre inserção no mercado de trabalho.
- j) Além disso, o Programa de Acompanhamento do Egresso, busca viabilizar uma linha permanente de estudos e análises sobre alunos egressos, a partir das informações coletadas, objetivando avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.
- k) Atividades de Nivelamento: Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes no Curso da FAMETRO oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar

atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

- l) Atendimento Extraclasse: O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador do Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Apoio Psicopedagógico ao Discente. A FAMETRO, também tem como política de apoio ao desenvolvimento acadêmico de seus alunos, o acompanhamento sistemático dos índices alcançados pelos mesmos nas Provas e Exames Nacionais de Desempenho. Esse acompanhamento se dá a partir da análise crítica dos resultados alcançados apresentados nos relatórios disponibilizados pela iniciativa oficial e outros relatórios internos. Esses documentos possibilitam ao corpo docente visualizar, acompanhar e intervir quando necessário no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos acadêmicos.
- m) Monitoria: Com objetivo de incentivar os docentes no ensino e aperfeiçoá-lo para a docência.
- n) Programas de Apoio Financeiro: Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob orientação docente. Atualmente, a Faculdade disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.
- o) Bolsa de Iniciação Científica: A FAMETRO, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. O PIBIC é um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.
- p) Política de Desconto: A FAMETRO mantém uma política de desconto de 15%, sendo 10% para o vencimento e 5% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 20%. Convênios Empresa por Contrato; Convênio alunos Cemetrio, Cejur e Pós-Graduação.
- q) Programas de Financiamento Estudantil: Fies, Prouni e Bolsa Universidade da Prefeitura Municipal de Manaus
- r) Acessibilidade (Pedagógica e atitudinal) : Considerando a necessidade de assegurar as pessoas com deficiência física e Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Espectro Autista: A FAMETRO por meio de sua clinica de psicologia possui um Programa de Atendimento ao discente com transtorno espectro autista mediado por uma equipe

multidisciplinar em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.

- s) Internacionalização e Mobilidade: A IES possui convênio com a Universidade Nihon Gakko e com o Programa Ciência sem Fronteiras para intercâmbio acadêmico e todas as matrizes curriculares contam com a disciplina de inglês.

EIXO 03 – SERVIÇOS ACADÊMICOS

- a) Ouvidoria: A Ouvidoria é um serviço de atendimento à comunidade interna e externa, com atribuições de ouvir, encaminhar, acompanhar reclamações, denúncias, elogios, solicitações, sugestões ou esclarecer dúvidas.
- b) Serviço de Atendimento ao Aluno Bolsista: espaço especialmente destinado ao atendimento ao aluno bolsista com profissionais treinados para dirimir todas as dúvidas e facilitar a tramitação de processos de subvenção financeira no âmbito municipal, estadual e federal.
- c) Clínicas e Serviços da IES
- ▶ Clínica Multidisciplinar: Espaço multidisciplinar para orientação psicológica e avaliações nutricionais, respectivamente.
 - ▶ Clínica de Nutrição: Espaço para atendimento com enfoque multidisciplinar para orientação nutricional
 - ▶ Clínica de Fisioterapia: Espaço para atendimento com enfoque multidisciplinar para reabilitação fisioterápica
 - ▶ Brinquedoteca: Atendimento de primeiros socorros por enfermeira credenciada ao conselho oferecido aos acadêmicos e funcionários, sem custo financeiro adicional.
 - ▶ Ambulatório: Atendimento aos filhos dos acadêmicos e funcionários destinados à crianças de 4 a 8 anos de idade, sem custos financeiros adicionais.
 - ▶ Núcleo de Práticas Jurídicas: Atendimento e assistência jurídica gratuita, com proteção de serviços à comunidade Manauara.
 - ▶ Portal Acadêmico: Disponibiliza informações e notícias sobre a faculdade, sobre o curso, demais serviços e documentos importantes para o aluno com PDI, Manual do Aluno, PPC, Regulamentos entre outros.
 - ▶ Núcleo de Orientação à Pesquisa: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Curso (TC), como também de pesquisa.

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional: a) conscientização e adesão voluntária, a avaliação deve ser algo conquistado e não imposta, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo; b) avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimento de todos os seus colaboradores; c) unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional; d) competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a auto avaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características: processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados: contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional; flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos; incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante; ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e científica das comunidades interna e externa à instituição: sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

Esse cruzamento de dados realizado pela CPA dará lastro para a elaboração de um relatório unificado de autoavaliação, de onde emerge dois tipos de planejamento: Um Plano de Gestão Macro Institucional e um Plano Acadêmico Administrativo de Curso, tendo em vista o fortalecimento contínuo dos cinco eixos deste PDI (Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão; Infraestrutura)

1.1 Objetivo Geral do Processo de Auto avaliação Institucional:

Promover a Cultura da Auto avaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

1.2 Objetivos Específicos:

Realizar auto-avaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Realizar auto-avaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico/administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

1.3 Metodologia da avaliação institucional:

O processo de auto avaliação será assumido dentro de duas dimensões. A primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco) A segunda dimensão diz respeito ao processo interno de avaliação, o qual se desdobra em dois níveis. O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica avalia os determinantes macro institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

1.3.1 Avaliação Interna são duas:

a) Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

- ▶ Missão Institucional
- ▶ Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão
- ▶ Responsabilidade Social
- ▶ A Comunicação com a Sociedade
- ▶ Política de Pessoal
- ▶ Gestão Institucional
- ▶ Infraestrutura
- ▶ Planejamento e Avaliação
- ▶ Atendimento ao Estudante
- ▶ Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucionais e protagonizada pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos e colaboradores percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela FAMETRO.

O Plano de Gestão Institucional terá como eixos de ação:

Políticas de Gestão:

1.1.1 Políticas de Pessoal

1.1.2 Organização e Gestão da Instituição

1.1.3 Sustentabilidade Financeira

2. Infraestrutura Física:

2.1.2 Melhorias das Instalações Físicas

2.1.1 Equipamentos; Máquinas

2.1.2 Plano de Manutenção

3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino

3.2 Ações de Estimulo a Extensão

3.3 Ações de Estímulo a Produção Científica e Inovação Tecnológica

3.4 Ações de Apoio ao Discente

Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna

b) Segundo Nível: Avaliação de Curso: A Avaliação de Curso – Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

1.4 Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional:

As avaliações preveem as seguintes etapas:

Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas.

Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo. Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da FAMETRO e um específico para a auto-avaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa. Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente

construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física a dimensão pedagógica e administrativa.

1.5 Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa:

Visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo.

- a) Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: A comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.
- b) Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:
- c) Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
 - ▶ Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
 - ▶ Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
 - ▶ Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.
- d) Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um

plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter a apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração dos Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a contínua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da FAMETRO, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

- ▶ Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidade específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e etc... As atividade extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.

- ▶ Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como principio o dialogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem interconceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de

referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros. A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extra-curriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extra-curriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

- ▶ Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção do nosso alunos no mundo do trabalho.
- ▶ Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.
- ▶ auto avaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.
- ▶ Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação.

Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

- ▶ Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

- ▶ Atividades de Incentivo a Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo a produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

- ▶ Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos.

- ▶ Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

REGULAMENTO DE MONITORIA

CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS

Art. 1º. São objetivos da Monitoria:

I – oportunidade ao aluno o desenvolvimento de habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino, pesquisa e extensão;

II – assegurar cooperação didática ao corpo docente e discente nas funções universitárias.

Art. 2º. Cabe ao Monitor auxiliar o corpo docente nas seguintes atividades:

I – tarefas didático-científicas, inclusive na preparação de aulas, trabalhos didáticos e atendimento a alunos;

II – atividades de pesquisa e extensão;

III – trabalhos práticos e experimentais.

Parágrafo único. Incumbe, ainda, ao Monitor, auxiliar o corpo discente, sob a supervisão docente, na orientação em trabalhos de laboratório, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência.

Art. 3º. É vedado ao Monitor ministrar aulas sem acompanhamento do professor da disciplina.

CAPÍTULO II – DO PROCESSO SELETIVO

Art. 4º. O processo de seleção aos candidatos às vagas de Monitoria, tem como base nos seguintes critérios:

I – terão oportunidade de inscrever-se, no exame de seleção, o aluno que comprove aprovação na disciplina ou atividade em que pretenda atuar, com coeficiente superior a 7 (sete);

II – a inscrição dar-se-á através das orientações publicadas no edital da Diretoria, onde será fixado o número de vagas;

III – o processo de seleção será organizado e aplicado por uma comissão composta de, no mínimo, três professores, designada pelo Diretor.

Parágrafo único. Cabe ao Diretor homologar a classificação indicada pela comissão.

CAPÍTULO III – DO REGIME DE TRABALHO

Art. 5º. O Monitor exerce suas atividades sem qualquer vínculo empregatício, cabendo à Mantenedora aplicar, ao exercício da Monitoria, os mesmos critérios adotados para os estagiários.

§1º. O Monitor exercerá suas atividades sob orientação de professor responsável pela disciplina ou atividade.

§2º. O horário das atividades do Monitor não pode, em hipótese alguma, prejudicar as atividades discentes.

§3º. As atividades de Monitor obedecem, em cada semestre, ao plano estabelecido pelo professor, aprovado pela Coordenação respectiva.

CAPÍTULO IV – DA BOLSA DE MONITORIA

Art. 6º. Para o exercício de suas funções, ao Monitor será concedida uma bolsa, cujo valor é fixado pela Diretoria, obedecido o orçamento anual.

Parágrafo único. A renovação da bolsa de Monitoria depende do desempenho do Monitor, conforme avaliação da Coordenadoria.

CAPÍTULO V – DA COMPETÊNCIA DAS COORDENAÇÕES

Art. 7º. Compete às Coordenações:

I – recrutar e selecionar monitores, obedecidas as normas fixadas pela FAMETRO;

II – aprovar os planos de trabalho dos monitores, elaborado pelos professores orientadores;

III – supervisionar o desempenho dos monitores e promover sua avaliação, ao final de cada semestre letivo;

IV – controlar e encaminhar a frequência dos monitores ao setor competente;

V – promover a substituição dos monitores que deixarem o programa; e

VI – expedir e registrar o Certificado de Monitoria aos que integralizarem, no mínimo, um semestre de efetivo trabalho.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º. A bolsa de monitoria tem a duração de um semestre letivo, podendo ser renovada.

Art. 9º. A Instituição adotará as providências necessárias, para assegurar aos monitores, seguro contra acidentes pessoais.

Art. 10. Este regulamento entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Além destas, a FAMETRO oferece bolsas de estudo oriundas do Governo Federal, Financiamento Estudantil/FIES, e ainda, além de estabelecer convênios com empresas de médio e grande porte com política de desconto, como também disponibiliza bolsas de estudo a seus funcionários que variam de 20% a 100% de desconto.

Quanto às bolsas de trabalho, a Instituição tem estabelecido convênios e contatos permanentes com órgãos de apoio a estágios, objetivando perspectivas para seus estudantes,

além de parcerias com organizações do primeiro, segundo e terceiro setor que recrutam estagiários.

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE NIVELAMENTO

Diante do panorama atual da Educação Básica, é possível dizer que o estudante ingressa no ensino superior com uma base que é peculiar a cada pessoa, tendo em vista as diferenças individuais. Esta variabilidade, certamente, constitui-se em evidência que precisa ser considerada na organização e desenvolvimento das ações curriculares face aos objetivos do êxito acadêmico desejados.

Nesta perspectiva, os conteúdos/abordagens curriculares dos Cursos de Graduação da Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO estão estruturados de modo a contemplarem, em sua organização e dinamização, as diversidades cognitivas dos discentes. Deste modo, o processo de Nivelamento Institucional da FAMETRO consiste em subsidiar os alunos de elementos básicos da Matemática, da Leitura, Interpretação e Escrita de forma que o aluno consiga prosseguir em seus estudos.

Art. 1º. A FAMETRO proporcionará aulas de Nivelamento em Língua Portuguesa e Matemática sempre que houver turmas ingressantes na Instituição.

Art. 2º. O Projeto de Nivelamento também será oferecido aos alunos de outros semestres que não sejam os iniciais, desde que comprovadas as necessidades.

Art. 3º. Os alunos serão convidados à participar do Projeto, excluindo a possibilidade de obrigatoriedade.

Art. 4º. A Coordenação dos Cursos se responsabilizará por acompanhar junto aos professores a frequência e o desenvolvimento dos alunos participantes do Projeto Institucional de Nivelamento.

Art. 5º. Os docentes envolvidos no Projeto Institucional de Nivelamento serão indicados pela Direção de Ensino da FAMETRO.

Art. 6º O Curso de Nivelamento elaborará um programa de conteúdos que sejam comuns a todos os Cursos da Instituição, conteúdos básicos para a formação acadêmica do aluno.

Art.7º A avaliação do Projeto ocorrerá de modo indireto, ou seja, por meio da relação entre controle de frequências e desempenho nas disciplinas regulares do Curso.

Art.8º As aulas ocorrerão aos sábados em horário que não conflite com as atividades acadêmicas.

Art. 9º. As aulas são oferecidas gratuitamente aos alunos e contam com a orientação e acompanhamento de docentes qualificados e com experiência para identificar as dificuldades que interferem no desempenho acadêmico dos alunos e sugerir mecanismos adequados de estudos.

Art. 10º. O docente responsável pelo Projeto de Nivelamento poderá ser auxiliado por um monitor, desde que seja comunicada a Direção de Ensino e apresentada a justificativa.

Art. 11º. Os projetos serão desenvolvidos pelos docentes envolvidos no Programa a partir da identificação das necessidades dos alunos.

Art. 12º. Os casos omissos deste regulamento, alterações, novas diretrizes e quaisquer outras inclusões, deverão se dar por meio de deliberação do Conselho Acadêmico.

NIVELAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Objetivos:

6. Desenvolver aspectos referentes à comunicação, estilo, parágrafo e frase, fornecendo ao aluno um embasamento teórico-prático para a comunicação oral e escrita.
7. Proporcionar diversos tópicos gramaticais, uma vez que a gramática, não sendo considerada um fim em si mesma, é um meio para que se atinja o que se convencionou chamar de expressão correta de acordo com a língua-padrão.

Ementa:

Leitura e interpretação de textos. A construção do parágrafo. Variação lingüística. A coerência e a coesão textual. Estrutura do texto dissertativo. Concordância nominal e verbal. Ortografia. Acentuação e crase. Pontuação.

NIVELAMENTO EM MATEMÁTICA

Objetivos:

4. Propiciar aos alunos a manutenção de conceitos matemáticos elementares.
5. Compreender as diferentes representações dos números racionais, sobretudo a decimal e suas operações.
6. Resolver problemas envolvendo regra de três e casos de razões e proporções.
7. Compreender o conceito e as técnicas de resoluções de equações de grau 1 e 2.

REGULAMENTO DO NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO À PESQUISA E INOVAÇÃO

CAPÍTULO I

Dos Objetivos

- Art. 1º – O objetivo do presente Regulamento é regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, estrutura administrativa, critérios de avaliação, formas de institucionalização e instrumentos de apoio à pesquisa, de acordo com o estabelecido no REGIMENTO DA FAMETRO.
- Art. 2º – Objetivo do Núcleo de Pesquisa – NOPE é promover a pesquisa científica produzida pelo seu corpo docente e discente construindo o saber local necessário para transformação de uma sociedade sustentável respeitando os princípios éticos e aprimorando os processos de ensino, aprendizagem e extensão.

Capítulo II

Das Definições

Art.3º - Para efeito de entendimento define-se:

4. A COMISSÃO DE PESQUISA é responsável pela elaboração, para cada período letivo, os documentos de Planejamento Estratégico deliberar sobre os critérios de alocação de cargas horárias, no tocante às atividades de ensino, pesquisa e orientação, de acordo com as necessidades de cada semestre e decidir sobre casos omissos neste Regulamento.
5. O COORDENADOR DE PESQUISA é o docente responsável pelo funcionamento das atividades de pesquisa do núcleo.
6. O PROFESSOR PESQUISADOR é o docente que integra o quadro de professores-pesquisadores da FACULDADE METROPOLITANA DE MANAUS.
7. O PESQUISADOR COLABORADOR é o profissional que participa das atividades de pesquisa sem integrar o quadro de professores-pesquisadores da Instituição.
8. O ASSISTENTE DE PESQUISA é o profissional designado para exercer funções auxiliares no âmbito de um grupo de trabalho registrados e credenciados nos órgãos competentes.

9. O DISCENTE PESQUISADOR é o aluno voluntário ou bolsista selecionado para o desenvolvimento das etapas da pesquisa conforme o regulamento do núcleo.

CAPITULO III

Da Estrutura Administrativa

Art. 4º – O Núcleo de Pesquisa (NOPE) é subordinado à Direção Geral da FAMETRO.

Art. 5º – Subordinam-se ao NOPE:

6. O Programa Metropolitano de Iniciação Científica (PROMIC);

7. O Programa de Pesquisa Científica (PP);

§ Parágrafo Único: Para as pesquisas realizadas com seres humanos e animais, serão utilizados os seguintes comitês: Comitês de Ética de Instituições Públicas e Privadas do Estado do Amazonas.

Art. 6º – A Comissão de Pesquisa (CP) será composta pelo coordenador do NOPE e o coordenador de cada curso da Fametro, e um professor com dedicação integral representando as áreas de Ciências Exatas (*Engenharia Civil, Sistema de Informação e Química*), Ciências Humanas (*Pedagogia e Psicologia*), Ciências da Saúde (Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição), Ciências Sociais Aplicadas (*Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Direito, Serviço Social e Turismo*), um docente de língua portuguesa e um professor de metodologia da pesquisa científica.

§ Parágrafo Único: O ingresso dos representantes das áreas será através de eleição do seu colegiado cujo mandato será de dois anos com direito a reeleição.

Art. 7º – O Núcleo de Pesquisa será constituído com a seguinte estrutura administrativa:

6. Coordenador de Pesquisa;
7. Comissão de Pesquisa;
8. Pesquisadores Docentes;
9. Pesquisadores Discentes;

CAPÍTULO IV

Das competências

Art. 8º A competência do Coordenador está baseada nas seguintes premissas:

4. Elaborar o calendário de atividades científicas em cada período letivo.
5. Analisar e emitir parecer técnico quanto à viabilidade, oportunidade e validade dos projetos de pesquisa oriundos da PP e PROMIC submetidos ao NOPE.
6. Deliberar sobre os critérios de seleção e alocação de cargas horárias de cada projeto.

7. Regularizar, acompanhar e documentar todos os relatórios técnicos científicos.
8. Resguardar as pesquisas de violações éticas e, ainda, buscar consolidá-las em relação aos seus conteúdos e formatação metodológica.
9. Analisar e emitir parecer técnico quanto à viabilidade, oportunidade e validade dos PP e PROMIC submetidos, podendo solicitar a participação de especialistas *ad hoc* na emissão de pareceres.
10. Propor, operacionalizar e regularizar os Editais dos Projetos de Pesquisa e Projetos de Iniciação Científica.
11. Propor, aos órgãos competentes, a concessão de Bolsas de Iniciação Científica e Bolsas de Apoio à Pesquisa, para os pesquisadores cujos PP e PROMIC forem aprovados e selecionados para o recebimento desses incentivos, sempre levando em consideração as normas estabelecidas pelos referidos editais
12. Acessar, com frequência mínima semestral, os currículos *Lattes* dos docentes que estiverem envolvidos nos projetos submetidos à análise junto ao NOPE.
13. Incentivar a publicação dos Relatórios de Pesquisa e os Artigos Científicos produzidos pelos pesquisadores e orientadores em veículos de divulgação científica e participação em eventos nacionais e internacionais tais como: Simpósios, Seminários e Congressos, dando preferência aos veículos científicos que possuam qualificação QUALIS (A, B e C) do CNPq, visando aumentar a publicação de caráter científico do NOPE.
14. Apoiar a realização de eventos técnico-científicos, sob a coordenação de Pesquisa, para divulgação da produção científica de pesquisadores e/ou orientadores e que conte com a participação dos alunos envolvidos nos PROMIC e PP, no âmbito da graduação e da pós-graduação.
15. Realizar parcerias com Instituições de Pesquisa nacionais e internacionais, visando aumentar a produção científica e participar de PP que possam vir a consolidar as linhas de pesquisas apontadas como de interesse da FAMETRO.
16. Realizar parcerias com ONGs e Empresas Privadas nacionais e internacionais interessadas em realizar PP em conjunto com o NOPE, visando não só aumentar a produção científica, a consolidar as linhas de pesquisas apontadas como de interesse da FAMETRO e, sempre que assim essa parceria o permitir, captar recursos financeiros que deem sustentação financeira aos referidos projetos.
17. Captar juntamente com os docentes envolvidos nos projetos apresentados ao NOPE recursos financeiros externos que permitam apoiar e dá sustentabilidade econômico-financeira às atividade promovidas pelo NOPE.
18. Encaminhar, com a periodicidade que lhe for determinada pelos órgãos competentes, relatório de suas atividades. Para tal, os pesquisadores, orientadores do PROMIC

e/ou Líderes de Grupos de Pesquisa deverão fornecer dados e informações pertinentes às suas atividades para comporem os ditos relatórios.

Art. 9º - Compete ao Pesquisador Docente:

6. Desenvolver, no tempo programado, suas atividades de pesquisa;
- b) Ter assiduidade e freqüência às reuniões do Núcleo de Pesquisa, salvo justificativa aceitável;
- c) Participar das atividades propostas;
- d) Respeitar as normas do Regulamento do NOPE;
- e) Orientar e avaliar os pesquisadores discentes sob sua orientação;
- f) Encaminhar ao NOPE o relatório de pesquisa do Pesquisador Discente, bem como os relatórios parciais e final de acordo com o cronograma de atividades;
- g) Comunicar ao NOPE qualquer alteração no projeto de pesquisa ou plano de trabalho do Pesquisador Discente;
- h) Publicar na forma de artigo ou outros meios os resultados da pesquisa e incluir o nome dos Pesquisadores Discentes envolvidos;
- i) Comunicar ao NOPE quando o Pesquisador Discente for desligado, por desistência ou solicitação.

Art. 10º – Compete ao Pesquisador Docente e aos Grupos de Pesquisa:

- a) Apresentar um cronograma de atividades e comprovar o seu cumprimento através de relatórios mensais;
- b) Dedicar-se e desenvolver as atividades de acordo com o programado no plano de trabalho no respectivo projeto de pesquisa;
- c) A remuneração do docente pesquisador está condicionada à entrega de relatório mensal até o dia vinte de cada mês.
- d) Participar e colaborar com os eventos promovidos pelo Núcleo de Pesquisa;
- e) Apresentar os resultados parciais e finais da pesquisa, sob a forma de relatórios, painéis e exposições orais;
- f) Fazer constar sua participação, como pesquisador, nas publicações e trabalhos apresentados atinentes ao projeto.
- g) Os docentes envolvidos no projeto deverão acordar quanto à divisão das 10 horas por projeto e informar quando da entrega do projeto a quantidade de horas designadas a cada professor participante.
- h) Os professores poderão solicitar parte das horas aulas disponíveis para pesquisas de campo e atividades associadas ao desenvolvimento do projeto.**

§ Parágrafo Único: Em caso de desistência, o professor responsável pelo projeto ficará obrigado a:

4. Designar um professor substituto vinculado à instituição e a um dos cursos envolvidos no projeto, que atenda às exigências do mesmo e apresente um termo de aceitação endossado pelos professores substituto e substituído.
5. Prestar contas das tarefas realizadas e de recursos que tenha acessado por meio da instituição para o andamento do projeto, tais como: viagens, pesquisa de campo, inscrições e participações em eventos científicos, entre outros.
6. Quando este participar de um projeto beneficiado com bolsas institucionais externas, o professor desistente deverá prestar contas das atividades realizadas até aquele momento e atender às exigências do respectivo edital do programa ao qual se filia. Ex: CNPQ, CAPES, FAPEAM, etc.

Art. 11^o- Das atribuições dos Pesquisadores discentes:

4. Participar da elaboração, da proposta e da execução do plano de trabalho do discente vinculado ao projeto de pesquisa do orientador. A entrega do plano junto ao NDE deverá ser feita até 15 (quinze) dias após a divulgação dos alunos selecionados no edital vigente;
5. Entregar o Termo de Compromisso do Aluno, devidamente preenchido e assinado, juntamente com o plano de trabalho;
6. Fazer leituras de textos científicos relacionados ao tema do projeto de pesquisa, coletas de dados, organizar banco de dados e sistematizar informações coletadas, participando da análise dos mesmos;
7. Fazer visitas técnicas, participar de congressos e viagens de estudo relacionadas ao projeto de pesquisa, quando for o caso, por designação do docente responsável pelo projeto;
8. Participar, obrigatoriamente, da Semana Acadêmica do curso a que pertence;
9. Elaborar textos, resenhas e artigos, sob orientação do professor orientador;
10. Desenvolver todas as tarefas a ele atribuídas no plano de trabalho do bolsista;
11. Entregar relatórios semestrais de atividades no Projeto de Iniciação Científica.

CAPÍTULO V

Do quadro de docentes pesquisadores

Art. 12^o- O ingresso no quadro de professor pesquisador deverá atender aos seguintes critérios:

4. Possuir o título de Mestre ou Doutor em programas reconhecidos pela CAPs;
5. Possuir a carga horária mínima de 20 horas institucionais em sala de aula;
6. Apresentar projeto de pesquisa de caráter multidisciplinar;

7. Possuir cadastro junto à Plataforma Lattes do CNPq.

Art. 13º - Cada docente pesquisador poderá participar no máximo de um grupo de pesquisa.

Art. 14º - Poderão participar dos projetos de pesquisa na condição de professor colaborador, docentes especialistas da FAMETRO.

Art. 15º – Critérios para avaliação dos docentes pesquisadores:

4. Cumprimento do cronograma individual, que será previamente elaborado e apresentado ao coordenador do NOPE, de forma a cumprir o cronograma geral do projeto.
5. Apresentação dos relatórios e das prestações de contas dentro dos prazos previamente estabelecidos.
6. Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos discentes participantes do projeto.
7. Assiduidade quanto à carga horária disponibilizada ao projeto de pesquisa.
8. Participação e colaboração nos eventos promovidos pelo NOPE.
9. Publicação dos resultados dos trabalhos apresentados atinentes ao projeto.

CAPÍTULO VI

Do quadro dos discentes pesquisadores

Art. 16º - O ingresso no quadro de discentes pesquisadores deverá atender aos seguintes critérios:

4. Estar regularmente matriculado e cursando o 5º. (quinto) período ou superior;
5. Ter coeficiente escolar igual ou superior a 8 (oito) e frequência média de 80% (oitenta por cento) com participação ativa em sala de aula e em eventos do curso;
6. Ter disponibilidade e afinidade com a temática do projeto de pesquisa em questão;
7. Ser aprovado em entrevista de seleção realizada pelos docentes envolvidos no projeto a que se candidata a participar.

CAPÍTULO VII

Das vagas para execução de projetos

Art. 17º - A execução dos projetos deverá atender aos seguintes critérios:

6. Após análise pela Comissão de Pesquisa, cada área terá direito a execução de dois projetos;
7. Cada projeto deverá envolver 03 (três) professores, sendo um de cada curso envolvido no projeto.

Capítulo VIII

Das reuniões

Art. 18º – As reuniões ordinárias se realizarão pelo menos duas vezes por semestre em data a ser definida pelo Coordenador de Pesquisa em atendimento a participação da maioria dos membros do Núcleo de Pesquisa.

Art. 19º – Reuniões extraordinárias poderão ocorrer eventualmente sempre que o Colegiado de Pesquisa achar necessária a discussão de assuntos pertinentes aos projetos de pesquisa.

Art. 20º – A participação em reuniões do Núcleo é obrigatória para qualquer um dos membros do Núcleo de Pesquisa.

§ Primeiro – Somente o Coordenador de Pesquisa, o do Colegiado de Pesquisa e os Pesquisadores Docentes têm direito a voz e voto.

§ Segundo – O Pesquisador Discente só terá direito a voz e a voto quando solicitado pelo Coordenador de Pesquisa.

Capítulo XI

Dos Projetos e Relatórios de Pesquisa

Art. 21º – Os projetos de pesquisa são os instrumentos de orientação e planejamento das pesquisas científicas ou dos grupos de pesquisa.

§ Primeiro – Os projetos de pesquisa podem ser financiados por empresas ou órgãos de fomento conforme disponibilidade dos financiadores.

§ Segundo – O Pesquisador Docente que deseja enviar seu projeto a alguma empresa ou órgão de fomento deve primeiro, enviar o projeto ao Núcleo de Pesquisa para avaliação, autorização e encaminhamento.

Art. 22º – O relatório de pesquisa é o instrumento de acompanhamento da pesquisa científica.

Art. 23º – Os critérios de avaliação, a estrutura e o formato dos projetos e relatórios são definidos pelo Núcleo de Pesquisa e divulgados publicamente, salvo quando o projeto for submetido a alguma empresa ou órgão de fomento.

§ Parágrafo Único – Os projetos e os relatórios podem ser avaliados pelo Coordenador de Pesquisa, pelo Colegiado de Pesquisa ou por um comitê designado pelo Núcleo de Pesquisa.

Art. 24º – Os projetos de pesquisa e relatórios devem ser submetidos ao Núcleo de Pesquisa em período estabelecido por este, conforme cronograma de atividades.

Capítulo X
Dos Recursos Físicos e Orçamentários

Art.25º – O Núcleo de Pesquisa, através do Coordenador de Pesquisa e Comissão de Pesquisa, terá liberdade e autonomia para receber e administrar em prol dos projetos do NOPE, recursos oriundos de empresas e órgãos de fomento.

Capítulo XI
Das Disposições Gerais e Transitórias

Art.26º – Qualquer emenda neste regulamento somente pode ser efetuada com a aprovação do Colegiado de Pesquisa.

Art. 27º – O presente regulamento entra em vigor imediatamente após aprovado pelo Colegiado de Pesquisa e pela Coordenação de Pesquisa do NOPE.

REGULAMENTO DOS LABORATÓRIOS

Capítulo I - Das disposições preliminares

Art. 1º O presente regulamento disciplina o acesso, o uso e coordenação dos laboratórios da FAMETRO

Art 2º As normas deste regulamento se aplicam, sem exceção, a todas as pessoas integrantes da comunidade acadêmica constituída pela IES.

Capítulo II - Da coordenação

Art 3º A gerência dos bens e atividades relativas a cada laboratório caberá a uma pessoa, especificamente designada pela Direção da FAMETRO.

Parágrafo único. Nas faltas, ausência e impedimentos da pessoa de que trata o caput deste artigo à direção designará um substituto.

Art 4º São atribuídas da coordenação dos laboratórios manter sob sua guarda o material dos laboratórios.

6. Zelar pelo uso adequado, por si e pro terceiros, dos equipamentos, moveis, programas, manuais, instalações e documentação;
7. Programar, e solicitar a quem de direito, a manutenção preventiva e corretiva das instalações físicas e elétricas, bem como do mobiliário e equipamentos;
8. Organizar os horários e calendários de utilização dos equipamentos, prevendo o uso por turmas e por indivíduos;
9. Reportar, imediatamente, a Direção da IES qualquer irregularidade ocorrida;
10. Permitir o uso dos laboratórios apenas às pessoas estranhas aos quadro da IES;
11. Permitir o uso dos laboratórios apenas às pessoas credenciadas para tal ou aquelas que firmarem o termo de compromisso de que trata o Art 6º, inciso VII, infra;

Capítulo III - Dos Direitos

Art. 5º São de direitos dos professores e alunos usuários dos laboratórios:

- Utilizar, no interior dos laboratórios, os equipamentos e periféricos para atividades didáticas, nestas compreendidas as aulas de qualquer disciplina em que se empreguem recursos tecnológicos e científicos;

- Ter a sua disposição material de consumo para uso nas atividades de que trata o inciso anterior;

- Recorrer ao uso dos equipamentos para treinamentos, exercícios e tarefas ligadas ao respectivo curso oferecido pela FAMETRO.

Capítulo IV - Dos Deveres

Art. 6º São deveres dos professores e alunos usuários dos laboratórios:

- Zelar pelo uso adequado, por si e por terceiros, dos equipamentos, móveis, programas, manuais, instalações e documentação;
- Não retirar dos laboratórios equipamentos, periféricos, móveis, programas, manuais, instalações, documentação e periféricos;
- Comunicar, a quem de direito, a necessidade de manutenção corretiva das instalações e equipamentos;
- Reportar, imediatamente, à coordenação do laboratório qualquer irregularidade nele ocorrida;
- Não introduzir nos laboratórios qualquer tipo de alimento ou bebida, nem pessoa estranha aos quadros da IES;
- Firmar, antes do uso dos laboratórios pela primeira vez, termo de Compromisso em que diz conhecer e aceitar os termos deste regulamento;
- Ressarcir a IES por qualquer prejuízo advindo do uso inadequado ou temerário que fizer dos equipamentos, periféricos, móveis, programas, manuais e instalações.

Capítulo V - Das Disposições Gerais

Art 7º Integra este regulamento o modelo de termo de compromisso em anexo.

Art 8º O presente Regulamento somente poderá ser alterado pela Direção da FAMETRO.

Art 9º Este Regulamento entra em vigor nesta data.

Art 10º Revogam-se as disposições em contrário.

TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente Termo de compromisso, o (a) signatário (a) declara conhecer aceitar e cumprir as normas contidas no Regulamento dos Laboratórios da FAMETRO.

Manaus, _____ de _____ de 20_____.

() Discente () Docente

Coordenador (a) de Laboratório

nome:

REGULAMENTO DE AULAS PRÁTICAS EM LABORATÓRIOS

1. MARCAÇÃO DE AULAS PRÁTICAS.

- a. A marcação da aula prática será de acordo com os horários estipulados anteriormente pela coordenação do curso. Aulas de reposição e oficinas específicas é de responsabilidade do Professor da disciplina e poderá ser solicitada no recurso pedagógico da Unidade Acadêmica do Curso.
6. As aulas práticas não regulares devem ser marcadas com antecedência mínima de 72 horas, somente em dias úteis.
7. As aulas práticas poderão ser marcadas para todo o semestre ou não, caso seja de interesse do professor.
8. No ato da marcação da aula prática, o professor responsável deverá relacionar o material a ser utilizado na prática, criando um ficha prática ou utilizando-se das fichas já criadas no nosso acervo de fichas.
9. Será entregue ao professor, no ato da marcação das aulas práticas, um relatório com duas vias contendo todas suas marcações (hora, data e laboratório). O mesmo deverá assinar uma das vias e entregar à Unidade Técnica. Isso possibilitará ao Professor questionar no caso de uma de suas marcações não serem atendidas.
10. O cancelamento de aula prática poderá ser feito pessoalmente no recurso pedagógico da mesma unidade (unidade III), com uma antecedência mínima de 24 horas.
11. O prazo para marcação das aulas práticas e experimentais deve ocorrer no prazo mínimo estabelecido, a fim de facilitar a viabilização dos materiais em tempo hábil para realização das práxis. Tornara-se isento o setor (recurso pedagógico) caso haja um descumprimento do prazo.

2. NORMAS GERAIS PARA O USO DE LABORATÓRIOS.

- a) Será de responsabilidade do professor da disciplina, todo o material disponibilizado no laboratório conforme lista de equipamentos, reagentes e produtos solicitados em ficha prática.
- b) A conduta e a fiscalização do uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) de cada aluno quando na utilização dos laboratórios será de responsabilidade do professor da disciplina. Caberá ao professor da disciplina a comunicação prévia aos alunos dos (EPIs) corretos quando indicados (camisa branca, calça xadrez, sapatos fechados, touca, avental e luva) a serem utilizados em sua aula prática. Não sendo permitido assistir ou praticar atividades laboratoriais sem o uso do uniforme completo.

- c) Antes de começar os trabalhos os cabelos devem ser presos, materiais ou bijuterias pessoais devem ser guardadas nos caminhos. Unhas sempre cortadas e sem esmalte e as mãos sempre lavadas antes e depois de qualquer procedimento
 - d) Cabe ao professor à orientação sobre a utilização correta de equipamentos, móveis e utensílios, podendo o mesmo punir e discente que não cumprir normas específicas.
 - e) A permanência dos alunos no laboratório de aula prática será apenas permitida mediante o uso de uniforme completo. Os alunos que não respeitarem essa norma não poderão assistir às aulas práticas. Conservar os cabelos compridos presos;
 - f) A entrada dos alunos nos laboratórios será apenas permitida após a autorização dos professores responsáveis;
 - g) Não se alimentar, beber ou fumar no laboratório;
 - h) Trabalhar com seriedade evitando brincadeiras;
 - i) Não deixar materiais estranhos ao trabalho sobre as bancadas. (Cadernos, bolsas e agasalhos devem ficar nos escaninhos próximos a porta);
 - j) Todo material (matérias-primas, equipamentos, vidrarias e utensílios) utilizado pelo aluno deverá ser devolvido ao local inicial;
 - k) Não é permitida a presença de pessoas estranhas à disciplina no laboratório;
 - l) Em caso de incêndio usar a saída, chamar socorro para apagar o fogo em roupa de colegas, abaixar as chamas com toalhas. Nunca usar extintor em humanos;
 - m) Jamais esquecer que o laboratório é um ambiente de trabalho submetido a riscos de acidentes, na maioria das vezes causadas por atos inseguros. O trabalho em laboratório exige concentração e bom desempenho. Para tanto, o aluno precisa seguir as recomendações e instruções fornecidas pelos professores. Também deve ser mantido o mínimo ruído possível (silêncio);
 - n) O aluno com qualquer tipo de enfermidade por lesão, infecção bacteriana ou viral deve ser afastado e retornar apenas após liberação médica.
4. É de responsabilidade do professor orientar e abordar os alunos que não estiverem dentro das normas institucionais estabelecidas pelas normas técnicas em vigilância sanitária.

3. PRÁTICAS SEGURAS NO LABORATÓRIO.

- 6. A limpeza dos laboratórios (bancadas, pisos, equipamentos, instrumentos e demais superfícies) deve ser realizada regularmente e imediatamente após o término de uma atividade.

7. A desinfecção do ambiente é empregada antes e após a atividade laboratorial para prevenir a contaminação do ambiente com materiais ou produtos biológicos que oferecem riscos.
8. A descontaminação e a limpeza inicial de móveis, equipamentos e utensílios têm de ser realizada regular para evitar a proliferação de bactérias que possam inutiliza-los.
9. O manuseio e o transporte de vidrarias e de outros materiais devem ser realizados de forma segura. Para o transporte deve-se utilizar um transporte firme, evitando quedas.
10. Os resíduos orgânicos devem ser retirados dos laboratórios após o uso e descartados de maneira adequada.

4. EM CASO DE ACIDENTES

- α) Estará também disponível em cada laboratório, uma caixa de primeiros socorros devidamente identificada com o símbolo da cruz vermelha, próximo ao lavabo, contendo alguns medicamentos de uso tópico como: pomada para queimadura, anti-sépticos, neutralizantes de ácidos e bases, ataduras e esparadrapo.
- β) Haverá telefones úteis para serem utilizados em caso de emergências, como dos principais hospitais de Brasília, corpo de bombeiros e defesa civil.
- χ) Toda e qualquer alteração na estrutura do laboratório como: suspeita de vazamento de gás, risco elétrico ou qualquer outra anormalidade que por ventura possa significar algum tipo de risco. O laboratório deverá ser desocupado imediatamente caso esteja em uso. A coordenação geral deverá ser avisada a fim de se tomar às providências cabíveis.

5. TÉCNICO DE LABORATÓRIO

6.1 Descrição de função

Função: Técnico de Laboratório

Sumária: Desenvolver e executar atividades de apoio técnico, destinados ao ensino, pesquisa e extensão.

6.2 Detalhada:

- a. Atuar na operacionalização das atividades experimentais (aulas práticas) de apoio à pesquisa e extensão, executando os procedimentos requeridos para o desenvolvimento dos trabalhos.
- b. Auxiliar os docentes nas atividades de ensino, preparando materiais e equipamentos necessários para aulas práticas, dando suporte nas práticas laboratoriais clínicas e de campo.
- c. Auxiliar docentes no treinamento de alunos e estágios para operação de instrumentos e execução de técnicas laboratoriais.
- d. Realizar atividades laboratoriais relacionadas ao campo de atuação.

- e. Receber, coletar, preparar, examinar e distribuir materiais, de acordo com a área de atuação, efetuando os testes necessários, procedendo aos registros, cálculos e demais procedimentos pertinentes, para subsidiar os trabalhos.
- f. Desenvolver atividades relacionadas com a produção, manutenção, manuseio e descarte de animais utilizados em atividades de ensino pesquisa e extensão.
- g. Preparar e utilizar soluções, amostras, substratos, reagentes, solventes, empregando aparelhagem e técnicas específicas, de acordo com a determinação dos profissionais da área de atuação (para os laboratórios específicos da saúde).
- h. Analisar materiais e substâncias em geral, utilizando métodos específicos para cada caso.
- i. Regular, controlar e operar aparelhos de acordo com os tipos de testes solicitados, adequando-os aos objetivos do trabalho (para os laboratórios específicos da saúde).
- j. Executar o tratamento de descarte de resíduos e solventes, defensivos, com base em normas padronizadas de segurança ou métodos e técnicas indicadas por profissionais da área (para os laboratórios específicos da saúde), quando for o caso.
- k. Executar ou promover, conforme o caso, atividades de manutenções preventivas e corretivas, necessárias à conservação de equipamentos, instrumentos e outros materiais da área de atuação.
- l. Controlar o estoque dos materiais relativos à área de atuação tomando as providências necessárias para sua reposição.
- m. Operar microcomputadores para auxiliar nas atividades de ensino e pesquisa.
- n. Zelar pela guarda, limpeza e conservação dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados nas aulas práticas, de acordo com a área de atuação, por meio de métodos específicos, tais como desinfecção, esterilização e acondicionamento, bem como dos locais de trabalho.
- o. Desempenhar outras atividades correlatas e afins.

REGULAMENTO DO PROJETO TRANSVERSAL

I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Por Transversalidade a entende ser à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade).

Art. 2º. Na FAMETRO, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

- a) Educação Ambiental
- b) Relações Étnico-Raciais

II DO OBJETIVO

Art. 3º. O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pela FAMETRO.

Art. 4º. O Projeto Transversal deve também contribuir para:

- a) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreas temáticas identificadas;
- b) Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

III DA REALIZAÇÃO

Art. 5º. A Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referencia temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.

Art. 6º. Este tema gerador, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos.

Art. 7º. Os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por

meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

IV DO PLANEJAMENTO

Art. 8º. Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo.

Art. 9º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 10º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento.

Art. 11º. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO TRANSVERSAL

Art. 12º. O projeto Transversal é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13º. Cabe aos professores:

- a) Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do Projeto Transversal.
- b) Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o cronograma do projeto;
- c) Sugerir a qualquer momento idéias que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;
- d) Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;
- e) Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 14º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

- a) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contato com professores e alunos;
- b) Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;

- c) Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 15º. Cabe aos alunos:

- a) Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;
- b) Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto Transversal;
- c) No Projeto Transversal é obrigatório a participação dos alunos.

VI DO REGISTRO DA TRANSVERSALIDADE

Art. 16º. A descrição da atividade a ser realizada como projeto Transversal deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim

Art. 17º. No registro do projeto Transversal no plano de ensino, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art 18º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a descrição detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO TRANSVERSAL

Art. 18º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Transversal, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados.

Art. 19º. As atas de notas do projeto Transversal e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final.

Art. 20º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos.

REGULAMENTO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Por Interdisciplinaridade a FAMETRO entende ser uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado.

Art. 2º. Na FAMETRO, a interdisciplinaridade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

II DO OBJETIVO

Art 3º. O Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

Art4º.O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

- c) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;
- d) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;
- e) Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;
- f) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- g) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- h) Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

III DA REALIZAÇÃO

Art. 4º. A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referencia os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Art. 5º. Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas.

Art. 6º. Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

IV DO PLANEJAMENTO

Art. 7º. Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Art. 8º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 9º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais conteúdos, de cada disciplina, serão explorados tendo em vista as necessidades geradas pelo projeto.

Art. 10º. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência com as competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso.

V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

Art. 11º. O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 12º. Cabe aos professores:

- f) Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do projeto interdisciplinar, identificando nos projetos as possíveis aplicações da sua disciplina, enriquecendo-o e tornando-o realmente interdisciplinar;
- g) Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o calendário de apresentações;
- h) Sugerir a qualquer momento idéias que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;
- i) Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;
- j) Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 13º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

- d) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contanto com professores e alunos;
- e) Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;
- f) Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 14º. Cabe aos alunos:

- d) Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;
- e) Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto interdisciplinar;
- f) O Projeto Interdisciplinar é obrigatório.

VI DO REGISTRO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Art. 15º. A descrição da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim

Art. 16º. No registro do projeto interdisciplinar no plano de ensino, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art 17º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a descrição detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

Art. 18º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Interdisciplinar, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados.

Art. 19º. As atas de notas do projeto interdisciplinar e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final.

Art. 20º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos.

REGULAMENTO DA MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO DA FAMETRO

Art. 1º Regular a Mobilidade e o Intercâmbio Acadêmico Internacionais, no âmbito da FAMETRO, destinados a permitir que alunos dos cursos FAMETRO, participem de atividades acadêmicas realizadas em instituições no exterior, e que alunos de graduação de instituições de ensino superior estrangeiras possam participar de atividades acadêmicas na FAMETRO.

CAPÍTULO I

DA MOBILIDADE E INTERCÂMBIO INTERNACIONAIS PARA ALUNOS DA FAMETRO

Art. 2º Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em qualquer curso da FAMETRO, realizar componentes curriculares em instituições estrangeiras de ensino superior que possuem, ou não, Acordo de Cooperação com a FAMETRO.

§ 1º As atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverão ser realizadas em Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisas, Redes Universitárias e entidades semelhantes.

§ 2º As atividades realizadas e devidamente comprovadas serão creditadas no histórico escolar do aluno, de acordo com o Regimento Interno da FAMETRO.

§ 3º O afastamento do aluno para essas atividades, preferencialmente, estará amparado por Convênio ou Acordo de Cooperação firmado entre a FAMETRO e a instituição receptora.

a) no caso de instituições que não possuem Convênios ou Acordos de Cooperação com a FAMETRO, cabe a Direção Geral aprovar a mobilidade ou o intercâmbio, levando em consideração o padrão de qualidade da instituição de ensino.

Art. 3º Serão consideradas atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais, passíveis de aproveitamento curricular de estudo, apenas aquelas de natureza acadêmica, supervisionadas, ou não, por tutor da instituição anfitriã, como disciplinas, cursos, estágios e pesquisas que visem ao aprimoramento da formação do aluno.

Art. 4º A participação do aluno em atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais terá a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

§ 1º O prazo estipulado no caput poderá ser alterado, se este for proveniente de programas específicos, desde que haja a aprovação dos órgãos competentes.

§ 2º Compete a Coordenação de Ensino coordenar o Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais no âmbito da FAMETRO, e se responsabilizará pelos procedimentos gerais relativos aos Acordos de Cooperação.

§ 3º Durante o período de afastamento, o processo instruído ficará na Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação para o acompanhamento da Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais. Findado o afastamento, o processo será encaminhado à Secretaria Acadêmica para arquivo na pasta do aluno.

Art.5º O pedido de afastamento deverá ser submetido à apreciação do respectivo Conselho Superior da Faculdade, sendo que a Resolução com a aprovação para o aluno desempenhar atividades acadêmicas em instituição estrangeira deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação.

§ 1º O Conselho Superior deverá considerar, na aprovação dos Contratos de Estudo, a carga horária e a presença dos conteúdos relevantes e significativos previstos na estrutura curricular do curso.

§ 2º A realização de intercâmbio sem aprovação do Contrato de estudos prévio só poderá ocorrer com suspensão de matrícula, devendo o Conselho Superior apreciar a *posteriori* o possível aproveitamento dos componentes curriculares cumpridos em intercâmbio.

Art. 6º O Conselho Superior deverá indicar, para cada aluno selecionado à mobilidade e ao intercâmbio, um tutor, que deverá ser professor do curso e ficará responsável pelo acompanhamento da realização das atividades previstas no Contrato de Estudos e aprovação de eventuais alterações.

Parágrafo Único - As eventuais alterações aceitas pelo Tutor Acadêmico no Contrato de Estudos serão submetidas a Direção Geral.

Art. 7º O aluno da FAMETRO interessado em participar de atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverá proceder da seguinte forma:

I – executar os expedientes formais para vinculação à instituição onde deseja efetuar seus estudos;

II – arcar com todas as despesas pessoais e estudantis decorrentes da sua adesão ao Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais;

III – preencher formulário de candidatura próprio e anexar os documentos necessários;

IV – inscrever-se nos termos dos editais e demais convocações do ESAI.

Art. 8º O afastamento com vínculo temporário deverá ser registrado na faculdade de origem do aluno, de acordo com o Sistema de Controle Acadêmico, devendo esse registro ser substituído pelo lançamento de créditos equivalentes no histórico escolar do aluno, obrigatoriamente reconhecidos, por ocasião do retorno do mesmo.

Parágrafo Único: O afastamento do aluno da FAMETRO para vínculo temporário só se efetivará quando a instituição receptora manifestar formalmente o aceite do pedido do aluno, por meio de documento específico.

Art. 9º No período de afastamento por vínculo temporário, o aluno terá sua vaga assegurada no respectivo curso e esse período deve ser computado na contagem do tempo máximo previsto para integralização curricular.

Parágrafo Único: Para assegurar o previsto neste artigo, o aluno deverá efetuar sua matrícula normalmente para o semestre seguinte ao término do intercâmbio ou mobilidade.

Art. 10 Poderá participar do Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, o aluno que atender os seguintes requisitos:

I – estar regularmente matriculado na FAMETRO;

II – ter concluído o segundo semestre ;

III – apresentar bom rendimento acadêmico, com média de aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis);

IV – apresentar plano de atividades acadêmicas a serem cumpridas na instituição anfitriã;

V – comprovar proficiência no idioma do país onde pretende realizar a mobilidade ou intercâmbio, ou em outro aceito pela instituição anfitriã, exceto quando se tratar de países lusófonos.

VI – observar e cumprir os prazos para candidatura e entrega da documentação.

Art. 11 Os cursos ou atividades acadêmicas realizadas pelo aluno durante o período da mobilidade ou intercâmbio poderão ser aproveitados para integralização curricular, como disciplinas obrigatórias, eletivas ou optativas, conforme o caso.

Art. 12 O aluno participante do programa estará, obrigatoriamente, subordinado às normas institucionais da instituição receptora.

Art. 13 A FAMETRO, enquanto instituição de origem exime-se de quaisquer responsabilidades relacionadas às despesas de manutenção de aluno participante no Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, incluindo deslocamento, alimentação, moradia e atendimento médico e hospitalar, entre outras.

Art. 14 A FAMETRO fará a aquisição de apólice de seguro coletivo contra acidentes pessoais em favor do estudante participante do Programa.

CAPÍTULO II

Da Mobilidade e intercâmbio Internacionais de alunos estrangeiros na FAMETRO

Art. 15 Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em instituições estrangeiras de ensino superior com acordo de cooperação, ou não com a FAMETRO, realizar componentes curriculares na FAMETRO, durante o período de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

Art. 16 O Conselho Superior da respectiva Faculdade, deverá aprovar o Contrato de Estudos de alunos estrangeiros que solicitarem intercâmbio na FAMETRO.

Art.17 Para cada aluno aceito na FAMETRO, o Conselho Superior indicará um tutor que o acompanhará academicamente em sua permanência na FAMETRO.

Art. 18 As despesas pelo cumprimento do programa correrão por conta do aluno em mobilidade, sem prejuízo de bolsas que possa obter das agências de fomento nacionais e internacionais.

CAPÍTULO III

Disposições Complementares

Art. 19 Os casos não previstos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Superior

Art. 20 Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

REGULAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

Da definição

Art 1º Direitos Humanos são entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política.

Dos Objetivos da Educação para os Direitos Humanos

Art 2º. Conforme o Art. 5º da Resolução no. 1 de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

Dos Temas

Art 3º. Conforme o artigo 3º. da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos, na FAMETRO será desenvolvida preferencialmente a partir dos seguintes eixos e temas:

- I - dignidade humana;
- II - igualdade de direitos;
- III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV - laicidade do Estado;
- V - democracia na educação;
- VI - transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII - sustentabilidade socioambiental.

Das Formas de Operacionalização

Art 4º. Na FST, a educação para os direitos humanos, será desenvolvida por meio da transversalidade em projetos de trabalho que contemplem as diferentes temáticas assinaladas neste regulamento.

§ 1º. Todas as Matrizes Pedagógicas dos Cursos de Graduação ofertarão em caráter optativo a disciplina Educação para os Direitos Humanos.

§ 2º. Nos Cursos de Licenciatura a Educação em Direitos Humanos será componente curricular obrigatório orientando a formação dos profissionais da educação.

Art 5º. A FAMETRO fomentará e divulgará, conforme determina a lei estudos e experiências bem sucedidas realizados na área dos Direitos humanos e da Educação em Direitos Humanos.

Art 6º. A FAMETRO estimulará ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e gestão pública.

Art. 7º. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

REGULAMENTO DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1 O Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba diferentes síndromes marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente. São elas: dificuldade de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

CAPÍTULO II - DO QUADRO CLÍNICO E DA CLASSIFICAÇÃO DO TEA:

a. Autismo clássico – o grau de comprometimento pode variar de muito. De maneira geral, os portadores são voltados para si mesmos, não estabelecem contato visual com as pessoas nem com o ambiente; conseguem falar, mas não usam a fala como ferramenta de comunicação. Embora possam entender enunciados simples, têm dificuldade de compreensão e apreendem apenas o sentido literal das palavras. Não compreendem metáforas nem o duplo sentido. Nas formas mais graves, demonstram ausência completa de qualquer contato interpessoal. São crianças isoladas, que não aprendem a falar, não olham para as outras pessoas nos olhos, não retribuem sorrisos, repetem movimentos estereotipados, sem muito significado ou ficam girando ao redor de si mesmas e apresentam deficiência mental importante;

b. Autismo de alto desempenho (antes chamado de síndrome de Asperger) – os portadores apresentam as mesmas dificuldades dos outros autistas, mas numa medida bem reduzida. São verbais e inteligentes. Tão inteligentes que chegam a ser confundidos com gênios, porque são imbatíveis nas áreas do conhecimento em que se especializam. Quanto menor a dificuldade de interação social, mais eles conseguem levar vida próxima à normal.

c. Distúrbio global do desenvolvimento sem outra especificação (DGD-SOE) – os portadores são considerados dentro do espectro do autismo (dificuldade de comunicação e de interação social), mas os sintomas não são suficientes para incluí-los em nenhuma das categorias específicas do transtorno, o que torna o diagnóstico muito mais difícil.

CAPÍTULO III - DA ORIENTAÇÃO AO PORTADOR DE TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

Art3. Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a Faculdade garante proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

Art4. O aluno será atendido em suas necessidades e dificuldades referentes a sua vida escolar, à sua aprendizagem e qualidade de relacionamento que mantém com seus pares na instituição, no trabalho e na família

CAPÍTULO III - DO ACESSO AO ATENDIMENTO

Art5. A orientação aos discentes será definida de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art6. Para o corpo discente, a demanda de orientação poderá ser manifestada pelo próprio discente ou por encaminhamento dos professores

CAPÍTULO IV - DO SIGILO PROFISSIONAL

Art7, As atividades do Apoio Psicopedagógico, Orientação Pedagógica e à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (orientações e aconselhamentos), quando executados por profissional da área da Educação e ou/Psicologia, serão registradas em formulários específicos, respeitando o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do Profissional; Resolução CFP 07/2003; 01/2009 e alterações.

Art8. Os dados das orientações e aconselhamentos realizados serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art9. Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo profissional de apoio Psicopedagógico coordenador do Serviço de Psicologia e Orientação Pedagógica que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções os profissionais da área clínica serão adotados procedimentos do Art. 15, do Código de Ética Profissional/CFP

CAPÍTULO X - DA LOCALIZAÇÃO E DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Art 10. O Apoio Psicopedagógico e Orientação Pedagógica e à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista funcionará em local próprio e seu horário de funcionamento será definitivo pela Direção Geral em cada semestre letivo.

CAPÍTULO XI – CONDUTAS DE ATENDIMENTO

Art 11. No contexto do atendimento ao adulto e ao idoso com TEA, alguns fatores adicionais devem ser considerados. Primeiro, a demanda por esse tipo de serviço tem aumentado no mundo e o mesmo é esperado aqui no Brasil. Ainda que intervenções precoces e intensivas tragam imensos ganhos para o indivíduo com TEA e suas famílias, muitas das dificuldades vividas por esses indivíduos ultrapassam os anos da infância e da juventude. A necessidade por serviços e cuidados pode, portanto, se estender durante toda a vida do indivíduo.

Art 12. É essencial que a definição do projeto terapêutico das pessoas com TEA leve em conta as diferentes situações clínicas envolvidas nos transtornos do espectro do autismo. Ou seja, é necessário distinguir entre a capacidade de responder tanto às demandas de habilitação/reabilitação de duração limitada (alcance de níveis satisfatórios de fun

Art 13. Após o diagnóstico e a comunicação à família, inicia-se imediatamente a fase do tratamento e da habilitação/reabilitação. A escolha do método a ser utilizado no tratamento e a avaliação periódica de sua eficácia devem ser feitas de modo conjunto entre a equipe e a família do paciente, garantindo informações adequadas quanto ao alcance e aos benefícios do tratamento, bem como favorecendo a implicação e a corresponsabilidade no processo de cuidado à saúde.

Art 14. No atendimento à pessoa com TEA, é importante manter uma rotina clínica (horários, espaço clínico, participantes da sessão, instrumentos, o diálogo como ponto fundamental de inserção da pessoa), pois tal estrutura impõe o caráter terapêutico à situação.

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 15. Este Regulamento só pode ser alterado se aprovado pela maioria simples dos membros do Conselho Superior.

REGULAMENTO DO NAPA – NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E INCLUSÃO

CAPÍTULO I - EIXOS DE TRABALHO DO NAPA

Art. 1 O NAPA realiza suas intervenções considerando quatro eixos fundamentais:

- I. atendimento ao corpo discente ;
- II. apoio à coordenação de cursos e de ensino;
- III. pesquisa de demanda da Faculdade;
- IV. projetos institucionais.

CAPÍTULO II - DOS ATENDIMENTOS

Art. 2 Os atendimentos aos corpos discente, poderão ser individuais ou em grupo, de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art 3. A demanda de atendimento poderá ser manifestada pelo próprio aluno junto ao NAPA ou pela coordenação de ensino, considerando relatório da coordenação de curso.

Art 4. Os atendimentos individuais serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado ao interessado.

Art 5. Os atendimentos individuais visam:

- a) atendimento aos casos relativos às dificuldades de aprendizagem e estudo;
- b) atendimento a alunos e funcionários com problemas psicoafetivos;
- c) encaminhamento para profissionais e serviços especializados dependendo da demanda apresentada;
- d) atendimento relativo às dificuldades de relacionamento interpessoal que ofereçam dificuldades de adaptação e motivação na dimensão acadêmica e profissional;
- e) atendimento aos casos relativos ao comportamento e conduta do acadêmico;
- f) atendimento aos encaminhamentos da direção, coordenação de curso, coordenação de estágio, corpo docente e Comissão Própria de Avaliação (CPA).
- g) Atendimento às demandas relacionadas à profissão e à formação profissional.

Art 6. Cada acadêmico poderá ser atendido individualmente em no máximo 10 (dez) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 7. O NAPA utilizará um formulário padrão – Prontuário de Atendimento – para registro dos atendimentos individuais.

Art 8. Os atendimentos em grupo serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado aos interessados.

Art 9. Os atendimentos em grupo serão realizados em um espaço de reflexão e enfrentamento de problemas cognitivos, relacionais e desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais no que se refere à dimensão relacional.

Art 10. Os atendimentos de grupo terão um limite de participantes, a ser definido pelo coordenador do NAPA, de acordo com o tipo de trabalho a ser desenvolvido.

Art 11. Os encontros dos atendimentos em grupo serão planejados a partir das demandas dos alunos, das pesquisas institucionais desenvolvidas pelo NAPA, das solicitações dos colegiados de cursos e/ou da CPA.

Art. 12 Os temas e áreas envolvidos nos atendimentos em grupo envolvem:

- a) Orientação Profissional: reflexão sobre as necessidades, dúvidas e enfrentamento de dificuldades relacionadas a escolha profissional ou adaptação acadêmica.
- b) Relações Humanas: oficinas de dinâmica de grupo visando o desenvolvimento de competências relacionais e interpessoais, liderança, comunicação e resolução de conflitos interpessoais.
- c) Treinamento de Assertividade: oficinas de dinâmicas de grupo diretamente relacionada a alunos que apresentem alto grau de ansiedade presente em situações que envolvam apresentação de trabalhos em público ou dificuldades relacionadas a relações de trabalhos de equipe.
- d) Orientação de Estudos: grupo reflexivo que aborda temas ligados a maximização de recursos envolvendo o planejamento de estudos acadêmicos ou voltados para concursos profissionais e/ou públicos.
- e) Inclusão e Acessibilidade Pedagógica

Art. 13. Cada grupo poderá ser atendido em no máximo 5 (cinco) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 14. O NAPA utilizará um formulário padrão – Plano de Trabalho – para planejamento e registro dos atendimentos em grupo.

CAPÍTULO III - DO APOIO À COORDENAÇÃO DE CURSOS E DE ENSINO

Art. 15. O NAPA irá atuar junto à coordenação dos cursos e de ensino na compreensão e resolução de problemas específicos de aprendizagem e relacionais, juntamente com a assessoria pedagógica da Faculdade.

Art 16. O NAPA participará do planejamento do curso de Formação Continuada dos Docentes, promovido pela Faculdade, atuando principalmente na reflexão e orientação de situações problemas comuns, a partir dos dados coletados em suas pesquisas.

Art 17. O NAPA irá, em situações específicas, disponibilizar aos professores um acompanhamento na implementação de projetos de inclusão de acadêmicos portadores de necessidades especiais.

Art 18. O apoio à coordenação de cursos e de ensino será realizado pelo NAPA através de reuniões institucionais, atendimentos individuais e orientações específicas.

CAPÍTULO IV - DA PESQUISA DE DEMANDA DA FACULDADE

Art. 19. O NAPA poderá, por solicitação da direção, elaborar pesquisas e relatórios com o objetivo de auxiliar na compreensão do perfil dos alunos, suas dificuldades e possíveis intervenções.

Art. 20. No caso de utilização de dados gerados a partir dos atendimentos individuais ou em grupo, ou ainda, oriundos da CPA, para elaboração de pesquisas e relatórios, o NAPA deverá observar o critério de sigilo profissional que envolve essas informações.

CAPÍTULO VI - DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS

Art.21. O NAPA participa de projetos institucionais que envolvam as dimensões acadêmicas, culturais, semana das profissões, atividades extracurriculares, projetos de inclusão de necessidades especiais, estágios profissionalizantes.

Art 22. O NAPA realiza suas atividades em parceria com a Coordenação de Estágio, o Programa de Nivelamento – o Núcleo de Extensão – Coordenação de Ensino

CAPÍTULO VII - DOS RELATÓRIOS

Art 23. A partir das atividades desenvolvidas pelo NAPA serão elaborados relatórios informativos para fundamentar pesquisas e avaliações dos processos acompanhados, podendo estes serem disponibilizados para a direção e coordenação dos cursos.

Art. 24. Os relatórios previstos deve tratar apenas de dados referentes ao número de atendimentos, tipologia dos atendimentos, tipologia da demanda ou outras informações que não comprometam o sigilo profissional.

CAPÍTULO VIII- DO SIGILO PROFISSIONAL

Art 25.Os atendimentos e atividades do NAPA, quando executados por profissional da área da Psicologia e da Pedagogia serão registrados em formulários específicos, respeitando nos atendimentos clínicos individuais e grupais o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do CFP (Código de Ética Profissional; Resolução CFP 07/2003; 01/2009).

Art. 26. Os dados dos atendimentos individuais e em grupo serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art. 27 Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo coordenador do NAPA, que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009.

Art 28. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados os procedimentos do Art.15, do Código de Ética Profissional/CFP.

REGULAMENTO GERAL REPRESENTANTE DISCENTE

OBJETIVO GERAL

Desenvolver o estudo preparando e oportunizando o aluno para o exercício da liderança. Dessa forma espera-se que através da prática com variadas situações possibilite a vivência da democracia e seu exercício através de sua representatividade.

Estimular a participação, iniciativa, mobilização, criatividade e outros componentes da prática da gestão democrática com noções de cidadania e participação política de forma organizada.

ART. 1º - Poderão se candidatar a Representante de turma e Vice Representante o aluno devidamente matriculado na turma, mediante preenchimento de ficha de inscrição, no período estabelecido, condizendo com as datas divulgadas no cronograma acadêmico.

ART. 2º - O Representante de Turma forma uma chapa que será escolhida por eleição secreta, na qual os alunos interessados se candidatam.

I. Os demais colegas de classe e os próprios candidatos votam naqueles que melhor possam representar a turma. Assim a chapa vencedora será a que obtiver maior número de votos.

II. A eleição poderá se dá por aclamação desde que não haja mais de uma chapa concorrendo

III. Os representantes devem manter seus dados atualizados, comunicando quaisquer alterações.

ART. 3º - O tempo da gestão do representante e do vice tem duração de 1 semestre prorrogado por mais um semestre.

ART. 4º - O Representante poderá participar nas eleições seguintes, por mais um semestre. Essa reeleição poderá ocorrer apenas uma vez, de modo a permitir o surgimento de novas lideranças.

ART. 5º - O representante de turma poderá ser qualquer um dos alunos eleito pelos colegas para representá-los. O aluno escolhido para representar a turma recebe a maioria dos votos, *de confiança*, para exercer a função.

ART. 6º - Para candidatarem a função de Representantes de turma os alunos deverão atender às seguintes condições:

I - Estarem regularmente matriculados na turma;

II- Terem disponibilidade para o exercício das funções;

III- Não estarem respondendo a processo disciplinar;

IV- Conhecer o calendário acadêmico.

ART. 7º São atribuições dos Representantes de turma:

I - Representar sua turma perante a Direção; Coordenação de Curso e o Colegiado Discente, Coordenação de Ensino;

II- Estimular a cooperação entre alunos e entre professores e alunos;

III- Encaminhar e discutir com a Direção, Coordenação de Curso; Coordenação de Ensino e Colegiado Discente as reivindicações ou reclamações da turma;

ART. 8 - Representante perderá o mandato:

- I. Por renúncia;
- II. Por perda de vínculo com a instituição;
- III. No caso de adotar comportamento considerado inadequado com sua turma, com outros alunos, com a Direção, Coordenação de Curso, Coordenação de Ensino, com o corpo docente ou corpo técnico-administrativo da instituição
- IV. Se faltar com os deveres previstos neste guia ou no Regimento da FAMETRO;
- V. No caso de conflito com sua própria turma;
- VI. No caso de receber qualquer das penalidades previstas no Regimento da FAMETRO;
- VII. Por pedido expresso dos alunos da turma, assinado pela maioria absoluta;

ART. 9 - Substituição em caso perda de mandato:

- I - Em caso de perda de mandato, será realizada nova eleição, garantindo a representatividade da turma no diálogo institucional.

Art. 10 – Do processo eleitoral:

- I – O processo eleitoral dos representantes discentes deverá ser presidido pelo coordenador de curso que procederá ao registro das candidaturas e lavrará a ata de eleição.

REGULAMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A Comissão Própria de Avaliação da FAMETRO é o órgão responsável pela coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de acordo com o artigo 14 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Parágrafo único. O desenvolvimento das atividades da CPA dar-se-á com autonomia em relação ao Comitê Acadêmico e demais Órgãos Colegiados existentes na FAMETRO.

Art. 2º. A CPA terá todo o apoio institucional, além daquele previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para a realização plena do processo de autoavaliação da FAMETRO.

CAPÍTULO II - DA COMPETÊNCIA

Art. 3º. Compete à CPA:

- I. Elaborar o Projeto de Autoavaliação Institucional a ser encaminhado à Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), submetendo-o à prévia aprovação dos membros dos órgãos colegiados existentes;
- II. Conduzir os processos de Autoavaliação da FAMETRO
- III. Apresentar semestralmente o resultado dos trabalhos para os membros do Comitê Acadêmico e demais órgãos colegiados existentes;
- IV. Implementar as atividades necessárias à sensibilização da comunidade para a importância da Avaliação Institucional e sua integração com a missão da FAMETRO;
- V. Colaborar com os procedimentos de autoavaliação de cursos e áreas, cuja realização deverá estar pautada pelas diretrizes da CONAES e pelo projeto de autoavaliação institucional;
- VI. Sistematizar e analisar as informações institucionais, produzindo relatórios a serem encaminhados às instâncias competentes para ciência;
- VII. Delegar competências, indicando prazos para o cumprimento dos objetivos estabelecidos;
- VIII. Assessorar Cursos nos procedimentos de avaliação macro institucional;
- IX. Convidar membros da comunidade e da sociedade civil para prestarem informações e emitirem opiniões sobre o processo de avaliação institucional;
- X. Elaborar e modificar seu Regimento Interno, conforme a legislação vigente;
- XI. Prestar as informações solicitadas pelo INEP, além de elaborar e enviar, no prazo previsto, o Relatório de Avaliação Interna estabelecido na Resolução CONAES nº 1/2005;
- XII. Dar ampla divulgação de todas as suas atividades.

CAPÍTULO III - DA CONSTITUIÇÃO E MANDATO

Art. 4º. A CPA da FAMETRO será composta por cinco membros, eleitos diretamente em chapa composta para este fim, assim distribuídos:

I. Um representante do corpo docente, sendo um o Coordenador da CPA.

II. Um representante do corpo discente.

III. Um representante do corpo técnico-administrativo.

IV. Um representante da sociedade civil organizada.

Art. 5º. Os membros da CPA serão nomeados por ato do Diretor Geral.

Art. 6º. O representante da Sociedade Civil poderá convidado pelo Diretor Geral da Instituição.

Art. 7º. A perda da condição de docente, de discente ou de técnico-administrativo implica no imediato término da condição de membro da CPA, com o mandato sendo complementado por outro representante cuja indicação deverá ser idêntica à do membro que se retira.

Art. 8º. O mandato dos membros da CPA será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

CAPÍTULO IV - DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º. A CPA reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada semestre nas datas previstas em calendário elaborado por seus membros em sua primeira reunião e, extraordinariamente, quando convocada por seu Coordenador ou por pelo menos um terço de seus membros.

§ 1º. A pauta das reuniões ordinárias será divulgada com antecedência mínima de 48 horas.

§ 2º. As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência de 5 dias, com prévia e ampla divulgação de sua pauta.

§ 3º. O prazo de convocação das reuniões extraordinárias poderá ser reduzido, em caso de urgência, podendo a pauta ser comunicada verbalmente, desde que justificado o procedimento pelo Coordenador.

§ 4º. As reuniões da CPA serão presididas pelo Coordenador ou por um dos membros da Comissão, por ele previamente designado.

§ 5º. As reuniões serão instaladas quando se obtiver o quórum mínimo de metade mais um de seus membros.

§ 6º. As reuniões da CPA deverão ser secretariadas e suas discussões e decisões registradas em ata.

Art.10º. As deliberações da CPA serão aprovadas sempre por maioria de votos favoráveis de seus membros presentes.

Parágrafo único. O Coordenador, em caso de empate, terá voto de qualidade.

Art. 11º O comparecimento às reuniões é obrigatório e, exceto quanto aos membros representantes da sociedade civil, tem precedência sobre qualquer outra atividade.

§ 1º. O membro que estiver ausente em três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, de forma injustificada, perderá o seu mandato.

§ 2º. Em caso de coincidência de horário entre as reuniões da CPA e as atividades acadêmicas, os representantes discentes que compareçam às primeiras terão direito à recuperação de aulas e trabalhos escolares.

CAPÍTULO V – DA AVALIAÇÃO

Art. 12º. A Avaliação pela qual a CPA é responsável dar-se-á em dois níveis, a saber:

- I. Um nível interno, no qual será avaliada a dimensão acadêmico-administrativos, com ênfase nos aspectos pedagógicos internos aos cursos de graduação, dando-se sempre no primeiro semestre do ano letivo.
- II. Um segundo nível externo, no qual será avaliada a dimensão acadêmico-administrativa, com ênfase nos aspectos macro-institucionais da IES.

Art. 13º. O resultado da Avaliação será encaminhado para análise qualitativa das Coordenações de Curso, Diretoria de Ensino e Coordenação Geral, subsidiando o processo de tomada de decisão na IES, e a elaboração do Planejamento Acadêmico-administrativo interno do curso.

Art. 12.O presente Regulamento entra em vigor após aprovação..

REGULAMENTO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

REGULAMENTO

I - do Horário de Funcionamento

Art. 1º. Os Laboratórios de Informática funcionam de segunda-feira a sexta-feira, das 17:00 as 22:45 e nos sábados de 08:00 as 12:00, durante o período letivo regular. Os horários poderão ser alterados, e flexíveis para o laboratório móvel, a bem da comunidade, por ato da direção da FAMETRO.

II - dos Usuários

Art 2º. Enquadra-se como usuário do Laboratório de Informática todo e qualquer integrante do corpo docente, discente (regularmente matriculado) e funcional da FAMETRO, sendo o Laboratório de Informática de uso exclusivo destes. A interrupção de vínculo com a FAMETRO acarreta a conseqüente e imediata perda do direito de utilização do Laboratório de Informática.

III - das Reservas

Art 3º. Nos horários reservados para a utilização dos Laboratórios de Informática por parte do corpo docente, para aulas curriculares ou esporádicas, é vedada a utilização concomitante da mesma sala por outros usuários.

Art 4º. Os professores que desejarem utilizar o Laboratório de Informática para atividades acadêmicas devem efetuar reservas, com antecedência mínima de 24 horas, em formulário próprio junto aos funcionários do Suporte.

IV - da Utilização

Art 5º. O Laboratório de Informática deve ser utilizado único e tão somente para atividades acadêmicas ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. É vedada a sua utilização para fins não relacionados à atividade acadêmica.

Art 6º. Os usuários que incorrerem em tal situação estão sujeitos a sanções e penalizações previstas no item X. O usuário é responsável, durante a sua utilização, dos recursos do Laboratório de Informática.

Art 8º. O funcionário responsável deverá ser informado de qualquer anormalidade ocorrida durante a utilização dos recursos computacionais. O professor deve orientar os alunos para que deixem o ambiente limpo, organizado e com todos os recursos computacionais devidamente desligados, após o término das atividades acadêmicas.

Art 9º. Cada usuário recebe uma conta no servidor, com a respectiva senha pessoal e intransferível, que provê acesso e espaço em disco para gravação de arquivos.

V - dos Deveres

Art 10º. É dever de todo usuário do Laboratório de Informática zelar pelas instalações e recursos computacionais compostos de hardware, software e respeitar os funcionários do Laboratório de Informática.

VI - das Proibições

Art 11º. Fica expressamente proibido no âmbito do Laboratório de Informática da FAMETRO:

- a) Acessar, modificar ou distribuir materiais de ação ofensiva racial, social ou religiosa;
- b) Acessar, modificar ou distribuir materiais de conteúdo adulto/pornográfico;
- c) Usar vocabulário de baixo calão/ofensivo;
- d) Utilizar sites ou salas de bate-papo, ICQ, MSN Messenger e assemelhados;
- e) Utilizar Jogos eletrônicos - salvo utilizados em atividades acadêmicas devidamente autorizadas;
- f) Violar direitos autorais/propriedade intelectual;
- g) Propaganda político/partidária;
- h) Comer, beber ou portar alimentos;
- i) Fumar ou conduzir cigarros e assemelhados acessos;
- j) Utilizar equipamentos de comunicação como telefones celulares;
- k) Perturbar o ambiente com brincadeiras e algazarras;
- l) Praticar atividades que afetem ou coloquem em risco as instalações e/ou os recursos computacionais;
- m) Praticar atividades que promovam o desperdício de recursos de energia e computacionais;
- n) Instalação ou desinstalação de softwares e hardware nos equipamentos do laboratório;
- o) Atos de vandalismo digital, tais como quebra de privacidade, invasões internas e externas, captura de senhas e pirataria de software;
- p) Abrir, modificar, consertar ou reconfigurar a configuração dos recursos computacionais;
- q) Utilização de usuário e senha alheia;
- r) Permanecer nas salas administrativas do Laboratório de Informática, salvo quando solicitado ou necessário.

VII - da Segurança lógica dos dados

Art 12º. O Suporte não se responsabiliza pela integridade dos arquivos gravados nos servidores, devendo cada usuário ser responsável pela cópia de segurança dos seus arquivos.

VIII - da Conduta

Art 13º. É de responsabilidade dos funcionários responsáveis pelo Laboratório de Informática manter a disciplina e ordem no Laboratório de Informática.

Art 14º. Durante a utilização do mesmo para atividades acadêmicas esta responsabilidade decai sobre o professor responsável pela atividade.

Art 15º. O Laboratório de Informática é um local de estudo e, portanto, devem ser observadas a ordem e o silêncio.

Art 16º. Qualquer conduta indevida deve ser comunicada aos responsáveis pelo Laboratório de Informática, através de memorando interno, com provas anexadas para providência de medidas cabíveis.

IX - das Punições

Art 17º. O não cumprimento das normas deste regulamento aqui especificadas será penalizado de acordo com a sua gravidade conforme descrito abaixo e pelo ressarcimento de prejuízos e danos causados a infra-estrutura do Laboratório de Informática:

- I. Advertência oral
- II. Advertência escrita
- III. Suspensão temporária dos direitos de utilização do Laboratório de Informática
- IV. Suspensão definitiva dos direitos de utilização do Laboratório de Informática;
- V. Responsabilidades civis ou pessoais cabíveis dentro da lei.

X - dos Funcionários Responsáveis

Art 18º. Os funcionários responsáveis pelo Laboratório de Informática da FAMETRO têm como atribuições:

- I. Prestar suporte técnico aos usuários no desenvolvimento das atividades acadêmicas que necessitem dos recursos do Laboratório de Informática;
- II. Supervisionar e controlar o comportamento dos usuários e utilização dos equipamentos;
- III. Zelar pela conservação e manutenção dos recursos computacionais;
- IV. Instalar e configurar recursos computacionais;
- V. Prover manutenção dos recursos computacionais, salvo atividades que requeiram intervenção externa por profissionais ou empresas especializadas;

Art 19º. Não constituem atribuições dos funcionários:

- I. Desempenhar funções de monitoria em atividades acadêmicas;

XI - dos Casos Omissos

Art 20º. Os casos omissos neste regulamento do Laboratório de Informática serão apreciados, em primeira e única instância, por uma comissão designada pela direção da FAMETRO.

Art 21º. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DA FAMETRO

CAPÍTULO I

Das considerações preliminares

Art. 1º. O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE – dos Cursos Superiores Tecnológicos, de Bacharelado e Licenciaturas da Faculdade de São Vicente - FST.

Art. 2º. O Núcleo Docente Estruturante – NDE – é o Órgão Consultivo responsável pela concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico dos Cursos e de suas atualizações periódicas.

CAPÍTULO II

Das Atribuições

Art. 3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- a) elaborar, acompanhar a execução, propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso e/ou estrutura curricular e disponibilizá-lo à comunidade acadêmica do curso para apreciação;
- b) avaliar, constantemente, a adequação do perfil profissional do egresso do curso;
- c) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas;
- d) indicar, formas de incentivo ao desenvolvimento de atividades de iniciação científica e extensão oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas pública relativas à área do conhecimento;
- e) zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação;
- f) propor, no PPC, procedimentos e critérios para a autoavaliação do curso;
- g) propor os ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na autoavaliação e na avaliação externa;
- h) convidar consultores *ad hoc* para auxiliar nas discussões do projeto pedagógico do curso;
- i) levantar dificuldades na atuação do corpo docente do curso, que interfiram na formação do perfil profissional do egresso;
- j) propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando formação continuada.

CAPÍTULO III

Da Constituição

Art.4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído:

- a) por, no mínimo, cinco (5) professores pertencentes ao corpo docente do curso, incluído o coordenador do curso, como seu presidente;
- b) por, pelo menos, sessenta por cento (60%) dos membros com titulação acadêmica de Mestre e/ou Doutor;

§ 1º. Todos os membros deverão em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, e pelo menos vinte por cento (20%) em tempo integral.

§ 2º. O Núcleo Docente Estruturante deverá ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Art. 5º. A indicação dos representantes docentes será feita pelo Colegiado de Curso, e tomando como base os critérios definidos no Art. 4º.

Parágrafo único. Sendo o Núcleo Docente Estruturante um grupo de acompanhamento, seus membros devem permanecer por quatro (4) anos, com possibilidade de recondução, e adotada estratégia de renovações parciais, de modo a haver continuidade no pensar do curso.

CAPÍTULO IV

Das Atribuições do Presidente

Art. 6º. Compete ao Presidente do Núcleo Docente Estruturante:

- a) convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive de qualidade;
- b) representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- c) encaminhar as deliberações do Núcleo;
- d) designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidido pelo NDE e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar atas;
- e) coordenar e promover a integração com os demais Colegiados e setores da Instituição.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento eventual do Coordenador do Curso, a presidência do Núcleo Docente Estruturante será exercida por docente por ele indicado.

Art. 7º. O Núcleo Docente Estruturante reunir-se-á, ordinariamente por convocação de iniciativa de seu Presidente, uma (1) vez por semestre, no início do período letivo, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

Art. 8º. Todo membro do Núcleo Docente Estruturante tem direito à voz e voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 9º. Observar-se-á nas votações os seguintes procedimentos:

- a) em todos os casos a votação é em aberto;
- b) qualquer membro do Núcleo Docente Estruturante pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;
- c) nenhum membro do Núcleo Docente Estruturante deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;
- d) não são admitidos votos por procuração.

Art. 10. Após cada reunião lavrar-se-á a ata, que será discutida e votada na reunião seguinte e, após aprovação, subscrita pelo presidente e membros presentes.

Art. 11. As decisões do Núcleo Docente Estruturante serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, e encaminhadas à análise e deliberação do Colegiado de Curso.

Art. 12. O membro que, por motivo de força maior, não puder comparecer à reunião justificará a sua ausência antecipadamente ou imediatamente após cessar o impedimento.

Parágrafo único. O membro que faltar, sem justificativa aceita, a duas (2) reuniões seguidas ou a quatro (4) alternadas, no período de doze (12) meses, será destituído de sua função.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pela Direção Geral ou órgão superior de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 14. O presente Regulamento entra em vigor após aprovação do Conselho Maior.
Legislação Núcleo Docente Estruturante (anexadas)

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 1º Em atendimento às disposições estabelecidas pela Faculdade Metropolitana de Manaus e objetivando a proficiência acadêmica para estabelecer a competência profissional dos alunos dos cursos de graduação tecnológico, constitui-se como atividade obrigatória o Trabalho de Curso (TC) para obtenção nota final quanto da conclusão do curso de graduação.

Art. 2º O TC é definido como trabalho acadêmico relacionado com as atribuições profissionais, a ser realizado ao final do curso em acordo com o disposto nos referidos projetos pedagógicos, este trabalho deverá revelar leitura, reflexão e interpretação sobre assuntos relacionados ao curso que o aluno irá concluir. Deve demonstrar ainda, ser produto de construção intelectual, estimulada pelo raciocínio crítico em sua respectiva área de estudo.

Art. 3º. O Trabalho de Conclusão para o curso Tecnológico em Gestão da Produção Industrial deverá ser realizado na forma de um relatório científico, a ser elaborado concomitantemente ao desenvolvimento do Estágio supervisionado, tendo como referência para as problematizações e elaboração do plano de estágio, as situações reais encontradas e vivenciadas no campo de estágio e individual

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 4º O TC tem por objetivos:

- I. avaliar as condições de qualificação do formando para o acesso ao exercício profissional;
- II. proporcionar ao estudante a possibilidade de desenvolver um trabalho que responda adequadamente a uma problemática ligada ao seu campo de formação, num exercício acadêmico de articulação entre a teoria e a prática.

CAPÍTULO III - DA REALIZAÇÃO

Art. 5º O TC no formato de um Relatório de Técnico, a ser realizado individualmente, podendo o mesmo apresentar uma argumentação teórica consubstanciada nos conhecimentos construídos ao longo da formação, sendo portanto o resultado de uma problematização, identificada no

estágio supervisionado, para a qual, serão indicadas as ações adequadas para a superação da(s) mesma(s), devendo ser elaborado:

I. Atendendo ao rigor acadêmico, tanto em relação à forma quanto ao conteúdo, de maneira a atingir a qualidade acadêmica estabelecida pela Instituição;

II. Estrutura que possibilite sua posterior publicação em revista especializada, apresentação em reuniões científicas, debates, congressos, palestras ou publicação em livro.

CAPÍTULO IV - DOS REQUISITOS PARA A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 7º Somente poderá inscrever-se para a entrega dos trabalhos o aluno que concluir o as disciplinas até o 5º. Período.

CAPÍTULO V DO CORPO DOCENTE

Art. 8º. A estrutura do TC é composta por um Coordenador, pelos professores orientadores e pelos alunos matriculados na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 9º. Os professores orientadores de TC devem ser obrigatoriamente vinculados à área de conhecimento relativo ao trabalho a ser orientado.

CAPÍTULO VI DA AVALIAÇÃO E DA APROVAÇÃO

Art. 10. A avaliação final do aluno na disciplina de Trabalho de Curso será feita a partir do processo de elaboração e apresentação do Relatório Técnico Científico oriundo das atividades realizadas no campo de estágio.

Art. 11. A nota atribuída terá valor de 0 a 10 (zero a dez), sendo aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 5,0 (cinco).

CAPÍTULO VII DA ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 12. A Estrutura do Relatório Técnico Científico deve seguir a indicação da NBR 10719 de 1989, na qual prevê a seguinte definição: “Documento que relata formalmente os resultados ou progressos obtidos em investigação de pesquisa e desenvolvimento ou que descreve a situação de uma questão técnica ou científica. O relatório técnico-científico apresenta, sistematicamente, informação suficiente para um leitor qualificado, traça conclusões e faz recomendações. É estabelecido em função e sob a responsabilidade de um organismo ou de pessoa a quem será submetido”.

§1º. É definida como Estrutura do Relatório Técnico Científico:

- a. Preliminares ou pré-texto: capa; folha de rosto; apresentação; resumo; lista de símbolos, unidades, abreviaturas, etc.; lista de ilustrações; sumário;
- b. Texto: introdução; desenvolvimento; conclusões e/ou recomendações;
- c. Pós-liminares ou pós-texto: anexos; agradecimentos; referências bibliográficas; glossário; índice(s); ficha de identificação do relatório; lista de destinatários e forma de acesso ao relatório; terceira e quarta capas.

CAPÍTULO VIII DOS PRAZOS E DA ENTREGA

Art. 13. Os TCs deverão ser elaborados individualmente, protocolados e entregues até a data prevista em calendário a ser divulgado no início dos trabalhos pela coordenação do curso.

Art. 14. Deve ser entregue em 2 (duas) vias encadernadas e em 1(um) disquete ou CDROOM.

Art. 15. O aluno que não entregar o TC nas datas previstas terá nota final zero (0), sendo, então reprovado, o que o impossibilitará de receber o diploma de conclusão da graduação e de entregar novo TC.

Art. 16. As notas deverão ser divulgadas pela Coordenação do curso à medida que os TCs forem corrigidos e apresentados. A correção será realizada por ordem de entrega e confirmada pela data protocolada no ato do recebimento.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.17 Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos pela Coordenação Pedagógica da FAMETRO, sujeitos à aprovação do Diretor Presidente.

Art. 18. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1. O Estágio Supervisionado é uma atividade de capacitação indispensável para a formação profissional, pois, objetiva a integração do conhecimento teórico com a realidade prática nas diversas áreas de atuação. Como importante instrumento da formação acadêmica deve possibilitar a articulação entre o pensar e o agir, da teoria e da prática, constituindo-se como um momento privilegiado do processo ensino e aprendizagem e de desenvolvimento profissional.

II - DA LEGISLAÇÃO

Art. 2. O presente instrumento tem como fundamento a legislação abaixo relacionada:

- a) Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, publicada no DOU de 26.09.2008;
- b) Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Artigo 82);
- c) Decreto nº 914, de 06 de setembro de 1993 Institui Política Nacional para a Integração da Pessoa Deficiente e dá outras providências;
- d) Portaria Normativa No. 12 de 14 de Agosto de 2006 que: Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, §1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006.
- e) Resolução CNE/CP No. 03 de 18 de dezembro de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
- f) Parecer CNE/CES no. 277 de 07 de setembro de 2006 que dispõe sobre a nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.
- g) Parecer CNE/CP No. 29/2002 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo.
- h) Parecer CNE/CP No. 436/2001 que trata de Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogos.

III - DA DEFINIÇÃO

Art 3. Considera-se Estágio Curricular as atividades acadêmicas supervisionadas e desenvolvidas em ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos estudantes que estejam freqüentando cursos de graduação em instituições de ensino superior, podendo ocorrer em duas modalidades:

a) Curricular obrigatório: é aquele definido no Projeto Pedagógico dos Cursos, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do certificado ou diploma.

b) Curricular não obrigatório: é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária obrigatória e que não tem validade para a contagem no curso por não ser supervisionado. Pode ser considerado como Atividade Complementar de acordo com regulamento apropriado da IES.

IV- DA CARGA HORÁRIA

Art. 4. O estágio curricular supervisionado deverá ser cumprido pelo aluno com carga horária total de 100 horas, para o Curso de Graduação Tecnológica em Gestão da Produção Industrial.

Art. 5. Na integralização da carga horária total do estágio, poderão ser incluídas as horas destinadas ao planejamento e avaliação das atividades, não superior a 20% da carga horária destinada ao estágio e prevista no currículo pleno do curso.

V - DOS OBJETIVOS

Art. 6 É definido como objetivo geral do estágio proporcionar a experiência da atuação profissional com base nos conhecimentos teóricos e práticos fornecidos pelas disciplinas durante o ensino do curso de graduação.

Art. 7. Para o estágio são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- i) Promover a integração do aluno com o mercado de trabalho, propiciando o seu desenvolvimento profissional e acadêmico;
- j) Proporcionar aos alunos condições de desenvolver suas habilidades, analisar criticamente situações e propor mudanças no ambiente organizacional;
- k) Promover a transição da passagem da vida profissional abrindo aos estagiários oportunidades de conhecer a tecnologia, diretrizes, organização e funcionamento das instituições;
- l) Possibilitar a integração e aplicação das competências adquiridas ao longo do curso em situações reais;

- m) Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando surgimento de profissionais empreendedores, capazes de implantar novas técnicas, métodos e processos inovadores;
- n) Consolidar o processo ensino-aprendizagem e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- o) Permitir ao aluno correlacionar conhecimentos teórico-práticos já construídos à realidade social;
- p) Possibilitar vivências com o cotidiano das diversas instituições visando conhecer os problemas técnicos, científicos, econômicos, políticos e humanos existentes nestes ambientes;

VI - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 8. Os Estágios serão organizados sob a supervisão das respectivas Coordenações de Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 9. Fica a cargo do estagiário a escolha da organização para realização estágio, desde que atenda os objetivos e as normas deste manual.

VII - DA REALIZAÇÃO

Art. 10. Os horários de estágio curricular obedecerão à dinâmica de funcionamento da Instituição onde estiverem ocorrendo, respeitando a carga horária diária.

Art. 11. Os estágios curriculares são considerados disciplinas componentes da grade curricular obrigatória contendo frequência e avaliação devidamente regulamentada em cada curso.

Art. 12. A realização do estágio se processará em diferentes etapas nas quais o aluno será avaliado a partir do desenvolvimento de um plano de atividades (anexo I) que deverá ser elaborado e desenvolvido com o acompanhamento de um professor orientador.

Art. 13. Os estágios poderão ser realizados em formato de Supervisão de Prática Profissional

Art. 14. Estão previstos para a realização dos estágios encontros periódicos sob orientação do professor orientador, objetivando a otimização das experiências do estagiário em formação.

Art. 15. No processo de orientação deverá ser levada em conta a aderência entre a especialização do professor orientador e o tema a ser orientado, bem como o máximo a razão de 10 alunos por professor orientador.

Art. 16. O aluno poderá realizar o estágio no seu local de trabalho, desde que desempenhe atividades relacionadas a sua área de formação.

Art. 17. Os estágios ocorrerão somente após convênios firmados entre as instituições privadas e/ou públicas e a FAMETRO.

Art. 18. Os estágios serão realizados conforme determinação da grade curricular de cada Curso.

Art. 19. Para realização dos estágios o aluno deverá estar devidamente matriculado no curso.

Art. 20. O estágio curricular não estabelece vínculo de qualquer natureza devendo o estagiário estar segurado contra acidentes pessoais.

VIII DAS FUNÇÕES

Art. 21. Do Coordenador do Curso:

- a) Pronunciar-se sobre os convênios com instituições públicas e/ou privadas para a realização dos estágios;
- b) Realizar reuniões periódicas com o Coordenador de Estágio e os Docentes Orientadores de Estágio, com o objetivo de manter um processo contínuo de avaliação das atividades desenvolvidas;
- c) Participar de decisões quanto a questões extra-normativas ocorridas no decorrer dos estágios curriculares do curso;
- d) Manter arquivados, em processos individualizados de cada estagiário, a documentação comprobatória da realização do estágio curricular após a verificação, aprovação e avaliação pelo Coordenador de Estágio;
- e) Selecionará e encaminhará para a aprovação do Coordenador do Curso a lista de Professores Orientadores, devendo ser todos pertencentes ao quadro do Curso de Graduação Tecnológico;
- f) Contatar, aprovar e cadastrar em banco de dados as instituições potencialmente concedentes de estágio, escolhidas pela própria IES ou sugerida pelos alunos;
- g) Celebrar os termos de convênios com as instituições habilitadas para a realização dos estágios;
- h) Celebrar Termo de Compromisso de Estágio entre estagiário e a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio ao projeto pedagógico de cada curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante, horário e o calendário escolar;
- i) Realizar visitas periódicas aos locais de estágio a fim de avaliar instalações, seu funcionamento e sua adequação à formação cultural e profissional do estagiário;

- j) Fornecer os formulários de avaliação e de frequência dos estagiários, aos Docentes Orientadores;
- k) Participar, conjuntamente com os Docentes Orientadores, das reuniões de estágio, previamente definidas;
- l) Realizar reuniões periódicas com os Docentes Orientadores de Estágio com o objetivo de manter um processo contínuo de avaliação das atividades desenvolvidas;
- m) Participar do processo de avaliação dos alunos e do campo de estágio;
- n) Proceder à inclusão mensal na apólice de seguro dos estagiários que iniciarão o campo de estágio, conforme procedimentos e prazos fixados;

Art. 22. Professor Orientador de Estágio

- a) Elaborar o plano de ensino de estágio e apresentá-lo no início do semestre ao Coordenador de Estágio;
- b) Acompanhar os alunos, orientando-os integralmente, em seu campo de atuação;
- c) Realizar a escala de tarefas dos alunos, regularmente;
- d) Redimensionar a escala de atividades dos alunos quando julgar conveniente;
- e) Estimular a participação dos alunos para a avaliação das práticas realizadas;
- f) Avaliar o desempenho do aluno nas atividades propostas pelo plano de ensino de estágio;
- g) Participar das reuniões e atividades programadas pelo Coordenador do Curso e do Coordenador de Estágio;
- h) Comunicar por escrito, imediatamente à coordenação do curso qualquer ocorrência que possa prejudicar o bom relacionamento entre a instituição conveniada e a FAMETRO;
- i) Realizar o fechamento do diário com as notas e número de faltas dos estagiários ao final do semestre;
- j) Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório das atividades de estágio;
- k) Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de normas;
- l) Elaborar juntamente com o estagiário e a concedente o Plano de Atividades de Estágio, orientar e acompanhar a execução do mesmo.

IX- DAS OBRIGAÇÕES

Art. 23. Da parte concedente:

- a) Celebrar convênio e *Termo de Compromisso de Estágio* para realização do Estágio Curricular;
- b) Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário, atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- c) Conceder vagas de estágio curricular sobre a forma de treinamento, dentro de suas possibilidades e limites, aos estagiários que estiverem em condições de estagiar, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e encaminhamento da IES;

- d) Facilitar o acesso do coordenador e/ou supervisor de estágio da FAMETRO aos locais destinados ao estágio;
- e) Informar aos estagiários sobre os regulamentos internos da concedente informando os das sanções cabíveis, em caso de descumprimento;
- f) Manter em seu arquivo toda a documentação comprobatória da concessão do campo de estágio para fins de comprovação;
- g) Assegurar a jornada de atividades de estágio curricular deverá ser cumprida, conforme legislação vigente;
- h) Aplicar ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho.

Art. 24. Do estagiário

- a) Cumprir, com eficiência e eficácia, as tarefas que lhe forem pertinentes, exercitando o espírito de equipe junto a Concedente;
- b) Respeitar as normas regimentais e disciplinares estabelecidas no local de estágio;
- c) Informar ao Coordenador de Estágio as dificuldades encontradas e os problemas relativos ao Estágio Supervisionado;
- d) Comparecer, pontual e assiduamente, ao local de estágio;
- e) Vestir-se adequadamente e usar os equipamentos de segurança e proteção necessários ao exercício das atividades de estágio;
- f) Elaborar e entregar, dentro dos prazos fixados, os relatórios de avaliação de estágio.
- g) Revelar ajustamento à situação de estágio, zelando pelo relacionamento harmonioso com os professores orientadores, colegas, clientes, pacientes e com a equipe de trabalho da instituição conveniada e da clínica integrada;
- h) Observar e cumprir com rigor o cronograma de atividades, as normas gerais e a carga horária pré-estabelecidas para a frequência;
- i) Zelar pelo patrimônio das instituições conveniadas;
- j) Observar os princípios da ética profissional durante o desenvolvimento das atividades diárias;
- k) Atuar com iniciativa, conhecimento e habilidade na resolução das atividades teórico/práticas que se apresentarem;
- l) Comunicar com antecedência, de no mínimo 24 horas, eventuais faltas decorrentes de situações previsíveis;
- m) Participar efetivamente das reuniões de orientação e das entrevistas individuais ou coletivas;
- n) Comunicar imediatamente, por escrito ao professor supervisor qualquer ocorrência durante o desenvolvimento das atividades do estágio;
- o) Assinar e fazer cumprir o termo de compromisso de estágio, obedecendo as suas cláusulas

X - DAS AVALIAÇÕES

Art. 25. A avaliação será realizada através do acompanhamento sistemático do aluno pelo professor orientador, a quem compete monitorar o desenvolvimento das ações técnicas; da

elaboração e da apreciação dos planos de ação, além da participação ativa e contínua do aluno nas reuniões individuais e em grupo.

Art. 26. A avaliação do desempenho do aluno será efetivada em todos os momentos do processo, considerando-se os critérios específicos de cada curso, conforme seus Projetos Pedagógicos.

Art. 27. O aluno deverá cumprir 100% da carga horária do estágio curricular como pré-requisito de aprovação.

Art. 28. Nenhum aluno pode ser dispensado do estágio, nem mesmo os beneficiados pelo Decreto Lei nº 1044/69 e a discente gestante, beneficiada pela Lei nº 6.202/65.

Art. 29. A falta do cumprimento do estágio ou reprovação da disciplina de estágio resultará na não obtenção do grau respectivo, devendo matricular-se e cursar novamente a disciplina no período seguinte.

XI- DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 30. São documentos necessários para registro das atividades de estágio e mesmo para avaliação e controle de frequência, os abaixo relacionados:

- a) Encaminhamento de estagiário para empresa concedente;
- b) Autorização para elaboração de estágio;
- c) Termo de compromisso de estágio;
- d) Controle de frequência de estágio;

Art. 31. Os Coordenadores de Curso deverão receber ao final de cada semestre, dos professores orientadores de estágio, os processos individuais com toda documentação de estágio dos alunos.

Art. 32. Os coordenadores de curso deverão regular a forma e data para que tais documentos dêem entrada nas suas coordenações, bem como efetuar seu controle e arquivamento.

XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. O aluno deverá cumprir e comprovar o número de horas previstas para o Estágio Curricular, conforme Projeto Pedagógico do Curso. Caso não as cumpra no prazo máximo previsto para o estágio, deverá realizar o estágio novamente no período seguinte;

- a) Somente após a conclusão do estágio, o aluno terá direito ao certificado ou diploma respectivo, mesmo que tenha sido aprovado em todos os componentes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso;
- b) Em caso de acidente envolvendo o estagiário em campo de estágio, o responsável pelo acompanhamento do estágio deverá encaminhá-lo a Unidade de Atendimento Público mais próximo e encaminhar a Direção Geral, relatório descritivo do fato, bem como encaminhar os documentos relacionados às providências tomadas.

c) Nos anexos deste documento encontram-se as normas específicas para cada curso, bem como os formulários que devem ser preenchidos para registro das atividades de estágio.

FORMULÁRIOS ESTÁGIO



ENCAMINHAMENTO DE ESTAGIÁRIO PARA EMPRESA CONCEDENTE

Manaus, ____ de _____ de 20__

A

NOME DA EMPRESA

A/C.: Sr. **NOME DO RESPONSÁVEL**

Prezado Senhor,

Estamos encaminhando, para sua seleção, o(a) discente _____ que deseja pleitear uma vaga para estágio neste estabelecimento, salientando que o discente ora encaminhado está devidamente matriculado(a) sob o n.º _____ e freqüentando o __º Período do Curso de Graduação Tecnológica em Gestão da Produção Industrial.

Atenciosamente,

NOME DO COORDENADOR

Coordenador do Curso de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial



AUTORIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO E TERMO DE COMPROMISSO

Conforme contato realizado anteriormente entre a Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial da Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO, com esta Unidade concedente de estágio, autorizamos a preparação da documentação referente ao Estágio do aluno (a): **NOME DO ALUNO**

INÍCIO DO ESTÁGIO:		TÉRMINO:			
HORÁRIO DO ESTÁGIO:		CARGA TOTAL:			
SÁBADO E DOMINGO		SEGUNDA À SÁBADO		SEGUNDA À SEXTA	
RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO ESTÁGIO					
ITEM	ATIVIDADES				
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					

Manaus, __ de _____ de 20__.

ASSINATURA E CARIMBO DA UNIDADE CONCEDENTE



TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Ao ___ dia do mês de _____ de _____, na cidade de Manaus, neste ato, as partes a seguir nomeadas:

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O Instituto Metropolitano de Ensino através da Faculdade Metropolitana de Manaus, inscrita no CGC-MF 05.207.359/0001-58, situada a Avenida Constantino Nery, 3000, Chapada, na cidade de Manaus, doravante denominada FAMETRO, representada neste ato pelo Coordenador do Curso de Graduação Tecnológica em Gestão da Produção Industrial, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade n. _____.

UNIDADE CONCEDENTE

A **NOME DA EMPRESA**, situada a Rua **ENDERECO DA EMPRESA** na cidade de Manaus, representada pelo Sr.(a) **RESPONSÁVEL NA EMPRESA, CARGO**.

ESTAGIÁRIO

O acadêmico _____, residente na _____, regularmente matriculado no Curso de Graduação Tecnológico em Gestão da Produção Industrial da Faculdade Metropolitana de Manaus, de nível superior, com o n.º _____.

As partes celebram entre si este Termo de Compromisso de Estágio, convencionando-se as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para a realização de estágio curricular obrigatório, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma, conforme projeto pedagógico do curso de Graduação Tecnológica em Gestão da Produção Industrial da Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO, junto à Unidade Concedente e ao Estagiário.

CLÁUSULA SEGUNDA – O estágio é entendido como ato educativo escolar, que visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - Em decorrência do presente acordo celebra-se um Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante, a Unidade Concedente e a Faculdade Metropolitana

de Manaus - FAMETRO, nos termos do Art. 3º da Lei 11.788/08, particularizando a relação jurídica especial existente entre o Estagiário e a Unidade Concedente, caracterizando-se a não vinculação empregatícia.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam compromissadas entre as partes as seguintes condições básicas para a realização do Estágio:

- Este Termo de Compromisso de Estágio terá vigência de **PERIODO DO ESTAGIO**, podendo ser cancelado a qualquer momento, unilateralmente, mediante comunicação escrita ou ser prorrogado através da emissão de Termo Aditivo;
- As atividades de estágio a serem cumpridas pelo Estagiário serão desenvolvidas de segunda à sexta, e aos sábados deh àsh **HORARIO DO ESTAGIO (OBSERVAR QUE A JORNADA DIÁRIA DEVE SER DE, NO MÁXIMO 6 HORAS E DE 30 SEMANAIS)**, podendo existir alterações.

CLÁUSULA QUINTA - As atividades desenvolvidas pelo Estagiário, em caráter subsidiário e complementar, compatíveis com o contexto básico da profissão ao qual o curso se refere são:

CLÁUSULA SEXTA - As atividades descritas poderão ser ampliadas, reduzidas, alteradas ou substituídas de acordo com o desenvolvimento do estágio e do currículo, sempre dentro do contexto básico da profissão.

Parágrafo Único – O conteúdo das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário deverá ser compatível com sua área de formação.

CLÁUSULA SÉTIMA - No desenvolvimento do estágio, ora compromissado, caberá a Unidade Concedente:

- I. Celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;
- II. Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III. Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- IV. Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;
- V. Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VI. Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- VII. Enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

CLÁUSULA OITAVA - No desenvolvimento do estágio ora comprometido, caberá a Instituição de Ensino:

- I. Celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- II. Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- III. Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- IV. Exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- V. Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas.

CLÁUSULA NONA - No desenvolvimento do estágio ora comprometido, caberá ao estagiário:

- I. Cumprir, com todo o empenho e interesse, toda a programação estabelecida para seu Estágio;
- II. Observar e obedecer às normas internas da Unidade Concedente;
- III. Comunicar à Unidade Concedente e a Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO, qualquer fato relevante ocorrido no seu estágio, inclusive e sobretudo se implicar na extinção ou suspensão do seu vínculo acadêmico;
- IV. Elaborar e entregar, semestralmente, à Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO para análise e avaliação, os relatórios sobre seu estágio, na forma, prazo e padrões estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - Constituem motivos para a interrupção da vigência do presente Termo de Compromisso de Estágio:

- I. A conclusão ou abandono do curso e o trancamento de matrícula;
- II. O não cumprimento do conveniado neste Termo de Compromisso de Estágio;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os casos omissos neste Termo de Compromisso serão resolvidos pelas disposições da lei nº 11.788/08 e de seu regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – As partes elegem o foro da Comarca de Manaus/AM, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Compromisso, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Em acordo inteiro e comum com as condições do Termo de

Compromisso de Estágio, as partes assinam o referido termo em três (03) vias de igual teor.

Manaus (AM), ____ de _____ de 20__.

-
- *NOME DO RESPONSÁVEL NA EMPRESA*
CARGO

NOME DO COORDENADOR DO CURSO
Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial
FACULDADE METROPOLITANA DE MANAUS - FAMETRO

-
- **NOME DO ESTAGIÁRIO**

REGULAMENTO DE AULAS PRÁTICAS EM LABORATÓRIOS

1. MARCAÇÃO DE AULAS PRÁTICAS.

- a. A marcação da aula prática será de acordo com os horários estipulados anteriormente pela coordenação do curso. Aulas de reposição e oficinas específicas é de responsabilidade do Professor da disciplina e poderá ser solicitada no recurso pedagógico da Unidade Acadêmica do Curso.
- b) As aulas práticas não regulares devem ser marcadas com antecedência mínima de 72 horas, somente em dias úteis.
- c) As aulas práticas poderão ser marcadas para todo o semestre ou não, caso seja de interesse do professor.
- d) No ato da marcação da aula prática, o professor responsável deverá relacionar o material a ser utilizado na prática, criando um ficha prática ou utilizando-se das fichas já criadas no nosso acervo de fichas.
- e) Será entregue ao professor, no ato da marcação das aulas práticas, um relatório com duas vias contendo todas suas marcações (hora, data e laboratório). O mesmo deverá assinar uma das vias e entregar à Unidade Técnica. Isso possibilitará ao Professor questionar no caso de uma de suas marcações não serem atendidas.
- f) O cancelamento de aula prática poderá ser feito pessoalmente no recurso pedagógico da mesma unidade (unidade III), com uma antecedência mínima de 24 horas.
- g) O prazo para marcação das aulas práticas e experimentais deve ocorrer no prazo mínimo estabelecido, a fim de facilitar a viabilização dos materiais em tempo hábil para realização das práxis. Tornara-se isento o setor (recurso pedagógico) caso haja um descumprimento do prazo.

1. NORMAS GERAIS PARA O USO DE LABORATÓRIOS.

- a) Será de responsabilidade do professor da disciplina, todo o material disponibilizado no laboratório conforme lista de equipamentos, reagentes e produtos solicitados em ficha prática.
- b) A conduta e a fiscalização do uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) de cada aluno quando na utilização dos laboratórios será de responsabilidade do professor da disciplina. Caberá ao professor da disciplina a comunicação prévia aos alunos dos (EPIs) corretos quando indicados (domam branco, calça xadrez, sapatos fechados, toque, avental e luva) a serem utilizados em sua aula prática. Não sendo permitido assistir ou praticar atividades laboratoriais sem o uso do uniforme completo.
- c) Antes de começar os trabalhos os cabelos devem ser presos, materiais ou bijuterias pessoais devem ser guardadas nos caminhos. Unhas sempre cortadas e sem esmalte e as mãos sempre lavadas antes e depois de qualquer procedimento

- d) Cabe ao professor à orientação sobre a utilização correta de equipamentos, móveis e utensílios, podendo o mesmo punir e discente que não cumprir normas específicas.
- e) A permanência dos alunos no laboratório de aula prática será apenas permitida mediante o uso de uniforme completo. Os alunos que não respeitarem essa norma não poderão assistir às aulas práticas. Conservar os cabelos compridos presos;
- f) A entrada dos alunos nos laboratórios será apenas permitida após a autorização dos professores responsáveis;
- g) Não se alimentar, beber ou fumar no laboratório;
- h) Trabalhar com seriedade evitando brincadeiras;
- i) Não deixar materiais estranhos ao trabalho sobre as bancadas. (Cadernos, bolsas e agasalhos devem ficar nos escaninhos próximos a porta);
- j) Todo material (matérias-primas, equipamentos, vidrarias e utensílios) utilizado pelo aluno deverá ser devolvido ao local inicial;
- k) Não é permitida a presença de pessoas estranhas à disciplina no laboratório;
- l) Em caso de incêndio usar a saída, chamar socorro para apagar o fogo em roupa de colegas, abaixar as chamas com toalhas. Nunca usar extintor em humanos;
- m) Jamais esquecer que o laboratório é um ambiente de trabalho submetido a riscos de acidentes, na maioria das vezes causadas por atos inseguros. O trabalho em laboratório exige concentração e bom desempenho. Para tanto, o aluno precisa seguir as recomendações e instruções fornecidas pelos professores. Também deve ser mantido o mínimo ruído possível (silêncio);
- n) O aluno com qualquer tipo de enfermidade por lesão, infecção bacteriana ou viral deve ser afastado e retornar apenas após liberação médica.
- m) É de responsabilidade do professor orientar e abordar os alunos que não estiverem dentro das normas institucionais estabelecidas pelas normas técnicas em vigilância sanitária.

2. PRÁTICAS SEGURAS NO LABORATÓRIO.

- a)** A limpeza dos laboratórios (bancadas, pisos, equipamentos, instrumentos e demais superfícies) deve ser realizada regularmente e imediatamente após o término de uma atividade.
- b)** A desinfecção do ambiente é empregada antes e após a atividade laboratorial para prevenir a contaminação do ambiente com materiais ou produtos biológicos que oferecem riscos.
- c)** A descontaminação e a limpeza inicial de móveis, equipamentos e utensílios têm de ser realizada regular para evitar a proliferação de bactérias que possam inutiliza-los.

- d) O manuseio e o transporte de vidrarias e de outros materiais devem ser realizados de forma segura. Para o transporte deve-se utilizar um transporte firme, evitando quedas.
- e) Os resíduos orgânicos devem ser retirados dos laboratórios após o uso e descartados de maneira adequada.

3. EM CASO DE ACIDENTES

- a) Estará também disponível em cada laboratório, uma caixa de primeiros socorros devidamente identificada com o símbolo da cruz vermelha, próximo ao lavabo, contendo alguns medicamentos de uso tópico como: pomada para queimadura, anti-sépticos, neutralizantes de ácidos e bases, ataduras e esparadrapo.
- b) Haverá telefones úteis para serem utilizados em caso de emergências, como dos principais hospitais de Brasília, corpo de bombeiros e defesa civil.
- c) Toda e qualquer alteração na estrutura do laboratório como: suspeita de vazamento de gás, risco elétrico ou qualquer outra anormalidade que por ventura possa significar algum tipo de risco. O laboratório deverá ser desocupado imediatamente caso esteja em uso. A coordenação geral deverá ser avisada a fim de se tomar às providências cabíveis.

5. TÉCNICO DE LABORATÓRIO

6.1 Descrição de função

Função: Técnico de Laboratório

Sumária: Desenvolver e executar atividades de apoio técnico, destinados ao ensino, pesquisa e extensão.

6.2 Detalhada:

- a. Atuar na operacionalização das atividades experimentais (aulas práticas) de apoio à pesquisa e extensão, executando os procedimentos requeridos para o desenvolvimento dos trabalhos.
- b. Auxiliar os docentes nas atividades de ensino, preparando materiais e equipamentos necessários para aulas práticas, dando suporte nas práticas laboratoriais clínicas e de campo.
- c. Auxiliar docentes no treinamento de alunos e estágios para operação de instrumentos e execução de técnicas laboratoriais.
- d. Realizar atividades laboratoriais relacionadas ao campo de atuação.
- e. Receber, coletar, preparar, examinar e distribuir materiais, de acordo com a área de atuação, efetuando os testes necessários, procedendo aos registros, cálculos e demais procedimentos pertinentes, para subsidiar os trabalhos.
- f. Desenvolver atividades relacionadas com a produção, manutenção, manuseio e descarte de animais utilizados em atividades de ensino pesquisa e extensão.

- g. Preparar e utilizar soluções, amostras, substratos, reagentes, solventes, empregando aparelhagem e técnicas específicas, de acordo com a determinação dos profissionais da área de atuação (para os laboratórios específicos da saúde).
- h. Analisar materiais e substâncias em geral, utilizando métodos específicos para cada caso.
- i. Regular, controlar e operar aparelhos de acordo com os tipos de testes solicitados, adequando-os aos objetivos do trabalho (para os laboratórios específicos da saúde).
- j. Executar o tratamento de descarte de resíduos e solventes, defensivos, com base em normas padronizadas de segurança ou métodos e técnicas indicadas por profissionais da área (para os laboratórios específicos da saúde), quando for o caso.
- k. Executar ou promover, conforme o caso, atividades de manutenções preventivas e corretivas, necessárias à conservação de equipamentos, instrumentos e outros materiais da área de atuação.
- l. Controlar o estoque dos materiais relativos à área de atuação tomando as providências necessárias para sua reposição.
- m. Operar microcomputadores para auxiliar nas atividades de ensino e pesquisa.
- n. Zelar pela guarda, limpeza e conservação dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados nas aulas práticas, de acordo com a área de atuação, por meio de métodos específicos, tais como desinfecção, esterilização e acondicionamento, bem como dos locais de trabalho.
- o. Desempenhar outras atividades correlatas e afins